





CRÍTICA
marxista

*Revista de difusão e discussão da produção intelectual
marxista em sua diversidade, bem como de intervenção
no debate e na luta teórica em curso.*



Editora Revan



Copyright © 2005 by Armando Boito Jr. e Caio Navarro de Toledo

Crítica Marxista nº 21

Todos os direitos reservados no Brasil pela Editora Revan Ltda. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, seja por meios mecânicos, eletrônicos ou via cópia xerográfica, sem a autorização prévia da Editora.

Revisão

Ricardo Teixeira
Míriam de Freitas

Capa

Alex Benoit

Impressão

(Em papel polen-soft 80g. após paginação eletrônica, em tipos Optima, CG Omega e AGaramond. 11/13)
Divisão Gráfica da Editora Revan

ISSN 0104-9321

1ª edição: novembro de 2005

CRÍTICA marxista

Comitê editorial

Andréia Galvão – Universidade Estadual de Campinas/Armando Boito Jr. – Universidade Estadual de Campinas/Caio Navarro de Toledo – Universidade Estadual de Campinas/Décio Saes – Universidade Metodista de São Paulo/Hector Benoit – Universidade Estadual de Campinas / Isabel Maria Loureiro – Universidade Estadual Paulista / João Quartim de Moraes – Universidade

Estadual de Campinas / João Roberto Martins Filho – Universidade Federal de São Carlos/Jorge Grespan – Universidade de São Paulo/Luciano Martorano – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/Patricia Trópia – Pontifícia Universidade Católica de Campinas / Sérgio Lessa – Universidade Federal de Alagoas/Virgínia Fontes – Universidade Federal Fluminense

Conselho editorial

Adalberto Paranhos – Universidade Federal de Uberlândia/Adriana Doyle Portugal – socióloga/Adriano N. Codato – Universidade Federal do Paraná/Altamiro Borges – jornalista/Andréia Galvão – cientista política/Aldo Durán Gil – cientista político/Amarílio Ferreira Junior – UFSCar/Arlete Moisés Rodrigues – Universidade Estadual de Campinas/Augusto Buonicore – historiador/Carlos César Almendra – Fundação Santo André (SP)/Carlos Zacarias de Sena Júnior – Universidade Estadual da Bahia/Ciro Flamarion Cardoso – Universidade Federal Fluminense / Claudinei Coletti – sociólogo/Clovis Moura – *In memoriam*/Cristiano Ferraz – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/Duarte Pereira – jornalista/Edgard Carone – *in memoriam*/Edilson José Graciolli – Universidade Federal de Uberlândia/Emir Sader – Universidade de São Paulo/Elizário Andrade – Universidade Católica de Salvador, Bahia/Eurelino Coelho – Universidade Estadual de Feira de Santana (BA)/Ester Vaisman – Universidade Federal de Minas Gerais/Fernando Novais – Universidade Estadual de Campinas/Fernando Ponte de Sousa – Universidade Federal

de Santa Catarina/Flávio Castro – cientista político/Florestan Fernandes – *in memoriam*/Francisco Foot Hardman – Universidade Estadual de Campinas/Francisco Farias – Universidade Federal do Piauí/Francisco José Teixeira – Universidade Estadual do Ceará /Franklin Oliveira – historiador/ Genildo Ferreira da Silva – Universidade Federal da Bahia/Gildásio Santana Jr. – Universidade Estadual da Bahia, Vitória da Conquista/Guilherme Cavalheiro Dias Filho – Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Hector Saint-Pierre – Universidade Estadual Paulista/Hermenegildo Bastos – Universidade Nacional de Brasília (DF)/Iná Camargo – Universidade de São Paulo/Isaac Akcelrud – *in memoriam*/Ivo Tonet – Universidade Federal de Alagoas/Jacob Gorender – historiador/Jadir Antunes – Universidade do Oeste do Paraná/Jesus José Ranieri – Universidade Estadual Paulista/João Francisco Tidei de Lima – Universidade Estadual Paulista/Jorge Miglioli – Universidade Estadual Paulista/Jorge Novoa – Universidade Federal da Bahia/José Carlos Ruy – jornalista/José Corrêa Leite – jornalista/José Francisco Xarão –

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul/José Luís Soares – sociólogo/José Roberto Zan – Universidade Estadual de Campinas/ Leda Maria de Oliveira Rodrigues – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Lelita Benoit – Universidade Metodista de São Paulo/Lígia Maria Osório – Universidade Estadual de Campinas/Luciano Martorano – sociólogo/Marcelo Ridenti – Universidade Estadual de Campinas/Marcos Del Roio – Universidade Estadual Paulista/Maria Elisa Cevasco – Universidade de São Paulo/Maria Orlanda Pinassi – Universidade Estadual Paulista /Mário José de Lima – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Marisa Lajolo – Universidade Estadual de Campinas/Marly Vianna – Universidade Federal de São Carlos/Mauro Iasi – Faculdade de Direito de São Bernardo, SP/Maurício Chalfin Coutinho – Universidade Estadual de Campinas/Maurício Tragtenberg – *in memoriam*/Mauro C. B. de Moura – Universidade Federal da Bahia/Muniz Ferreira – Universidade Federal da Bahia/Nelson Prado Alves Pinto – Universidade Estadual de Campinas/Nelson Werneck Sodré – *in*

memoriam/Noela Invernizzi – socióloga/Osvaldo Coggiola – Universidade de São Paulo/Paulo Cunha – Universidade Estadual Paulista/Paulo Denisar Fraga – Universidade Regional do Noroeste do RS (Unijuí)/Paulo H. Martinez – Universidade Estadual Paulista/Pedro Leão Costa Neto – Universidade Tuiuti do Paraná/Pedro Paulo Funari – Universidade Estadual de Campinas/Pedro Vicente da Costa Sobrinho – Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Raimundo Jorge Nascimento de Jesus – Universidade Federal do Pará/Regina Maneschy – socióloga/Reinaldo Carcanholo – Universidade Federal do Espírito Santo/Renato Monseff Perissinotto – Universidade Federal do Paraná/Ronaldo Barros – Universidade do Estado da Bahia/Rosa Maria Vieira – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Sérgio Braga – Universidade Federal do Paraná/Sérgio Prieb – Universidade Federal de Santa Maria (RS) /Sílvio Costa – Universidade Católica de Goiás/Sílvio Frank Alem – *in memoriam*/Tânia Pellegrini – Universidade Federal de São Carlos/Valério Arcary – historiador/Wolfgang Leo Maar – Universidade Federal de São Carlos/Zilda Gricoli Iokoi – Universidade de São Paulo

Colaboradores internacionais

Afredo Saad Filho – Inglaterra/Ângelo Novo – Portugal/Atilio Borón – Argentina/Domenico Losurdo – Itália/Ellen Meiksins Wood – Canadá/Frederic Jameson – Estados Unidos/Gérard Duménil – França/Guido Oldrini – Itália/Guillermo Foladori – Uruguai/István Mészáros – Inglaterra/Jacques Bidet – França/James Green – Estados Unidos/James Petras – Estados Unidos/

Joachim Hirsch – Alemanha/Marco Vanzulli – Itália/Maria Turchetto – Itália/Michael Löwy – França/Michel Ralle – França/Nestor Lopez – Argentina/Nicolas Tertulian – França/Pierre Broué – França/Ronald Chilcote – Estados Unidos/Serge Wolikow – França/Timothy Harding – Estados Unidos/Victor Wallis – EUA/Vittorio Morfino – Itália

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

REVISTA *CRÍTICA MARXISTA*
Armando Boito Jr.
Cemarx, IFCH, Unicamp
Caixa Postal 6110
13083-970 Campinas SP

www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista

Sumário

Apresentação.....9

ARTIGOS

Como reconhecer a filosofia política?.....13
Jacques Bidet

O humanismo e o homo sapiens.....28
João Quartim de Moraes

A burguesia no Governo Lula.....52
Armando Boito Jr.

Ciência: força produtiva ou mercadoria?.....77
Marcos Barbosa de Oliveira

Classe média e escola capitalista.....97
Décio Azevedo M. de Saes

Marx, Engels e o sistema de poder mundial no séc. XIX.....113
Muniz Ferreira

As vozes da violência na cultura brasileira contemporânea.....132
Tânia Pellegrini

Kautsky e a Revolução de 1905.....154
Ricardo Musse

COMENTÁRIOS

Sobre um romance de Tariq Ali. Espelhos Quebrados: a experiência revolucionária em face da crise do modelo soviético167
Francisco Foot e Michael Löwy

RESENHAS

João Roberto Martins F^o. *The sorrows of Empire. Militarism, secrecy and the end of the Republic*.....173

Danilo Martuscelli. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*.....177

Pedro Paulo Funari. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de História”*181

Jorge Grespan. *Esquinas Perigosas da História*.....185

Gaudêncio Frigotto. *Nova Hegemonia Mundial . Alternativas de mudanças e movimentos sociais*.....189

RESUMOS/ABSTRACTS.....194

O vigésimo primeiro número de *Crítica Marxista* publica artigos sobre filosofia, filosofia política, política brasileira, ciência, educação, relações internacionais, cultura e estudos de clássicos do marxismo. São intervenções e análises elaboradas de uma perspectiva marxista sobre temas e problemas os mais diversos, com o que *Crítica Marxista* pretende contribuir para o debate teórico e político entre os socialistas brasileiros.

Mas nós não teceremos considerações sobre os textos que publicamos neste número da revista. Utilizaremos excepcionalmente o espaço desta Apresentação para reparar um erro editorial cometido no número anterior.

Naquela ocasião, por um erro nosso, deixou de ser publicada a Apresentação do texto de Louis Althusser, até então inédito em português, intitulado “A corrente subterrânea do materialismo do encontro”. Por considerarmos esse texto importante e, ao mesmo tempo, muito polêmico, decidimos reproduzir abaixo a Apresentação que escrevêramos então.

* * *

“O vigésimo número de *Crítica Marxista* publica artigos sobre temas bem variados, mas é o texto de Louis Althusser, até aqui inédito em português, que pode provocar mais polêmica. Ensaio filosófico inacabado, escrito em sua maior parte em 1982, *Le courant souterrain du matérialisme de la rencontre* permaneceu inédito durante a vida do autor. Foi publicado apenas em 1994, graças ao trabalho de recuperação e de composição de François Matheron. Desde então tem alimentado muitas polêmicas.

Althusser procura identificar na história da filosofia uma longa tradição subterrânea, que ele chama materialismo aleatório, da chuva, do encontro, do “pegar” ou “dar liga”: todas estas expressões, algumas evidentemente metafóricas, são indispensáveis para compreender sua última obra filosófica. Retomando do materialismo antigo a tese de que todas as configurações concretas da natureza resultam do encontro fortuito dos elementos que as constituem, ele a transpõe para os processos técnicos, culturais e históricos, que consistiriam na combinação, radicalmente contingente, de componentes heteróclitos. Há combinações que “pegam”, como a do cimento, ferro, areia, cal, pedra britada etc. na produção do concreto. Nada predispunha cada um destes elementos a sintetizarem-se, mas, sintetizando-se, sua junção contingente gera efeitos necessários. O aprofundamento da divisão social do trabalho, a ampliação da produção de mercadorias e a acumulação do capital-dinheiro remontam a tempos “ante-diluvianos”. Não era uma fatalidade inscrita em alguma lei do devir que esses processos se combinassem, na Inglaterra dos séculos XV-XVII, com a separação generalizada dos trabalhadores relativamente aos meios de produção e o controle da produção pelo capital. A liga pegou, conduzindo, em alguns séculos, à dominação planetária do capital financeiro.

Há quem conteste que a descoberta desse materialismo subterrâneo constitua parte integrante da obra de Althusser. Além de inacabado, argumentam, o texto foi produzido em condições psíquicas precárias e editado apenas após a morte do autor. Preferimos deixar de lado esse tipo de consideração, atendo-nos apenas aos argumentos em torno da polêmica fundamental.

Alguns comentadores consideram o texto que aqui apresentamos o ponto lógico de chegada de idéias que, de algum modo, já estariam virtualmente contidas na obra dos anos 1960 - *Pour Marx e Lire le Capital*. Em um congresso internacional sobre a obra de Althusser ocorrido em Veneza em fevereiro de 2004 houve pesquisadores, como Warren Montag, que aduziram em defesa dessa tese o fato de terem encontrado nos arquivos de Althusser uma carta da década de 1960 em que ele já utilizava a expressão “materialismo do encontro”. Outros, entretanto, argumentam, ao contrário, que o materialismo do encontro representa uma ruptura com o materialismo praticado por Althusser e seu grupo na década de 1960: não seria possível compatibilizar a versão estrutural do materialismo histórico, então produzida pelos althusserianos, com o materialismo aleatório do último Althusser. Poderíamos acrescentar uma terceira consideração a esse debate: o fato de aquele materialismo estrutural ter descurado o conceito de forças produtivas e o seu papel na teoria da história, não o predisporia a conceber a mudança histórica como contingência? Alguns dos participantes do Congresso de Veneza consideraram que o materialismo do encontro representa uma ruptura de Althusser com o próprio marxismo. Nesse mesmo congresso, Maria Turchetto propôs uma inter-

pretação do texto em que retificava o materialismo do encontro e colocava em evidência a dívida intelectual de Althusser para com o biólogo Jacques Monod – parte das intervenções do Congresso de Veneza está na página www.althusser.it.

O Comitê e o Conselho Editorial de *Crítica Marxista* abrigam avaliações distintas da produção althusseriana dos anos 60; entre seus editores e colaboradores há opiniões negativas a respeito do texto que ora publicamos. Prevaleceu, contudo, a idéia de que ele vale pelas perguntas sem rodeios que sacodem as visões simplificadoras do processo histórico, por sua originalíssima contribuição crítica ao debate sobre as categorias marxistas e pelo aprofundamento filosófico da posição materialista.

A presente tradução foi elaborada por Mônica G. Zoppi Fontana, que realizou também notável trabalho de edição crítica do texto, contando com a colaboração de Luziano Pereira Mendes de Lima. Apoiando-se em pesquisa própria e também no trabalho de Vittorio Morfino e Luca Pinzolo, que fizeram a tradução italiana do texto de Althusser, Mônica Fontana colocou à disposição do leitor brasileiro um rico manancial de informações sobre o texto e sobre as obras e autores nele citados, o que valoriza muito a edição brasileira de *‘Le courant souterrain du matérialisme de la rencontre’*.



Como reconhecer a filosofia política?

JACQUES BIDET*

Reconhecemos uma filosofia materialista pelo fato de que ela possui os mesmos conceitos para o que deveria ser e para o que é. As ciências sociais nasceram de sua separação da filosofia. Porém, a filosofia não se resignaria a esta separação. Sua sina é distinguir e pensar a unidade daquilo mesmo que ela divide. Eu desejaria, neste sentido, fazer aparecer uma afinidade paradoxal entre uma política (aquela de Hobbes) e uma economia (a de Marx), considerando ambos autores como nossos contemporâneos. O primeiro falava de uma sociedade de lobos a ser revertida numa ordem de razão; o segundo, de um mundo invertido, *verkehrte Welt*, a ser reposto no lugar. Grito da moral? Exigência de um “direito natural”? Conceito analítico que se abre para um conhecimento e uma prática?¹ O que acontece quando abandonamos esta idéia?

* Filósofo francês diretor da *Actuel Marx*. Tradução de Mónica G. Zoppi Fontana. Luziano Pereira Mendes de Lima levantou as referências em português e Armando Boito Jr. fez a revisão técnica.

¹ Permita-se-me referir a meu livro recente *Théorie générale*, Paris: PUF, 1999, 504 p., no qual os conceitos de que me utilizo aqui são apresentados de forma sistemática. No presente texto, eu argumento a favor desta teoria especialmente em relação aos filósofos, assim como o fiz recentemente em diversos trabalhos destinados respectivamente a juristas, sociólogos, historiadores e economistas. Restringir-me-ei a alguns pontos aparentemente mais difíceis: inversão, bipolaridade, bifacialidade, organização, uli-modernidade. Um debate sobre este tema se desenvolveu no sítio <http://www.u-paris10.fr/ActuelMarx>. Agradeço a Annie Bidet-Mordrel suas observações críticas sobre este texto. [Nota do autor à edição brasileira: Toda essa problemática foi recentemente retomada no livro que consagrei a Marx, *Explication et reconstruction du Capital*, PUF, 2004. Para mais detalhes, ver a minha página: <http://perso.wanadoo.fr/jacques.bidet/>]

Hobbes e Marx, política e economia

1. Com Hobbes se anuncia a pretensão moderna de fundar a ordem política sobre a palavra compartilhada. O pacto social, para ser um acordo entre todos, instituindo um poder comum, supõe este momento da “comunicação” interindividual: é como se cada um dissesse ao outro “façamos um pacto, demos o poder a um só”². Paradoxo: cada um propõe a cada um uma declaração comum entre indivíduos livres-iguais e racionais, pela qual todos declaram instaurar uma autoridade que não deve mais responder perante aqueles que a instituíram.

Trata-se, portanto, somente de um “como se”. Pois, aquilo que na exposição hobbesiana se encontra, assim, “instituído”, não é mais do que um poder *já realmente existente*, com o monopólio efetivo de prescrever o direito e a capacidade de fazê-lo executar. A partir daí, a autoridade somente se afirma pela pressuposição do acordo discursivo, que, contudo, só existe como seu pressuposto por ter sido instaurado no exercício de um poder que já não deve mais lhe prestar contas. Em outras palavras, o contrato social só é instaurado nas condições não contratuais do poder efetivamente reinante, que, no entanto, o pressupõe. Com efeito, o que é notável em Hobbes, não é tanto o fato de que ele legitima o poder absoluto em nome do pacto social que se supõe inerente a ele, mas é esta equivalência que Hobbes defende, muito logicamente, entre a “república de instituição”, notadamente fundada sobre um contrato explícito desse tipo, e a “república de aquisição”, fundada sobre a força ou a conquista (*Leviatã*, cap. XX), equivalência que faz da primeira um caso particular da segunda. Um caso de escola. Aquilo que, em outros termos, encontra-se, assim, legitimado, é o poder existente de fato – contanto que seja absoluto – cuja existência mesma engendra a essência: a qualidade do Estado de direito.

Dessa maneira, a instituição contratual não é em si mesma um começo. Ela é o pressuposto de um poder que começa e perdura pela força. Este poder não poderia ser indiferente a seu pressuposto, pelo qual se lembra ao príncipe que se presume que ele é só um ator no lugar e posição dos autores (da história), os quais reclamarão dele se não cumprir sua suposta função, esta que manifesta seu poder absoluto: a manutenção da ordem supostamente pacífica dos intercâmbios. Porém, esse pressuposto contratual só tem aqui um estatuto ontológico mínimo. A liberdade só é dada na sua alienação. A instituição da “república” não é mais do que o perpétuo começo de seu próprio fim.

² “(...) é como se cada homem dissesse a cada homem: Cedo e transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem, ou a esta assembléia de homens, com a condição de transferires a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações.” Em T. Hobbes, *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os pensadores), p. 105, cap. XVII, II.

2. A teorização democrática posterior pode ser analisada como uma série de esforços renovados para enfrentar o problema posto por Hobbes: submeter o Estado aos cidadãos. Assim, encontramos a contestação lockeana a um poder abandonado nas mãos de um só, sua teoria de um governo submisso a uma assembleia legislativa representativa; a crítica spinosista à idéia mesma de contrato, que o entende como renúncia do indivíduo à sua potência; também, a crítica de Rousseau a um pacto que não constitui, simultaneamente, o cidadão comum em soberano efetivo. E, ainda, a crítica hegeliana ao contrato, tido como o reino de relações puramente privadas. Trata-se sempre, supostamente, da crítica ao processo desapropriador de um poder que, no entanto, se refere à liberdade “contratual” de cada um e de todos: crítica à inversão que se opera sob a forma mesma do contrato. O manuscrito marxiano de 1843 representa, sem dúvida, o ápice desta crítica democrática.

3. Porém, a situação complicou-se singularmente com *O Capital*. Marx abre uma “nova fronteira” à filosofia política, aquela da economia. Sobre esse terreno, ele reitera, paradoxalmente no entanto, a invenção hobbesiana *nas formas de sua crítica*. A exposição do *Capital* se inicia, com efeito, nos termos do contratualismo clássico através de uma definição desta ordem pública universal de parceiros de mercado que se reconhecem como proprietários livres e iguais, “verdadeiro Eden dos direitos do homem e do cidadão”. Cada um determina livremente seu lugar no mercado, ordem livremente consentida de restrição social racional³. É como se cada um dissesse a cada um: “Façamos este pacto: só haverá entre nós relações de

³ Considero como já conhecida a interpretação de *O Capital* que propus e argumentei em diversas obras. Tratando-se aqui da Primeira Parte do Livro I “*Mercadoria e dinheiro*”, defendo que ela tem por objeto real (e legítimo, nos limites do projeto marxiano) o conceito de *meta-estrutura mercantil de produção*, no qual *meta* designa um nível superior de abstração. Rejeito, portanto, como não pertinentes, três interpretações correntes, para as quais, certamente, podem se encontrar alguns apoios “filológicos” (dado que Marx procura Tateando seu caminho), porém, nenhum argumento teórico: a leitura “histórica”, que vê ali uma teoria da produção *simples* de mercado; aquela que a considera como uma análise da *circulação* mercantil, chamada “circulação simples” (Marx se expressa neste sentido no fim do capítulo VI, porém, desde o início, ele tratou logicamente, *na realidade*, da *produção* mercantil, ao mesmo tempo que dos intercâmbios); aquela que vê aí um estudo de um “elemento” (a mercadoria) ou de uma relação *elementar*, o mercado, do qual a seqüência da exposição desenvolveria sua “complexificação”. A interpretação que eu chamo “meta-estrutural” não me é própria. Ela é compartilhada por todos os que fazem uma leitura “teórica” da teoria, entendendo-a como exposição desenvolvida do abstrato ao concreto (e não do simples ao complexo). Ela compreende, assim, o mercado, a forma mercantil de produção, como o *contexto geral* (ou “abstrato”) de relações propriamente capitalistas. Ela suscita

troca livremente consentidas, não confiemos o poder a ninguém e deixemos o mercado funcionar sozinho”. Da mesma forma que, segundo Hobbes, o pacto constrói a “sociedade civil” como ordem política, assim, Marx a erige, aqui, como ordem econômica. Porém, do mesmo modo que em Hobbes, o poder comum pressuposto aqui só existe monopolizado por um só, cujo fim próprio é acumular, supostamente para o grande bem de todos, poderes sobre poderes. Esta proclamada ordem universal do mercado só existe nas suas condições reais, nas quais a propriedade se apresenta sob uma forma determinada, já concretamente constituída. Conforme esta ordem real, o intercâmbio é função da propriedade estabelecida. Aqueles que possuem os meios de produção trocam, explica Marx, salários por força de trabalho, de maneira tal a obter desta um valor superior ao daqueles, etc. Seu fim racional é o lucro, ou seja, como em Hobbes, a acumulação de poderes sobre poderes – o que constitui a substância concreta desta riqueza “abstrata” designada com o nome de mais-valia.

Marx retoma, assim, o dispositivo hobbesiano, infringindo-lhe um duplo remanejamento. Por um lado, ele o alarga, nos termos do materialismo histórico, do político para o econômico, revelando, assim, o poder soberano como fato de classe. Por outro lado, ele intervém com o saber democrático adquirido: *O Capital*, que propõe uma alternativa, é propriamente uma crítica ao *Leviatã*, o qual consagra a ordem estabelecida. Este duplo remanejamento, materialista e crítico, pelo qual o desafio democrático de constituir um poder comum se encontra radicalmente renovado, não deve impedir de enxergar que o dispositivo formal, com seu conteúdo analítico, está preservado. A estrutura fica, com efeito, formalmente a mesma: aquela do acordo que só é pressuposto nas condições de sua inversão no seu contrário, de um mundo invertido, *verkehrte Welt*. Porém, enquanto que Hobbes acredita ter instituído, pela alienação multilateral de poderes individuais, a ordem pública racional, Marx faz dramaticamente aparecer a inversão enquanto tal, e a configura, ao contrário, como seu pressuposto.

Esta categoria hobbesiana de contrato ressurgue quando Marx chega, no capítulo 2, ao dinheiro, fecho e chave racional do sistema do mercado, “no começo é a ação”, ele escreve, uma “ação social”, um “ato comum”, que separa uma mercado-

naturalmente um grande número de questões. Havendo-a examinado nos seus diversos pressupostos filosóficos, sociológicos, jurídicos, históricos e políticos, fui conduzido a propor uma “refundação” da teoria a partir de um *outro* começo. Ou seja, uma outra concepção de “meta-estrutura”, enquanto articulação antagônica da relação bipolar mercado/organização, homóloga da relação de co-implicação de contratualidade interindividual e central: este conjunto, invertendo-se em “estruturas”, constitui o princípio moderno da relação de classe, ou estrutura. A meta/estrutura é a dialética da inversão da meta-estrutura em estruturas, no que estas a colocam como seu pressuposto.

ria para ser o equivalente universal.³ Ato que é um pacto, formulado, à maneira de Hobbes, na beleza obscura do latim do Apocalipse: “*illi unum consilium habent, et virtutem et potestatem suam bestiae tradunt*”, “eles deliberaram em conjunto: entregar todas suas forças e poder à besta”. Pacto a-histórico, mas não ao modo transcendental, justamente porque define um período da história, uma estrutura histórica que pressupõe a repetição de seu pressuposto.

Podemos, assim, nesse sentido paradoxal, falar da estrutura hobbesiana de *O Capital*, Livro I, Partes 1 a 3. E nisto, o *Leviatán* e *O Capital* se apresentam de forma semelhante, para a leitura e reelaboração, como clássicos da teoria do mundo moderno. O contrato universal mercantilista entre aqueles que se dizem livres, iguais e racionais só existe invertido na ordem do capitalismo. Em termos “filosófico-políticos”, a contratualidade vira subjugação. *Porém esta se apresenta ao pensamento, como “inversão da liberdade em não-liberdade”, a partir da liberdade. O que faz, também, com que a contratualidade seja lembrada na subjugação moderna: na luta permanente daqueles que são, desse modo, designados como livres. Em termos “econômicos”, apresenta-se correlativamente para ser concebida como, conforme o indica o título da segunda parte do Livro I, uma “transformação do dinheiro em capital”, ou seja, como transformação das relações mercantis de produção em relações propriamente-capitalistas. E trata-se aí, desenvolvida segundo o duplo registro filosófico-político e econômico, de uma só e mesma teoria. Tal é o ponto forte da construção que renova, assim, radicalmente, a questão democrática. Marx reinscreve no paradigma político do contrato o contexto da produção, contexto materialista ecológico da relação do homem com a natureza⁴, e torna a contratualidade a matriz das relações modernas de classe.*

³ N.T. Cf. K. Marx: “Mas apenas a ação social pode fazer de determinada mercadoria equivalente geral. A ação social de todas as outras mercadorias elege, portanto, uma determinada para nela representarem seus valores. A forma corpórea dessa mercadoria torna-se, desse modo, a forma equivalente com validade social; ser equivalente geral torna-se função especificamente social da mercadoria eleita. Assim, ela vira dinheiro”. (Em *O Capital*. 8a. ed. São Paulo: Difel, 1982. vol I, pp. 96-97).

⁴ Marx apreende a vida social a partir desta materialidade das relações sociais de produção que existem enquanto tais somente na articulação entre tempo e uso, trabalho abstrato e concreto, valor e valor de uso. O próprio desse paradigma aristotélico chamado de “valor-trabalho”, em realidade, de “teoria trabalho-uso do valor”, consiste em articular a questão racional do tempo, àquela, razoável, dos usos. O uso não é a utilidade abstrata, passível de ser inscrita no espaço abstrato do cálculo (utilidades balanceadas com inutilidades), mas concerne à materialidade das condições de existência, na sua forma cultural, identitária determinada. Contrariamente à *praxis*, que vale por si mesma, o trabalho, *poièsis*, vale por outra coisa, por uma vida, por uma cultura que lhe é exterior e vale por si só (a menos que o trabalho mesmo se encontre, também, inscrito nela). A idéia marxiana de uma teoria da

A separação das disciplinas e a autonomia das esferas

O momento Marx apresenta-se interessante pelo fato de preceder à divisão das ciências sociais, à sua pretensão de independência, a seu adeus à filosofia. O materialismo histórico, como pode se ver ainda na reconstrução que propõe Habermas, é o projeto de pensar conjuntamente as ciências sociais, quer dizer, de pensá-las junto com a filosofia. O próprio da exposição de *O Capital* é que ela se desenvolve progressivamente como discurso autônomo de “ciência econômica”, mas a partir de um começo no qual a temática se estabelece sobre o terreno da antropologia e da filosofia política – corte epistemológico como processo⁵.

Que o impulso das ciências sociais seja o fruto de sua separação, de sua dispersão e de sua desordem nada tira da necessidade de interrogar-se sobre o que esta autonomização de saberes deixa em suspense, sobre os limites de uma interdisciplinaridade reivindicada somente *ex post*. E resta saber quais relações esta forma de autonomização disciplinar mantém com a pretensão liberal segundo a qual, na sociedade moderna, a economia teria se dissociado da política.

1. Não poderíamos subestimar a importância das refundações *institucionalistas* da economia, que questionam a unicidade do paradigma neoclássico, aquele da forma mercado, tido como capaz de engendrar por si só o mundo de uma economia *racional*. Colocando no mesmo nível teórico o *mercado* e a *organização*, estas refundações destroem a idéia de que o primeiro representaria uma ordem natural. Elas constituem uma bipolaridade racional social primária, que não deixa de aparecer como homóloga da bipolaridade constitutiva da ordem política *razoável*, que opõe polarizadamente a contratualidade interindividual e a central, a liberdade dos Modernos e a liberdade dos Antigos, oposição antagônica, única pela qual pode haver aí contratualidade. Afirmamos isso aqui brevemente, pois é o objeto

praxis abarca uma e outro. Tomando a produção como produção de valor de uso, ela convoca uma teoria da sociedade como teoria de sua cultura. A relação entre tempo de trabalho e valor de uso é analisada como relação social em termos de restrições racionais (o mercado); porém, tomadas nas suas ligações com as relações de dominação (de apropriação e de controle) a que elas dão lugar e que inflexionam a produção para as condições de sua reconstituição. Este paradigma, que eu desenvolvo em *Théorie Générale*, é, então, o da articulação da teoria econômica, da teoria da cultura e da teoria jurídico-política. Ele inscreve a teoria econômica no seu contexto jurídico-político e *cultural*.

⁵ Sigo, portanto, a análise de Emmanuel Renault referente à epistemologia de Marx, notadamente no seu artigo aparecido em *Marx 2000*, sob a direção de E. Kouvélakis, Paris, PUF, 2000, “L’histoire des sciences de la nature et celle de l’économie politique”; porém, eu acrescento, também, que a presença da temática filosófico-política distingue a teoria marxiana de outros discursos econômicos.

mesmo da teoria meta/estrutural explorar essa relação muito complexa enquanto princípio das relações de classe. No entanto, percebemos como a teoria dita *standard* expulsa a filosofia da economia.

As teorias da regulação renunciaram a especular sobre os princípios teóricos primeiros. Sua teorização própria se refere a “conceitos intermediários”, entre esta conceptualização primeira indecível e os objetos mais concretos. Aquilo que eles designam como “instituições” é, no entanto, concebido como determinação segunda – organização social (política, jurídica) – de uma ordem de mercado supostamente primária e não instituída. É esta a razão destas teorias se demorarem sobre o institucionalismo. Uma tal investigação, por não partir do lugar bipolar onde se constituem a economia e a política, está destinada a produzir obras de utilitarismo, a buscar o bom capitalismo (produtivo e consensual) contra o mau capitalismo. Recalcando a questão teórica do fundamento último, ela só reconhece, efetivamente, o legítimo nas formas weberianas da legitimação, ela rejeita o pensamento do direito. Ela renuncia, assim, a pensar um *outro* mundo, repostado no seu lugar.

Quanto à economia que se designa como “marxista”, ela abre um espaço de explicação e de referência digno de apreço. Ela tende, porém, a demandar da filosofia política somente um suplemento de alma. A economia dita “marxista”, se resiste a enxergar que a filosofia política possa operar sobre seu próprio terreno, a se interessar por seus conceitos primeiros, não vê os efeitos dessa operação no espaço das estruturas e das tendências que ela apreende. Porém, é a esse preço que ela poderia manifestar sua capacidade de propor algo diferente de uma variante radical de teoria da regulação.

2. À sociologia se impõe, naturalmente, uma infinidade de tarefas diversas. Nas suas formas mais potentes, ela se coloca a questão da unidade de seu propósito. É claramente o caso da teorização de Bourdieu, que se apresenta como uma “teoria geral da prática”. Reivindicação que não podemos deixar de pôr em relação com o projeto marxista de uma “teoria da *praxis*”, vertente política do materialismo histórico. Porém, o que diferencia o projeto de Bourdieu é que, onde o materialismo histórico tomava por objeto a articulação das “relações de produção” e das “forças produtivas”, ele as excluiu de seu campo e propôs exclusivamente uma teoria das relações sociais, ratificando o gesto fundador pelo qual a sociologia nasce separando-se disso. Bourdieu postula, certamente, e pratica maravilhosamente bem, a interdisciplinaridade, mas uma interdisciplinaridade segunda, *ex post*, a partir da autonomia de ciências que repousam sobre seus próprios axiomas. A filosofia tem a vocação de tentar pensar em conjunto os conceitos primeiros das ciências da sociedade. A “teoria da prática”, por ter uma ambição “geral”, tende a atribuir-se o lugar de um programa da *praxis*. Ela constitui, certamente, um pode-

roso laboratório de descoberta e de crítica de ideologias⁶. Porém, um programa geral inscrito dentro dos limites da sociologia (quer dizer de uma teoria das relações sociais) não bastaria para colocar a humanidade diante de suas tarefas e responsabilidades últimas, que concernem à sua relação conjunta (intencional/não-intencional) com a natureza, às formas de apropriação ligadas aos modos de produção, aos espaços de possível, às tarefas que aí se perfilam. A “teoria da prática” não permite, por si mesma, pensar a distância entre a humanidade e sua prática.

3. É dizer pouco que a filosofia política tende hoje a renunciar a tais tarefas. Na sua variante “liberal”, abandonando a economia a si mesma para cultivar “o político”, ela não é senão máscara e recalque. Na sua versão republicana, a mais comum – teoria dos direitos do homem e do cidadão, teoria da justiça, ética do discurso –, ela realiza tomadas de posição – tudo bem ponderado, bastante análogas entre si. Chamá-las-emos, então, ao modo dos juristas, a Doutrina. Um bom exemplo é oferecido por Habermas no seu “código jurídico”⁷, que define rigorosamente os direitos que asseguram a autonomia privada (direito ao maior sistema de liberdades de ação igual para todos, direito a ser membro de uma associação jurídica voluntária, tipo Estado-nação, direito à proteção jurídica efetiva), e os que garantem a autonomia pública, razão pela qual não se é somente destinatário, mas também autor desta ordem legal (direito igual a exercer a cidadania; condições de vida e de cultura que o permitam efetivamente). Tudo parece já dito. Porém, esta doutrina se completa nela mesma por um artigo adicional, nada secreto, mas recalcado fora do código, que consiste em estipular que, realizadas supostamente as condições acima, se todas as partes aceitam jogar o jogo da democracia e ocupam posições (formais, materiais e culturais) para fazê-lo, *todo o resto é negociável*. Negociável entre parceiros de poderio diverso. Um conceito de “compromisso” configura, assim, o pivô da Doutrina⁸.

Longe de excluir a contradição – essa temática prescrita –, é necessário, ao contrário, reconhecê-la; os objetivos da luta política exigem, um pouco em todo lugar, mudanças profundas; porém, ao preço da renúncia sub-reptícia à idéia de

⁶ Observamos isto, ainda, no artigo de Pierre Bourdieu e de Loïc Wacquant no *Le Monde Diplomatique*, maio 2000.

⁷ *Droit et démocratie*, Paris, Gallimard, 1997, pp. 138-149. Trad. Bras. *Direito e democracia: entre faticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

⁸ Em Habermas, esta é uma consideração teoricamente central, mesmo que retoricamente marginalizada (já tentei demonstrar que a justificativa teórica que ele propõe constitui uma “contradição performativa”, *TG*, § 913). Em Bourdieu, ela intervém com uma inflexão totalmente diferente (“levantar a barreira”). Trata-se, naturalmente, da categoria política pivô da regulação, que reconhece, também, que nem todos os compromissos são equivalentes.

“recolocar o mundo no lugar”. De repente, ela toma conta das coisas. É necessário constatar que, na época em que o liberalismo se sentia seguro de si mesmo, ele corria, neste aspecto, mais riscos. Observe-se Locke e Kant, que admitiam não poder começar senão pelo “comunismo (teoricamente) primitivo”⁹. Com efeito, a partir desse momento em que nos declaramos livres e iguais, sabendo que nossas relações são de uso do mundo, declaramos, ao mesmo tempo, que “o mundo pertence a todos por igual”. Estes autores precisam de uma cadeia alucinante de “deduções” para chegar a afirmar que o mundo só pertence verdadeiramente e convenientemente a todos se ele for compartilhado conforme as regras efetivamente em vigor da propriedade capitalista. A Doutrina se furta a essa retomada abismal e ao confronto aterrorizador com esse instante “original”. Um único autor contemporâneo, John Rawls, o enfrenta abertamente, ao menos em um primeiro enunciado da justiça, segundo o qual tudo entre nós, poderes, riquezas, etc. deveria ser igual – a menos que, em alguma diferença, aqueles que possuíam menos pudessem encontrar um maior aumento de sua potência. Porém, o resto de sua obra não é mais do que um esforço para conjurar esta confissão. A Doutrina se afasta da posição original, que é, efetivamente, o equivalente *thought-experimental*, sob a forma de experiência de pensamento, da “revolução”. Na sua formulação mais refinada, aquela da “política deliberativa”, ela convoca para deliberar uma vez que as cartas já foram dadas. Ela só conhece, efetivamente, as pessoas “em carne e osso”, ao modo de Nozick, quer dizer, dotadas de suas propriedades, em todos os sentidos deste termo, às quais solicita-se que se entendam, sob as restrições do “código jurídico” democrático. Código “social”, certamente, que veicula uma idéia substancial e comunitária de emancipação. Mas que ratifica, à maneira do liberalismo, o final de um relato previamente aceito, o do fim do “comunismo”. Ora, o comunismo era precisamente “o horizonte de nosso tempo”: a quinta-essência e a superação das revoluções burguesas. Ele encarava finalmente aquilo que elas anunciavam – liberdade, igualdade, comunidade –, dado que ele retornava à questão bíblica originária (aquela de Locke e de Kant: a quem pertence o mundo e tudo o que ele contém?) e ele propunha uma resposta coerente, visando confrontar a sociedade humana com esta situação “original”, não por voluntarismo, mas pela luta política como arte de descobrir e de pôr em prática as potencialidades e tendências efetivas.

Somente que esta resposta era falsa. E as teorias vulgares do fim da história não se equivocavam neste ponto: o que afundou, é o que elas chamam “o comunismo”. Afundou, efetivamente, como o resumo e o último grito das Luzes, *como sua única consequência possível neste dia historicamente dado*. A crítica filosófica

⁹ Sobre esses temas cf. *TG*, §622 A, “La thèse moderne du contrat social planétaire”.

pós-moderna¹⁰ declarou o fim dos grandes relatos como sendo o fim desses grandes sujeitos nos quais o simples sujeito encontrava seu horizonte. Algo efetivamente chegou a seu fim. Mas isto nos conduz às planícies liberais? Ou a uma irremediável divisão das línguas? Parece-me que as questões e exigências que enfrentava o comunismo continuam sendo, também, inelutavelmente nossas. Uma miragem desapareceu, porém não saímos da modernidade. Nós atingimos, ao contrário, uma “ulti-modernidade”, na qual todas as suas pretensões foram postas em incandescência, em ofuscante evidência. Retomar essa questão supõe um retorno sobre “o obscuro desastre”. E sobre Marx. Não um retorno a Marx. Mas sobre seus princípios, que serviram de guia. Para corrigí-los. Se isto for possível.

A política e além

1. Desde o início da sua exposição, Marx indica em que direção ele orienta o relato. Antes mesmo de chegar à “inversão” do dinheiro em capital (quer dizer, do mercado em capitalismo), ele aponta, no §4, consagrado ao fetichismo da mercadoria, que o pacto mercantilista não é o único concebível. “Suponhamos, finalmente, para variar, uma sociedade de homens livres que trabalham com meios de produção comuns e que empregam suas múltiplas forças individuais de trabalho, conscientemente, como uma força de trabalho social”^b etc. Ele evoca, dessa maneira, a figura do contrato (“da associação”, como dizia Rousseau), entre cidadãos produtores. E o faz nos termos do *thought experiment* de J. Rawls, i.e. da experiência de pensamento. Porém, longe de se contentar com isso, ele se debruça por inteiro em uma *outra* experiência, a do conceito de um mundo *inteiramente* mercantilista, quer dizer, capitalista. A estratégia de escritura de *O Capital*, consiste, no entanto, em mostrar que a dinâmica do capitalismo é tal, efetivamente, que fornece condições favoráveis para a realização da experiência de pensamento: a concorrência capitalista conduz à concentração¹¹ do capital e, desta maneira, ao

¹⁰ Alguns lêem o pós-moderno como o fim da história, da arte, do ego, do sujeito, do relato, etc. *burguês*. Assim F. Jameson, em *Postmodernism, or The cultural Logic of Late Capitalism*, Duke University Press, 1992 (trad.bras. *Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio*, São Paulo, Ática, 2a. ed., 1997). Parece-me que, na realidade, a forma de idealidade propriamente burguesa – que floresce desde as Luzes até as grandes revoluções do século XIX -, mesmo seguindo seu curso nos diversos lugares onde não tinha ainda triunfado, já havia “terminado” desde fazia algum tempo, tendo sido, desde o início do século XX, substituída pelo socialismo-comunismo emergente, que reciclava todos estes elementos do “progresso”. E que é exatamente o “sujeito” do fim que está em questão aqui.

^b N.T. K. Marx, *O Capital*, 8a. ed. São Paulo: Difel, 1982. vol I, p. 87

¹¹ Marx denomina “centralização” a fusão de capitais já formados, “atração do capital pelo capital” (Livro I, Capítulo 2, II), o que destaca o caráter próprio da organização, enquanto

desfalecimento das categorias de mercado face às categorias da organização. E o fim programado da história do capitalismo se perfila no fim da obra publicada em 1867, *O Capital, Livro I*: será necessário menos tempo para expropriar alguns usurpadores (alguns oligopólios mundiais) do que foi necessário para expropriar a imensa massa de trabalhadores independentes (capítulo 32). A continuação da obra econômica e política, notadamente a teoria das crises e de suas resoluções, sinaliza, certamente, o caráter problemático dessa perspectiva. O fim último, que inspira todo o percurso do pensamento, parece ser, no entanto, precisamente aquele que Engels descreve no *Anti-Dübring*¹²: a sociedade democrática planificada, evocada em algumas páginas bem marcantes da “Crítica do Programa de Gotha”, que retomam esta “representação” de uma ordem comunitária.

2. O erro trágico, já o sabemos, é ter pensado que abolir o mercado levaria à livre associação, pois liberaria os produtores para *outra mediação* social, para outro modo de coordenação produtiva: a “organização” *ex-ante*, fator análogo ao de classe¹³. Com a circunstância agravante, ainda, de que só há propriamente contratualidade na interferência de duas mediações racionais econômicas, na medida em que elas têm como sua outra face (razoável) o par antagonônico, também

divisão do trabalho na empresa por oposição à divisão mercantil: trata-se de uma coordenação *ex ante*, a partir de um centro.

¹² “Com os trustes, a livre concorrência se converte em monopólio, a produção social sem planejamento da sociedade capitalista se rende diante da produção planificada da sociedade socialista que se aproxima”, F. Engels, *Anti-dübring*, Éditions Sociales, 1963, p. 317; trad. bras. © Editora Paz e Terra (s. d. do tradutor), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, 2a. ed.

¹³ É aparentemente difícil à cultura “marxista” admitir a organização como um conceito de estatuto análogo ao de mercado, quer dizer, do mesmo nível, da maneira como eu o uso ao longo de todo o livro *TG*. O obstáculo epistemológico reside, então, na *episteme* liberal. Esta representa a organização como fator perverso, do qual o totalitarismo não seria mais do que sua generalização. A ordem ocidental é supostamente a da sociedade de mercado, na qual o mercado é a essência e a regulamentação seria, então, a determinação segunda, embora necessária. O Estado é descrito aqui como burocracia. Mas não se supõe que esta ordem seja definitiva dessas sociedades, dado que não são do gênero “burocrático”, pois são “democráticas”, respeitam a propriedade (i.e., aquilo que é próprio a cada um) e, portanto, o mercado. A equivalência epistemológica entre o mercado e a organização escapa ao senso comum liberal. É, sem dúvida, por outras razões que ela ficou teoricamente invisível aos marxistas, que não quiseram conhecer o elemento no qual eles se engajariam. Só podemos abarcar este fenômeno através de um retorno sobre as condições de classe do “movimento operário”, no qual as camadas de organizadores e de funcionários de todo tipo desempenharam um papel, notadamente ideológico, não negligenciável. A “classe operária”, já organizada para a grande empresa, foi durante muito tempo um fato de organização. Tornou-se, é verdade, problemática.

bipolar, da contratualidade interindividual e a central (co-implicação da autonomia privada e da autonomia pública).

Porém, o que deve chamar nossa atenção é o fato de que Marx, nesta famosa página de “Gotha”, inscreve a ordem comunitária no “mesmo direito”, igualitário¹⁴, que governa a ordem mercantilista apresentada na Parte 1 do Livro 1, que coloca a legitimidade única da igualdade-liberdade, supostamente realizada pela relação de intercâmbio. Toda a diferença consistiria em que o comunismo realiza, efetivamente, as promessas não cumpridas da relação mercantilista, aquelas do direito moderno. O erro de Marx é, então, menos o de ter pensado que a supressão do mercado levaria por si mesma ao espaço democrático da associação, que o de não ter percebido essa unidade, embora postulada por ele, do direito moderno, que não se concebe, com efeito, senão a partir da meta-estrutura contida na unidade antagonista de seus dois pólos (interindividualidade-centralidade) e de suas duas faces (racionalidade-razoabilidade), enquanto princípio das relações modernas de classe, dado que ela “se reverte” em estrutura de classe. É desta maneira que existe, efetivamente, um “direito natural moderno”, que exclui da sociedade toda ordem de natureza. E que, no entanto, dá lugar às formas de dominação próprias da modernidade (que são naturalmente fecundas em “naturalizações” de todo tipo).

É nesse sentido que introduzi o conceito de meta-estrutura, que vejo retomado aqui e lá, em diversos sentidos. A idéia está presente em *O Capital*, mas unilateralmente reduzida às relações mercantis. Eu não coloco esse conceito como substituto daquele de superestrutura. A meta-estrutura só se dá, efetivamente, invertida em seu contrário, em estruturas de classe, que são ao mesmo tempo, estruturas produtivas e estruturas *estatais*. Eu mantenho, portanto, um conceito estrutural de Estado¹⁵, no sentido de superestrutura de relações de classe. O conceito de meta-estrutura não esgota, mas redobra aquele de superestrutura, ao introduzir um conceito meta-estrutural de Estado¹⁶. Mas amplamente, e este é o primeiro ponto que eu gostaria de levantar, a política compreende-se como circulação dialética entre meta-estrutura e estrutura.

¹⁴ Este direito igual, foi logo chamado desigual, posto que nem todos possuem a mesma faculdade de trabalho, nem as mesmas necessidades, etc. Porém, trata-se somente uma outra peripécia teórica, que constitui a dificuldade do direito, ao mesmo tempo em que aponta a condição, propriamente inconcebível de seu fim: seria necessário que reinasse a abundância.

¹⁵ É portanto um equívoco identificar, como já pude ler em alguns textos, meta-estrutura ao Estado. O conceito meta-estrutural do Estado é explicitado no capítulo 3 da *TG*; o conceito estrutural, na Parte 53.

¹⁶ Segundo um movimento de resto esboçado em *O Capital*. Cf. *TG*, p. 314.

3. Nisto reconhecemos a filosofia política que é inseparável da teoria da sociedade.

Ela não se reduz à investigação meta-estrutural, objetivo inconcebível pelo fato de que a meta-estrutura só é colocada pelas estruturas. Ela não se identifica, portanto, à decifração da ordem de direito. Nem a uma fundação de princípios. Nem a uma dedução *a priori* do sistema de direitos do homem e do cidadão. Ela não define sua tarefa como a de tornar claras e coerentes nossas muito pesadas convicções (Rawls). Ela só se anuncia através da prova da teoria estrutural e sistêmica¹⁷.

Mas ela também não se engendra somente pela consideração da estrutura e do sistema de exploração e de dominação. Esta pode ser hoje a tendência do discurso marxista (ou do humanismo cristão): após a derrota, encontrar refúgio, contra todo reformismo consolador, na crítica à ordem existente. Tarefa necessária. E há infinitamente muito a fazer. Mas a filosofia política não teria nada a dizer, ela seria uma tarefa impensável, só revezaria com as ciências da natureza, se o sistema capitalista (do mundo) não reenviasse à estrutura (de classes)¹⁸, ao mesmo tempo que esta reenvia à meta-estrutura, que só ela coloca, como a pretensão de liberdade-igualdade-racionalidade da declaração-ficção moderna (daí seu interesse crítico pelas teorias do direito e da justiça).

A política só pode ser a tomada em consideração da meta-estrutura na situação da estrutura e do sistema, enquanto eles a põem, virando-a em seu contrário. Ela clama a deliberação discursiva como abolição do efeito-classe das mediações (mercado/organização), e cuja condição primeira é a reunião da força da multidão. Seu objeto, universalmente admissível, só pode ser designado nos termos spinozistas da elevação da potência de todos da perspectiva da maior potência dos menos potentes – o que eu designei pela expressão “princípio da igualdade-potência”. E ele só pode apresentar-se sob a forma, maquiaveliana, de uma estratégia, portanto de uma história, a qual não pertence no entanto à política, que é assunto de acordo entre contemporâneos, de prescrever um termo.

4. A consideração do *sistema* do mundo nos ensina, enfim, que a política se exerce hoje nas condições da ulti-modernidade¹⁹. Última, não no sentido de pôr

¹⁷ O conceito de “sistema”, na teoria “meta/estrutural” designa o sistema do mundo. Conceito do *global concreto*, enquanto que as categorias de meta-estrutura e estrutura se referem ao *geral abstrato*. Cf. *TG*, cap. 6.

¹⁸ A tese segundo a qual a estrutura (de classes) é a chave do sistema (do mundo), está explicada em §613 da *TG*.

¹⁹ Uti-modernidade se opõe, neste sentido, a posmodernidade. Não que seja contestável a problemática da diferença. Mas, pelas razões que expõe, em certo sentido, muito bem P. Bourdieu, a organização (produtiva, administrativa, informacional, científica, acadêmica,

fim à história, mas de terminar uma época. A ulti-modernidade é o momento em que, sobre o espaço organizado do sistema (imperialista) do mundo, se constrói algo completamente diferente: uma estaticidade mundial. A exigência de um pensamento-prático comum do uso do mundo, da cultura e da produção – longe de esvaecer-se no fracasso do comunismo – reaparece inelutável, na sua última dimensão: “global”. Não se trata mais só da propriedade comum dos meios de produção e de intercâmbio, mas do poder comum, sobre tudo o que outorga influência sobre o planeta. E reencontramos aí, assustadora e incontornável, a condição *natural* do contrato social, que finalmente comparece historicamente como aquilo que ela não pode não ser conceitualmente: já não mais uma questão naturalmente inscrita no quadro do Estado-nação, mas um assunto *entre todos os homens* em relação a si mesmos e ao planeta.

O quadro do debate é a partir de agora o Estado-mundo, sob o imperialismo, do qual ele constitui o poderoso instrumento, através dessas instâncias chamadas internacionais, mas das que, cada vez menos, poderemos nos retirar, e portanto, supra-nacionais – pois impõem hoje as normas *estatais* de um direito mercantilista promovido a universal. Mas que o Estado mundial venha a existir como Estado capitalista significa, também, que se estendem, a esta escala última, as exigências declaradas da meta-estrutura. Crítica infinitamente fraca, recalcada assim que enunciada, discurso do direito ao qual lhe é negado o estatuto de direito verdadeiro. Exigência de um poder democrático mundial, único capaz de proteger as nações (os fracos contra os poderosos). E que, paradoxalmente, estas só suscitam lutando contra as pretensões, ditas neoliberais, da “comunidade internacional”.

Aquilo que é “novo”, efetivamente, é a pretensão de um *direito* (mundial) *sem Estado* (mundial), *quer dizer sem cidadãos* (do mundo). Que este *neo* não seja mais do que uma máscara de um *Estado sem direito*, já realmente existente, só pode ser concebido considerando que somente há direito (ou “contratualidade”) na relação co-implicativa e antagonica (aberta ao *agon* ao mesmo tempo que ao *logos*) entre contratualidade interindividual e contratualidade central. Por isso, entre nós

etc.) não se realiza jamais a não ser na forma cultural particular e arbitrária. Os conflitos políticos comunitários, sob a cobertura substancial identitária, giram em torno do poder organizacional. Ao impor sua língua, que só ela domina, suas filiações, seus usos e valores de uso, uma maioria, ou uma minoria dominante, assegura interesses particulares, de riqueza e de poder, de influência sobre aquilo que só depende debilmente de uma “essência” cultural, de uma diferença cultural “essencial”. A questão das diferenças reenvia, assim, ao contexto de formas primárias da coordenação social moderna, a organização e o mercado (sempre organizado), tanto nos seus efeitos de classe e quanto nas suas relações sistêmicas (o arbitrário da fundação étnica dos Estados ou pseudo-Estados contemporâneos). O que não significa que as soluções sejam facilitadas.

só há regras, que têm, certamente, suas “leis”, ou seja, sua coerência sistemática e suas conseqüências imanentes (objeto de pesquisas científicas²⁰), porém, nenhuma lei de natureza. A suposta “lei” de mercado, como aquela, antes imaginada, do plano, traz a dissolução da humanidade na sua naturalidade. Na bestialidade. *Virtutem et potestatem suam bestiae tradunt. Once again, last but not least.*

Que o Estado capitalista mundial existe, por cima dos Estados, não é, então, forçosamente, uma boa notícia. Porém, aprendemos com ela que as teorias clássicas da filosofia contratualista não perderam nada de sua atualidade. Elas somente viviam, no charme provincial das velhas nações e dentro dos limites do particular, uma infância pré-figurativa da modernidade última, que é global.

Essa auto-análise da política em termos do contrato²¹ (e de sua inversão) permite, também, que ela perceba a dimensão de si mesma: tudo o que supera os interesses contemporâneos depende de um outro tribunal. Sabendo que a partir de hoje não faremos mais nada que comprometa irreversivelmente um futuro longínquo, estamos prestes a compreender que “nem tudo não é político”.

²⁰ À economia lhe corresponde procurar as melhores combinações. A exigência do direito é que elas sejam universalmente aceitáveis. Não no sentido de serem passíveis de consenso entre proprietários, mas conforme ao princípio prático da universalidade, ou “princípio da igualdade-potência”, que define as condições de uma propriedade legítima, elas, também, passíveis de discussão. Não uma regra particular, mas regra de argumentação, fora da qual o discurso não é argumentativo, mas manipulatório.

²¹ Em *TG*, eu propus uma crítica anarco-spinosista e maquiaveliana da contratualidade, considerando que a crítica ao contrato, impulsionada por Spinoza, Hegel e Marx, não tinha sido levada até o fim. O paradoxo é que alguns leram este meu propósito como “contratualista”. Ou atribuíram-me, ainda, a idéia de que a modernidade seria fundada sobre a contratualidade. É evidente que toda problemática de fundação, ou de fundamento, se encontra aqui excluída. Restava-me, ainda, mostrar que o neo-spinosismo, que se atribui toda uma corrente pós- ou neomarxista, só cumpre efetivamente suas promessas assumindo a um novo custo (meta-estrutural, precisamente) a crítica do direito natural.

O humanismo e o homo sapiens

JOÃO QUARTIM DE MORAES*

*A idade do homem não tem nenhuma importância.
Ele pode ser muito velho ou muito jovem.*

Louis Althusser

Retrato do filósofo materialista.

Origem e expressões históricas do ideal humanista

O *homo sapiens* tornou-se um produtor de formas ao inventar ferramentas que lhe permitiram ultrapassar a condição comum a todos os viventes (extrair imediatamente da natureza ambiente seus meios de subsistência), submetendo progressivamente a seus fins os meios e objetos sobre os quais incidia sua luta pela sobrevivência. O “salto qualitativo” das formas pré-humanas à forma humana do trabalho constitui o elo decisivo da hominização: o *homo* se tornou *sapiens* ao se tornar *faber*. Do ponto de vista da filogênese, as duas transformações são coetâneas e complementares: o esquema mental da forma útil é inseparável da destreza manual, que o toma por paradigma para moldar o objeto de trabalho. Mão e cérebro são igualmente decisivos, a tal ponto que, parodiando um preceito célebre do aristotelismo, podemos afirmar que nada há no cérebro que não tenha antes passado pelas mãos. Todas as demais formas que o homem veio a produzir (para o “bem” ou para o “mal”), notadamente a linguagem articulada, têm sua matriz nesta conexão originária.

O componente cognitivo da apropriação produtiva da natureza pelo *homo sapiens/faber* só muito mais tarde se autonomizou na teoria e nas diferentes modalidades da ideologia. Nas mais antigas civilizações históricas, a função de escriba, estreitamente articulada com a função sacerdotal, constituía o cérebro da proto-burocracia detentora dos meios organizados de gestão e, com o concurso da mão pesada dos guerreiros

* Professor de Filosofia da Unicamp.

profissionais, dos meios de coerção sociais. Da China antiga ao Egito faraônico, o “bloco histórico” formado pelos funcionários da religião, do saber e da força armada erigiu-se em classe dominante, vivendo da renda extorquida à massa camponesa. Longe, portanto de qualquer afinidade originária com o humanismo, a razão serviu, na aurora do tempo histórico, de instrumento de poder e de exploração.

Se, como nos parece consensual, os ideais humanistas são universais, não reconhecendo hierarquias “naturais”, nem diferenças essenciais entre os membros da espécie, é um equívoco supor que sua primeira expressão notável remonte à filosofia helena clássica. De Sócrates e Platão a Aristóteles, o ideal da cidadania, refletindo os interesses e valores da *pólis*, restringia-se a uma parcela minoritária da sociedade. Na própria democracia (que nenhum daqueles três tinha em muito alta conta), o poder era exercido pelo “demos”, termo que traduzimos por “povo”, mas que designava exclusivamente os membros adultos masculinos de uma coletividade em que boa parte do trabalho produtivo era assumida pelos escravos. Tampouco os numerosos estrangeiros (“metecos”) dispunham de direitos políticos.

Ofuscados pelo prestígio contemporâneo da democracia, vários estudiosos atribuem à *politéia* democrática uma característica inerente à *pólis* como tal, quer o detentor do poder fosse o povo (=cidadania ampla) quer fosse uma oligarquia (=cidadania restrita). Assim, Perry Anderson, em seu livro sobre as *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*, confundindo cidadania e democracia, sustenta que “a rejeição dos corpos constituídos – civis ou militares – separados do cidadão ordinário [...] definia a democracia ateniense”¹. Não somente na democracia, mas também na realeza (basiléia), na tirania (que freqüentemente se apoiava no povo para enfrentar a velha nobreza guerreira) e na oligarquia, não havia “corpos constituídos” separando governantes e governados. A Grécia clássica desconhecia as burocracias. Mas desconhecia também a idéia da universalidade humana. Mais exatamente, o reconhecimento da identidade da condição humana, que tinha apenas aflorado no século –V, em sentenças filosóficas (principalmente dos chamados sofistas), criticando os valores particularistas da *pólis* e conectando a sabedoria (razão prática) ao cosmopolitismo (a pátria do sábio é a terra toda), só com a decadência das *ciudades-Estado* encontrou, nos cínicos, e, mais tarde, no estoicismo e, sobretudo no epicurismo (ao qual, como se sabe, o então muito jovem Marx consagrou sua tese de doutorado), uma fundamentação filosófica que se inscreveu duradouramente na história do pensamento.

Que tenha sido este o solo histórico original do que seria mais tarde chamado humanismo explica porque ele surgiu dissociado não somente da técnica e do

¹ Perry Anderson, *Passagens da Antigüidade ao Feudalismo*, versão francesa, Paris, Maspero, 1977, p. 47.

trabalho, mas também da política. Desta, porque, circunscrita à pólis, ela excluía de seu âmbito todos os que não eram membros do “clube fechado” da cidadania. Rompendo frontalmente com aqueles valores excludentes, os proto-humanistas, oscilando entre o cosmopolitismo e o apolitismo, distanciaram-se da coisa pública. Daquelas, porque, como é notório, a escravidão bloqueava a aplicação dos conhecimentos teóricos ao desenvolvimento das forças produtivas e desqualificava a massa dos trabalhadores.

O triunfo do cristianismo e sua ascensão a religião de Estado do Império Romano e, mais tarde, dos Estados europeus da era feudal, exerceram efeitos contraditórios sobre a idéia de humanidade. Imprimiram-lhe decisivo impulso ao professar que Deus criou o homem à sua imagem, mas exatamente por assentar a substancial identidade de origem de todos os membros da espécie humana num impenetrável decreto da Providência, minou a confiança na capacidade do homem de forjar seu próprio destino (princípio fundamental da ética epicurista) e, conseqüentemente, substituiu a vocação emancipadora do humanismo helenístico pela submissão da criatura (que nasce manchada pelo pecado original) ao Criador (que, por ser onipotente, criou-a para que se manchasse).

As duas “revoluções culturais” que se desenvolveram na aurora dos tempos modernos, o *Renascimento* e a *Reforma* reproduziram, sobre bases materiais radicalmente distintas, a relação ambígua e contraditória do cristianismo com o humanismo. Como indicam seus respectivos complementos nominais, *Renascimento da Antiguidade Clássica*, *Reforma do Cristianismo*, aquele foi principalmente um movimento intelectual e estético², esta um movimento religioso e ético, que embora tenha se alimentado da cultura renascentista (Lutero serviu-se da edição crítica do texto original do Novo Testamento elaborada por Erasmo para traduzi-lo para o alemão), levou, sobretudo na versão calvinista da teologia protes-

² Seu legado mais notório, senão mais notável, são pinturas, esculturas, jardins, fontes, praças, palácios italianos, castelos franceses, formando um estupendo e multiforme espetáculo visual, que se inspirou – sem imitá-la – na civilização greco-romana. Guillermo Fraile nota que o largo período designado pela “denominação excessivamente genérica de *Renascimento* é cenário de profundas transformações que afetam todos os aspectos da cultura na ordem social, política, econômica, científica, artística, literária e religiosa”, *Historia de la Filosofía*, volume III, *Del Humanismo a la Ilustración* (Madri, Biblioteca de Autores Cristianos, 1991), p. 3. Acrescenta, em nota da mesma p.3, que a palavra *Renacimiento* “no sentido concreto de movimento que faz *renacer* ou *reviver* as letras clássicas, começa a usar-se já no século XVI”, e que Erasmo “emprega a palavra *renascentia* não em sentido literário, mas relacionada com sua *filosofia cristã*”. Com efeito, para ele, a filosofia de Cristo, que ele chama de *renascentia*, nada mais é além do restabelecimento dos bons fundamentos da natureza humana.

tante, as virtualidades anti-humanistas a conseqüências radicais: o homem por si só é um verme, só a fé salva. Com efeito, o humanismo, enquanto ideologia da confiança nas forças da humanidade, era um componente do Renascimento muito dificilmente assimilável pela Reforma.

Bloqueado e soterrado por um século de guerras de religião, o esforço de Erasmo para reconciliar a doutrina cristã tal qual ele a compreendia (ideal de amor e fraternidade universais) com a cultura da antigüidade clássica, reativou-se, com resultados mais duráveis, no século das Luzes. O humanismo ilustrado, dissociado de seu compromisso eclesiástico, identificou-se à confiança nas luzes naturais da razão, ao repúdio da intolerância, do despotismo e do fanatismo. A ele devemos a mais universal expressão política do humanismo: o princípio de que todos os homens nascem livres e iguais em direitos. Nele se inspiraram as declarações de direitos das revoluções burguesas, nomeadamente as da Grande Revolução Francesa de 1789-1794. Seu fundamento filosófico, entretanto, é o direito natural e seu guia a deusa Razão. Uma metafísica progressista é sempre uma metafísica: em nada se distingue, quanto a seu estatuto teórico, daquela que, inscrevendo-se no âmbito das revelações teológicas, mais além, portanto do debate teórico, declara terem os homens sido criados por Deus à sua semelhança. Só no século XIX, quando o capital se apoderava da produção social, o ideal humanista foi incorporado pelas diferentes correntes intelectuais e políticas herdeiras das idéias das Luzes, notadamente pelo socialismo, que associou a emancipação da humanidade à do trabalho e esta ao combate político da classe operária.

A crítica das filosofias da essência humana

São muitas as definições do humanismo, porque muitos são os pressupostos filosóficos em que se apoiam e muitas as posições político-ideológicas que procuram justificar. Todas elas, entretanto, têm em comum dois princípios, pertinentemente sintetizados por Louis Althusser: (a) há uma essência universal do homem; (b) tal essência é atributo de indivíduos tomados isoladamente, que são seus sujeitos reais³. A essência, que em si é um universal, se reproduz em cada homem; todos os homens seriam, portanto plenos detentores da humanidade, ou ainda, racionais. Assim compreendido, o humanismo, filosoficamente, é um discurso idealista que, a partir de uma nebulosa intuição de essência, declara que o homem, ou “as pessoas”, *é* ou *são* isso ou aquilo⁴. Retoma, inspirada por elevados ideais libertários,

³ Louis Althusser, “Marxisme et humanisme” in *Pour Marx*, Paris, Maspero, 1965, p.234.

⁴ Seria enorme a coletânea dos bordões, chavões, slogans, frases feitas e outras papagaiadas a que recorrem políticos e politiquinhos “humanistas”, pelejando, por exemplo, para “tornar São Paulo uma cidade mais humana” e cultivando “respeito pelas pessoas”.

uma das repostas mais comuns à pergunta pela essência do homem: a animalidade é sua matéria, mas sua forma essencial é a razão.

Dentre as questões críticas que Althusser formulou, poucas terão agredido mais o senso comum da esquerda do que sua crítica do “humanismo teórico”. É tão mais simpático incluir-se entre os humanistas! Entretanto, enquanto justificção ideológica, o humanismo (bem como suas expressões político-institucionais, a começar da “democracia”) é utilizado pelos piores inimigos da humanidade, notadamente pelo liberal-imperialismo genocida⁵.

Os pressupostos metafísicos do humanismo foram explícita e liminarmente rejeitados por Marx e Engels, pelo menos desde a conhecida passagem da *Ideologia alemã* em que eles opõem o modo tradicional de definir o homem (distinguindo-o dos demais viventes animais por sua mais elevadas e eminentes características, o pensamento e a consciência), à observação do modo pelo qual os homens eles próprios se distinguiram do restante da natureza orgânica, a saber quando começaram a produzir suas condições de existência:

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião, por aquilo que se quiser. Eles próprios começaram a se distinguir dos animais tão logo começaram a *produzir* seus meios de vida. Ao produzirem seus meios de vida, os homens produziram, eles próprios, indiretamente, sua vida material⁶.

O argumento refuta o essencialismo da velha metafísica (homem = animalidade + razão), apontando, no espírito das *Teses sobre Feuerbach*, o método correto, que segue o autodesenvolvimento do objeto. Visa a enfatizar (a) o “lado ativo” do materialismo, mais exatamente, integrar ao materialismo (que até então só lhe reconhecia o lado passivo), o lado ativo da consciência, enfatizado pelo idealismo e (b) seu caráter histórico. A 6ª tese sobre Feuerbach não diz *qual é* a essência humana, mas remete ao conjunto das relações sociais, portanto a um processo em desenvolvimento. Marx e Engels rejeitam, pois a idéia de uma essência humana dada desde sempre, embora ainda não apontem nitidamente para o

⁵ Não é possível entrevistar os mortos, mas achamos muito provável que o presidente Truman se considerasse humanista. Antes e depois de Hiroshima e Nagasaki. O idealismo considera Deus seu principal aliado. Tanto assim que o argumento recorrente de Bush filho e sequazes para alastrar incêndios pela periferia, que encontrou expressão jurídica na legislação neofascista dita “Patriot Act”, é de forte inspiração bíblico-teocrática.

⁶ Marx/Engels, *Die deutsche ideologie*, in *Ausgewählte Werke in sechs Bänden*, Berlim, Dietz Verlag, 1978, I, p. 207.

reconhecimento do caráter *constitutivo* da evolução e, portanto, para a radical contingência do próprio surgimento do *homo sapiens*⁷. O homem se torna homem ao produzir, pelo trabalho, seus meios de existência material. Mas de onde viria esta virtude antropogenética do trabalho, irredutível aos processos por meio dos quais os outros viventes reproduzem sua existência?

Os que consideram o marxismo uma teoria humanista costumam furta-se a esta questão. Contentam-se em reiterar o enunciado do princípio filosófico do materialismo histórico: ao se tornar produtor de instrumentos de produção de seus meios de subsistência, o homem se autoproduziu. Este enunciado traz notável avanço teórico relativamente não só às antropologias do *homo* (ou *res cogitans*)⁸, mas também às do *homo oeconomicus* e ainda do *homo faber* ou *tool-making animal*, expressão forjada por Benjamin Franklin⁹. Interpretado, porém, não como resultado de um processo material, mas como um princípio auto-suficiente, que dispensaria qualquer fundamentação objetiva ulterior, não ultrapassa o horizonte da metafísica: a autoprodução do homem consiste na exteriorização/atualização de um atributo essencial. Ele se tornou homem porque **já era** o sujeito universal do trabalho. Isto significa, se formos conseqüentes com a dialética, que ele não pode se ter **tornado** homem pelo trabalho (entendido como essência ativa de seu “ser genérico”), porque ninguém se torna o que já era.

⁷ Servimo-nos da expressão *homo sapiens* porque ela denota, sem antropologias metafísicas, o gênero biológico de viventes ao qual pertencemos. Para ser mais exato, deveríamos dizer *homo sapiens sapiens*, já que outras espécies de hominídeos e de *homo sapiens* extinguíram-se ao longo do processo evolutivo e a única que logrou atravessar o círculo de fogo da seleção natural recebeu, para distinguir-se das outras, o redobro da qualificação da espécie. Dizemos aqui *homo sapiens* ou simplesmente *homem* por comodidade de expressão, sem esquecer, porém de que ela oculta e por isso mesmo revela, ao designar pelo mesmo termo tanto a espécie como sua metade masculina, a longa história da opressão imposta à metade feminina.

⁸ Outras antropologias filosofantes, por exemplo as do *homo ridens*, *ludens* et coetera, não passam de variações sobre o tema do *homo cogitans*. O riso da hiena é apenas metafórico: só o *homo sapiens* desenvolveu suas capacidades cerebrais a ponto de adquirir senso de humor (nem todos os membros da espécie, de resto), capacidade lúdica e outras manifestações inteligentes. São sempre sugestivas as metáforas morais extraídas do mundo animal. Assim, na política brasileira contemporânea, o tucano sugere duas considerações: seu bico, enorme, apoiando-se num pescoço mole, explica porque os políticos tucanos costumam virar a cabeça para o lado em cuja direção o vento sopra. Muitos deles têm cara fechada, mas alguns dos mais eminentes têm um riso inquietante como o da hiena.

⁹ Marx a refere em *O capital*, volume I, livro I, seção III, capítulo 5, p. 151. Salvo indicação em contrário, seguimos a boa tradução de R. Barbosa e F. Kothe, São Paulo, Abril, 1983. A expressão de Franklin é analiticamente pertinente e por isso Marx a refere. Mas situa-se no terreno da essência humana, sendo compatível com o criacionismo: Deus dotou o homem da capacidade de criar ferramentas...

Se, ainda em 1845-1846, quando redigiram *A ideologia alemã*, Marx e Engels deixaram aberta a possibilidade de interpretar filosoficamente o trabalho como razão laboriosa, nos *Manuscritos de 1844* tal interpretação não era apenas uma possibilidade hermenêutica, mas, conforme argumentou Louis Althusser com irretorquível precisão, constituía então o fundo mesmo do pensamento do jovem Marx, o qual, no “rastros de Hegel e Smith”, definia o Homem pelo trabalho, compreendido em termos de *ato originário*, exteriorização (feuerbachiana) das forças essenciais do indivíduo produtor. Tudo ocorre entre um Sujeito (o Homem trabalhando, o operário) e seus produtos (seu Objeto). Segundo a definição feuerbachiana, o indivíduo tem “por essência absoluta” a espécie; ele é, portanto, na sua própria essência, Gênero, e esta é a razão pela qual seu ato individual é, originariamente, um ato *genérico*. Daí a dedução ideológica, que os *Manuscritos* nos expõem com admirável vigor, dos efeitos *sociais* desse ato originário de exteriorização – manifestação de si da Essência humana (o indivíduo sendo, enquanto Homem, de essência genérica) na produção material do indivíduo-operário: propriedade, classes, capital etc.¹⁰.

Não é, pois, casual a ostensiva preferência dos marxismos humanistas e essencialistas pelo jovem Marx¹¹: o caráter revolucionário de sua filosofia estaria no reconhecimento de que o trabalho é alienado. Mas a essência humana alienada

¹⁰ Cf. Louis Althusser, “A querela do humanismo II”, in *Crítica marxista*, nº 14 (2002), p. 63. Modificamos ligeiramente a tradução.

¹¹ No afã de subjetivizar a história, alguns epígonos de Lukács e de seu discípulo francês Goldmann chegam a sustentar explicitamente teses frontalmente opostas às de Marx. Um deles, Youssef Ishagpour, declara peremptoriamente, em uma edição de fragmentos póstumos de Goldmann, que “a fonte exclusiva da riqueza econômica” é “o trabalho” (*Lukács y Heidegger*, Buenos Aires, Amorrortu, 1975 p. 16). Um mínimo de conhecimento sério da obra de Marx bastaria para saber que, segundo este, “o trabalho *não é a fonte* (ênfase no original: *nicht die Quelle*) de toda riqueza. A natureza é a fonte dos valores de uso (e é exatamente nisso que consiste a riqueza material) tanto quanto o trabalho, o qual, não é, em si mesmo, nada mais do que a manifestação de uma força material, a força de trabalho humana. [...] Os burgueses têm boas razões para atribuir ao trabalho uma *potência criativa sobrenatural*; na verdade, é exatamente o laço unindo o trabalho à natureza que faz com que o homem despojado de qualquer propriedade além da de sua força de trabalho deva ser, em todas as sociedades e civilizações, o escravo de outros homens que se tornaram proprietários das condições materiais do trabalho (ênfase no original)”. Marx, *Glosas marginais ao programa do partido alemão do trabalho*, in *Ausgewählte Werke*, band IV, op. cit., p. 382-383. Marx já havia desenvolvido a questão na *Contribuição à crítica*, a propósito do conceito de valor. “É uma tautologia dizer que o trabalho é a fonte *única* do valor de troca, e portanto da riqueza, na medida em que esta consiste em valores de troca. É a mesma tautologia que dizer que em si a matéria em estado natural não contém valor de troca posto

é ainda uma essência. Ponderar que se trata de uma essência histórica (e não natural) esclarece apenas que o jovem Marx estava sob influência do hegelianismo e não do platonismo. Já discutimos a questão do bom e do mau uso dos textos que Marx e Engels deliberadamente não publicaram¹². Vale reiterar que é sem dúvida importante conhecer o conjunto dos escritos de um autor, sua “Gesamtausgabe”, mas pretender centrar o estudo de seu pensamento em textos que ele explicitamente considerou ultrapassados ou meros esboços, configura desrespeito a seu legado teórico, além da presunção de ter compreendido melhor do que o próprio autor o que é mais importante em sua obra.

O pleonasmó ontológico

Há quem justifique sua predileção pelos escritos de juventude com o irônico argumento de que, não havendo “marxímetros”, é teoricamente legítimo tirarmos dos textos de Marx o que nos convier. Sem dúvida, a postura de guardiões de dogmas é sempre antipática e no mais das vezes obscurantista. Mas o ecletismo é um mau antídoto contra o dogmatismo: em nome do livre-interpretar, rebaixa as descobertas teóricas revolucionárias ao mesmo plano das construções especulativas e, por força de uma ironia dialética, acaba reforçando o dogmatismo, já que dispensa os doutrinários de fundamentar suas asserções¹³. Para nós, é intelectualmente

que ela não contém trabalho e que o valor de troca em si não contém matéria em estado natural”. Mais adiante acrescenta: “Do trabalho criador de valores de uso, é inexato dizer que ele é a *única* fonte da riqueza que produz. [...] Ele é a atividade que adapta a matéria a tal ou qual fim; ele pressupõe pois necessariamente a matéria”. Citamos a partir da boa tradução francesa de Maurice Huson e Gilbert Badia, *Contribution à la critique de l'économie politique* Paris, Éditions Sociales, 1957. pp. 14-15.

¹² “Continuidade e ruptura no pensamento de Marx: do humanismo racionalista ao materialismo crítico”. In *A obra teórica de Marx. Atualidade, problemas e interpretações*. Xamã/IFCH-UNICAMP, São Paulo, 2000, pp. 23-40.

¹³ Agnes Heller, cujas idéias têm muitos pontos de contato com as de Paulo Coelho, ofereceu a seguinte definição do valor no que imagina ser o pensamento de Marx: “Que entendemos por valor? Tudo que faz parte do ser genérico do homem [...] Os componentes da essência genérica do homem são para Marx o trabalho (a objetivação), a socialização, a universalidade, a consciência e a liberdade[...]. Pode-se considerar ‘valor’ tudo o que [...] contribua para o enriquecimento daquelas componentes essenciais”. “O valor, portanto, é **uma categoria ontológico-social**; como tal, é algo objetivo”. Citado em Carlos Nelson Coutinho, *A democracia como valor universal*. São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1980, p. 23. O “ser genérico” tem costas largas: cada qual pode lhe imputar o que quiser. Se Heller tivesse acrescentado a sua lista a fé, a esperança e a caridade, não estaria nem mais perto nem mais longe da objetividade materialista: permaneceria em sua ingênua metafísica humanista. Se tivesse incluído o “estar-aí-no-mundo”, o “ser-para-a-morte”, a angústia e outras categorias da “analítica existencial” heideggeriana, não teria deixado de ser idealista,

te inaceitável renunciar a discernir os textos que correspondem à formação do pensamento de Marx daqueles em que ele expõe, após ter “trabalhado como um louco” durante mais de duas décadas, a crítica da economia política. Por si só, esta longa e áspera trajetória desmente os que desconsideram ou subestimam a importância da ultrapassagem da antropologia essencialista juvenil.

G. Lukács e epígonos, que comungam com os demais marxistas essencialistas no culto ao jovem Marx, apegam-se à expressão “ser social” para traçar a diferença irreduzível do homem em relação à natureza, procurando fundamentar sua versão humanista do marxismo numa pleonástica “ontologia do ser social” (literalmente: teoria do ser do ser social). Substituindo por um salto especulativo o extremamente árduo e complexo esforço de reconstituição do “salto evolutivo” que permitiu a certos primatas andar na vertical, especializando as mãos e passando de coletores de frutos, raízes e carniças a caçadores e, principalmente a produtores de formas úteis, ele pretendeu discernir uma ruptura “ontológica” entre o *homo sapiens* e seus ancestrais (relegados à “pura” animalidade). Cada um é livre de se servir de Marx como quiser, mas erigir em palavra-chave de seu pensamento um conceito forjado pela filosofia idealista alemã é reduzir o texto a pretexto¹⁴.

Deixemos, pois, a tarefa de exorcizar o espectro da animalidade aos profissionais do ramo, profanos ou religiosos. Sabemos com certeza, sem recorrer a mitos de origem, revelações teológicas ou metafísicas humanistas, que, ao desenvolver exponencialmente, em algumas centenas de milhares de anos, as faculdades que lhe asseguraram crescente domínio técnico das forças naturais, o *homo*, cada vez

mas ao menos não teria sido trivial. A rigor, Heller retrocede aquém de Hegel, que compreendia a “essência genérica do homem” no processo do autodesenvolvimento do espírito e não como um atributo estático e virtualmente dado desde sempre. Discorrer no abstrato sobre os predicados do “homem” é um procedimento totalmente estranho ao método de Marx. Não só o do *Capital*: já nas *Teses sobre Feuerbach*, na VI, notadamente, rejeitando as intuições transcendentais sobre a “essência humana”, determina-lhe o sentido teoricamente objetivo (isto é, não-metafísico, não-teológico) pela expressão “conjunto das relações sociais”.

¹⁴ Não havendo idéias filosóficas inocentes, vale notar que o termo *ontologia* é um neologismo grego forjado no ambiente intelectual da chamada “segunda escolástica” (séculos XVI e XVII), provavelmente por R. Göckel ou Glauconius (1547-1628), que dele se serviu, em seu *Lexicon philosophicum* (Frankfurt, 1613), para caracterizar a “filosofia dos entes e dos transcendentais”, distinguindo-a da metafísica, cujo objeto recobria o da chamada “teologia natural”. O termo foi retomado num sentido mais amplo por J. Clauberg (1622-1665), que chamou ontologia ou ontosofia o saber geral sobre o “ens quatenus ens est” nele incluindo, portanto também o objeto da “teologia natural”. Foi, entretanto com Christian Wolff (1679-1754), discípulo de Leibniz, que o termo tornou-se palavra-chave da filosofia idealista alemã. (Apoiamo-nos, nesta nota, no verbete **Ontologie** do *Historisches Wörterbuch der Philosophie*, band 6, Basel/Stuttgart, Schwabe Verlag, 1985, pp. 1190 e ss.).

mais *sapiens*, apossou-se do planeta, subordinando outras espécies a seus próprios fins (domesticação, caça, depois zoológicos, experiências médicas etc.), no mais das vezes em detrimento dos demais viventes, que se tornaram aquilo que o relato bíblico diz que sempre foram:

“E Deus criou o homem à sua imagem [...] criou (os humanos) macho e fêmea. E [...] lhes disse: ‘Sejam fecundos, multipliquem-se, encham a terra e submetam-na, e exerçam domínio sobre os peixes do mar, os pássaros do céu e todo animal que se move na terra’¹⁵.

Entretanto, diferentemente do termo *ontologia*, “avis raríssima” na obra de Marx, mesmo nos textos de juventude¹⁶, a expressão “ser social” aparece na frase final de uma decisiva (e muito citada) passagem do prefácio de *Para a crítica à economia política*:

na produção social de sua existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas de consciência social determinadas. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina seu ser; é, ao contrário, o seu ser social que determina sua consciência¹⁷.

Contrapondo com tanta ênfase o ser à consciência, o determinante ao determinado, Marx evidentemente não pretendia inventar uma nova ontologia, mas explicitar o caráter materialista de sua análise histórico-estrutural, apontando para o complexo de questões da determinação em última instância pelo econômico e da ação recíproca entre as condições econômicas e as formas de consciência da superestrutura jurídica e política. Não se justifica, portanto, **na perspectiva da teoria marxista**, conferir ao termo “social” um sentido peculiar, que não corresponde ao que Marx lhe atribuiu ao determiná-lo por oposição à consciência, vinculando-o à “estrutura econômica da sociedade”. É verdade, entretanto, como bem assinalou Althusser, que o adjetivo *social*, na expressão “trabalho social”, forjada por seu compatriota Suret-Canale:

¹⁵ *Gênesis*, I, 27-29.

¹⁶ Os conceitos-chave dos *Manuscritos* são: *Aufheben*, *Enttäusern*, *Entfremdem*, *Wesen*.

¹⁷ Cf. *Para a crítica à economia política*, São Paulo, Abril, 1982, p. 25.

designa, nos *Manuscritos*, o efeito, o fenômeno, a manifestação (o em-si-para-si hegeliano) da *genericidade* do Homem contida no *ato originário* da exteriorização-alienação da essência do Homem, presente (*no*) trabalho do operário (o em-si hegeliano). Não há qualquer dúvida possível, quando se lêem de perto os *Manuscritos*. Tudo o que é “social” designa não a estrutura das *condições* sociais e do *processo de trabalho* ou do processo da valorização do valor, mas a exteriorização/alienação (através de todas as mediações que se queira) de uma essência originária, a do Homem.[...]. Se a expressão “trabalho social” é equívoca, é porque nela o social é apenas o *adjetivo* (nos *Manuscritos*, o Fenômeno, a exteriorização, o em-si-para-si) de um *nome* que é a sua essência interior: o *trabalho*”¹⁸.

Não há nenhum regulamento na República das Letras que proíba comprimir ou alongar o campo semântico de uma palavra, mas certas manipulações verbais, além de pleonásticas (como já notamos), obscurecem mais do que esclarecem. As palavras, com efeito, têm um significado historicamente constituído. Amputar parte de suas conotações abre caminho para toda sorte de equívocos e ambigüidades. É o que ocorre quando se restringe ao homem o termo *social*, que designa o caráter orgânico do gregarismo em determinadas espécies, nas quais é impossível, para o indivíduo ou pequeno grupo de indivíduos, sobreviver fora da coletividade. Aristóteles, que em seu belo naturalismo pagão desconhecia a obsessão, de origem judaico-cristã, de descobrir uma diferença “ontológica” entre a “*physis*” e o homem, definiu-o pela fórmula animal (literalmente *vivente*) político, *politikón zôon*, válida também, segundo ele, para as formigas, abelhas, grou, etc.: enquanto vínculo comunitário, a política é própria a muitas espécies. Ela é, entretanto mais intensa entre os humanos, por mediar-se pelo *lógos* (= palavra, linguagem, razão): o homem é “mais político” ou “eminentemente político”, por ser dotado de linguagem¹⁹.

¹⁸ Louis Althusser, “A querela do humanismo II”, op.cit. pp. 63-64. Cumpre assim, prossegue, “constatar que toda a crítica de Marx contra a economia política clássica consistiu em fazer implodir o conceito de *trabalho* recebido dos economistas, em suprimi-lo e em substituí-lo por conceitos novos, em que a *palavra* trabalho comparece, mas sempre em conjunto com outras palavras, que conferem ao novo conceito seu sentido distintivo, que não se pode mais confundir com o sentido equívoco do simples *conceito* de trabalho”. Louis Althusser, “A querela do humanismo II”, ib., p. 64. Modificamos a tradução destas passagens.

¹⁹ A tese de que só na pólis pode o homem atingir sua plena humanidade (=sua essência de “animal político”) vem exposta no livro I, cap. I da *Política*. A pólis é apresentada como o ponto de partida da análise e a meta de um movimento natural que começa na comunidade do macho e da fêmea e gera formas mais complexas de comunidade, até a política, dominante e englobante. Cf. *Política*, ib., 1257 a 5-7.

Contrariamente ao humanismo moderno, de origem cristã, para o qual cada indivíduo é um portador micro-cósmico da plenitude da condição e da dignidade humana, para Aristóteles só a comunidade política (*pólis*) é depositária da plena humanidade do homem. A muito mais citada do que compreendida fórmula *politikón zôon* desdobra-se na constatação de que é um vivente que tem palavra (“lógon ékon”) e por isso sua condição política vai além da expressão de dor, do grito, da expressão corporal de emoções. Fora da comunidade, o homem não tem lógos, não diz e não pensa. Aristóteles não concebe a racionalidade do homem como uma centelha do Absoluto, uma imagem de Deus, ao contrário do que sugerem as “adaptações” cristãs de seu pensamento. O batismo do aristotelismo pela filosofia cristã explica em larga medida a banalização daquela definição: traduzida por “animal social” significa animal que *vive em sociedade* e não animal que *realiza sua essência na pólis*²⁰. É verdade que a esta definição o humanismo metafísico acrescenta outra, pretensamente mais próxima da aristotélica: “animal racional”. Mas para o grande filósofo pagão, ser dotado de *lógos* não abre caminho para a peculiaríssima promoção ontológica que erigiu a razão do homem (filho ingrato de Deus) em razão de ser do Cosmos. Em sua ótica, o aperfeiçoamento do homem vai no sentido contrário ao do cristianismo: não está depositada no homem uma micro-célula divina, mas ele diviniza-se se e quando atinge a plenitude de suas virtualidades, a excelência da condição humana, pois ser divino é justamente ser excepcionalmente humano, é efetuar as melhores virtualidades da espécie. Posto que a muito poucos é dada a possibilidade deste sublime aperfeiçoamento, a desigualdade humana é inerente a sua doutrina²¹.

²⁰ A tradução latina mais adequada dos termos gregos *pólis*, *politéia*, *polítes*, é respectivamente *civitas*, *constitutio* ou *res publica*, *cives*. “Socius”, “socialis”, “societas” e derivados não apresentavam, no latim clássico, o sentido atual de suas herdeiras neolatinas. A expressão significa, em Cícero, qualquer aliança ou união; por exemplo, “judicim societatis” = o processo que um sócio move contra outro; “facere societatem” = montar um negócio. Só no século seguinte, Sêneca deixou registrado, em duas passagens de seu *Benef.* 5,11,5, o sentido que predominou na posteridade, designando coletividades em vez de associação de indivíduos ou membros de uma aliança: “Beneficium dare socialis res est” e 7,1,7 (homo) sociale animal, definição que logo seria retomada pela Patrística.

²¹ Mauro C.B.Moura aproxima a noção de “ser genérico” dos *Manuscritos* do pensamento de Tomás de Aquino, o qual “já sustentava uma concepção[...] bastante próxima à de Marx, ao caracterizar o homem como dotado de dois órgãos fundamentais, a razão e as mãos, por meio dos quais, à diferença dos outros animais, pode construir um campo instrumental de infinitas possibilidades”. *Os mercadores, o templo e a filosofia*, Porto Alegre, Edipucrs, 2004, p. 102, nota 119. Se a aproximação for pertinente, ela dá a medida da distância dos *Manuscritos* relativamente à posição filosófica materialista. Resta saber se a aceitação, pelo Doutor Angélico, da doutrina aristotélica da escravidão, fundada no princípio da desigualdade humana, não contamina as “infinitas possibilidades” do campo instrumental aberto pelo *homo sapiens*, ou, na ótica tomista, para ele aberta por Deus.

O trabalho, criação de formas úteis

No 5º capítulo do livro I do *Capital*, Marx analisa o “processo de trabalho” e o “processo de valorização”, definindo aquele pela mediação, regulação e controle do metabolismo (Stoffwechsel) humano com a natureza. Trabalhando, o homem se conduz perante o substrato natural (Naturstoff) como uma força natural. Põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar através desse movimento sobre a natureza exterior a ele, e ao modificá-la, ele modifica conjuntamente sua própria natureza. Desenvolve as potências nele adormecidas e subordina o jogo de suas forças à sua própria dominação.

O homem está posto, enquanto se constitui pelo trabalho, como força natural. Mas ao moldar e transformar a natureza externa, ele transforma ao mesmo tempo sua própria natureza. Resta determinar o significado (ontológico, diriam alguns) desta transformação em que o trabalhador ainda não humano, ao apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a conservação de sua própria vida, autoproduz uma natureza própria que já não é mais a própria natureza. A questão não escapou a Marx, que esclarece:

Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. O estágio em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano **ainda não se tinha desfeito** (ênfase nossa, JQM) de sua primeira forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que ele pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera”²².

²² *O capital*, volume I, livro I, seção III, capítulo 5, p.149. Merece ser assinalado que na edição inglesa do primeiro volume do *Capital*, traduzida por Samuel Moore e Edward Aveling e preparada sob supervisão, com revisão e um prefácio de Engels datado de 5 de novembro de 1886 (Londres, Lawrence and Wishart, 1887; foi reimpressa na URSS, a partir de 1954), a última frase, bem como a seqüência imediata do texto, substituem por noções filosóficas a sinédoque *cabeça* e a metáfora *construção*: o arquiteto ergue sua *estrutura* na *imaginação* antes de erigi-la na *realidade*: “raises his structure in imagination before he erects it in reality” (op. cit., p.174). Pensamos haver um ganho notável nesta tradução. O leitor atento reconhecerá, com efeito, essa mesma idéia de estrutura formada na imaginação no que chamamos esquema funcional, esquema abstrato da forma útil etc. Não poderia deixar escapar o ensejo de registrar que me dei conta da importância decisiva desta passagem durante longa, mas amigável polêmica com José Chasin, cuja morte prematura impediu-nos de continuar esse debate.

O evidente intuito desta análise é caracterizar o trabalho produtivo tal como o desenvolveu o *homo sapiens*, excluindo de seu foco teórico, mas **assinalando-a enquanto questão**, a passagem das “primeiras formas instintivas, animais, de trabalho” à forma propriamente humana. Pressupor o homem é um procedimento inteiramente válido na crítica da economia política, como também é, para o biólogo, pressupor a vida. A crítica da economia política em nada é afetada por partir do *homo sapiens* já constituído. A questão de saber se há ou não uma essência universal do homem não afeta a dedução das formas do valor a partir da relação simples de troca ($xMa = yMb$). Mas afeta muito o modo de encarar a hominização do macaco (notável expressão de Engels, que comentaremos adiante), a “racionalidade” da história, a “necessidade” da revolução social contra o capital, a “emancipação” do homem, sua “essência comunitária” etc. Afeta muito, portanto o materialismo histórico.

A biologia científica se distingue das velhas metafísicas do princípio vital por considerar as formas orgânicas produtos da evolução natural, cuja funcionalidade interna é o resultado aleatório de uma adaptação àquilo que hoje chamamos “ecossistema” e não a objetivação de essências eternas, criadas por Deus “ex nihilo” e salvas da extinção aquática pela arca de Noé²³. Assim como Darwin desvendou a lógica da evolução das espécies bem antes de Mendel desvendar as leis da hereditariedade e da bioquímica descobrir o ADN²⁴, Marx deslindou a lógica objetiva do capital, deixando em aberto a questão da passagem das formas pré-humanas à forma humana de apropriação das riquezas naturais e, portanto o esclarecimento do processo que conduziu o homínídeo a produzir seus meios de existência material por uma forma exclusivamente humana de trabalho. Evidentemente, nem por isso a biologia deixa de se interessar pela origem da vida e o materialismo histórico, pela do trabalho.

²³ Curiosamente, os capítulos do *Gênesis* que tratam do dilúvio (VI-VIII) nada falam dos peixes, sem dúvida porque feriria ainda mais o bom senso sustentar que também eles estavam ameaçados de morrer afogados. Não consta pois que Noé, segundo a mesma fonte então com seiscentos anos de idade, tenha tido de construir aquários em sua arca. No capítulo IX, entretanto, que narra o que teria ocorrido entre o fim do dilúvio e o advento de Abraão, Jeová confere a Noé o usufruto de todos os viventes do planeta, inclusive os “peixes do mar”.

²⁴ Não há de configurar excesso de zelo patriótico escrever ADN, para designar o ácido desoxirribonucléico e não DNA, como escrevem os estadunidenses e agregados. Os portugueses, que defendem melhor do que nós o próprio idioma, escrevem SIDA e não AIDS para designar a doença transmitida pelo vírus HIV. (Por coerência, também deveríamos dizer VADI [Vírus de Alta Deficiência Imunológica] em vez de HIV, mas preferimos manter esta sigla, que tem curso universal.)

Marx não se limitou, entretanto, a declarar no *Capital* que seu ponto de partida é o trabalho *humano* e que, portanto a hominização (= o processo em que primatas se tornaram homens) está *pressuposta*. Assinala a técnica embrionária de outros viventes, notando porém que “o emprego e a criação dos meios de trabalho, embora se encontrem em germe em algumas espécies animais, caracterizam o processo de trabalho especificamente humano”, que ultrapassa a “primeira forma instintiva” de trabalho²⁵. O que distingue o tecelão da aranha e o pior arquiteto da melhor abelha é que eles constroem o tecido e o edifício na cabeça, antes de produzi-los. Mas então em que estaria superada a velha metafísica que distinguia o homem dos demais animais pela consciência e pela razão? Contentar-se com a resposta habitual, a saber, que o homem se autoproduz pelo trabalho seria cometer a já assinalada petição de princípio: o trabalho produz o homem quando e porque ele começa a trabalhar de forma exclusivamente humana, isto é, consciente. No mínimo, seria preciso saber se a mão não foi tão importante quanto o cérebro para o salto evolutivo do *homo sapiens*, sem esquecer que, sem a postura ereta²⁶, que liberou as mãos, nem elas, nem o cérebro, teriam adquirido a prodigiosa versatilidade que levou à invenção da técnica e da linguagem articulada.

O desenvolvimento dessa questão não cabia, evidentemente, na estrutura do *Capital*: Marx sugere a pista antiessencialista, ao referir-se à ultrapassagem da “primeira forma instintiva” de trabalho, mas não a desenvolve, porque não era esse seu tema. É de Friederich Engels, apoiado em sua notável cultura científica, o grande mérito de ter examinado, em um dos mais notáveis tópicos da *Dialética da Natureza*, “o trabalho como fator da hominização do macaco”²⁷, a determinação recíproca do trabalho e da hominização, até então não estudada. Consideremos, para

²⁵ *O capital*, ib., p.151.

²⁶ Tran-Duc-Thao, cuja notável contribuição referiremos mais adiante, considera “essencial notar que a mudança fundamental não consiste aqui na aquisição da bipedia em geral mas *da bipedia enquanto ela libera a mão*. Tanto assim que os gibões andam muito bem sobre os dois pés, mas são obrigados a estender os braços para manter o equilíbrio: não há, pois liberação da mão”. Tran-Duc-Thao, *Recherches sur l'origine du langage et de la conscience*, Paris, Éditions sociales, 1973, p. 68, nota 2.

²⁷ *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*, versão em espanhol, Moscou, Editorial Progresso, 1966, pp. 6-7. O título original do tópico, “Anteil der Arbeit an der Menschwerdung des Affes”, é em geral mal traduzido por “o papel do trabalho na transformação (ou transição) do macaco em (para o) homem”. Literalmente, significa: “a participação do trabalho no tornar-se homem do macaco”. Nossa tradução tenta expressar esse sentido num português mais palatável. Escrito em 1876, publicado “post mortem” em 1896, em *Die Neue Zeit* este texto notável e precursor é sintomaticamente pouco citado pelas tendências humanístico-essencialistas do marxismo. Foi mais tarde incorporado à *Dialética da Natureza*.

permanecer na ordem animal a que pertencemos, dois primatas, um macaco e um *homo sapiens*. Por que o macaco, quando colhe um fruto, não trabalha, mas o *homo sapiens* trabalha? Seria porque o fruto, no alto da árvore, refletiu-se em sua percepção visual? Não, porque os macacos, salvo acidente individual, tampouco são cegos. Se a “idéia” de apanhar o fruto, que surgiu no cérebro do *homo sapiens*, não tivesse surgido no cérebro do macaco, ele teria permanecido tranqüilo em seu galho. Se não falta aos demais primatas a capacidade de antecipar no cérebro a colheita do fruto para satisfazer sua carência alimentar, em que dela se distingue a antecipação do processo de trabalho no cérebro do *homo sapiens*?

Do instrumento à ferramenta

Todo instrumento *serve para*, mas a ferramenta, instrumento autonomizado em relação à situação biológica concreta, é produzida para satisfazer os fins do produtor. Nem a capacidade de criar formas, nem os “saltos evolutivos” que a condicionaram, corresponderam a nenhuma necessidade ontológica. Todos eles, notadamente a postura ereta, inflexão decisiva que permitiu a liberação da mão, são resultados contingentes de um processo de longa duração, que se conta em milhões de anos. Estas mudanças prolongam outras, muito mais arcaicas, que se confundem com a própria história da vida. Em escala de centenas de milhões de anos, é possível discernir uma linha geral de evolução “dos grupos zoológicos que seguiram a mesma deriva que o homem”, passando por sucessivas “liberações”, das quais “as duas principais são as da cabeça nos répteis [...] da era primária e a da mão nos australantrópios dos últimos clarões de era terciária”²⁸. O criacionismo tem de fazer apelo aos mais obtusos sofismas teológicos para sustentar que, embora a cabeça, sede do cérebro, remonte à era primária e a mão ao final da terciária, uma foi feita por Deus em vista da outra.

No mesmo tempo pré-histórico em que começou a comunicar-se por palavras, o *hominídeo* (provavelmente o *homo habilis*) deixou de recorrer apenas àquele pau ou pedra ali para atingir ou retalhar aquela caça acolá, passando a elaborar gama crescente de instrumentos de trabalho. O desenvolvimento complementar e exponencial da destreza manual e da capacidade cerebral foi o eixo de um longo complexo de mudanças cumulativas percorridas pelo ramo de antropóides que precedeu o *homo sapiens*. Em incontáveis ocasiões relampejaram, no cérebro do hominídeo, as funções “raspar”, “cortar”, “furar”, “esmagar”, “lançar”, “moer”, “polir” etc., sem, no entanto, serem reforçadas o bastante para se tornarem hábito de produzir ferramentas discernindo mentalmente a forma útil. Algumas, talvez

²⁸ André Leroi-Gourhan, *Le geste et la parole*, Paris, Albin Michel, 1969, p. 167. O neologismo “australantrópios” corresponde a “Australanthropes” do original francês.

várias espécies de homínídeos se extinguíram quando ainda balbuciavam e mal começavam a imprimir modificações funcionais nos instrumentos naturais.

Ao muito pouco conhecido entre nós (mas imprescindível) filósofo marxista Tran-Duc-Thao, devemos a mais avançada reconstituição hipotética da evolução dos antropóides aos pré-homínídeos e destes ao *homo habilis*, através notadamente da sinergia entre mão e cérebro, trabalho e comunicação verbal²⁹. A destreza das mãos do *homo sapiens*, assim como o exponencial desenvolvimento de sua capacidade cerebral resultam de respostas adaptativas bem sucedidas, mas sempre aleatórias (salvo a introduzir o dedo de Deus na seleção natural) aos impasses da evolução. Permitiram, notadamente, o salto evolutivo decisivo que consistiu em passar da utilização de instrumentos *stricto sensu* (objetos naturais utilizados como meios para obter um bem de consumo) à produção de *ferramentas*, isto é, de meios de produção produzidos pelo trabalho, nos quais se concretizou a capacidade propriamente humana de impor formas úteis aos objetos naturais. Ela só se concretizou quando o homínídeo, ultrapassando a atitude aquisitiva própria ao aqui e o agora (condicionada pelo reflexo sensório-motor no contexto biológico imediato), tornou-se capaz de elaborar a imagem abstrata da forma instrumental.

Não somente os marxólogos essencialistas, mas também arqueólogos e historiadores da técnica que desconhecem a obra de Marx, deixam em segundo plano, quando não a desconsideram, a passagem do estágio inicial da utilização de instrumentos, em que a mão predomina sobre o cérebro, para aquele em que o homem começou a produzir ferramentas, em que, portanto o cérebro passou a comandar a mão. Esta e aquele reforçam-se reciprocamente: na totalidade articulada do organismo, nenhuma parte precede outra. Na medida, entretanto, em que a evolução desestrutura e reestrutura o equilíbrio orgânico, altera-se a correlação dinâmica entre os diferentes órgãos. O pitecantropo utilizava somente instrumentos em estado bruto; o *homo* enquanto apenas lascava toscamente as pedras, produzia instrumentos sem lhes dominar a forma. Em ambos, a mão era um fator mais dinâmico do que o cérebro.

Tomar a inteligência por uma faculdade universal e substancialmente idêntica a si mesma, da qual participariam, em graus diversos, as espécies dotadas de maior capacidade cerebral, faz perder de vista o essencial, o *processo* da hominização. Assim, lemos na introdução de uma obra coletiva sobre a história da técnica que é “bastante paradoxal ver a mão preceder o cérebro; não o é menos ver o instrumento preceder de algum modo a inteligência³⁰. A ressalva “de algum modo” (“en

²⁹ Sua obra maior está referida acima, na nota 26.

³⁰ *Histoire Générale des Techniques. Vol. I, Les origines de la civilisation technique*, Paris, P.U.F., 1962, p. 6.

quelque sorte”) é uma forma de sugerir sem afirmar. No caso, confunde mais do que esclarece. Afinal, é preciso algum tipo de inteligência para se servir de instrumentos, mesmo em estado bruto. Podemos transpor aqui a mesma pergunta que fizemos a propósito da coleta de frutos no topo das árvores. Por que o gorila ou chimpanzé, quando perfuram um formigueiro com um bastão, não trabalham, mas o *homo sapiens* trabalha? Por que relegar à etologia animal o estudo dos precários instrumentos que os antropóides manejam? Muito mais conforme à objetividade científica é admitir, com um dos maiores antropólogos franceses do século XX, que

o reconhecimento dos primeiros produtos da indústria humana não é cômodo [...]. Se é fácil reconhecer ferramentas a partir do momento em que manipulações complementares lhes conferem uma forma constante, é difícil pronunciar-se a respeito de pedras lascadas que seriam meros fragmentos brutos. As rochas clássicas, como o sílex e os quartzitos, submetidas a um choque violento, liberam estilhaços que apresentam no plano em que se estilhaçaram uma superfície conchóide, o bulbo de percussão. O choque, para determinar os estilhaços, deve ser aplicado numa direção e com uma força que, na maior parte das vezes, pressupõem uma intervenção consciente. Mas em bilhões de choques provocados pela ressaca nos seixos ou pela queda de uma cascata, o acaso determina um certo número de lascas de aparência humana³¹.

Se o instrumento foi utilizado tal qual se encontrava imediatamente na natureza (pau, pedra, osso etc.), ele não traz inscrito em sua materialidade o traço humano. No caso-limite de uma pedra apenas toscamente lascada, o traço identificador do caráter cultural do objeto permanece incerto. Só o contexto (o sítio arqueológico) em que foi encontrado permite decidir se sua forma útil resulta da percussão e da raspagem ou se é mero fruto do acaso. A pedra só passou a receber “manipulações complementares” que lhe conferiram “uma forma constante”, só passou a ser polida, quando o cérebro do homínídeo, começando a discernir a forma útil, assumiu o comando da atividade produtiva. Só então os traços da intervenção humana (do “espírito”, diriam os idealistas) ficaram gravados em sua materialidade, caracterizando-lhe o caráter cultural.

Na marxologia acadêmica, em que, não por acaso, predominam as interpretações racionalistas e essencialistas, é geral a tendência a passar por cima da diferença decisiva entre a mera **utilização de instrumentos** e a **produção de ferramentas**. Nesta tendência se inscreve *Trabalho e reflexão* de J.A. Giannotti, ambiciosa

³¹ André Leroi-Gourhan, op. cit., p. 130.

tentativa de deslindar a conexão das duas palavras-chave do título, esboçando “uma dialética dos fenômenos sociais que se mostra, ao mesmo tempo, uma ontologia social”³². Aqui interessa-nos tão somente sua análise do 5º capítulo do livro I do *Capital*³³. Ela começa atribuindo a Marx a tese de que “o trabalho considerado independentemente de toda forma social determinada é uma abstração; ele só se efetiva ao ser inscrito num modo de produção determinado”³⁴. Marx, entretanto, não diz isso, e sim o seguinte: “A produção de valores de uso ou bens não afeta sua (do trabalho) natureza geral por se executar para o capitalista e sob seu controle. *Por isso* (daher; nós grifamos, JQM) o processo de trabalho deve ser antes de mais nada (zunächst) considerado independentemente de cada forma social determinada”³⁵. É só Giannotti que fala aqui em “abstração”. Marx, ao contrário, está enfatizando que a produção de valores de uso integra a “natureza geral” (allgemeine Natur) do processo de trabalho³⁶. Em todos os modos de produção, o que não

³² J.A. Gianotti, *Trabalho e reflexão*, São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 9. Ao menos evitou a pleonástica “ontologia do ser” social.

³³ Já comentamos o livro na resenha “Trabalho e reflexão de J.A. Gianotti”, in *Filosofia Política*, LPM Editores, Porto Alegre, volume 1, 1984, p. 143-154.

³⁴ Gianotti, *ib.*, p. 85.

³⁵ *O capital*, *ib.*, p. 149.

³⁶ Gianotti, de resto, abusa do direito de modificar sem aviso prévio o sentido deste termo. Marx fala em “abstração” no sentido lógico, teórico. Diz, por exemplo: “o processo de trabalho como até agora o apresentamos em seus elementos simples e abstratos” (*O capital*, *ib.*, p. 153). É que separou analiticamente, na exposição, meio, objeto e processo de trabalho. Mas acrescenta logo em seguida que esse processo “é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural perene da vida humana e, **portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais**” (nós grifamos, JQM). Mauro Moura vinculou muito pertinentemente, em interpretação convergente com a nossa, o caráter historicamente transitório da sociedade burguesa (subordinação da produção de valor de uso à produção de valor de troca) ao caráter perene do trabalho enquanto dispêndio de energia para satisfazer a necessidades humanas: “A perspectiva que permite a Marx questionar e problematizar, demonstrando a transitoriedade da sociedade burguesa e sua modalidade peculiar de *riqueza*, é, precisamente, sua referência ao processo de trabalho como produtor de valores de uso”. *Os mercados, o templo e a filosofia*, *op.cit.*, p. 150. Vê-se portanto que a redução do trabalho considerado em sua universalidade a mera abstração não é ideologicamente inocente. Ela oculta a efetividade da contradição entre valor e valor de uso na produção capitalista. No mesmo contexto de *Trabalho e reflexão*, descrevendo a separação que o produtor de ferramentas opera, no objeto de trabalho, entre o que é funcional e o que não o é, Giannotti declara que “ocorre então na coisa um verdadeiro processo de abstração” (p. 87). Seria apenas uma infelicidade de expressão situar a abstra-

tem valor de uso é literalmente inútil. Em todos, o trabalho é a solução evolutiva que uma certa linhagem de antropóides encontrou para a apropriação das riquezas naturais, após ter ultrapassado sua “primeira forma instintiva”. Em boa lógica, Giannotti teria de concluir que o trabalho dos australopitecos era mera abstração, já que, não estando “inscrito num modo de produção determinado”, não teria como se efetivar. Ou deveríamos atribuir aos gorilas um modo de produção comunista primitivo de coleta de frutos e insetos?

Um equívoco tão patente num estudo minucioso como *Trabalho e reflexão* merece um comentário. Embora procure se distanciar do essencialismo trabalhista, a ontologia transcendental de Giannotti também corta a conexão do trabalho com sua base biológico-evolutiva, também supõe implicitamente que o tornar-se homem (a antropogênese, isto é, a passagem do primata ao *homo sapiens*) seja irrelevante para compreender o homem. Explica-se assim que use ambigualmente o termo “instrumento”, para designar tanto a utilização de pedras e outros materiais em estado bruto afim de prolongar, ampliar ou reforçar a eficiência dos órgãos corporais (recurso do qual se pode servir qualquer australopiteco que se preze) quanto a produção de ferramentas, que pressupõe a representação abstrata da função no cérebro do produtor³⁷. Impossível, com efeito, permanecer no terreno da dialética materialista, se o resultado (o processo de trabalho especificamente humano) é separado do processo que o constituiu (a hominização).

ção “na coisa”? (Em vez de escrever que ela *sofre* separações que correspondem ao esquema da forma útil presente no cérebro do trabalhador). Não parece, porque declara peremptoriamente mais adiante que “não existe, porém coisa em si, cada objeto se resume no conjunto de suas aparências, no conjunto de suas posições”. (ib., p. 90). Em 1943, Sartre já tinha aberto seu *L'être et le néant* declarando que “o pensamento moderno realizou um progresso considerável ao reduzir o existente à série das aparições que o manifestam”. J.P. Sartre, *L'être et le néant*, Paris, Gallimard, 1943, p. 11. Identificar “aparições” e “posições” é reduzir estas àquelas, portanto assumir o ponto de vista das filosofias da consciência, isto é do idealismo subjetivo.

³⁷ Ele se serve eventualmente da palavra “ferramenta” (cf. ib., p. 90), mas num contexto em que poderia indiferentemente escrever “instrumento”. Sem dúvida, numa de suas melhores análises, ele reconstituiu, com precisão e concretude, a produção de ferramentas: “Para percudir, não importa o pedregulho como um todo, mas apenas sua resistência e as condições de sua manipulação; para levantar, a barra não se dá como galho de árvore de uma espécie determinada, mas unicamente como braço indeformável que pode imiscuir-se nos interstícios das coisas e [...] faça mover o complexo de forças no sentido previsto. O instrumento é assim apropriado pelo trabalhador que transforma a coisa encontrada na natureza no prolongamento de seu próprio corpo.” (pp. 87-88). Mas, não levando em conta que as ferramentas resultam de uma longa evolução a partir da *mera utilização* de instrumentos, imputa ao instrumento em geral aquilo que depende do descobrimento da *forma* útil.

Este desinteresse ontológico pelo processo paleontológico concreto que conduziu do não-homem ao homem (do usuário de instrumentos em estado bruto ao produtor de formas úteis) permite-lhe inferir, interpretando demasiado literalmente uma citação feita por Marx, em nota, da *Enciclopédia* de Hegel, que no texto daquele, “o trabalho ocupa o lugar da razão, reatando com a tradição hegeliana da *Realphilosophie*. O trabalho é poderoso na medida de seu ardil”³⁸. Arrancada de seu contexto, esta frase torna-se uma generalidade vazia. Qualquer que seja o conceito de razão que adotarmos, ela supõe capacidade de abstração. A *razão* é ardilosa, mas o ardil, longe de ser seu monopólio (a ele recorrem caçadores e caçados de múltiplas espécies irracionais na luta pela sobrevivência) só se torna racional quando o *homo sapiens* elabora mentalmente o esquema das táticas de caça que aplicará no terreno e das armas que construirá para abater a caça. Se o trabalho ocupasse, no pensamento marxista, o *lugar* da razão hegeliana, ele conteria em si mesmo o princípio de suas próprias determinações, portanto dos momentos de seu desenvolvimento: a transformação do primata, que apenas utiliza instrumentos, em *homo sapiens*, produtor de ferramentas, não passaria, nesta ótica, da atualização de uma faculdade intrínseca, análoga à que conduz a borboleta do estado larvar para o estado adulto: ambas cumpririam sua ontogênese, a larva ao se transformar em borboleta, o homem ao impor a razão à natureza. Mas isto não explica nem como surgiram as borboletas, nem os homens, portanto não ultrapassa, na prática, o criacionismo. Assimilar o conceito de trabalho no *Capital* a uma figura do Espírito Absoluto hegeliano, separando artificialmente a razão do ardil que lhe deu origem, é operar uma reinversão idealista da crítica materialista à filosofia hegeliana. Mais conseqüente em suas comparações, Marx remete (não em nota, mas no corpo do texto) à já referida fórmula de Benjamin Franklin (“tool making animal”)³⁹, que caracteriza com precisão o traço diferencial do trabalho humano.

A idade do homem

A imagem do “salto” é freqüentemente empregada para confortar a sofreguidão racionalista de afastar o *homo sapiens* da mera natureza, conferindo-lhe desde logo os atributos essenciais de sua humanidade. A fórmula de Althusser que colocamos em epígrafe rejeita ironicamente as “biografias” do gênero humano. A idade do homem não tem nenhuma importância. Ele é muito velho se considerarmos a

³⁸ *ib.*, p. 87. Hegel, no texto citado por Marx diz que “a razão é tão ardilosa como poderosa”. Cf. *O Capital*, volume I, São Paulo, Abril Cultural, 1983, p. 150, nota 2. Será preciso lembrar que Marx cita abundantemente os economistas burgueses, sem que isso implique minimamente em aceitar suas idéias e teses? Frequentemente, a citação tem caráter abertamente crítico; às vezes, como no caso, ilustra metaforicamente um argumento.

³⁹ Cf. acima a nota 9.

longa duração e a complexidade do processo de hominização. Seus mais remotos ancestrais até agora identificados, os ramapitecos, viveram de 14 a 12 milhões de anos atrás; as várias espécies de australopitecos, de 5 a 1 milhões de anos; o *homo habilis* (que já era *erectus*)⁴⁰, de 2 a 1 milhão; o *erectus* de 1,5 milhão a 300.000 anos, o *homo sapiens*, descendente do *erectus*, durante as mais recentes centenas de milhares de anos e a espécie biológica a que pertencemos, o *homo sapiens sapiens*, surgiu há cerca de 40.000 anos. Ele é muito jovem se compararmos esta longa duração ao ritmo acelerado de seu desenvolvimento quando começou a trabalhar numa forma que lhe pertence exclusivamente. É mínima, com efeito, a diferença de tempo entre o início da domesticação e o da agricultura⁴¹, marcos iniciais do que chamamos *cultura*⁴². Mas a identificação idealista da cultura ao “espírito” estimula as mais diversas especulações sobre a idade mental do homem (ele estaria hoje “maduro” ou mesmo teria chegado ao “fim da História”).

Trabalhar é trans-formar. Nos primórdios, nossos ancestrais apenas arranhavam a superfície do planeta. A luta que travavam pela autoconservação pouco ou nada se diferenciava das atividades aquisitivas comuns aos antropóides: coletavam frutos, raízes, insetos e carniça de animais maiores, já que, a pauladas e pedradas, só conseguiam matar pequenos animais. O crescente domínio do *homo sapiens* sobre as forças naturais, ampliando e aprofundando o alcance do ato de trans-formar, modificou suas condições objetivas de existência. Foi muito provavelmente na caça que se configurou, antes da domesticação e da agricultura, a primeira forma constante de trabalho cooperativo. Ela pressupõe não somente a capacidade de produzir formas úteis (transformação da pedra em machado ou faca, do pedaço de pau em porrete,

⁴⁰ Ele não somente andava ereto, mas também já tinha liberado e portanto especializado a mão, o que não ocorre com outros primatas capazes de caminhar sobre as pernas. A impropriedade da classificação reflete as oscilações terminológicas do desenvolvimento da arqueologia.

⁴¹ De resto, no outro ponto do planeta onde se iniciou autonomamente a domesticação e a agricultura, a saber, o México e a zona andina da América do Sul, a ordem de descoberta foi inversa: a cultura da abóbora remonta a -6.900, a do milho, feijão e de outros legumes a -4.800, enquanto a domesticação do lhama se situa em torno de -4.300.

⁴² A proximidade entre *cultura* e *agricultura* não é apenas verbal. Consultando os catálogos temáticos da Biblioteca Nacional da França em Paris constatamos, por exemplo, que, no período 1894-1925, a esmagadora maioria dos títulos classificados na rubrica *cultura* eram relativos à *agricultura*, alguns outros à cultura física ou à cultura moral no sentido pedagógico, mas pouquíssimos à *cultura* no sentido filosófico, histórico ou antropológico hoje predominante, por exemplo à *cultura francesa, antiga*, etc. A despeito desta longa tradição que assume a proximidade conceitual entre os dois termos, é nítido o predomínio da noção idealista da cultura, que a identifica ao “espírito do povo” e ao “espírito do tempo” (quando não às “elites”, como se diz à direita) opondo-a metafisicamente às condições materiais objetivas.

tacape, dardo ou flecha etc.), mas também a de conceber táticas adequadas à captura de diferentes espécies de animais (inclusive outros humanos), que passaram, desde então, a proporcionar parte substancial da dieta alimentar da horda primitiva.

Foram duráveis e decisivas para o destino dos hominídeos as conseqüências do *fato* de que a caça tenha constituído a primeira das artes. Muito esquematicamente: ela (1) acelerou-lhes o desenvolvimento da capacidade cerebral ao tornar a comunicação (por gestos indicativos, gritos e mais tarde pela linguagem articulada) uma questão de vida e morte; (2) conferiu vantagem comparativa aos grupos que empregavam com mais destreza a violência armada e organizada (matar animais e matar outros homens, caçar e guerrear são duas modalidades desta arte primordial); e (3) abriu caminho ao emprego da força para a instauração das primeiras formas de dominação do homem pelo homem: quando a modificação do meio natural pelo trabalho estabilizou a base econômica das comunidades humanas, conduziu à dissolução da comunidade originária, ao surgimento do Estado e à conseqüente divisão da sociedade em classes⁴³.

A ruptura radical da unidade social própria ao comunismo primitivo (que só não ocorreu entre os aborígenes isolados das grandes correntes da história) moldou as condições objetivas do desenvolvimento da espécie humana. Se interpretássemos esta fratura em termos de momento necessário do autodesenvolvimento de uma essência (a “sociabilidade humana”), veríamos na unidade originária a epifania da “essência genérica” do homem, que permaneceria inscrita na antítese (cisão constitutiva da sociedade de classes), à espera da síntese (unidade superior que, suprimindo a separação entre o trabalho e o capital, incorporaria os progressos do desenvolvimento histórico na essência genérica da humanidade redimida). O feliz fim da História estaria assim garantido pela tríade dialética. Esta perspectiva edifica e exalta. Infelizmente, o surgimento do “homem novo” anunciado pelo movimento socialista internacional, notadamente o comunista, mostrou-se muito mais distante e problemático do que esperavam seus militantes.

A expressão “essência genérica” (cujo fundo idealista já salientamos suficientemente) apresenta, entretanto, um sentido concreto: a capacidade de produzir formas úteis. Mas esta capacidade, que desenvolveu exponencialmente, ao longo de alguns milênios, as forças produtivas do trabalho, mostrou-se uma faca de dois gumes. A utilidade de alguns dos produtos da arte e engenho humanos, por exem-

⁴³ É corrente e consagrada na antropologia anglo-estadunidense o emprego da fórmula “*hunting-collecting*” para designar o estágio inicial da atividade produtiva dos hominídeos. Ela apresenta o grave defeito de fundir numa única totalidade duas formas econômicas radicalmente distintas: a coleta (que pode ser efetuada pelos meros órgãos corporais ou por instrumentos em estado bruto) e a caça (que supõe ferramentas e cooperação em escala relativamente ampla).

plo, a dos artefatos nucleares para a máquina de guerra do imperialismo estadunidense, obedece a fins radicalmente *desumanos*, que apontam para a perspectiva da destruição radical das próprias condições de vida no planeta.

Na luta para reverter este desalentado cenário, a retórica humanista não é de muita valia. Vale pela afirmação, que atravessou os séculos, da capacidade do homem de forjar seu próprio destino. Não podemos, porém fugir da constatação de que as esperanças não concretizadas acabam se dissolvendo em vãs quimeras, que servem apenas de ópio intelectual a pequenos círculos de iluminados. Assim ocorre com as interpretações românticas e espontaneístas da missão emancipadora da humanidade atribuída pelo marxismo à classe operária. Ela exaltou energias, inspirou abnegação em grau heróico, mobilizou, canalizou e condensou a vontade de transformar o mundo, pondo fim à miséria do capitalismo. Mas transfigurada em messianismo proletário, ela semeou ilusões funestas e disseminou a paranóia da traição: partindo da crença de que o proletariado é sempre revolucionário, os messiânicos (que nunca levaram adiante nenhuma revolução social) só podem explicar o esmagamento ou os desvios das revoluções populares, operárias e camponesas, acusando os burocratas e os “stalinistas” de as terem apunhalado.

A derrota e o desmantelamento da União Soviética deram novo alento aos valores mercadológicos burgueses, em versão liberal-imperialista, estimulando, ademais, no vazio moral deixado pelas esperanças afogadas no “lago gelado do cálculo egoísta”, a reativação da função consoladora da fé: não podendo mudar o mundo, imensas multidões de ovelhas do Senhor fazem fila para garantir lugar no outro mundo. (Sem muita pressa, é verdade: afinal, mesmo o papa João Paulo II, que deveria por dever de ofício confiar irrestritamente na Divina Providência e arder de desejo de ganhar a beatitude eterna, não dispensava, em suas viagens de propaganda, um sólido esquema de segurança. Talvez porque mais valha um mundo na mão do que dois voando).

Vale, enfim, dissipar uma confusão freqüente sobre a relação do marxismo com o humanismo. O legado teórico de Marx, Engels, Lênin e de tantos outros que lhes seguiram os passos fundamenta o projeto político de emancipação universal do homem, mas distingue-se radicalmente das filosofias utópicas da história por pretender baseá-lo na lógica objetiva das relações sociais. Por isso, é incontornável a questão da verdade de seus fundamentos. Seu programa histórico (ou máximo) é a reconciliação da humanidade consigo mesma, uma vez ultrapassada a lógica da valorização do capital e suprimida exploração do trabalho pelo capital e, com ela, os meios estatais de dominação e de opressão, notadamente os de destruição maciça. Podemos considerar este programa um humanismo, sempre que estivermos seguros de que não perdemos em compreensão o que ganhamos em extensão, mas, na trilha daqueles gigantes do conhecimento e do combate revolucionário, consideramos mais adequado chamá-lo comunismo.

CRÍTICA
marxista

ARTIGOS

A burguesia no governo Lula*

ARMANDO BOITO JR.**

O debate sobre as relações da burguesia com o governo Lula tem permanecido num nível de generalidade que prejudica a análise e a intervenção política no Brasil atual.

Muitos intelectuais, socialistas e militantes do movimento operário e popular têm chamado a atenção para o fato de que tal governo logrou, graças à influência que ainda tem sobre parte do movimento sindical e dos movimentos populares, dar maior estabilidade à política burguesa e pró-imperialista no Brasil e implantar contra-reformas que dificilmente um governo como o de FHC conseguiria implantar. Ou seja, o governo Lula presta à burguesia um serviço que os partidos burgueses tradicionais talvez não lograssem prestar. Essa é, de fato, uma análise correta e fundamental. Porém, dizemos que ela é insuficiente porque se faz necessário discutir também as relações diferenciadas do governo Lula com as distintas frações da burguesia brasileira e internacional, de maneira a detectar quais interesses específicos desta ou daquela fração burguesa são priorizados, negligenciados ou preteridos pela atual política governamental.

Há diversas concepções teóricas no campo do pensamento crítico e socialista que não comportam essa espécie de debate e é justamente por isso que ele ainda está engatinhando no que respeita ao governo atual. Há aqueles que concebem a burguesia como uma classe homogênea, ou, melhor dizendo, uma classe sem fissuras minimamente estáveis que cheguem a configurar frações com interesses econômicos específicos e com presença diferenciada no plano político – esse é o caso de toda a tradição trotskista. Há também a concepção, desenvolvida por

* Agradeço aos colegas do projeto integrado de pesquisa *Neoliberalismo e relações de classes no Brasil*, do Centro de Estudos Marxistas (Cemarx) da Unicamp, pelas sugestões e críticas apresentadas a uma versão inicial deste texto. Agradeço também os comentários de Duarte Pereira e dos integrantes do Cecac do Rio de Janeiro.

** Professor de Ciência Política da Unicamp.

Francisco de Oliveira, segundo a qual o processo político brasileiro viveria, desde o fim do modelo desenvolvimentista, uma situação prolongada de indeterminação de classe – as relações entre as classes sociais e suas frações e a atividade política teriam se dissolvido, tornando o processo político no Brasil “difuso e indeterminado”¹.

Nosso texto não polemizará diretamente com essas concepções, mas procurará apontar um outro caminho de análise, caminho que só podemos trilhar quando tomamos em consideração os conceitos de fração burguesa e de bloco no poder. Utilizando tais conceitos para analisar as relações da burguesia brasileira e internacional com o governo Lula, torna-se possível, segundo acreditamos, obter uma visão mais aprofundada e complexa da conjuntura atual e apontar elementos importantes para a definição de uma estratégia popular e socialista.

Considerando o problema dessa perspectiva, sustentamos que o governo Lula alterou a relação do Estado brasileiro com a burguesia ao melhorar a posição da grande burguesia interna industrial e agrária no interior do bloco no poder². Essa mudança aparece principalmente na política de exportação do governo, que tem propiciado saldos positivos crescentes na balança comercial do país. Note-se que se tratou de um deslocamento no interior do grande capital, o grupo das pequenas e médias empresas permanecendo na mesma posição subordinada que já ocupava ao longo da década de 1990.

Sabe-se que, no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, a hegemonia do grande capital financeiro nacional e internacional teve como uma de suas conseqüências déficits crescentes na balança comercial. Cabe então perguntar: a) o fato de o governo estimular a exportação visando à obtenção de saldos crescentes na balança comercial atenta contra os interesses do grande capital financeiro nacional e internacional? e b) pode interessar ao movimento operário e popular aliar-se à grande burguesia interna? De nossa parte, pretendemos mostrar que a política de estímulo às exportações está subordinada aos interesses do grande capital financeiro e não atende aos interesses das classes populares. Ademais, as medidas de política econômica do governo Lula são uma ampliação de iniciativas que Fernando Henrique Cardoso começou a implementar no seu segundo man-

¹ Francisco de Oliveira, “Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento”. Texto cedido pelo autor.

² O conceito de burguesia interna foi desenvolvido por Nicos Poulantzas para indicar a fração da burguesia que ocupa uma “posição intermediária” entre a burguesia compradora, que é uma mera extensão dos interesses imperialistas no interior dos países coloniais e dependentes, e a burguesia nacional, que em alguns movimentos de libertação nacional do século XX chegou a assumir posições antiimperialistas. Nicos Poulantzas, *La crise des dictatures*. Paris, Seuil. 1976.

dato para contornar as dificuldades que o próprio modelo capitalista neoliberal vinha criando desde a grande crise cambial de 1999. Quando se fala em continuísmo do governo Lula, seria conveniente precisar que tal continuísmo refere-se mais ao segundo que ao primeiro governo FHC.

Na relação do governo Lula com a burguesia, dá-se algo semelhante àquilo que já constatamos quando examinamos a relação desse mesmo governo com os trabalhadores. Num ensaio que publiquei há quase dois anos na *Crítica Marxista* defendi a tese de que o governo Lula lograra ampliar o impacto popular do modelo neoliberal, praticando, melhor que FHC, a política do “novo populismo conservador” – um tipo de populismo que explora eleitoralmente a população pobre desorganizada lançando mão, para tanto, das políticas compensatórias e do discurso ideológico neoliberal que estigmatiza os direitos sociais como privilégios³. O que queremos dizer agora é que as mudanças introduzidas no interior do bloco no poder pelo governo Lula também reforçam a hegemonia do capitalismo neoliberal no Brasil. O resultado econômico dessas mudanças tem sido o de propiciar um novo lastro ao modelo capitalista neoliberal e o seu resultado político, o de ampliar o apoio da burguesia brasileira a esse modelo.

A hegemonia do grande capital financeiro

Convém iniciarmos por um rápido esclarecimento teórico.

No contexto da teoria marxista do Estado, o conceito de bloco no poder designa, como bem sabem os leitores da obra de Nicos Poulantzas, a unidade contraditória da burguesia organizada como classe dominante⁴. Unidade da classe dominante, porque o conjunto dos capitalistas tem interesse em assegurar as condições gerais de reprodução do capitalismo e porque o Estado burguês zela por essas condições gerais, atendendo, portanto, indistintamente, os interesses comuns de todos os capitalistas – a manutenção da propriedade privada dos meios de produção e a reprodução da força de trabalho como mercadoria. Porém, trata-se de uma unidade contraditória porque os capitalistas, para além de sua unidade geral, estão distribuídos, de acordo com a posição particular que ocupam no processo de produção num momento e num país determinados, em setores economicamente diferenciados que poderão se constituir em frações de classe perseguindo interesses específicos – alguns elementos potenciais de divisão da burguesia em frações de classe são: as fases do ciclo de reprodução do capital (capital dinheiro,

³ Armando Boito Jr., “A hegemonia neoliberal no governo Lula”, *Crítica Marxista*, n. 17, segundo semestre de 2003, Rio de Janeiro, Editora Revan, p. 10-36.

⁴ Nicos Poulantzas em *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris, Maspero, 1968. Especialmente parte III, “Les traits fondamentaux de l’Etat capitaliste”, p. 199-273.

capital produtivo, capital comercial), o poderio econômico das empresas (grande capital, médio capital, capital monopolista), as relações variadas das empresas com a economia internacional (origem do capital, destino da produção para o mercado interno ou para a exportação). Devemos considerar essas distinções gerais, as eventuais distinções específicas referentes a uma determinada formação social, o processo político e a política econômica e social do Estado capitalista para explicar a formação de determinadas frações burguesas, perseguindo interesses distintos, em cada conjuntura⁵.

Como sempre insistiu Poulantzas, o Estado burguês, de um modo geral, organiza a dominação de classe da burguesia ao mesmo tempo em que organiza a hegemonia de uma determinada fração burguesa, isto é, organiza os interesses gerais da burguesia priorizando, ao mesmo tempo, os interesses específicos de uma determinada fração burguesa frente aos interesses das demais frações. O conflito em torno da política econômica não deve ser visto, portanto, como uma disputa sobre a política econômica “correta” e “adequada aos interesses nacionais”, mas sim como uma disputa política entre interesses contraditórios. Muitas vezes, a resistência de certos ramos e instituições subordinados do Estado à política econômica ditada pelo centro do poder é manifestação da resistência das frações subordinadas à fração hegemônica. O conceito de bloco no poder opera, então, com dois aspectos básicos: de um lado, a unidade contraditória da burguesia e, de outro lado, o papel ativo que o Estado desempenha na organização da dominação de classe da burguesia e da hegemonia de uma de suas frações.

Voltemos ao Brasil. Durante todo o período de vigência do modelo capitalista neoliberal, a política de Estado estabeleceu uma espécie de hierarquia entre os interesses da burguesia, configurando um bloco no poder neoliberal⁶. O primeiro elemento do modelo capitalista neoliberal, que consiste em desmontar os direitos trabalhistas e sociais conquistados pelos trabalhadores durante o período desenvolvimentista, incorpora os interesses de toda a burguesia brasileira e do capital internacional aqui investido. Tal desmonte assegura a unidade política da burguesia em torno do modelo. As grandes empresas que afetam respeitar a legislação trabalhista também usufruem, mesmo que indiretamente através de seus

⁵ Francisco Pereira de Farias, “Sobre a questão das frações de classe dominante”, *Cadernos Cemarx*, número 1, Centro de Estudos Marxistas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2004.

⁶ Antes de entrar na análise do bloco no poder no governo Lula, sou obrigado a retomar o que já escrevi em trabalho anterior sobre o bloco no poder no conjunto do período neoliberal. Ver Armando Boito Jr. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*, 2^a ed.. São Paulo, Editora Xamã, 2002. Capítulo I, item 4, “Neoliberalismo e bloco no poder”, pp. 49-76.

fornecedores e da prática da subcontratação, a desregulamentação do mercado de trabalho e a redução dos custos que essa desregulamentação propicia; a mercadorização de direitos e de serviços como saúde, educação e previdência também atende, de modo variado, diferentes setores da burguesia – desenvolvem-se os negócios de uma fração burguesa que eu denomino nova burguesia de serviços, beneficiária direta do recuo do Estado na área dos serviços básicos, e reduzem-se, ao mesmo tempo, gastos sociais tradicionais, atendendo à pressão do grande capital. O governo Lula está mantendo a política de desregulamentação do mercado de trabalho e de redução dos direitos sociais. Com efeito, o atual governo permite o desrespeito à legislação trabalhista graças à política de omissão da fiscalização do trabalho, mantém os trabalhadores sem política salarial de reposição das perdas, realizou uma nova contra-reforma da Previdência que apenas retirou direitos dos trabalhadores, aprovou uma nova Lei de Falência que, a partir de um certo montante, obriga a empresa em processo falimentar a priorizar o pagamento das dívidas bancárias em detrimento do pagamento dos débitos com os trabalhadores, apresentou um projeto de reforma universitária que consagra o sistema superior privado e lhe concede novas vantagens financeiras e legais e depositou no Congresso Nacional um projeto de reforma trabalhista e sindical que, ao mesmo tempo, mantém a estrutura sindical corporativa de Estado e flexibiliza o direito do trabalho.

Pois bem, se o desmonte dos direitos trabalhistas e sociais garante a unidade política da burguesia em torno do programa neoliberal, os demais elementos do neoliberalismo têm-na dividido no plano dos interesses corporativos. É examinando essa divisão que podemos verificar quais interesses burgueses são priorizados e quais são negligenciados ou preteridos pela política neoliberal.

Um segundo elemento a ser considerado do modelo é a política de privatização. Esse elemento atende diretamente aos interesses dos grandes grupos econômicos, isto é, do conjunto do grande capital – nacional, estrangeiro, industrial e financeiro. A média burguesia permaneceu, devido às regras estabelecidas pelo Estado brasileiro para o processo de privatização, excluída do grande negócio que foram os leilões de empresas estatais. Menos de cem grandes grupos econômicos apoderaram-se da quase totalidade das empresas estatais que foram a leilão, contando com favorecimentos de todo tipo – subestimação do valor das empresas, possibilidade de utilização das chamadas “moedas podres”, financiamento subsidiado pelo BNDES, informações privilegiadas, preferência e ajuda das autoridades governamentais etc. Grandes empresas industriais, como o Grupo Votorantim, Gerdau e Vicunha; grandes bancos, como o Itaú, Bradesco, Unibanco; grandes empresas estrangeiras, como as empresas portuguesa e espanhola na área de telefonia, enfim, o grande capital nacional, industrial ou financeiro, e o grande capital estrangeiro, isto é, a cúspide do capitalismo brasileiro apropriou-se da siderurgia,

da petroquímica, da indústria de fertilizantes, das empresas telefônicas, da administração de rodovias, dos bancos públicos, das ferrovias etc. Essas empresas estão hoje entre as mais lucrativas do capitalismo brasileiro. O governo Lula herdou e manteve essa privatização, inclusive os contratos leoninos que asseguram alta lucratividade aos novos monopólios privados, e nem sequer cogitou de investigar os casos de corrupção mais rumorosos que envolveram a política de privatização. Além disso, as empresas que se dizem em dificuldades, como a Ferronorte, vêm recebendo ajuda financeira privilegiada do atual governo. Os projetos encaminhados pelo governo Lula de Parceria Público-Privadas para serviços públicos e infraestrutura e o projeto-lei de privatização do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) são as suas mais ambiciosas propostas de privatização. Serão os mesmos grandes grupos econômicos que monopolizarão o acesso à exploração dos serviços de infraestrutura com o privilégio de terem, conforme estabelece o projeto das PPPs, a lucratividade assegurada em lei – está prevista a suplementação de dinheiro público para os empreendimentos que não atingirem a “lucratividade esperada”; no caso da privatização do IRB, o presente é feito especificamente ao grande capital financeiro.

A política de privatização é um elemento do modelo neoliberal que tem aumentado o patrimônio e os lucros do grande capital privado, em detrimento do médio capital e ferindo os interesses da burguesia nacional de Estado, cuja participação no PIB brasileiro caiu muito ao longo das duas últimas décadas⁷.

Finalmente, no que diz respeito ao terceiro elemento que julgamos importante da política neoliberal, que é a abertura comercial e a desregulamentação financeira, nesse caso, até um setor importante do grande capital, o setor industrial, teve seus interesses negligenciados ou preteridos em proveito do grande capital financeiro nacional e internacional.

Para a análise do capital financeiro e do atual modelo de acumulação seguimos François Chesnais, para quem a forma dominante de capital hoje é o capital financeiro concebido como “(...) a fração do capital que se valoriza conservando a forma dinheiro”⁸. O grande capital financeiro no Brasil é diversificado quanto à origem do capital, ao tipo de inserção no mercado brasileiro e à área de atuação. Temos, acima de tudo, os grandes bancos comerciais – nacionais e estrangeiros – que possuem rede de agências no Brasil – Bradesco, Itaú, Unibanco, Santander, HSBC, BankBoston e outros. Dados do final da década de 1990 apontavam que,

⁷ Entre 1989 e 1999, dentre as 40 maiores empresas operando no Brasil, o número de empresas estatais caiu de quatorze para apenas sete empresas. Eli Diniz e Renato Boschi, *Empresários, interesses e mercado*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2004, p. 69.

⁸ François Chesnais, *La mondialisation du capital*. Paris, Edição Syros. 1997. p.31.

num universo de 200 bancos funcionando então no Brasil, 25 deles detinham, sozinhos, mais de 80% do ativo total. O balanço dos lucros dos bancos no primeiro trimestre de 2005, mostrava que os cinco maiores bancos do país respondiam por 69% de todo o lucro do sistema bancário; se considerados os dez maiores, essa parcela subia para 83% do total dos lucros⁹. No Brasil, grandes bancos e grandes grupos industriais mantêm-se relativamente separados e uma particularidade brasileira no quadro da América Latina é a importância dos grandes bancos nacionais, setor que, aliás, até meados da década de 1990 não apresentava investidores estrangeiros dignos de nota¹⁰. As demais empresas e instituições que integram o capital financeiro são os bancos estrangeiros comerciais e de investimentos que, sem terem rede de agências no Brasil, possuem investimentos de curto e de longo prazo no país e os fundos de investimento e os fundos de pensão nacionais e estrangeiros. Os bancos de investimento ocupam uma posição importante, mas secundária. Segundo o já citado levantamento do Banco Central, enquanto os bancos comerciais lucraram 6,3 bilhões de reais no primeiro trimestre de 2005, o lucro dos bancos de investimento não passou de 300 milhões de reais.

Esse conjunto de empresas e instituições centraliza capital dinheiro e poupança para lançá-los no “ciclo curto” de valorização do capital (D – D’). No Brasil e em outros países dependentes, esse capital funciona, em grande medida, como capital usurário e predador, o capital dinheiro portador de juro que se valoriza, a taxas muito elevadas, sem financiar a produção capitalista – posse dos títulos da dívida pública, fornecimento de empréstimo ao consumidor a taxas que chegam a 8% ao mês, empréstimo consignado, a taxas ditas “populares”, dirigidos a assalariados e aposentados de baixa renda etc.¹¹ Esse mesmo capital funciona, secundari-

⁹ O levantamento foi feito pelo Banco Central do Brasil num universo considerado de 106 instituições bancárias. Ver “Lucro dos bancos cresce 52% no 1º trimestre”, *Folha de S. Paulo*, 04 de junho de 2005, p. B 9.

¹⁰ Não falamos de hegemonia do capital financeiro em geral mas, especificamente, em hegemonia do grande capital financeiro. Ao longo do período neoliberal muitos bancos de médio e pequeno porte foram à falência. De resto, os bancos de médio e pequeno porte organizaram uma associação própria, a Associação Brasileira dos Bancos Comerciais e Múltiplos (ABBCM), separada da Febraban e da Fenaban que representam os interesses dos grandes bancos. Ver Ary César Minella, “Elites financeiras, sistemas financeiros e governo FHC”. In Waldir José Rampinelli e Nildo Domingos Ouriques (orgs), *No fio da navalha. Crítica das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo, Xamã. 1997.

¹¹ Entre setembro de 2004 e maio de 2005 os bancos tinham emprestado seis bilhões de reais a aposentados e pensionistas do INSS a juros que variavam de 1,9% a 3,55% ao mês – para uma inflação de 7% ao ano! Graças à legislação criada pelo governo Lula, o próprio INSS faz o desconto das parcelas do empréstimo. Para os assalariados da ativa foi criado algo semelhante, com juro no mesmo nível elevado e também com risco zero para o ban-

amente no caso do Brasil, como capital indiretamente ligado à produção, quando é capital dinheiro portador de juro por ter sido adiantado na forma de empréstimo ao capitalista ativo, ou capital dinheiro portador de dividendos, quando é utilizado na compra de ações no mercado bursátil¹².

Para que o grande capital financeiro possa valorizar-se com rapidez e a taxas elevadas alguns aspectos da política de Estado são, nas condições atuais e principalmente nos países dependentes, fundamentais: a) a integração do mercado financeiro nacional com os mercados internacionais, isto é, a desregulamentação financeira que assegura a livre conversão das moedas e a livre circulação das aplicações em títulos públicos e em bolsas de valores; b) câmbio relativamente estável que permita a conversão e a reconversão das moedas sem sobressaltos ou prejuízo; c) pagamento da dívida pública externa e interna com taxa básica de juro real elevada para assegurar uma alta remuneração para os títulos públicos detidos, majoritariamente, pelas empresas que têm mais liquidez, isto é, pelo próprio capital financeiro. Os balanços dos grandes bancos privados brasileiros mostram que, ao longo dos últimos anos, a receita oriunda do recebimento de juros dos títulos da dívida pública representa quase 50% da receita total dessas instituições; d) liberdade para o capital financeiro cobrar o máximo possível pelo capital que cede emprestado a capitalistas e consumidores – *spread* liberado, variando, quando es-

queiro – o desconto das prestações devidas é feito na folha de pagamento. Trata-se de agiotagem oficial montada pelo governo Lula para os banqueiros extorquirem os trabalhadores. Os dados citados foram divulgados pela Dataprev e pelo Ministério da Previdência Social. Aparecem na reportagem “Crédito a aposentado cai e eleva a concorrência”, *Folha de S. Paulo*, 30 de maio de 2005, p. B 1.

¹² Embora o capital dinheiro mantenha-se sempre exterior à produção, ele funciona como capital que poderíamos denominar indiretamente produtivo quando é emprestado ao capitalista ativo que vai, este sim, convertê-lo em meios de produção e em força de trabalho para a geração de mais-valia. Nesse caso, o capital dinheiro apropria-se, sob a forma de juro, de parte da mais-valia à qual ele próprio forneceu as condições para que fosse produzida. O capital dinheiro funciona como capital usurário quando o tomador do empréstimo não é um capitalista ativo, isto é, quando a soma emprestada vai se converter em renda para financiamento da dívida pública, em consumo de assalariados ou aposentados etc..François Chesnais entende que o capital financeiro nos países dependentes funciona muito mais como capital usurário que como capital indiretamente ligado à produção. Ver os textos recentes de François Chesnais, Gérard Duménil, Dominique Lévy, Isaac Johsua e Suzanne Brunhoff que serviram de base para o *Séminaire d'Études Marxistes* do primeiro semestre de 2005 na École des Hautes Études de Paris. Consultar www.jourdan.ens.fr/levy/sem05.htm. Marx analisa o capital de empréstimo, a sua relação de unidade e de oposição com o capital ativo, a independência e poder que ele adquire frente a esse último e a formação do capital usurário nos capítulos da quinta seção do Livro III de *O Capital*.

crevemos este texto, de 60 a 150% ao ano, para uma taxa básica de juros de 19,75% ao ano; e) ajuste fiscal que garanta o pagamento dos juros dos títulos da dívida pública – nos países europeus, déficit público limitado; nos latino-americanos, superávits primários. Sabemos que todos esses cinco elementos foram mantidos ou aprofundados durante o governo Lula.

A desregulamentação financeira está vinculada ao avanço recente da desnacionalização das economias dependentes como o Brasil e também à abertura comercial que foi promovida nesses países. De um lado, a compra e venda de ações ou mesmo a aquisição de empresas públicas e privadas é um dos terrenos para a valorização do capital financeiro internacional, e, de outro lado, os grandes grupos industrial-financeiros dos países dominantes, isto é, o capital financeiro internacional no sentido clássico de Hilferding, exigiu a abertura comercial da América Latina para aumentarem as suas exportações para essa região¹³. Como é sabido, a política neoliberal suprimiu o protecionismo dos mercados internos latino-americanos, protecionismo que fora a marca do modelo desenvolvimentista. Essa abertura, além de atender aos interesses do capital internacional, tem o objetivo de inibir, ao acuar a burguesia interna com a concorrência de produtos importados a preço menor, a remarcação de preços dos produtos industriais, contendo a inflação interna e contribuindo, assim, para a estabilidade interna da moeda e para a relativa estabilidade do câmbio. Essa política provocou, no primeiro governo FHC, sucessivos déficits na balança comercial, o que era “compensado” da maneira que melhor convinha aos interesses do capital financeiro: taxa básica de juros elevadíssima para atrair capital financeiro estrangeiro volátil em busca de valorização rápida e elevada, compensando com o ingresso desse capital de risco de curto prazo o desequilíbrio da balança comercial e das contas externas – claro que tal política poderia produzir mais à frente uma dívida pública e um desequilíbrio externo cada vez maiores.

A abertura comercial e a desregulamentação financeira atendem, portanto, aos interesses do grande capital financeiro, nacional e internacional, em detrimento mesmo da grande indústria interna. Esta perdeu o mercado cativo para seus produtos, passou a pagar muito mais caro pelo capital que toma emprestado para investimentos e sofreu a redução da parte da receita do Estado destinada à infraestrutura e ao fomento da produção.

Concluindo, todos os aspectos da política neoliberal – a desregulamentação, a privatização, a abertura comercial – atendem integralmente aos interesses de uma única fração da burguesia: o grande capital financeiro. As demais frações integrantes do bloco no poder – médio capital, grande capital industrial – têm

¹³ François Chesnais, *La mondialisation du capital*, op. cit., p. 310.

conflitos, maiores ou menores, com um ou mais desses elementos. O resultado prático da correspondência objetiva entre o modelo capitalista neoliberal e os interesses financeiros é a taxa de lucro superior do sistema financeiro frente à taxa de lucro do setor produtivo. Entre 1994 e 2003, segundo levantamento da ABM Consulting, o lucro dos dez maiores bancos brasileiros cresceu nada menos que 1.039%¹⁴. Durante o primeiro ano do governo Lula, os bancos voltaram a bater recordes de lucratividade. Alguns levantamentos feitos pela Economia e pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) mostraram que o investimento em fundos rendeu, no mesmo período, quatro vezes mais que o investimento nos setores produtivos, e sobre esses investimentos incidem menos impostos¹⁵. No decorrer do primeiro trimestre de 2005, o lucro dos bancos manteve a trajetória de alta – cresceu 52% em relação ao mesmo período de 2004. Esse crescimento do lucro bancário parece associado à dinâmica de alta da taxa básica de juro. Com efeito, se comparamos o primeiro trimestre de 2005 com o primeiro de 2004, verificamos que, entre janeiro de março de 2005, quando a taxa Selic ascendeu de 17,75% para 19,25%, o item intermediação financeira, aí incluídas aplicações em títulos e concessão de empréstimos, proporcionou aos bancos uma receita de R\$19 bilhões; já no período corresponde do ano anterior, quando a Selic esteve num patamar mais baixo e em trajetória de queda, passando de 16,50% a 16,25%, a receita dos bancos com intermediação financeira foi significativamente inferior - R\$17 bilhões¹⁶.

Podemos falar em hegemonia do grande capital financeiro no modelo capitalista neoliberal porque, além da correspondência objetiva apontada acima, verifica-se, também, a identificação política e ideológica das entidades nacionais e internacionais do capital financeiro com os sucessivos governos neoliberais no Brasil. A política desses governos, de Fernando Henrique Cardoso a Luís Inácio Lula da Silva, vem sendo orientada e plenamente aprovada pelo FMI, Banco Mundial, Febraban e outras. Indicador significativo dessa situação é a simbiose que se verifica entre o pessoal dirigente dos sucessivos governos do período, principalmente o pessoal do Ministério da Fazenda e o do Banco Central, e o pessoal dirigente do setor financeiro nacional e internacional. Iniciar a carreira como diretor do Banco Central e prosseguir-la como executivo de banco privado ou fazer o caminho inverso é, há anos, um fato corriqueiro no cenário político brasileiro.

¹⁴ “Lucros dos bancos sobem mais de 1.000%”, *Folha de S.Paulo*, 21 de junho de 2004, p. B3.

¹⁵ “Fundos rendem 4 vezes mais que produção”, *Folha de S.Paulo*, 11 de junho de 2004, *Caderno Dinheiro*, p. B1, B3 e B4.

¹⁶ “Lucro dos bancos cresce 52% no 1º trimestre”, *Folha de S.Paulo*, 04 de junho de 2005, p. B 9.

A ascensão da grande burguesia industrial e agrária

Porém, a hegemonia política do grande capital financeiro nacional e internacional não se exerce sem resistência e nas mesmas condições ao longo de todo o período neoliberal. Como dissemos, a novidade do governo Lula neste terreno é que ele promoveu uma operação política complexa, que consistiu em possibilitar a ascensão política da grande burguesia interna industrial e agrária voltada para o comércio de exportação – no que respeita ao médio capital, não houve alteração no interior do bloco no poder sob o governo Lula. O governo promoveu a ascensão da grande burguesia interna industrial e agrária sem quebrar a hegemonia das finanças. Os negócios da grande burguesia interna prosperam sob o governo Lula e ela encontrou uma posição mais confortável na economia nacional. Por que ocorreu tal mudança?

Durante o seu primeiro mandato, Fernando Henrique Cardoso ampliou a abertura comercial, promovendo mais uma rodada de suspensão de barreiras alfandegárias e não alfandegárias às importações, ampliou a desregulamentação do ingresso e saída de capitais, manteve o câmbio valorizado, aumentou a taxa de juros e a dívida pública. Acumulou déficits crescentes na balança comercial e fez um ajuste fiscal duro – embora esse ajuste possa parecer, nos dias de hoje, um ajuste brando, tendo em vista o nível elevadíssimo de superávit primário imposto pelo governo Lula ao país. Segundo os dados do Banco Central do Brasil, FHC obteve, em porcentagem do PIB nacional, 0,27%, 0,08% e 0,01% de superávit primário, respectivamente, em 1995, 1996 e 1998; no ano de 1997, ocorreu um pequeno déficit primário de 0,95% do PIB. Dois aspectos dessa política foram particularmente criticados pela grande burguesia industrial interna: a abertura comercial – que o grande capital industrial, num discurso defensivo, reconhecia como necessária mas reclamava do seu ritmo acelerado – e o nível da taxa de juros, objeto de reclamação permanente dos industriais. Não estamos dizendo que a grande burguesia industrial interna se levantou contra a hegemonia do capital financeiro. Já indicamos que a grande burguesia industrial usufruiu os demais aspectos do modelo neoliberal. Os grandes bancos são também seus aliados. Mas ela resistiu à política de juros e à política de abertura, procurando negociar os termos do predomínio das finanças. Durante o primeiro governo FHC, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), secundada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), vocalizou a insatisfação desse setor.

Os grandes industriais contaram, nesse seu protesto, com o apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da corrente majoritária do Partido dos Trabalhadores, principalmente de sua seção paulista. A CUT, dirigida por uma nova aristocracia do trabalho representada por trabalhadores da indústria automotiva, do setor petroleiro e dos bancos, aspirava, apesar dos protestos da minoria de esquerda da central, à ressurreição do velho desenvolvimentismo, que seria obtido com a redução da taxa de juros e outras medidas de incentivo ao investimento. A

proposta de câmaras setoriais apresentada pela CUT no início da década de 1990 era concebida como o espaço privilegiado dessa aliança, onde empresários e trabalhadores de cada setor discutiriam, juntamente com o governo, aqueles que seriam os pontos de estrangulamento da produção e do emprego – financiamento, impostos, política de contratação etc. Essas câmaras eram pensadas, basicamente, para o setor industrial e a única que vingou foi a Câmara do Setor Automotivo, posteriormente fechada pelo governo FHC. Além das câmaras setoriais, em inúmeras ocasiões a FIESP e a CUT trabalharam conjuntamente na elaboração de propostas e de projetos de política econômica – como na proposta de reforma tributária, elaborada pela FIESP e pela CUT com a participação da Fipe-USP, proposta que visava “desonerar o capital produtivo”.

Houve um momento alto dessa aliança quando, em junho de 1996, a diretoria da FIESP declarou publicamente, inclusive através de texto assinado pelo seu presidente e publicado na grande imprensa, apoio a uma greve nacional de protesto contra o desemprego que estava sendo organizada pela CUT e pela Força Sindical. A FIESP, durante os meses de maio e junho daquele ano, estava organizando, com a colaboração da CNI, uma manifestação em Brasília de industriais de todo o país contra “o ritmo acelerado” da abertura comercial, contra “ritmo lento” das privatizações, e contra a política de juros. O governo FHC sentiu a pressão e, sem alterar a sua política geral, efetuou um recuo: apoiou-se nas normas da OMC – salvaguarda, direitos compensatórios e proibição ao *dumping* – para criar barreiras à importação de tecidos da China, Coréia do Sul e Formosa e à importação de brinquedos¹⁷. Na campanha eleitoral de 2002, o PT, e o candidato Luís Inácio Lula da Silva esforçaram-se para atrair o apoio da FIESP, proferindo um discurso segundo o qual fariam o governo da produção contra a especulação. Pareciam reeditar as tradicionais ilusões da esquerda brasileira no suposto papel político da “burguesia nacional”¹⁸.

¹⁷ Os números da revista da FIESP publicados entre abril e julho de 1996 dão ampla cobertura a esses acontecimentos e realçam a ação e os objetivos dos industriais – no mês de junho, a publicação da FIESP trocou o título sóbrio *Notícias* pelo afirmativo *Revista da Indústria*.

¹⁸ Escrevendo no final do ano de 2002, logo após a eleição presidencial, dissemos: “(...) Luís Inácio Lula da Silva e o PT exploraram amplamente essa insatisfação do grande capital industrial durante a campanha eleitoral. A pregação do PT contra a “especulação” e a favor da “produção”, contra as altas taxas de juro, por reforma tributária que desonerasse a produção e seu discurso pelo crescimento econômico (...) todos esses pontos visavam introduzir uma cunha no interior do bloco no poder, mostrando à grande burguesia industrial interna que ela tinha porque apoiar a candidatura Lula – (ou seja) uma estratégia semelhante àquela do Partido Comunista Brasileiro em meados do século passado.” Armando Boito, “Neoliberalismo e relações de classe no Brasil”, revista *Idéias – Dossiê Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil*. Editora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, ano 9, n. 1, 2002, p. 23.

Além dessa pressão política, é preciso considerar um fator econômico. Os déficits crescentes na balança comercial do país, se atendiam aos interesses do capital internacional, poderiam, a médio e longo prazos, gerar problemas para o próprio capital financeiro nacional e internacional. O desequilíbrio das contas externas, provocado pelo pagamento da dívida, pela crescente remessa de lucros oriunda do avanço da internacionalização da economia e pela própria abertura comercial poderia comprometer a capacidade de pagamento do Estado brasileiro e, no limite, se se chegasse a um nível muito baixo de reservas internacionais, poderia, inclusive, inviabilizar, por escassez de reservas, a liberdade básica do capital financeiro internacional de entrar e sair livremente do país. A economia brasileira aproximou-se dessa situação crítica com a crise cambial de 1999 no momento de transição do primeiro para o segundo mandato de FHC. O fantasma daquilo que os desenvolvimentistas da Cepal denominavam “estrangulamento externo” rondava as contas brasileiras com o exterior. A situação exigia alguma correção de rumo. Fernando Henrique Cardoso percebeu isso. Demitiu Gustavo Franco, o ideólogo da valorização cambial, da Presidência do Banco Central, desvalorizou o real, abandonou a política de déficit na balança comercial e adotou uma política de balança comercial superavitária. O saldo positivo na balança comercial e um acordo de emergência obtido com o FMI passaram a ser os trunfos de que dispunha o segundo governo FHC (1999-2002) para restaurar a confiança do capital financeiro internacional na economia brasileira. Esse foi o embrião da política de exportação que seria implementada em seguida pelo governo Lula.

Diversos são, portanto, os fatores responsáveis pela nova política de comércio internacional e pela correspondente ascensão política da grande burguesia interna industrial e agrária. Dado o economicismo fatalista que domina as análises da política econômica brasileira, é importante destacar os fatores políticos que induziram essa mudança – a pressão da grande burguesia industrial ao longo da década de 1990, a pressão convergente dos sindicatos e a própria vitória da candidatura Lula na eleição presidencial de 2002. Contaram também fatores econômicos nacionais e internacionais – a ameaça de estrangulamento externo que se evidenciou na crise cambial de 1999, o crescimento do comércio internacional de matérias-primas e de recursos naturais, a melhora nas cotações desses produtos, o declínio, na década de 2000, do fluxo de dólares dirigido aos países dependentes pelos fundos de aplicação dos países dominantes, e, finalmente, a grande desvalorização cambial provocada, involuntariamente, pelo temor do capital internacional diante da iminente vitória de Lula em 2002. Uma vez no governo, Lula decidiu radicalizar na direção da correção iniciada no segundo governo FHC. Iniciou a sua política agressiva de exportação, centrada no agronegócio, nos recursos naturais e nos produtos industriais de baixa densidade

tecnológica, e implementou as medidas cambiais, creditícias e outras necessárias para manter essa política.

Tratou-se de uma vitória, porém parcial, da grande burguesia interna industrial e agrária. Essa fração burguesa permaneceu como força secundária no bloco no poder, uma vez que o Estado continuou priorizando os interesses do capital financeiro, mas o governo Lula ofereceu a ela uma posição bem mais confortável na economia nacional. O resultado disso pode ser visto no comportamento da FIESP. Essa entidade, que foi crítica dos aspectos mais financistas da política econômica e da abertura comercial dos anos 90, é presidida hoje por um homem de confiança do Palácio do Planalto, que se elegeu para a FIESP com o apoio do governo federal. A parte da burguesia industrial interna que permanece insatisfeita e recalcitrante refugiou-se no CIESP, que hoje encontra-se em conflito com a FIESP – divisão inédita na história da burguesia industrial paulista. Outra instituição que permaneceu vinculada aos industriais que não integram a grande burguesia interna voltada para a exportação é o Instituto de Estudos e Desenvolvimento Industrial (IEDI), cuja imprensa não tem poupado críticas de inspiração desenvolvimentista ao governo Lula¹⁹.

Dissemos que o agronegócio, os recursos naturais e os produtos industriais de baixa densidade tecnológica são os trunfos de que dispõe o capitalismo brasileiro para sua corrida aos dólares. Vejamos alguns dados. A participação total da indústria brasileira na pauta de exportações só apresentou um grande salto na década de 1970, como resultado da política de industrialização da ditadura militar. De fato, se em 1964, os produtos manufaturados respondiam por apenas 6,2% do total das exportações brasileiras, apenas vinte anos depois, no ocaso da ditadura

¹⁹ Em junho de 2004, quando o crescimento econômico do primeiro semestre daquele ano já era comemorado pelo governo e pela grande imprensa, o empresário industrial Ivoncy Ioschpe, presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), fez declarações muito críticas em entrevista à imprensa: “Nós, do IEDI, sempre dissemos que seria preciso colocar duas variáveis no lugar certo: o câmbio e os juros. Como o dólar perto de R\$3,10, o câmbio está indo na direção correta. Os juros, porém, continuam totalmente fora do lugar. (...) Eu, sinceramente, achava que [Lula] conseguiria implementar uma política de centro-esquerda e que isso faria bem ao país. Infelizmente, a ação do Lula tem sido de direita. É o governo mais conservador desde a redemocratização. (...) Como o mercado financeiro aplaudiu, o governo ficou refém do conservadorismo.” Revista *Isto É*, edição de 30 de junho de 2004. Já no que respeita à FIESP, os setores industriais voltados para exportação aumentaram a influência no interior da entidade ao longo da década de 1990, o que torna compreensível a posição atual da entidade face ao governo. Sobre a FIESP, ver Álvaro Bianchi, *O ministério dos industriais – a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990*. Tese de Doutorado, IFCH, Unicamp, 2004.

militar, essa participação tinha saltado para 56% do total das exportações! Em duas décadas de política econômica industrialista da ditadura, a economia brasileira se afirmou como uma grande economia capitalista periférica industrializada. Desde então, a participação dos manufaturados na pauta de exportações estagnou e apresentou, mais recentemente, uma pequena queda: 54,2% em 1989, 57,3% em 1994 e 54,7% em 2002²⁰. Acreditamos que se mantém a tese dos críticos da política econômica dos anos 90, segundo a qual o neoliberalismo provocou um processo de desindustrialização nas economias da América Latina, significando isso que diminuiu o peso do produto industrial no PIB e que o próprio perfil da indústria mudou, com declínio dos setores mais sofisticados e ascensão dos setores industriais que processam recursos naturais – minérios, papel e celulose, produtos alimentícios etc.²¹ O resultado dessa especialização regressiva é que muitos setores industriais tiveram a sua cadeia produtiva desorganizada pela abertura comercial e hoje são deficitários nas trocas com o exterior. O grande herói nas relações comerciais do Brasil com o resto do mundo é o agronegócio. Com efeito, o saldo positivo do agronegócio brasileiro com o exterior atingiu em 2003 a cifra de US\$25,8 bilhões, US\$1 bilhão a mais que o festejado saldo global da balança comercial brasileira no mesmo ano, que foi de US\$24,8 bilhões²². Dito de outro modo, sem o agronegócio, a balança comercial brasileira teria apresentado um déficit de US\$1 bilhão em 2003. Em 2004, as exportações do agronegócio totalizaram US\$39 bilhões, representando um aumento de 27% em relação a 2003 e tornando o setor responsável por 40% de todas as vendas do país no exterior – destacam-se o complexo da soja que lidera as exportações, seguido por carnes, madeiras, açúcar e álcool, papel e celulose, couros, café, algodão e fibras, fumo e suco de frutas²³.

Quanto ao tamanho das empresas exportadoras, predomina amplamente o grande capital. Segundo os dados da Associação Brasileira de Comércio Exterior o Brasil tinha, em fevereiro de 2005, 19 mil empresas exportadoras. Desse total, ape-

²⁰ Utilizo os dados compilados pelo geógrafo Ariovaldo de Oliveira no texto “Os mitos sobre o agronegócio no Brasil”. Trabalho apresentado ao XII Encontro Nacional do MST, São Miguel do Iguçu, Paraná, janeiro de 2004.

²¹ Fazendo o balanço do período 1992-2000, Ricardo Carneiro afirma: “O que se pode concluir do conjunto dos dados é que a estrutura do comércio exterior brasileiro refletiu fielmente as mudanças ocorridas na estrutura produtiva, com exportações concentradas em setores de menor conteúdo tecnológico, ocorrendo o inverso com as importações.” Ricardo Carneiro, *Desenvolvimento em crise – a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo, Editora Unesp, 2002.

²² Ariovaldo de Oliveira, op. cit.

²³ “Exportação do agronegócio chega à marca dos US\$ 39 bi”. *Folha de S.Paulo*, 07 de janeiro de 2005, p. B 3.

nas 800 empresas eram responsáveis por 85% do total das exportações do país. Quanto à origem do capital, das 40 maiores empresas exportadoras brasileiras, responsáveis por 41% do total das exportações, 22 delas são empresas estrangeiras²⁴. O governo diz estimular a participação da pequena e média empresa nacional nesse novo negócio da China, mas, segundo os dados do Sebrae, no ramo industrial, as milhares de micro e pequenas empresas exportadoras respondem por apenas 2% das exportações do setor²⁵. A política de “caça aos dólares” representa, portanto, uma política que atende aos interesses do grande capital nacional e estrangeiro vinculado à agroindústria, à extração mineral e aos produtos industriais de baixa densidade tecnológica. Novamente, o médio capital ocupa uma posição subordinada.

Vejamos alguns dados significativos.

Os vinte maiores lucros do primeiro trimestre de 2005 segundo balanços divulgados até 13 de maio

| EMPRESA | SETOR | VARIAÇÃO (sobre 1° trimestre de 04) | LUCRO LÍQUIDO (R\$ milhões) |
|-------------------|-------------------|-------------------------------------|-----------------------------|
| Vale do Rio Doce | Siderurgia / met. | 69 % | 1.615 |
| Bradesco | Financeiro | 98 % | 1.205 |
| Banco Itaú | Financeiro | 30 % | 1.141 |
| Usiminas | Siderurgia / met. | 180 % | 1.001 |
| CSN | Siderurgia / met. | 115 % | 717 |
| Gerdau | Siderurgia / met. | 81 % | 695 |
| Itausa | Financeiro | 42 % | 679 |
| Cia. Sid. Tubarão | Siderurgia / met. | 207 % | 537 |
| Telesp | Telecomunicações | 17 % | 490 |
| Unibanco | Financeiro | 45 % | 401 |
| Banespa | Financeiro | 1 % | 331 |
| Gerdau Met. | Siderurgia / met. | 87 % | 312 |
| Telemar | Telecomunicações | 21 % | 282 |
| Aracruz | Papel e celulose | --- | 201 |
| Copesul | Química | --- | 197 |
| Acesita | Siderurgia / met. | --- | 177 |
| Tractebel | Energia elétrica | --- | 172 |
| CPFL Energia | Energia elétrica | --- | 166 |
| Votorantim | Papel e celulose | --- | 145 |
| Ambev | Alimentos/bebidas | --- | 144 |

Fonte: Caderno *Dinheiro* da *Folha de S. Paulo*, edições de 11, 12 e 13 de maio de 2005.

O quadro acima é um mero instantâneo trimestral do lucro das grandes empresas, mas permite algumas observações. Ele mostra, em primeiro lugar, que o governo Lula, ao mesmo tempo que arrocha os salários negando-lhes uma legislação de reposição automática das perdas, que mantém o salário mínimo num nível

²⁴ “Múltis usam país como base exportadora”, *Folha de S. Paulo*, 17 de outubro de 2004, p. B 1.

²⁵ *Folha de S. Paulo*, “Real valorizado já reduz base exportadora”, 27 de maio de 2005, p. B 1.

irrisório e reduz as pensões e direitos previdenciários, é um governo muito generoso com as grandes empresas. Em segundo lugar, é significativa a presença majoritária das grandes empresas industriais do setor exportador – siderúrgicas e papel e celulose – e das grandes empresas do setor financeiro entre as empresas mais lucrativas no atual governo. Das 20 empresas listadas, 14 pertencem a esses dois setores. Observe-se, ainda, que os lucros das empresas siderúrgicas foram os que mais cresceram ao longo dos 12 meses contemplados pelo quadro, indicador da importância da política de exportação do governo para esse setor da burguesia. A outra presença marcante são as grandes empresas privatizadas do setor de serviços – energia elétrica e telecomunicações.

Unidade e luta no interior do bloco no poder

Por que então, apesar do estímulo governamental ao setor exportador e da alta lucratividade que esse setor está apresentando, entendemos que o grande capital financeiro nacional e internacional permanece hegemônico no interior do bloco no poder sob o governo Lula? Porque esse governo estimula a produção dentro dos limites estabelecidos pelos interesses do grande capital financeiro. Vejamos.

Em primeiro lugar, ele estimula a produção voltada para a exportação. Do ponto de vista das finanças, não teria sentido estimular a produção voltada para o mercado interno. O grande capital financeiro necessita reduzir o desequilíbrio das contas externas, sem o que a sua livre circulação e elevada remuneração poderão ficar comprometidas. O objetivo do estímulo à produção deve ser, então, a exportação, isto é, a caça aos dólares e às demais moedas fortes – não é no consumo popular interno que essas moedas poderão ser obtidas. Por isso, estimula-se especificamente a produção para exportação e não a produção em geral. Em segundo lugar, mesmo na política de estímulo à exportação, tudo deve ser feito de modo a não ultrapassar a medida daquilo que interessa às finanças. Corrida aos dólares, sim; mas desde que os dólares obtidos sejam direcionados para o pagamento dos juros da dívida. Assim sendo, o superávit primário e os juros devem permanecer elevadíssimos mesmo que isso limite o próprio crescimento das exportações. De fato, no Brasil de hoje, faltam estradas, silos, portos, funcionários para a vigilância sanitária e muitos outros itens de infra-estrutura e de recursos humanos para que o capitalismo brasileiro cresça como plataforma de exportação. Porém, do ponto de vista do capital financeiro, não teria sentido desviar para a infra-estrutura o dinheiro que deve ser encaminhado para remunerar os bancos. Os pontos de estrangulamento poderão, quem sabe, serem superados pelas Parcerias Público-Privadas, as PPPs, concebidas pelo governo Lula justamente para contornar os problemas de infra-estrutura sem ameaçar a política de elevados superávits primários. O mesmo raciocínio aplica-se à política de juros básicos elevados, que fortalece o

perfil usurário do capital financeiro, desvia-o do financiamento da produção e encarece os investimentos, limitando o crescimento da exportação. Pelo que podemos ver então, o superávit primário “cavalar” e a alta taxa de juros não são, no governo Lula, um desvio financista incrustado numa política globalmente desenvolvimentista. São, na verdade, a própria razão de ser desse novo e modesto desenvolvimento voltado para exportação.

O aumento das exportações foi acompanhado pelo aumento do superávit primário. Esse saltou de uma média de 1% do PIB no primeiro mandato de FHC para 3,5% no segundo mandato e, agora sob o governo Lula, está na casa de 4,5%. Considerando a agravante de que a taxa básica de juros também entrou em trajetória de alta, entendemos o sentido da afirmação segundo a qual a “caça aos dólares” está subordinada aos interesses das finanças. Em resumo, da perspectiva da fração hegemônica no bloco no poder, a produção deve ser estimulada na direção (comércio exterior) e na medida em que interesse aos banqueiros. Essa limitação anuncia que a dinâmica do crescimento econômico deve se manter moderada e instável. Tal fato tem gerado alguns atritos no seio do governo, ou seja, a aliança entre o grande capital financeiro e a grande burguesia interna industrial e agrária não exclui disputa por espaço na definição da política econômica. Os ministérios do Desenvolvimento e da Agricultura, que estão mais próximos dos interesses da grande burguesia interna industrial e agrária, têm manifestado insatisfação com aspectos da política do Ministério da Fazenda, que representa diretamente os interesses financeiros e que é o lugar do poder governamental real²⁶. Alguns episódios do final de 2004 e início de 2005 refletem essa disputa e se misturam com outras tantas disputas que existem no interior do bloco no poder – a insatisfação do médio capital e da antiga e declinante burguesia nacional de Estado. A luta do economista Carlos Lessa, ex-presidente do BNDES, contra a direção do Banco Central refletiu a luta entre as frações burguesas, com o BNDES agindo como representante da grande burguesia industrial interna e da declinante burguesia nacional de Estado e o Banco Central, por sua vez, como representante do grande capital financeiro. O Ministro Furlan afastou-se de Lessa devido ao “estatismo” desse último deixando-o sem defesa diante do Presidente do BC Henrique Meirelles.

²⁶ Glauco dos Santos resume bem a proeminência do Ministério da Fazenda no seio do Executivo e do próprio Estado: “(...) dele emana não só a regulação do nível de atividade econômica, através do controle de seus preços básicos (taxas de juros e câmbio), mas também a capacidade de direcionar o excedente gerado. (...) mas não menos importante, o Ministério da Fazenda centraliza a determinação mesma das condições de operação do conjunto, e de cada parte, do restante da máquina pública (através do controle da execução orçamentária e das fontes de financiamento).” Glauco dos Santos, “Estudo das negociações para a formação da ALCA”, mimeo. Campinas, Unicamp, 2005.

Com a demissão de Carlos Lessa, o Presidente Lula reafirmou publicamente a hegemonia das grandes finanças no seu governo²⁷. Da perspectiva da nossa análise, o conflito entre ministérios, autarquias, entre Executivo todo-poderoso (onde o grande capital financeiro é soberano) e o rebaixado Legislativo (onde a representação política é mais heterogênea), todos esses conflitos devem, ponderados demais fatores intervinientes, ser remetidos aos conflitos de frações burguesas no interior do bloco no poder.

A política externa do governo Lula também expressa a nova situação do bloco no poder. Ou seja, ela não está desconectada da política interna, como sugerem aqueles que a consideram a “parte sã” desse governo. O presidente Lula diz estar lutando por uma nova “geografia comercial” e é aqui que reside o segredo da vinculação da sua política externa com a sua política econômica. A política externa é, ao mesmo tempo, dependente (frente ao imperialismo) e conquistadora (frente às pequenas e médias economias da periferia). De um lado, atendem-se às exigências do imperialismo, como o envio de tropas ao Haiti, e se reafirma a posição subalterna do capitalismo brasileiro na divisão internacional do trabalho, mas, de outro lado, o governo quer ocupar de fato o lugar que cabe ao capitalismo brasileiro nos mercados agrícola, de recursos naturais e produtos industriais de baixa tecnologia, mesmo que para tanto o capitalismo brasileiro deva expandir-se às custas das demais burguesias latino-americanas e mesmo que gere tensões comerciais localizadas com alguns países dominantes. A luta contra o protecionismo agrícola da Europa e dos Estados Unidos e a deterioração das relações com a Argentina ilustram o que estamos afirmando.

A frouxa aliança de Estados da periferia, consagrada no denominado G-20, para cuja organização tanto contribuiu o governo brasileiro na reunião de Cancun da OMC em outubro de 2003, visa exatamente suspender o protecionismo agrícola dos países dominantes. O discurso que o governo Lula aciona para legitimar a reivindicação do G-20 é um discurso neoliberal que pleiteia a “verdadeira abertura” dos mercados e concentra a luta no comércio de produtos agrícolas. Não se trata de denunciar os países dominantes por eles seguirem a máxima hipócrita do “façam o que eu digo, mas não façam o que eu faço”. Tal denúncia teria um con-

²⁷ Neste momento – junho de 2005 - os exportadores estão pressionando o governo para que ele adote medidas para reverter o processo de valorização do real. O dólar caiu muito ao longo dos últimos doze meses, o que diminui, como se sabe, a renda dos exportadores. A desvalorização do real na conjuntura de transição do governo FHC para o governo Lula foi fruto das circunstâncias políticas e econômicas e essas circunstâncias ajudaram muito as exportações. Hoje, o governo não parece disposto a ceder à pressão dos exportadores. Parece preocupado com a inflação interna, com o encarecimento das divisas que prejudicaria a saída de capitais do país e com a dívida pública.

teúdo progressista. O que o governo Lula faz é cobrar que o neoliberalismo valha de fato para todos e abdica, ao mesmo tempo, de lutar por normas que regulem o comércio internacional visando favorecer os países dependentes. Já a face hegemônica dessa política está abalando o já combalido Mercosul. A grande burguesia interna brasileira, como aliada subalterna do grande capital financeiro, e representada nesse caso pela ação do Ministério do Desenvolvimento, aspira ter acesso a porções crescentes do mercado latino-americano e essa aspiração está abalando a aliança com o capitalismo argentino no Mercosul.

Podemos conceber agora, depois de discutir a nova etapa do neoliberalismo brasileiro, um quadro complexo na distribuição de poder no interior da burguesia. Frente à política econômica atual, se considerarmos o porte da empresa e o tipo de capital, teríamos duas camadas distintas, uma superior e outra inferior, cada uma delas comportando gradações. Duas posições extremas e opostas no interior dessa burguesia podem ser claramente identificadas. No topo da camada superior está o grande capital financeiro que reúne em si os dois atributos privilegiados pela política de Estado – ser uma grande empresa e pertencer ao setor financeiro. Na base da camada inferior está o médio capital industrial voltado para o mercado interno, que reúne em si os três atributos preteridos pela política de Estado – ser uma empresa média ou pequena, pertencer ao setor produtivo e não fornecer as divisas de que o modelo econômico necessita. Prosseguindo, teríamos como posições intermediárias a base da camada superior, ocupada pelo grande capital industrial e agrário voltado para exportação, e o topo da camada inferior, ocupado pelas médias empresas exportadoras e pelo médio capital bancário.

O bloco no poder e o campo popular

Poderíamos nos perguntar se não seria do interesse dos trabalhadores apoiar uma política que, pelo menos, oferece uma posição mais favorável para a produção, reduzindo um pouco o poder do capital financeiro. Dito de outro modo, interessaria aos trabalhadores efetuarem uma aliança com a grande burguesia interna? Nós consideramos que não.

Como vimos, a política de oferecer um certo alento à produção, como está delimitada pelas necessidades do capital financeiro, é uma política centrada na exportação. Ora, isso significa, de um lado, que tal política revigora um traço marcante e secular da dependência econômica do país e, de outro lado, que ela condena o trabalhador brasileiro a permanecer nas péssimas condições de vida em que já se encontra. A produção voltada para o mercado interno potencial de bens de consumo popular, que é a que poderia melhorar o padrão de vida da população pobre, permanece preterida pelo governo. Esse mercado é atendido em grande parte pelas pequenas e médias empresas industriais e agrícolas, mas essas, como já

dissemos, permanecem preteridas pela política governamental. Outro aspecto fundamental nessa discussão é que o sucesso das exportações brasileiras depende da manutenção do arrocho salarial, pois esse é um dos principais trunfos competitivos dos produtos brasileiros no exterior.

É difícil para um capitalismo dependente centrado nos interesses das grandes empresas trilhar um caminho alternativo. Contar com a tecnologia do agronegócio e da indústria no Brasil não é sensato, já que essa tecnologia é sofrível e a infra-estrutura de transporte e de escoamento é péssima (devido à necessidade do superávit primário para remunerar o capital financeiro); aliviar ainda mais o imposto que incide sobre as empresas exportadoras, como aliás tem solicitado a Associação Brasileira de Comércio Exterior (Abracex)²⁸ é um caminho difícil pois também se choca com a política de superávit primário; desvalorizar de modo desmedido o real para aumentar a renda dos exportadores ameaçaria o clima de segurança que o capital estrangeiro exige para entrar e sair sem sustos do país – e a situação é mesmo complicada porque os próprios saldos favoráveis da balança comercial fazem o câmbio subir. A superexploração do trabalhador brasileiro permanece como trunfo importante dos exportadores. O governo Lula mantém o arrocho draconiano sobre o salário mínimo não apenas para, como ele quer fazer crer, conter o “gasto” da previdência. O arrocho do salário mínimo é fundamental para reduzir os custos dos produtos exportados, aumentando a competitividade das exportações brasileiras. Os trabalhadores assalariados não têm o que ganhar numa eventual aliança com a grande burguesia voltada para a exportação. Não se trata de conjecturas. Já falamos do crescimento casado do saldo positivo da balança comercial e do superávit primário como prova da finalidade financista da política de exportação. Agora, é preciso pensar num tripé. Enquanto cresceram aqueles dois saldos, o salário do trabalhador brasileiro diminuiu. Segundo pesquisa recente, as vagas no setor industrial com remuneração acima de dois salários mínimos, que cresciam a uma taxa anual de 6,3% na década de 1980, passaram a cair 3,9% ao ano entre 2000 e 2003 e, inversamente, o ritmo de crescimento do emprego industrial de até dois salários mínimos passou de 1% na década de 1980 para 20,3% no período entre 2000 e 2003²⁹.

²⁸ Ver editorial “Fórmula mágica”, do sítio da Abracex, assinado pelo presidente da entidade em 29 de novembro de 2004. A magia consistiria em manter a arrecadação em real do setor exportador apesar da queda do dólar. Consulta ao sítio www.abracex.com.br em 27 de maio de 2005.

²⁹ Márcio Pochmann, “Emprego industrial: o que há de novo no Brasil” – texto inédito cujos dados foram apresentados na *Folha de S.Paulo*, 14 de maio de 2005, p. B 1.

Até agora falamos dos trabalhadores assalariados. Considerando o movimento camponês, seria mais temerário ainda imaginar que esse setor das classes trabalhadoras pudesse ter algum interesse em se aliar à grande burguesia interna, da qual é preciso lembrar que faz parte o agronegócio. Vimos que o governo FHC-2 e o governo Lula dependeram diretamente do agronegócio que é o setor realmente superavitário nas trocas com o exterior. O Ministro da Agricultura do governo Lula está atento, zelando para que nada perturbe a evolução do agronegócio. A entrega da floresta amazônica a madeireiras internacionais parece ser o novo lance do governo para aumentar as exportações – o projeto de lei para a criação das chamadas Flonas indica isso. A queda no ritmo de assentamentos rurais verificada na passagem do governo FHC para o governo Lula dá bem uma mostra do preço que o governo atual deve pagar pela sua corrida às exportações.

As mudanças secundárias promovidas na política social tampouco trarão melhoria para os trabalhadores. O social-liberalismo, que exigiria um grande aumento na assistência social e algumas medidas favoráveis aos trabalhadores organizados, foi esboçado como vontade e projeto no início do governo, mas, até hoje, não passou disso. É um projeto comprimido pelo ajuste fiscal e a política de superávit primário. O que o governo Lula tem conseguido é dar mais visibilidade que FHC às políticas compensatórias, apresentá-las de modo mais eficiente como obra pessoal do presidente da República e praticar um discurso mais sutil e insidioso contra os direitos trabalhistas e sociais. Porém, de substantivo, pouco mudou. Tal qual FHC, Lula despreza o emprego, o salário, a moradia, a educação e a saúde, que deveriam ser as áreas prioritárias de uma política social progressista, para se concentrar no paliativo da assistência social insuficiente e incerta. Pesquisa recente demonstrou que o governo Lula reduziu, nos seus dois anos de mandato, em 1,31% a verba destinada às áreas sociais, comparativamente ao último biênio do mandato de FHC. Pelos dados obtidos pela pesquisa, também é possível observar que o perfil desse gasto sob o governo Lula alterou-se um pouco. As despesas nas áreas dos direitos e serviços sociais básicos (saúde, moradia, saneamento e educação) sofreram redução significativa, enquanto aquelas com assistência social cresceram um pouco, isto é, cresceram as despesas destinadas aos trabalhadores desorganizados e que podem mais facilmente aparecer como dádiva pessoal do presidente³⁰.

³⁰ Ver Márcio Pochmann, “Gasto social e distribuição de renda no Brasil”, *Jornal da Unicamp*, Universidade Estadual de Campinas, 22 de maio de 2005, p. 2. Veja-se o mais recente exemplo de populismo conservador. O governo Lula criou uma bolsa para jovens que atendam aos seguintes requisitos: a) habitem grandes capitais, b) tenham entre 18 e 24 anos, c) estejam desempregados e d) tenham completado o ciclo de ensino fundamental. Pois bem, se preencherem essa série de quatro atributos decididos pelos tecnocratas das

Conclusão

Não é exato afirmar, genericamente, que o governo Lula é uma continuidade pura e simples do governo FHC. O que ocorre é que o governo Lula amplia e dá nova dimensão ao que foi iniciado no segundo mandato de FHC. Os socialistas, os dirigentes do movimento operário e popular e os intelectuais críticos precisam reconhecer essa novidade e refletir sobre ela.

O médio capital permaneceu, sob o governo Lula, ocupando uma posição subordinada no interior do bloco no poder, posição que ocupa durante todo o período neoliberal e que já ocupava, numa situação distinta, sob a ditadura militar. Não podemos descartar a hipótese de um eventual governo popular lograr atrair ou pelo menos neutralizar essa fração burguesa implementando uma política de aumento do consumo popular e desenvolvimento do mercado interno. Mas o governo Lula está comprometido inteiramente com o grande capital e quem ascendeu politicamente sob esse governo foi a grande burguesia interna industrial e agrária. Cabe observar então, em primeiro lugar, que os interesses e objetivos que essa fração burguesa tem vocalizado na cena política não apontam para nenhum modelo econômico no qual os interesses dos trabalhadores possam encontrar um espaço importante. Estamos vendo que é possível desenvolvimento capitalista dentro desse modelo, mas esse desenvolvimento possui uma dinâmica moderada e instável e já mostrou que mantém o perfil excludente do capitalismo brasileiro. Trata-se de um liberal-desenvolvimentismo que custa crer tenha atraído parte da esquerda brasileira. No entanto, PSB, PCdoB, deputados progressistas do PT e muitos economistas progressistas acreditam que a economia e a sociedade brasileira mudarão muito se o Banco Central retirar um dígito da taxa básica de juro.

Em segundo lugar, a ascensão da grande burguesia interna industrial e agrária não deslocou a hegemonia do grande capital financeiro. Na verdade, nenhuma fração burguesa tem se colocado o objetivo de substituir o grande capital financeiro no posto hegemônico que este ocupa no bloco no poder, isto é, nenhuma fração burguesa tem lutado para substituir o modelo capitalista neoliberal por outro modelo de desenvolvimento³¹. A grande burguesia interna, agora mais do que nunca,

políticas compensatórias poderão usufruir da bolsa? Não! Poderão, simplesmente, entrar num sorteio para concorrer a uma dessas bolsas de R\$100,00 a ser paga ao longo de doze meses e desde que tal beneficiário faça um curso de qualificação profissional. Trata-se de uma espécie de loteria do escárnio e que só pode se explicar pelo interesse eleitoral rasteiro do governo, que foi derrotado nas eleições municipais justamente em algumas das principais capitais brasileiras.

³¹ Discordamos de análises como as de Theotonio dos Santos que ainda depositam esperanças na ação da burguesia brasileira. Para ele, a burguesia interna teria iniciado uma escalada hegemônica e antiimperialista. “Es evidente la contradicción que se arma cada día

tem interesses na reprodução do modelo e os custos de uma luta pela hegemonia seriam grandes. Exigiria travar uma luta intensa nos planos nacional e internacional que estão articulados de modo consistente com a hegemonia do grande capital financeiro. Seria preciso, dentre outras medidas, suspender o pagamento da dívida, proteger o mercado interno, controlar a saída de capitais, derrubar a taxa de juro e romper acordos internacionais. Essas medidas suscitariam reações e poderiam exigir, em vista disso, novas medidas complementares, que poderiam suscitar reação ainda maior. Tudo isso exigiria realizar alianças para baixo e fazer concessões às classes populares. Seriam perdas e riscos muito grandes, tão mais difíceis de serem assumidos tendo em vista que o modelo capitalista neoliberal, além de oferecer, agora, uma posição mais confortável para a burguesia interna, logrou domesticar politicamente o PT, a CUT e grande parte das organizações de esquerda, aumentando o seu prestígio político junto à burguesia brasileira.

Pós-escrito
(21/07/05)

Quando escrevemos este artigo o debate no seio da esquerda estava centrado na questão do crescimento econômico e do continuísmo do governo Lula em relação ao governo FHC. Lula simplesmente repetiria FHC? O crescimento obtido em 2004 significaria uma superação da hegemonia das finanças? Tal crescimento poderia ser visto como uma vitória dos trabalhadores? Foram essas questões que tratei no meu artigo.

Passado pouco mais que um mês, outras questões ocupam a boca da cena: o esquema de corrupção montado pelo PT e pelo governo Lula e a questão de saber o quê o movimento popular deve fazer em tal situação. É claro que não cabe examinar temas de tal importância num simples pós-escrito. Gostaria apenas de indicar um ponto em que a análise feita neste artigo pode dizer algo sobre a crise e o debate atual.

Nossa análise mostrou que a unidade burguesa em torno do neoliberalismo foi reforçada pela política do governo Lula. Pois bem, essa tese é fundamental para entender porque todos os partidos burgueses e a grande imprensa esforçam-se ao máximo para preservar o Presidente Lula das denúncias de corrupção. Desviam, contra toda lógica e evidências, toda a responsabilidade pelo esquema de corrup-

entre estas iniciativas internacionales (do governo Lula) y la mediocridad de una política económica al servicio del pago de los más altos intereses del mundo a los especuladores nacionales e internacionales. Los industriales brasileños empiezan a despertar frente a estas posibilidades.” Theotonio dos Santos, “Brasil: Global player”. *In* Servicio Informativo ALAI-AMLATINA, Rio de Janeiro, 24/05/2005.

ção para o Congresso Nacional e para o Partido dos Trabalhadores. Dizem que é preciso impedir que a crise política contamine a economia. O que é que estão realmente dizendo? Que é preciso salvar a política econômica e o governo que garante essa política. O mais provável é que tais partidos mantenham essa orientação até o fim, mas, caso a abandonem, é inegável que esta é a posição que têm mantido, contra ventos e marés, desde o início da crise. Se fizéssemos uma comparação com a crise do Governo Collor, veríamos que denúncias muito menos graves que as atuais levaram os grandes partidos burgueses, a grande imprensa e até a FIESP a pedir a cabeça do presidente. Em 1992, o neoliberalismo não gozava de uma ampla base burguesa como ele goza hoje.

Ciência: força produtiva ou mercadoria¹

MARCOS BARBOSA DE OLIVEIRA*

Introdução

Este trabalho diz respeito às concepções da tradição marxista sobre a ciência e a tecnologia. Um dos elementos fundamentais dessas concepções, como se sabe, é a categorização da ciência como uma força produtiva, e a primeira tese a ser defendida é a de que essa categorização já teve implicações críticas, mas que esse sentido crítico se dissipou – foi neutralizado por uma série de mudanças históricas que culminam no presente período neoliberal. A segunda tese afirma que, para fundamentar uma crítica à ciência, tal como é praticada no sistema capitalista, é necessário concebê-la não apenas como força produtiva, mas também como mercadoria.

Mas antes de dar início à discussão dessas teses, convém lembrar que a visão da ciência como força produtiva corresponde apenas a uma das facetas da concepção marxista. Nos termos do materialismo histórico, enquanto força produtiva a ciência faz parte da base econômica da sociedade. Porém, ciência é ao mesmo tempo uma forma de conhecimento e, como tal, ocupa um lugar no universo das idéias, ao lado de outras formas de pensamento – de pensamento religioso, filosófico, ideológico etc. – e portanto pertence também à esfera da superestrutura.

No marxismo ortodoxo, a ciência é valorizada tanto como força produtiva quanto como parte da superestrutura. É valorizada como força produtiva dado o papel do desenvolvimento das forças produtivas na concepção materialista da história – que é uma concepção progressista, de tal forma que qualquer avanço científico, na medida em que contribui para o desenvolvimento das forças produtivas,

¹ Este artigo é uma versão ampliada (especialmente na Parte II) da comunicação com o mesmo título apresentada em uma das mesas do GT Marxismo no XI Encontro Nacional de Filosofia (promovido pela ANPOF, e realizado em Salvador, de 18 a 22 de outubro de 2004).

* Professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

é em princípio um avanço para toda a humanidade na senda do progresso. Enquanto parte da superestrutura, a ciência é valorizada como uma forma superior de conhecimento, cujo destino histórico é triunfar sobre as formas inferiores – sobre o pensamento religioso, ideológico, etc. No discurso do marxismo ortodoxo, é essa valorização da ciência como forma de conhecimento que sustenta as afirmações de que o marxismo é superior a outras teorias ou concepções sociais por ser uma teoria *científica*, e de que o socialismo *científico* é melhor que outras formas de socialismo.

Este segundo elemento da concepção marxista ortodoxa de ciência, ou seja, esta valorização da ciência enquanto parte da superestrutura, foi mencionada em virtude de sua importância, mas não será discutida neste trabalho. A meu ver, é um equívoco reivindicar a superioridade epistemológica do marxismo com base na alegação de seu caráter científico. Penso que esse argumento se fundamenta numa concepção *cientificista*, característica do positivismo – uma concepção que supervaloriza a ciência e a tecnologia modernas, ignorando o lado nefasto dessas práticas, da maneira como se realizam no capitalismo. Se a intenção é fundamentar a superioridade epistemológica do marxismo, o que se deve dizer é que ele é *mais objetivo* que outras teorias, não que é *mais científico*. Essas afirmações entretanto ficam apenas como registro de uma opinião, a ser defendida numa outra oportunidade.

Parte I – A ciência como força produtiva

A valorização da ciência em seus dois aspectos, que se encontra no marxismo, à primeira vista não parece diferente da valorização que é parte integrante da concepção ortodoxa, ou burguesa da ciência. Esta é a concepção que nasce com a Revolução Científica, com Bacon, Descartes e Galileu, consolida-se no Iluminismo, e, com a contribuição, no plano filosófico, da tradição positivista, torna-se então a concepção dominante. De maneira muito semelhante à da concepção do marxismo ortodoxo, a concepção burguesa dominante valoriza a ciência tanto como a forma mais profunda, rigorosa e confiável de conhecimento acessível ao homem, quanto como promotora do progresso material da humanidade, através de suas aplicações, ou seja, da tecnologia. Se a identidade fosse completa, então nenhum dos dois componentes da concepção marxista teria implicação crítica alguma. Mas não é isso que acontece.

Na verdade, há uma diferença significativa entre as duas concepções, uma diferença associada ao fato de que a visão marxista está inserida na concepção materialista da história. De acordo com o materialismo histórico *vulgar*, como se sabe, a base econômica de uma sociedade é o fator determinante de sua história, e tudo o que se passa na esfera da superestrutura é mero reflexo dos processos que se desenrolam na base. Em concepções mais sofisticadas, base e superestrutura man-

têm entre si uma relação dialética, de influências mútuas, não tendo nenhuma das esferas hegemonia absoluta sobre a outra.

A concepção dominante, por outro lado, de maneira geral se insere no que se pode chamar de *idealismo histórico*, a concepção que – também em sua versão vulgar – sustenta ser na superestrutura, concebida como a esfera da espiritualidade humana, que se encontra o princípio dinâmico da história. No que se refere à ciência, o idealismo histórico a exalta como grande conquista do espírito humano e – o que é ainda mais importante neste contexto – como algo que paira acima da sociedade e das circunstâncias históricas, como uma esfera autônoma, que influencia, mas não é influenciada pelo que acontece na base econômica. Note-se que essa visão não precisa negar o valor instrumental da ciência, ou seja, a importância da tecnologia como fator de progresso material da humanidade; a diferença é que nela a tecnologia figura apenas com um subproduto da prática científica, e o valor instrumental como um bônus em relação ao valor principal que se deve atribuir à ciência – o valor intrínseco, do conhecimento como um fim em si mesmo.

Voltando agora à concepção marxista da ciência, podemos perceber que a categorização da ciência como uma força produtiva na verdade tem implicações críticas: são implicações cujo alvo é o aspecto idealista da concepção dominante. O terreno onde esta crítica figura de forma mais visível é o da história da ciência, e nele as concepções materialista e idealista da ciência se transmutam em duas vertentes: a *externalista* e a *internalista*. O significado desses rótulos não é difícil de entender: a história interna da ciência é a que a vê como uma esfera autônoma, cujo desenvolvimento deve ser explicado apenas por fatores internos; história externa é a que vê a ciência em seu contexto social e histórico, em suas múltiplas relações de influência mútua com outras esferas da vida social, especialmente a da base econômica.

A respeito dessas duas vertentes na historiografia da ciência, há um excelente artigo de Thomas Kuhn – na verdade, não é bem um artigo, é um verbete escrito por ele para a *Enciclopédia Internacional das Ciências Sociais*, sendo depois reproduzido na coletânea *A tensão essencial*. Nesse texto, intitulado “A história da ciência”, Kuhn menciona o papel desempenhado pela tradição marxista na formação da vertente externalista². Como uma das facetas dessa influência, merece destaque o longo artigo intitulado “The social and economic roots of Newton’s *Principia*”, de Boris Hessen³. Hessen foi um dos integrantes de uma delegação, chefiada por

² T. Kuhn, *A tensão essencial* (Lisboa, Edições 70, 1989), p. 154.

³ Publicado em *Science at the crossroads* (Londres, Frank Cass, 1ª ed. 1931, 2ª ed. 1971). Em português: “As raízes socioeconômicas dos *Principia* de Newton”, in Ruy Gama (org.), *Ciência e técnica: antologia de textos históricos* (São Paulo, T.A. Queiroz, 1993).

Bukharin, que participou, como representante da União Soviética, do II Congresso Internacional de História da Ciência e da Tecnologia (organizado pelo *Comité International d'Histoire des Sciences*, e realizado em Londres, de 29 de junho a 3 de julho de 1931). A visita dos soviéticos constituiu uma novidade na época, atraiu muita atenção, e suas contribuições, especialmente a de Hessen, tiveram grande influência sobre muitos dos cientistas de esquerda na Inglaterra dos anos 30 e sobre todo o desenvolvimento subsequente da historiografia externalista da ciência. De acordo com um desses cientistas, Joseph Needham, a contribuição de Hessen marcou época, constituindo “um verdadeiro manifesto da forma marxista de externalismo na história da ciência” e tendo “uma grande influência nos quarenta anos subsequentes, uma influência que talvez ainda não tenha se esgotado”⁴.

Nesse contexto, a categorização da ciência como força produtiva aparece portanto como tendo um peso crítico, voltado contra as concepções idealistas, que exaltam o valor do conhecimento como um fim em si mesmo implícito na idéia de ciência pura, e ignoram os fatores extra-científicos na história das ciências. Resta agora mostrar, para completar a demonstração da primeira tese, que tal peso crítico já não existe mais, foi neutralizado pelo desenrolar da história.

Para facilitar a exposição, convém recorrer a uma analogia com um processo semelhante que se deu, não no terreno da ciência, mas das artes. O tema é o conceito adorniano de indústria cultural, e as observações a seguir baseiam-se num artigo de Jorge de Almeida publicado na revista *Reportagem*⁵. Nesse texto, Jorge mostra inicialmente como, ao ser cunhada por Adorno e Horkheimer em fins da década de 40, a expressão “indústria cultural” vinha dotada de forte sentido crítico. Como diz Jorge, “Afinal, era uma grande ousadia, naquela época, aproximar dois termos tidos até então como distantes e mesmo excludentes: ‘indústria’ e ‘cultura’”, sendo isso visto pelo pensamento conservador “como um autêntico atentado intelectual”.

Mas, desde então até agora, muita coisa mudou. Mudou principalmente o peso do lado econômico das atividades culturais, que aumentou enormemente, tanto em termos absolutos quanto na comparação com outros setores da economia. Cada vez mais, a cultura é valorizada por sua capacidade de gerar empregos, de agregar valor às mercadorias, de contribuir para o incremento do turismo; cada vez menos como parte da vida do espírito. Um dos resultados desse processo é a incorporação, no próprio discurso oficial, do conceito de indústria cultural – agora destituído de qualquer função crítica, de qualquer negatividade. Para deixar isso claro, entre outras considerações Jorge cita, e faz uma brilhante análise, de uma

⁴ Needham, prefácio a *Science at the crossroads*, 2ª ed., p.viii.

⁵ Ano V, nº 49, outubro 2003, pp. 38-40.

passagem de um texto publicado no *site* oficial do Ministério da Cultura em março de 2000 – um comentário sobre a Lei de Incentivo à Cultura. A passagem citada é a seguinte:

As manifestações culturais, sejam de preservação e de memória, sejam de criação artística – todas, formas de expressão de identidades – são importantes também porque geram empregos em vários setores – da mão-de-obra artesanal à tecnologia avançada de informatização. Além disso, ao crescer em qualidade e quantidade, o entretenimento cultural cria um mercado próprio, que se consolida como parte da estrutura do turismo e da *indústria cultural* do país. Por isso, o investimento privado em cultura é um poderoso parceiro do Estado no desenvolvimento econômico e social. Experiências conhecidas de empresas que investem com regularidade em atividades culturais comprovam o retorno satisfatório desse tipo de *marketing*⁶.

É fácil perceber que, já muito longe de ser um “atentado cultural”, o conceito de indústria cultural se encaixa agora sem a menor dificuldade nessa visão mercantilizada da cultura. E daí nasce a pergunta que Jorge se coloca: “como pensar, hoje em dia, uma crítica baseada no conceito de indústria cultural, quando este assume, como vimos, um sentido positivo?”

Voltando ao caso da ciência, é claramente visível que algo semelhante ocorreu com ela. O pano de fundo é um processo que tem início em fins do séc. 19, mantém-se ao longo do séc. 20, com uma nítida aceleração nas duas últimas décadas, correspondentes ao período neoliberal, e continua nos dias de hoje a todo o vapor. É um processo em que as aplicações da ciência, sua capacidade de gerar tecnologias, é cada vez mais valorizada, em detrimento de seu valor intrínseco, do conhecimento como um fim em si mesmo. Um processo de tecnologização da ciência, do qual um dos reflexos é o neologismo “tecnociência”, surgido no período neoliberal, cada vez mais amplamente utilizado, e que traz em si, como parte de seu significado, a morte da ciência pura. No mundo competitivo das relações entre os países, com muito mais ênfase que em outras épocas, o desempenho tecnocientífico é visto como um fator crucial para o sucesso, em particular, para que países periféricos como o nosso possam alcançar o pelotão avançado dos países do primeiro mundo.

Essa é a forma neoliberal da concepção dominante de ciência, que de fato norteia a política científica e tecnológica em todo o mundo globalizado, e figura com todas as letras no discurso oficial. Aqui entre nós, a Lei de Inovação aprovada

⁶ Itálico em *indústria cultural* acrescentado.

em fins do ano passado, e a Resolução que cria a Agência USP de Inovação não deixam dúvidas a respeito disso. Esses textos legais poderiam ser mencionados aqui com uma função semelhante à que desempenha, no texto de Jorge de Almeida, a citação do Ministério da Cultura, ou seja, neste caso, para mostrar que nada há de escandaloso em pensar a ciência exclusivamente em termos de sua importância econômica, ou, em outras palavras, em pensar a ciência como força produtiva.

Está claro que, diferentemente do caso da cultura, em que o próprio termo “indústria cultural” é incorporado, no caso da ciência o mesmo não acontece com “força produtiva”, que de fato não ocorre no discurso. Mas essa é uma diferença que não faz diferença: se o *termo* não está presente, o *conceito* certamente está.

Essa é a prova de que a concepção de ciência como força produtiva perdeu seu sentido crítico e dessa forma se coloca uma pergunta análoga à de Jorge de Almeida: “Como pensar, hoje em dia, uma crítica à ciência baseada no conceito de força produtiva quando este assume um sentido positivo?”

Parte II – A ciência como mercadoria

A resposta a essa questão já foi anunciada, como a segunda tese deste trabalho: para pensar uma crítica à ciência tal como praticada no sistema capitalista, é necessário concebê-la não apenas como força produtiva, mas também como mercadoria. Mas o que significa conceber a ciência como mercadoria? Em primeiro lugar, convém lembrar que os conceitos de força produtiva e de mercadoria não são mutuamente excludentes. O trabalho, p. ex., é uma das forças produtivas, porém no capitalismo funciona como mercadoria. Por outro lado há mercadorias que não constituem forças produtivas – como os bens de consumo, p. ex. –, e há forças produtivas que não são mercadorias, como, de novo, o trabalho, agora em sistemas não-capitalistas.

O segundo passo no esclarecimento do significado de conceber a ciência como mercadoria é mais complexo, e depende crucialmente do conceito de *mercantilização*. O termo “mercantilização” – bem como seus cognatos “mercantilizar”, “desmercantilizar” etc. – é usado com bastante frequência nos dias de hoje, mas pouca gente se dá conta de que ele constitui um neologismo – assim como seus equivalentes em outras línguas, como o inglês (*commodification*) e o francês (*marchandisation*). Só os dicionários mais recentes os registram, e alguns autores os colocam entre aspas. Em português, nota-se também o uso de “mercadorizar” no lugar de “mercantilizar”; em inglês, “*commoditisation*” em vez de “*commodification*”. O fato de o termo ser um neologismo não é destituído de interesse, como ficará claro a seguir.

Mercantilizar um bem é fazer com que passe a funcionar como mercadoria. Segue-se que “mercantilização” refere-se a um processo; é portanto – e daí sua

importância – um conceito *dinâmico*, enquanto o de mercadoria, pelo menos em contraste, é estático. O conceito de mercantilização está presente na obra de Marx, porém figura com muito mais destaque na de um outro pensador, Karl Polanyi, especialmente em seu clássico *A grande transformação*⁷. Neste livro, o conceito em pauta aparece estreitamente associado ao de *mercadoria fictícia*. Uma mercadoria fictícia é um bem ao qual falta algum dos atributos das mercadorias propriamente ditas, mas que funciona como mercadoria no sistema capitalista. Assim como o conceito de mercantilização, o de mercadoria fictícia também se encontra – com menor destaque – nos escritos de Marx. Veja-se, p. ex., a seguinte passagem d’*O Capital*:

Coisas que, em si e para si, não são mercadorias, como por exemplo, a consciência, a honra, etc., podem ser postas à venda por dinheiro por seus possuidores, e assim receber, por meio de seu preço, a forma mercadoria⁸.

Segundo Polanyi, o trabalho, a terra e o crédito são as três categorias mais importantes de mercadoria fictícia, e o atributo mercantil que lhes falta é o de serem produtos do trabalho humano. Em suas palavras:

[O] trabalho, a terra e o crédito [...] de acordo com a definição empírica de mercadoria, não são mercadorias. O trabalho é apenas outro nome para uma atividade humana que é parte da própria vida, a qual por sua vez não é produzida para a venda mas por motivos inteiramente diversos, e esta atividade não pode ser destacada do resto da vida, ser armazenada ou mobilizada; a terra é apenas um outro nome para a natureza, que não é produzida pelo homem; o dinheiro real [*actual money*] por fim, é apenas um símbolo de poder de compra que, de maneira geral, simplesmente não é produzido, mas passa a existir através do mecanismo dos bancos ou da finança estatal. Nenhum deles é produzido para a venda. A descrição do trabalho, da terra e do crédito como mercadorias é inteiramente fictícia⁹.

Do ponto de vista histórico, ainda de acordo com Polanyi, o momento em que se completam os processos de mercantilização dessas três categorias deve ser considerado o marco da instauração do capitalismo na Europa.

O curioso então é que, apesar da importância do conceito, e de sua presença em obras clássicas como as de Marx e Polanyi, o termo “mercantilização” seja um

⁷ Rio de Janeiro, Campus, 2000. (Publicação original em inglês em 1944.)

⁸ São Paulo, Abril Cultural, 1983, vol. I-1, p. 92.

⁹ Polanyi, *A grande transformação*, p. 72.

neologismo. Mas é um neologismo surgido nesta época neoliberal – uma época que se caracteriza, entre outros aspectos, por um revigoramento da propensão capitalista a transformar tudo em mercadoria. Se não é suficiente para explicar porque o termo não foi criado antes, essa consideração sugere pelo menos não se tratar de mera coincidência o fato de isso ter acontecido agora.

Isto posto, podemos passar ao estudo do processo de mercantilização da ciência. Mas neste ponto, “o caldo engrossa”. Por um lado, devido à sua estreita relação com a tecnologia, é difícil estudar a mercantilização da ciência sem tratar também da mercantilização da tecnologia. Na verdade, deste ponto de vista, o mais conveniente é abordar a mercantilização da ciência como parte componente do processo mais amplo de mercantilização dos *bens intelectuais*. Por outro lado, a pesquisa científica se realiza primordialmente na Universidade, e a Universidade tem como outra de suas funções principais a educação de nível superior. Tem-se assim uma superposição, que entretanto é parcial dos dois lados: do lado da ciência, porque a pesquisa científica também é feita em institutos extra-universitários e – muito pouco no Brasil, em proporção mais significativa em países centrais como os Estados Unidos – em empresas privadas; do lado da educação, porque o superior é apenas um de seus níveis. Mas mesmo assim, o fato de compartilharem parcialmente a mesma instituição, a Universidade, faz com que os processos de mercantilização em cada um dos domínios tenham muito em comum, não podendo ser estudados isoladamente¹⁰. Dessa maneira, a exposição a partir de agora – muito sumária, devido à complexidade do tema – consiste num estudo dos processos de mercantilização da ciência, dos demais bens intelectuais, especialmente a tecnologia, e da educação. Neste estudo está contida a demonstração da segunda tese.

Bens intelectuais são as idéias, num sentido amplo, que inclui conhecimentos de vários tipos: descobertas, invenções, criações artísticas, enfim, todas as entidades abstratas criadas pela mente humana. De outro ponto de vista, os bens intelectuais incluem os bens protegidos pelos *direitos de propriedade intelectual*, que por sua vez compreendem as *patentes*, os *direitos autorais*, as *marcas* e os *segredos comerciais*.

Os bens intelectuais se distinguem das demais categorias de bens pelo fato de constituírem, na terminologia dos economistas, *bens não-rivais*. O conceito de bens rivais define-se da seguinte forma: um bem é rival se sua posse, consumo ou

¹⁰ Um outro ponto de vista é o centrado na Universidade, a partir do qual a mercantilização da ciência e da educação superior figuram como componentes do processo de mercantilização da Universidade. Para um trabalho escrito dessa perspectiva, v. D. Bok, *Universities in the market place: the commercialization of higher education* (Princeton, Princeton University Press, 2003).

usufruto por alguém exclui a possibilidade de que seja possuído, consumido ou usufruído por outras pessoas. As mercadorias em geral são bens rivais: p. ex., se sou dono de um bolo, posso comê-lo todo, e posso também reparti-lo, porém, quanto maior o pedaço de cada um dos comensais, menor os dos outros. Já com os bens intelectuais isso não acontece, e há uma passagem famosa de autoria de Thomas Jefferson que expressa de forma muito vívida esta peculiaridade:

Se a natureza fez alguma coisa menos susceptível que todas as outras de propriedade exclusiva, esta é a ação do poder do pensamento chamado uma idéia, que um indivíduo pode possuir exclusivamente enquanto a guarda em si; mas no momento em que é divulgada, cai na posse de todos, e aqueles que a recebem não podem se despossuir dela. Seu caráter peculiar reside nisto também, que ninguém a possui menos, em virtude de qualquer outra pessoa possuí-la toda. Quem recebe uma idéia de mim, recebe instrução sem diminuir a minha, assim como quem acende sua vela na minha recebe luz sem me deixar no escuro¹¹.

De acordo com a definição de Polanyi, uma mercadoria fictícia é um bem ao qual falta algum dos atributos das mercadorias propriamente ditas, mas que funciona como mercadoria no sistema capitalista. No caso do trabalho, da terra e do crédito, o atributo faltante é ser produto do trabalho humano. No caso dos bens intelectuais, o atributo faltante – que justifica que eles sejam categorizados como mercadoria fictícia – é o de serem bens rivais.

Essa peculiaridade dos bens intelectuais é crucial para o processo de mercantilização em virtude de um encadeamento lógico que envolve os conceitos de mercadoria, de troca, e de propriedade. Esquemáticamente, uma mercadoria é um bem que pode ser comprado e vendido ou, em termos mais gerais, trocado. Mas o conceito de troca pressupõe o de propriedade. E, por motivos fáceis de entender, o conceito de propriedade adquire formas nitidamente diferentes conforme se aplica a bens rivais ou bens não-rivais. Ser dono de uma idéia é algo claramente diverso de ser dono de uma bicicleta, ou de um quilo de feijão. É isso que explica a necessidade de dispositivos legais específicos – os *direitos de propriedade intelectual* – para instituir a propriedade dos bens intelectuais.

A mercantilização dos bens intelectuais tem uma longa história. As patentes (responsáveis pela mercantilização da tecnologia), junto com os direitos autorais

¹¹ *Apud* P. A. David, “Intellectual property institutions and the panda’s thumb: patents, copyrights, and trade secrets in economic theory and history”, *in* M. B. Wallerstein *et. al.* (orgs.), *Global dimensions of intellectual property rights in science and technology*, (Washington, National Academy Press, 1993), p.26.

(responsáveis pela mercantilização da cultura), surgem, não por acaso, nas repúblicas de Florença e Veneza, no séc. 15. Não por acaso porque estas são o lugar e a época em que muitos historiadores situam os primórdios do sistema capitalista, e as patentes e os direitos autorais, dada sua função mercantilizadora, são instituições capitalistas por excelência. Note-se também que na União Soviética não havia um sistema de patentes, apenas um sucedâneo não-mercantil – a concessão de títulos não-negociáveis aos inventores¹².

Na impossibilidade, devida à limitação de espaço, de recapitular toda essa longa história, vou me limitar à sua última etapa que coincide, também não por acaso, com o período de ascensão do neoliberalismo. Não por acaso porque, embora seja bastante generalizada a propensão capitalista a transformar tudo em mercadoria, no período neoliberal ela se manifesta com particular vigor no domínio dos bens intelectuais. O que justifica tal afirmação é outro dos aspectos característicos do neoliberalismo, a saber, o fato de que, na trajetória do desenvolvimento do capitalismo, sua ascensão está associada a uma mudança no setor dinâmico da economia, que passa do industrial para o setor dos bens intelectuais. A constatação dessa mudança nada tem de controvertida, ela se reflete nas expressões “sociedade do conhecimento”, “da informação” e “pós-industrial”, usadas para caracterizar nosso tempo. O fenômeno, é importante notar, não é só um resultado da lógica objetiva do sistema capitalista, ou seja, não é um processo que se desenvolve autonomamente na base econômica da sociedade. Pelo menos em parte, ele resulta de uma estratégia conscientemente formulada e adotada pelos Estados Unidos a partir de fins da década de 70, tendo por objetivo reverter a tendência de perda da hegemonia econômica frente aos avanços do Japão e da Alemanha Ocidental. O pressuposto da estratégia – que a história posterior demonstrou ser bem verdadeiro – foi o de que os Estados Unidos, por uma série de fatores, tinham um potencial para subir no *ranking* da competitividade melhor no setor dos bens intelectuais do que em outros setores. Isso os levou a liderar uma campanha, a que aderiram outros países centrais, cujo objetivo era o de acelerar o processo de mercantilização dos bens intelectuais¹³.

No caso dos bens protegidos pelos direitos de propriedade intelectual, o aprofundamento do processo de mercantilização é promovido pelo fortalecimen-

¹² Cf. J. M. Swanson, *Scientific discoveries and soviet law: a sociohistorical analysis* (Gainesville, University of Florida Press, 1984), p. 103.

¹³ Cf. M. P. Ryan, *Knowledge diplomacy: global competition and the politics of intellectual property* (Washington, Brookings Institution Press, 1998), *passim*; D. J. Halbert, *Intellectual property in the information age: the politics of expanding ownership rights* (Londres, Quorum Books, 1999), pp. 79-81; P. A. David, *op. cit.*, pp. 19-20

to e expansão desses direitos, através de medidas como: a ampliação do prazo de validade dos direitos; a intensificação da vigilância policial aos infratores, apresentada como combate à pirataria; o acréscimo de novas categorias ao conjunto de bens patenteáveis – como as referentes à matéria viva (organismos, partes de organismos, genes), e as referentes a alguns tipos de descoberta, que tradicionalmente seriam consideradas científicas, e portanto não-patenteáveis – mais a pressão exercida nas relações bi-laterais e nos organismos internacionais para que os países periféricos se enquadrem nessas determinações, assim como o estímulo aos pesquisadores na Universidade para que se empenhem na obtenção de patentes.

A campanha, entretanto, não se dá sem resistências. As forças de oposição envolvem movimentos sociais, sindicatos, ONGs, e até mesmo órgãos do governo de vários países e de instituições internacionais. As críticas levantadas contra o sistema de patentes são de vários tipos. Algumas têm caráter eminentemente ético, baseando-se em valores associados à relação do homem com a natureza, e tendo por alvo principalmente o patenteamento de genes e outras formas de matéria viva¹⁴. Outras críticas têm também uma dimensão ética, envolvendo porém valores ligados às relações sociais – os valores da equidade, da solidariedade e da justiça social. Estas partem da constatação de que o sistema de patentes fortalecido pelo neoliberalismo favorece injustamente os países centrais em detrimento dos periféricos, aumentando ainda mais o fosso de desigualdade que separa os dois mundos. Em tal contexto, os choques mais intensos, mais divulgados pelos meios de comunicação nos últimos tempos, têm ocorrido em relação aos medicamentos anti-AIDS, resultando em algumas vitórias importantes para países como o Brasil e a África do Sul. Ainda quanto às relações centro-periferia, outro aspecto da luta é o da biopirataria – o aproveitamento sem remuneração dos conhecimentos das culturas tradicionais, dos recursos genéticos e da biodiversidade dos países periféricos por parte das grandes empresas multinacionais, especialmente as dos setores farmacêutico e do agronegócio¹⁵. Há ainda outras críticas de natureza mais pragmática, mostrando que em muitos casos, em vez de estimular a pesquisa de inovações, o sistema de patentes a emperra, pelas dificuldades que cria para a atuação dos próprios pesquisadores¹⁶.

¹⁴ Cf., p.ex., V. Shiva, *Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento* (Petrópolis, Vozes, 2001).

¹⁵ Cf. Shiva, *op. cit.*

¹⁶ No que se refere aos direitos autorais, cabe aqui uma observação a respeito do tema da indústria cultural abordado na Parte I. A partir do exposto, fica claro que a crítica frankfurtiana consubstanciada no conceito de indústria cultural é incompleta, na medida que, por assim dizer, não faz o meio de campo: não toca na dimensão jurídica dos direitos autorais, que articula a esfera superestrutural das criações do espírito com a base econômica. Essa omissão é significativa: reflete o afastamento da prática característico de boa parte

No caso da educação, o processo que exhibe seu caráter mercantilizador de forma mais explícita corresponde à proposta, ora em discussão na OMC, de classificar a educação oficialmente como um serviço, sendo os serviços categorizados como um gênero de mercadoria. Mas também salta aos olhos o caráter mercantilizador de outros processos, como a privatização do ensino superior que, como se sabe, avançou a passos largos em nosso país nos últimos tempos, e a privatização branca representada pelo desenvolvimento das fundações de apoio nas universidades públicas. Talvez seja por isso que, entre os movimentos de oposição às tendências neoliberais no campo dos bens intelectuais, aquele que apresenta sua luta mais explicitamente como uma luta anti-mercantil é o movimento em defesa da educação pública. Com efeito, seu principal lema é “a educação não é uma mercadoria”, que chega mesmo a ser estampada em camisetas usadas pelos militantes.

A menção a esse lema oferece uma oportunidade para que seja trazida à tona uma faceta do conceito de mercadoria pressuposto neste estudo, que é relevante também para o que virá a seguir. Uma análise completa do conceito de mercadoria não pode deixar de fazer referências a seu “outro”, isto é, aos bens que não funcionam como mercadoria. A três principais categorias de bens dessa natureza são os *bens sociais*, os *bens públicos*, e as *dádivas*. Aos bens públicos e às dádivas voltaremos mais tarde. Os bens sociais, como se sabe, são aqueles que o Estado deve prover aos cidadãos para fazer valer os *direitos sociais* – uma das classes de direitos humanos consagrados na Declaração Universal promulgada pela ONU em 1948, que inclui, além da educação, o direito à saúde, ao trabalho, à habitação, e outros. A versão completa do lema em pauta, que constitui o mais forte argumento dos defensores da educação pública, é portanto “a educação não é uma mercadoria, é um direito”. Não deixa de ser uma prova do vigor do neoliberalismo o fato de seu avanço, no que se refere aos bens sociais, se dar na contra-mão do espírito consagrado tanto num documento tão importante como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, quanto nas constituições de inúmeros países, entre os quais o nosso.

Consideremos agora um processo cujo caráter mercantilizador talvez não seja tão evidente como o dos já mencionados. Trata-se do processo que diz respeito às avaliações, que adquiriram um peso enorme no período neoliberal, especial-

da produção teórica dos frankfurtianos, uma vez que essa dimensão é o campo de batalha natural das práticas anticapitalistas mais concretas. Ou seja, a crítica frankfurtiana não deixa claro que para superar a Indústria Cultural é necessário minar sua base institucional, o sistema de direitos autorais. Por outro lado, não se deve esquecer que apenas com a ascensão do neoliberalismo os direitos autorais – junto com as patentes e as demais classes de direitos de propriedade intelectual – adquiriram o peso que têm hoje. Sobre os direitos autorais, v. R. V. Bettig, *Copyrighting culture: the political economy of intellectual property* (Boulder, Westview, 1996).

mente na Universidade, afetando tanto a educação superior quanto a produção do conhecimento científico. O movimento em defesa da Universidade Pública resiste a essa onda avaliadora, mas de maneira geral a crítica incide menos sobre a idéia de avaliação em si, mais sobre a natureza predominantemente quantitativa de suas implementações. Ora, o quantitativo é a marca da mercadoria. Um dos atributos essenciais da mercadoria é ter um valor de troca, de tal modo que entre duas mercadorias quaisquer existe sempre uma proporção numérica. Mas, para que isso possa acontecer, é necessário que os próprios bens sejam quantificáveis, isto é, sejam passíveis de medição. No caso dos bens materiais, não há problema algum nisso, o que varia conforme o gênero é apenas a unidade de medida, que pode ser unidades, quilos, litros, etc. No caso dos bens intelectuais há uma certa estranheza, causada pelo fato de que parece menos razoável, em comparação com o caso dos bens materiais, abstrair a qualidade, ou seja, fazer o valor de cada bem depender apenas do aspecto quantitativo. É a mesma estranheza que nos causaria uma afirmação como a de que, p. ex., um país é duas vezes melhor em pintura que um outro, em virtude de produzir o dobro do número de quadros por ano, sem levar em conta se são quadros de um Picasso, ou de um troca-tintas qualquer. A questão é complexa, mas é difícil deixar de atribuir ao vigor dos impulsos mercantilizadores do neoliberalismo o fato de que, apesar de sua estranheza, acabe parecendo aceitável para muitos a idéia de avaliar a produção de bens intelectuais em termos de número de artigos publicados, número de aulas dadas, número de orientandos etc.

A avaliação é um dos principais meios de impor o produtivismo como norma dos processos de trabalho dos pesquisadores-docentes (designados a seguir apenas como “pesquisadores”, para simplificar). O produtivismo, por sua vez, é manifestação de um aspecto essencial das relações mercantis, o princípio de maximização do ganho, de comprar pelo mínimo e vender pelo máximo. No caso, extrair o máximo dos pesquisadores em termos quantitativos, em troca do mínimo salário viável dada a correlação de forças nas negociações salariais. A relação dos pesquisadores com a Universidade se reduz assim a uma relação mercantil, de compra e venda de força de trabalho, em que eles são submetidos a um processo de proletarização¹⁷.

¹⁷ O processo de proletarização dos pesquisadores – que vem de longa data, sendo apenas aprofundado no período neoliberal – é abordado em vários dos artigos de H. Rose e S. Rose, *Ideology of/in the natural sciences: the political economy of science* (Londres, MacMillan, 1976). Essa coletânea forma um par com *Ideology of/in the natural sciences: the radicalisation of science* (idem). Os dois volumes são fruto de um movimento que floresceu no Reino Unido na década de 70, declinando na década seguinte com a ascensão do neoliberalismo. Inicialmente chamado *The British Society for Social Responsibility in Science*, adotou depois o nome mais popular de seu congêneres estadunidense, *Science for the People*. Há muito a ser resgatado da produção teórica desses movimentos.

O produtivismo e a exacerbação do espírito competitivo fazem com que os pesquisadores concentrem todo seu tempo e energia na produção daquilo que conta pontos nas avaliações – um conjunto que não inclui as reflexões sobre o significado de seu próprio trabalho, que passa assim, como no caso dos proletários propriamente ditos, a ser trabalho alienado. Dessa forma, a mercantilização atua como uma droga, que cria dependência ao debilitar ou neutralizar as funções cognitivas e volitivas necessárias para que o drogado, primeiro, reconheça que está se prejudicando e, segundo, que tenha a força de vontade para colocar em prática uma decisão de suspender o consumo. Não deixando espaço para a reflexão dos pesquisadores sobre seu trabalho e, num outro plano, inibindo o debate público sobre o papel social da ciência, a mercantilização faz com que suas conseqüências nefastas não sejam reconhecidas, dificultando o desenvolvimento de movimentos de resistência¹⁸.

Passemos agora aos aspectos mais fundamentais da mercantilização da ciência. Para entender corretamente esse processo, é necessário distingui-lo de um outro mais básico, o processo de *tecnologização*, já mencionado na Parte I. A idéia da tecnologia, isto é, da técnica informada pelo conhecimento científico, tem seus primórdios na Antigüidade, mas ganha força mesmo na época moderna, primeiro como uma promessa dos líderes da Revolução Científica, especialmente Bacon, depois como realidade a partir de fins do séc. 19 – uma realidade cada vez mais determinante no mundo ocidental ao longo do séc. 20, e até os dias de hoje. No período neoliberal essa tendência se acelera, e uma de suas conseqüências é o estreitamento das relações entre os dois domínios que tende a fazer com que eles se fundam, dando origem ao amálgama da tecnociência. Em termos de valores, a tecnologização envolve uma alteração nos pesos relativos dos dois valores que passaram a ser atribuídos à ciência na modernidade: o valor intrínseco, do conhecimento como um fim em si mesmo, correspondente ao ideal da ciência pura, e o valor instrumental, da ciência como geradora de aplicações tecnológicas. A alteração, evidentemente, vai no sentido de aumentar o peso do valor instrumental, em detrimento do intrínseco. Em termos mais concretos, o processo de tecnologização é impulsionado pelos critérios usados para decidir quais projetos de pesquisa devem ser apoiados, quais não, e tais critérios dessa forma determinam os rumos do desenvolvimento da ciência. A mudança aí se manifesta no peso cada vez maior atribuído à capacidade de gerar aplicações.

¹⁸ Para uma exposição mais detalhada dessas considerações, v. M. B. de Oliveira, “Desmercantilizar a tecnociência”, in Boaventura de S. Santos (org.), *Conhecimento prudente para uma vida decente: “Um discurso sobre as ciências” revisitado* (edição portuguesa: Porto, Edições Afrontamento, 2003; edição brasileira: São Paulo, Cortez, 2004), seção 6, “A mercantilização e o debate”.

O processo de tecnologização da ciência constitui a base, ou o pressuposto, do processo de mercantilização, que é promovido por um *refinamento* no conceito de aplicação. Quando se mencionam aplicações da ciência, tem-se em mente, é claro, aplicações úteis, aplicações que tenham alguma serventia. O refinamento em questão corresponde à exigência de que as aplicações sejam não apenas úteis, mas também *rentáveis*, isto é, devem ser aplicações que dêem origem a novos produtos e processos viáveis economicamente no contexto do sistema de mercado. O ritmo e os rumos do desenvolvimento da ciência dependem em grande medida dos critérios adotados pelas agências de fomento para atender ou não aos pedidos de financiamento de projetos. Mas como é o mercado que decide o que é e o que não é rentável, pode-se dizer que as mudanças na política científica associadas ao neoliberalismo tendem a colocar nas mãos do mercado a determinação do ritmo e dos rumos da pesquisa científica. A importância da distinção entre os processos de tecnologização e de mercantilização da ciência está relacionada ao fato de que o primeiro pode ser realizado sem o segundo; *grosso modo*, pode-se dizer que isso aconteceu na União Soviética e outros países comunistas do séc. 20. A distinção portanto é fundamental para que se possa estabelecer quais traços da ciência estão ligados especificamente ao capitalismo, e quais são decorrência de características mais fundamentais da modernidade, presentes também nos regimes comunistas¹⁹.

Convém observar, por outro lado, que pelo menos do ponto de vista do que acontece com os bens intelectuais, o neoliberalismo deve ser visto não como um *estado*, mas como um *processo*, como um conjunto de tendências. Às vezes é mais fácil caracterizar essas tendências descrevendo o estado final a que elas conduzem. Por exemplo, no caso das mudanças nos pesos relativos atribuídos ao valor instrumental e ao valor intrínseco da ciência, a situação-limite é aquela em que o valor intrínseco cai a zero, o que significa a morte da ciência pura. A afirmação de que a ciência pura está morta tem portanto um lado verdadeiro, na medida em que reflete tendências reais, mas também um lado falso, decorrente do fato de que as tendências ainda não se consumaram totalmente, ou seja, que continuam a ser

¹⁹ Entre os críticos anticapitalistas da maneira como a ciência é praticada nos dias de hoje, há uma grande tentação de associar os aspectos nefastos dessa prática à lógica do capitalismo. Entre tais aspectos, um dos mais importantes diz respeito à degradação ambiental: na medida em que fornece a base de conhecimento necessária para o funcionamento do sistema industrial de produção, a ciência passa a ser vista como co-responsável pelos problemas ecológicos dele resultantes: as inúmeras formas de poluição, o esgotamento dos recursos naturais, etc. Mas, se os aspectos nefastos da ciência são decorrentes da lógica capitalista, como explicar que, do ponto de vista ecológico, o desempenho dos países comunistas tenha sido ainda mais desastroso que o dos países capitalistas? Devido à limitação de espaço, a resposta a essa pergunta fica para uma outra oportunidade.

financiados projetos de pesquisa destituídos de possibilidades de aplicação, que se justificam apenas, *grosso modo*, como contribuições à expansão do conhecimento. Porém – invertendo novamente o ponto de vista – afirmar que a ciência pura não está morta não significa dizer que ela não esteja agonizante.

Uma das conseqüências dos processos de tecnologização e mercantilização da ciência é a desvalorização da área das humanidades, diminuída em seu prestígio, e desfavorecida na distribuição de recursos, tanto para a pesquisa quanto para o ensino. A conexão é evidente: as humanidades são prejudicadas porque têm capacidade praticamente nula de gerar aplicações rentáveis, como exige o mercado.

Outra área negativamente afetada pelas tendências neoliberais é a da ciência básica. Por ciência básica se entende não a ciência pura, motivada apenas pelo valor do conhecimento como um fim em si mesmo, mas a ciência que se justifica por seu *potencial* de gerar aplicações – em contraste com a ciência aplicada, voltada para o desenvolvimento de aplicações específicas. Para explicar a desvalorização da ciência básica, é preciso trazer à tona um refinamento de segunda ordem na idéia de aplicação. É o refinamento que corresponde à exigência não apenas de que as aplicações sejam úteis e rentáveis, mas que sejam rentáveis *de modo seguro e a curto prazo*. A ciência básica não satisfaz esse requisito: o que ela oferece são apenas promessas de gerar aplicações rentáveis, que podem ou não se cumprir.

Mas não são apenas as áreas das humanidades e da ciência básica que sofrem os efeitos negativos dos processos de mercantilização. Também a ciência aplicada é afetada, e um dos exemplos mais flagrantes desse impacto, claramente derivado de seu caráter mercantil, e denunciado recentemente pela própria Organização Mundial de Saúde, é a distorção da pesquisa médica, no sentido de privilegiar as chamadas “doenças de rico”, em detrimento das “doenças de pobre”.

Além de impactos desse tipo, a mercantilização da ciência a afeta também em níveis mais profundos, que dizem respeito aos valores que norteiam sua prática. Para terminar esta exposição, vejamos como se dá tal influência, tomando como ponto de partida o conceito de *ethos* da ciência, introduzido por um dos pioneiros da Sociologia da Ciência, Robert Merton. De acordo com Merton²⁰, a prática social da ciência é regulada por um conjunto de quatro valores, que se manifestam na forma de “prescrições, proibições, preferências e permissões”, e funcionam como “imperativos institucionais”: o *universalismo*, o *comunismo*, o *desinteresse*, e o *ceticismo organizado*. Para não alongar demais esta exposição, os comentários serão breves, e restritos aos

²⁰ Merton, “Science and democratic social structure”, in *Social theory and social structure* (Nova York, Free Press, 1967). Publicado em português com o título “Os imperativos institucionais da ciência” em J. D. de Deus, *A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência* (Rio de Janeiro, Zahar, 1979).

três primeiros valores. Por outro lado, embora o conceito de *ethos* tenha sido visto como importante, e incorporado por vários autores, muitos deles apresentam listas e análises dos valores constituintes diferentes das de Merton²¹. Seguindo esse caminho, para o desinteresse será adotada uma caracterização diversa da exposta por Merton, e por outro lado se incluirá no conjunto um outro valor, ligado ao conceito de dádiva. E para facilitar a exposição, os três primeiros valores serão tratados na ordem inversa da seguida por Merton. O objetivo é deixar evidente a existência de um conflito entre o *ethos* da ciência e o processo de sua mercantilização²².

No que se refere ao desinteresse o comentário é bem rápido: ele pode ser identificado com o ideal da ciência pura – do conhecimento desinteressado, que constitui um fim em si mesmo. À luz do que já foi observado – que uma das conseqüências da mercantilização é uma tendência ao aniquilamento da ciência pura – o conflito é evidente.

Quanto ao comunismo, Merton o entende como a propriedade comum, ou pública dos bens. Na análise da mercantilização da educação, foram mencionadas as três categorias de bens que constituem o “outro” – ou os “outros” – da mercadoria: os bens sociais, os bens públicos e as dádivas. O comunismo da ciência corresponde ao princípio de que o conhecimento científico é um bem público, livre e gratuitamente acessível aos cidadãos. Um corolário desse princípio é o de que também entre os cientistas a comunicação deve se dar sem restrições. O caráter público do conhecimento científico é minado por pelo menos três aspectos do processo de mercantilização. Em primeiro lugar, a extensão do sistema de patentes, ou seja, a inclusão de novos elementos na categoria dos bens intelectuais patenteáveis, especialmente os que se referem a tipos de descobertas que tradicionalmente seriam consideradas descobertas científicas, e portanto pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade. A segunda é a valorização, já mencionada, da conquista de patentes pelos cientistas ligados à Universidade²³. E a terceira é a competição exacerbada promovida pelo neoliberalismo entre os cientistas, aliada aos critérios quantitativos de avaliação, que, no caso da pesquisa, se baseiam no

²¹ Cf. A. Cupani, “A propósito do *ethos* da ciência” (*Episteme*, v. 3, nº 6, 1998, pp. 16-38).

²² Para uma análise semelhante (e muito mais detalhada, naturalmente) v. o cap 5, “The changing *ethos* of academic science”, de S. Krimsky, *Science in the private interest: has the lure of profits corrupted biomedical research?* (Nova York, Rowman & Littlefield, 2003).

²³ Um marco importante nesse processo foi a promulgação em 1980, nos Estados Unidos, do *Bayh-Dole Act*, que passou a permitir a concessão de patentes a pesquisadores, universidades e empresas privadas para invenções e descobertas decorrentes de pesquisas financiadas com fundos públicos – um caso claro de privatização dos bens públicos. Foi enorme o impacto do *Bay-Dole Act* – cf. Bok, op. cit., pp. 6 e ss. e M. Angell, *The truth about drug companies: how they deceive us and what to do about it* (Nova York, Random House, 2004), pp. 7 e ss e 68 e ss.

número de artigos publicados. Tem-se aí um impacto da mercantilização que afeta não apenas o ritmo e os rumos da pesquisa, mas as próprias condições de trabalho dos pesquisadores, no sentido de reprimir a livre circulação de idéias entre eles²⁴.

Vejam agora o primeiro dos valores componentes do *ethos* científico segundo Merton, o universalismo. A concepção mertoniana de universalismo está intimamente ligada à idéia de objetividade. Em sua auto-concepção, a ciência moderna constitui um conhecimento objetivo da realidade, um conhecimento que, mesmo abdicando da pretensão de ser absolutamente verdadeiro, é objetivo, no sentido de que sua representação da realidade não é distorcida por interesses, desejos ou medos, ou ainda, de outro ponto de vista, por valores sociais variáveis de cultura para cultura e de época para época. Sendo assim, o conhecimento científico se impõe como válido universalmente, ou seja, para qualquer ser humano de qualquer cultura. Ainda segundo sua auto-concepção, o que garante a objetividade da ciência são seus métodos, que se apresentam como princípios universais da razão, não envolvendo qualquer particularismo.

À medida em que se aprofunda, o processo de mercantilização da ciência passa a afetar até seus métodos, solapando as bases de sua objetividade. Um exemplo bem claro deste tipo de impacto situa-se no domínio da pesquisa biomédica, é o que resultou no escândalo envolvendo o anti-inflamatório Vioxx, produzido pela Merck. Com o escândalo veio à tona uma prática familiar para as pessoas que trabalham nesta área, e já bastante criticada, mas ainda desconhecida do público leigo: a prática das empresas farmacêuticas de encomendarem as pesquisas para a avaliação da eficácia e dos efeitos colaterais das drogas impondo aos pesquisadores contratos que os proíbem de divulgar resultados desfavoráveis à droga investigada. É desnecessário enfatizar o choque de tal prática com princípios metodológicos fundamentais da ciência, que subverte a objetividade a que a ciência aspira²⁵.

Para terminar, vejamos agora o valor mencionado anteriormente como devendo ser incluído no elenco de valores constituintes do *ethos* científico. É o valor associado à noção de dádiva, sendo a dádiva o terceiro dos tipos de bens que são os “outros” da mercadoria. O fundamental na questão é que a dádiva, e mesmo a troca de presentes, são práticas sociais regidas por princípios muito diferentes dos que caracterizam a troca de mercadorias. Na literatura sociológica, o grande pioneiro no estudo da dádiva foi Marcel Mauss, principalmente em seu “Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”²⁶. No que se refere à

²⁴ Cf. Krinsky, op. cit., pp. 82 e ss; Bok, op. cit., pp. 64 e ss.

²⁵ Esse é apenas um dos inúmeros aspectos nefastos da mercantilização da pesquisa biomédica, como fica evidente nos livros de Krinsky e Angell já mencionados.

²⁶ *In Sociologia e antropologia*, vol. II (São Paulo, e.p.u./edusp, 1974).

ciência, o autor a quem recorremos para estas considerações é outro sociólogo da ciência norte-americano, Warren Hagstrom. Em um dos capítulos de seu livro *The scientific community*, Hagstrom atribui à dádiva o papel de princípio organizador da ciência, nos seguintes termos:

Os manuscritos submetidos a revistas científicas são freqüentemente chamados ‘contribuições’, e são, na verdade, dádivas. Os autores usualmente não recebem *royalties* ou pagamentos de qualquer outra natureza, e suas instituições podem mesmo ter de colaborar para o financiamento da publicação.[...] Em geral, a aceitação de uma dádiva por um indivíduo ou uma comunidade implica o reconhecimento do *status* do doador e a existência de certos tipos de direitos recíprocos. Tais direitos podem ser o de receber em troca uma dádiva do mesmo tipo e valor, como em muitos sistemas econômicos primitivos, ou a certos sentimentos apropriados de gratidão e respeito. Na ciência, a aceitação de manuscritos por parte das revistas estabelece o *status* de cientista do doador – na verdade, é apenas por meio de tais doações que este *status* pode ser obtido – e garante a ele prestígio dentro da comunidade científica. [...] A organização da ciência consiste numa troca de reconhecimento social por informação²⁷.

O livro de Hagstrom foi publicado em 1965, e já identificava nas práticas da ciência tendências contrárias à hegemonia da dádiva como princípio organizador. Novamente, o conflito salta aos olhos quando notamos quão mais vigorosas essas tendências se tornaram neste meio tempo.

Conclusão

É desnecessário enfatizar que o estudo aqui apresentado não tem a mínima pretensão de ser exaustivo. Mas mesmo assim ele é suficiente para mostrar quão rico é este veio de crítica assentado na concepção da ciência como mercadoria – demonstrando assim a segunda tese deste trabalho. Tendo em vista tal objetivo, a exposição se concentrou no lado negativo, isto é, na constatação das conseqüências nefastas da mercantilização. Mas é importante observar que os movimentos de oposição à mercantilização dos bens intelectuais têm também um lado positivo, já que, além da crítica, eles se empenham na luta pela articulação e implementação de formas alternativas, não-mercantis, de produção e distribuição desses bens, que afetam sua própria natureza. Para ficar com apenas dois exemplos, pode-se menci-

²⁷ Hagstrom, “Gift giving as an organizing principle in science”, in B. Barnes (org.), *Sociology of science* (Harmondsworth, Penguin, 1972), pp. 105-6.

onar o caso bem conhecido do *software* livre, e o da agroecologia, como alternativa à biotecnologia e o agronegócio²⁸.

O conceito de mercadoria está no centro da análise marxiana do capitalismo, e o socialismo, no nível mais abstrato, define-se pela negação da mercadoria. Nas palavras de I. Wallerstein,

O capitalismo tem sido um programa para a mercantilização de tudo. Os capitalistas ainda não o implementaram totalmente, mas já caminharam bastante nessa direção, com todas as conseqüências negativas que conhecemos. O socialismo deve ser um programa para a desmercantilização de tudo²⁹.

Nesse sentido, a luta pela desmercantilização dos bens intelectuais é parte da luta pelo socialismo. No socialismo clássico – entendido como o ideário que inspirou o socialismo real, e tratado aqui de forma esquemática – a desmercantilização de tudo se realiza de um só golpe, de cima para baixo, por meio da socialização dos meios de produção (acompanhada pelo estabelecimento de um sistema de planejamento central). Dessa perspectiva, não é fácil enxergar a luta anti-mercantilização como um movimento na direção do socialismo. Há entretanto uma outra concepção – que se pode chamar *neo-socialismo* – que preserva a meta da desmercantilização universal mas, evitando os equívocos (explicáveis historicamente) do socialismo clássico, em parte responsáveis pelo fracasso do socialismo real, defende uma estratégia diferente: a de promover a desmercantilização de baixo para cima, e setor por setor. Essa nova concepção permite que, ao lado das mobilizações referentes aos bens intelectuais, inúmeros outros movimentos de oposição ao sistema sejam vistos como movimentos em prol do socialismo, e assim unificados³⁰.

²⁸ V. M. Altieri, *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável* (Porto Alegre, Editora da Universidade (UFRGS), 1998), e H. Lacey, *Valores e atividade científica* (São Paulo, Discurso Editorial, 1998), cap. VI: “A dialética da ciência e da tecnologia avançada: uma alternativa?”.

²⁹ I. Wallerstein, “Uma política de esquerda para o século XXI? Ou teoria e praxis novamente”, in I. Loureiro, J. C. Leite e M. E. Cevasco, *O espírito de Porto Alegre* (São Paulo, Paz e Terra, 2002), p. 36.

³⁰ Para uma caracterização e defesa do neo-socialismo, v. M. B. de Oliveira, “X teses sobre o socialismo”, disponível em <http://paje.fe.usp.br/~mbarbosa>.

Classe média e escola capitalista

DÉCIO AZEVEDO MARQUES DE SAES*

Este artigo focaliza uma das dimensões essenciais do processo educacional das sociedades capitalistas: a conexão entre classe média e educação pública. Mais especificamente, ele se destina a caracterizar a posição da classe média diante da escola pública, bem como a analisar o lugar ocupado pela classe média dentro dessa instituição. Seria a classe média a força dirigente no funcionamento do sistema educacional público? Ou é a classe capitalista quem exerce um estrito controle sobre esse sistema, buscando compatibilizar a educação de massas e os interesses do capital?

Muitas das idéias expostas neste artigo já estão presentes nos melhores trabalhos de análise sociológica do processo educacional das sociedades capitalistas, como os de Bourdieu & Passeron, de Baudelot & Establet e de Georges Snyders. Porém, o esquema teórico geral aqui proposto não coincide inteiramente com o esquema teórico proposto por qualquer um desses autores, embora elementos parciais presentes nas suas análises tenham sido aqui reaproveitados. A possibilidade teórica de estabelecimento de algumas distinções que façam avançar a análise da relação entre o sistema de educação pública e a classe média, nas sociedades capitalistas, motivou-nos a escrever este texto.

As classes fundamentais (capitalistas, trabalhadores manuais) e a educação

Os membros individuais de qualquer classe social buscam normalmente algum tipo de educação para os seus filhos: escolar ou extra-escolar, longa ou curta, formal ou informal etc. Sem alguma forma de educação, ninguém se insere na prática social (econômica, familiar, política etc.). Por isso, não há diferença entre os indivíduos pertencentes às diferentes classes sociais quanto ao objetivo de obter *alguma* educação para os seus filhos.

* Professor da Faculdade de Educação e Letras da Universidade Metodista de São Paulo.

Isso não significa, entretanto, que todas as classes sociais defendem a educação de todos os membros da sociedade e empunham permanentemente a bandeira da *educação universal*, pelo menos no nível elementar ou básico. Aparentemente, todos são favoráveis a essa meta; a prática social evidencia, porém, que tal bandeira é um dos maiores mitos da sociedade capitalista e, como tal, indispensável à reprodução desse modelo de sociedade. Tomemos a classe capitalista. Tal classe social, que se subdivide em frações (industrial, bancária, comercial), tem, no seu conjunto, interesse econômico em que à sua mão de obra se assegure acesso à instrução elementar. Isso não a converte, entretanto, em adepta da educação básica universal. A adoção desse princípio pelo Estado implicaria propiciar educação elementar gratuita e obrigatória para todos, inclusive para as classes trabalhadoras. Ora, a classe capitalista teme que a dinâmica da vida escolar leve *os seus* trabalhadores a adquirirem mais conhecimentos que aqueles estritamente necessários para a sua inserção, em caráter subordinado, no processo de trabalho (industrial, comercial, bancário). Ou seja, a classe capitalista teme que a escola, obedecendo a um princípio constitucional ao invés de trabalhar por encomenda direta do capital, crie um amplo contingente de “sobrequalificados”, que se converterão em fator de atrito dentro do processo de trabalho e exercerão espontaneamente pressão a favor da redefinição dos seus objetivos gerais. É esse o impasse, como nos mostra Vitor Paro¹, em que vive a classe capitalista no terreno educacional: ela não quer que sua mão de obra tenha “educação de menos”, mas também não aceita que esta receba “educação demais”.

Além do mais, o interesse político leva a classe capitalista a temer a educação das classes trabalhadoras, pelos seus efeitos potencialmente politizadores. O acesso da mão de obra a saberes excessivos com relação às necessidades econômicas do capital poderia subverter as finalidades da instrução elementar, desviando-a da função de manter a ordem social vigente. A combinação das hesitações capitalistas quanto à formação de sua mão de obra com os temores capitalistas com relação ao potencial subversivo de qualquer conhecimento indica que dificilmente o capital desempenhará, através de qualquer uma de suas frações (industrial, comercial, bancária), o papel de *força principal* na instauração do ensino elementar obrigatório e gratuito. A classe capitalista tende, no terreno da educação das classes trabalhadoras, a defender as iniciativas filantrópicas privadas (como as escolas primárias geridas pelas próprias indústrias no início do capitalismo ou os programas empresariais de alfabetização de adultos) e a resistir (de modo mais ou menos explícito,

¹ Ver Vitor Henrique Paro, *Administração escolar / introdução crítica*, Ed. Cortez, SP, 2002, 11ª edição, especialmente o capítulo III, “Transformação social e educação escolar”.

conforme a conjuntura) ao cumprimento do princípio, imposto por alguma outra força social, da educação elementar obrigatória e gratuita.

Analisemos agora as classes trabalhadoras manuais. À primeira vista, o interesse objetivo dessas classes sociais só pode ser a universalização da educação de base, seja para proporcionar às suas crianças oportunidades de ascensão individual na escala social, seja para lhes propiciar o acesso aos conhecimentos indispensáveis à organização da luta contra as classes exploradoras. Na prática, porém, as coisas não são tão simples. Se, na maior parte das sociedades capitalistas, a educação elementar acabou se convertendo numa *obrigação, constitucionalmente consagrada*, para os pais e para o Estado, isso não resultou apenas da resistência da classe capitalista à generalização da educação de base, mas também à reticência das classes trabalhadoras manuais com relação à conveniência prática da educação escolar para os seus filhos. As classes trabalhadoras manuais buscam, como todas as classes sociais, alguma forma de educação para os seus filhos. Mas essa busca não a leva a uma valorização incondicional e absoluta da educação escolar de base. Para as famílias de trabalhadores manuais, as crianças constituem mão de obra suscetível de ser colocada, desde cedo, a serviço da reprodução material da unidade familiar. Analisada por esse ângulo, a entrada das crianças no ensino fundamental representa um desvio de energia que poderia ser empregada na esfera do trabalho e, portanto, indiretamente, um empobrecimento da família trabalhadora. Isso explica, de resto, que a evasão escolar das crianças pobres, como conseqüência do fracasso escolar, seja freqüentemente encarada como uma fatalidade, e não como um acontecimento revoltante, pelos pais desses alunos. Talvez pela mesma razão muitas famílias de trabalhadores manuais promovem o retardamento da entrada dos seus filhos no universo escolar, argumentando que lhes faltaria a maturidade necessária para tanto, presente apenas, desde cedo, nos filhos de pais ricos. Conforme Luiz Antonio Cunha, as famílias de trabalhadores manuais tendem a considerar que os *custos indiretos da escolarização* são muito elevados ; ou por outra, a considerar muito elevado o sacrifício de renda familiar provocado pela escolarização dos filhos². Em suma: o fato de o acesso à educação de base permitir a *alguns* membros individuais das classes trabalhadoras manuais a ascensão na escala social não é suficiente para induzir essas classes sociais, no seu conjunto, a pensar que a troca de uma elevação da renda familiar por um incremento na taxa de escolarização da unidade familiar corresponde aos seus interesses econômicos de curto prazo. Já do ponto de vista estritamente político, dificilmente as classes trabalhadoras manuais valorizariam em si mesma a universalização da educação de base. Isto é, difícil-

² Cf. Luiz Antonio Cunha, *Educação e desenvolvimento social no Brasil*, Ed. Francisco Alves, RJ, 1978, p. 146.

mente encarariam a universalização da educação de base como uma arma decisiva na luta política contra as classes exploradoras e pela construção de uma organização política independente. De resto, no caso de passarem a politizar as suas motivações educacionais, as classes trabalhadoras manuais tenderiam predominantemente a encarar não o ensino obrigatório e gratuito e sim a auto-educação proletária como a melhor arma ideológica na luta contra a exploração do trabalho³.

A classe média e a educação

Chegamos finalmente à classe média. Esse grupo social congrega todos os trabalhadores, assalariados ou não, que, além de desempenharem algum trabalho apenas indiretamente produtivo (quando não absolutamente improdutivo), auto-representam-se, no plano ideológico, como trabalhadores não-manuais, distintos dos trabalhadores manuais e superiores a eles nos planos profissional e social. A constituição da classe média no plano ideológico não é um processo simples, que possa ser identificado com a emergência de uma consciência de si entre os trabalhadores intelectuais propriamente ditos: isto é, aqueles trabalhadores não-manuais que exercem atividades mentais criadoras e inovadoras. Na verdade, a classe média passa a atuar concretamente como um grupo social específico quando os trabalhadores intelectuais na acepção estrita da palavra se reúnem ideologicamente com os trabalhadores cuja atividade é predominantemente mental, mas tem um caráter reiterativo, e não criativo ou inovador. Isso ocorre quando esses dois segmentos de trabalhadores não-manuais entendem que é possível usar, cada um a seu modo (o primeiro segmento valorizando, sobretudo, a criatividade, o segundo grupo limitando-se a valorizar a ausência de esforço físico de monta), o prestígio social do “trabalho intelectual”, agora definido de modo amplo e impreciso, para afirmar a sua superioridade econômica e social com relação às classes trabalhadoras manuais.

Pode-se deduzir, do que colocamos acima, que não é simples estabelecer uma sociografia precisa da classe média das sociedades capitalistas. Cada fase da evolução do capitalismo, com o seu patamar específico de desenvolvimento das forças produtivas, redefine a fronteira entre trabalho manual e trabalho não-manual, “proletarizando” algumas profissões e “nobilizando” outras profissões. Em qualquer caso, persiste o fato de que, a cada momento do capitalismo, aqueles que exercem uma atividade predominantemente mental, seja ela de caráter criativo ou reiterativo, tendem a invocar o prestígio social do “trabalho intelectual” para reivindicarem uma situação econômica e social superior à das classes trabalhadoras manuais.

³ Era essa, de resto, a orientação educacional do movimento operário anarquista na Primeira República. Sobre esse ponto, consultar Paulo Ghiraldelli Jr, *Educação e movimento operário*, Ed. Cortez / Autores Associados, SP, 1987, capítulo III, “As questões pedagógicas e educacionais no seio do movimento operário”.

É esse conjunto social complexo que desempenha o papel dirigente na luta pela instauração, nas diferentes sociedades capitalistas, de um sistema de educação pública. Uma pesquisa histórica cuidadosa nos revelará que, nas diferentes sociedades capitalistas, a classe capitalista (para não falarmos da classe dominante agrária, de cunho pré-capitalista) se mostrará, desde o século XIX, reticente com relação à instauração do ensino público, apoiando as escolas confessionais e as iniciativas educacionais de cunho filantrópico, além de incentivar a expansão, para uso próprio, do ensino privado de alto nível. E as classes trabalhadoras manuais, pressionadas pelas necessidades materiais, verão com reservas as políticas educacionais que cerceiem a sua liberdade de colocar, a qualquer momento, os seus filhos a serviço da reprodução material da família. Certas organizações políticas das classes trabalhadoras, mormente as de orientação anarquista, adotarão uma postura favorável à educação das massas e, ao mesmo tempo contrária ao ensino público ; ou seja, elas proporão a auto-educação proletária como forma de evitar a incorporação das crianças de origem popular à escola pública, ideológica e politicamente controlada pelo Estado burguês. Resta, portanto, à classe média o papel histórico de vanguarda na luta pela instauração de um sistema de educação pública nas sociedades capitalistas. Durante a Terceira República Francesa (1871 – 1940), são os movimentos que representam ideologicamente a classe média e nela encontram sua base social de apoio a força política que sustenta o projeto de instauração do ensino público, gratuito e obrigatório, cuja função social seria a de propiciar não só educação para todos mas, mais que tudo, a mesma educação para todos. É o caso, por exemplo, dos comitês radicais das décadas de 1870 e 1880, onde se sobressaíam personalidades como Gambetta e Clemenceau ; bem como da Liga Francesa do Ensino que, tendo sido fundada em 1866, já contava com 60 mil membros em 1877. E os sucessivos governos aptos a traduzir os desígnios reformistas (e sobretudo a aspiração à reforma educacional) da classe média implementarão políticas destinadas à implantação, consolidação e extensão do ensino público, gratuito e obrigatório, entendido como o instrumento fundamental da instauração de uma educação igual para todos : os governos “republicanos moderados” de Jules Ferry (década de 1880) e de Waldeck-Rousseau (década de 1900) e os governos “radicais” das primeiras décadas do século XX⁴. Na Espanha,

⁴ Sobre os movimentos educacionais e as políticas educacionais dos governos “republicanos moderados” e dos governos “radicais” na Terceira República Francesa, consultar Jean -Marie Mayeur, *Les débuts de la IIIe République / 1871 – 1898*, Éditions du Seuil, Paris, 1973, capítulo 3, “Le temps de Jules Ferry, 1879 – 1885”, e capítulo 4, “Croyances et cultures” ; Zeev Sternhell, *La droite révolutionnaire / 1885 – 1914*, Coll. Folio / Histoire, Ed. Gallimard, Paris, 1997, capítulo II, “Anatomie d’un mouvement de masse : la Ligue des Patriotes” ; e Lorenzo Luzuriaga, *A escola única*, Ed. Melhoramentos, São Paulo, s/d., Capítulo IV, “Aspirações e realizações”.

uma vez proclamada a república, são sobretudo os partidos radicais (representantes ideológicos e políticos da classe média) que empunham a bandeira do ensino público, gratuito e obrigatório, contra os desígnios educacionais da Igreja e das classes dominantes⁵. No Brasil do século XX, o desenvolvimento da classe média – um dos aspectos centrais da primeira fase do processo brasileiro de transição para o capitalismo – desaguará na eclosão da Revolução de 1930 (que foi, em parte, uma revolução de classe média) e, a seguir, na deflagração da luta dos seus representantes ideológicos (escolanovistas, nacionalistas, progressistas, etc) a favor da escola pública, atacada de modo mais ou menos aberto pelos representantes - clericais ou meramente privatistas – das classes dominantes.

Mas por que a classe média luta, desde o século XIX e em vários países capitalistas, pela implantação de um sistema de educação pública? Para respondermos a essa pergunta, devemos preliminarmente esclarecer *por qual* sistema de educação pública a classe média luta. Seguramente, ela não se mobiliza com vistas à instauração de um sistema de educação pública onde o ensino seja pago (o ensino público pago já existiu e poderá voltar a existir) e facultativo (difícil de se concretizar na prática, dada a pressão capitalista e burocrática para que não se desperdiçem recursos orçamentários, mas teoricamente viável). Na verdade, o sistema de educação pública que corresponde às aspirações educacionais da classe média é aquele em que a educação elementar é obrigatória e gratuita.

Por que a classe média espera que a educação elementar seja pública, gratuita e obrigatória? A resposta a essa questão não é nada simples, ao contrário do que parecem sugerir muitos autores que abordam apenas de passagem a questão dos ideais educacionais da classe média, e que justamente por isso acabam, compreensivelmente, recorrendo, na análise sociológica dos processos educacionais, a idéias tradicionais sobre a classe média, de livre circulação nos textos de sociologia da educação. A classe média não defende um ensino elementar público, obrigatório e gratuito por pensar que esse modelo de prestação de serviços educacionais assegurará uma boa educação elementar aos seus próprios filhos. Tal classe social não tem necessidade, para inscrever os seus filhos na escola elementar e garantir que eles a freqüentarão regularmente, de ser compelida a tanto pelo Estado. Na verdade, a classe média é a única classe social cujos membros consideram que a reprodução de sua situação econômica e social através dos filhos depende essencialmente da educação escolar, pois é esta que permite no mínimo, à geração seguinte, manter a condição de trabalhadores não – manuais, superiores, dentro da hierarquia do trabalho, aos trabalhadores manuais. O ensino não precisa, portanto, ser obrigatório para que os pais de classe média levem os seus filhos à escola elementar; eles o

⁵ Consultar Lorenzo Luzuriaga, op. cit., Capítulo IV, “Aspirações e realizações”.

fazem espontaneamente, pois a escola tem um papel central na própria reprodução de uma classe social definida pelo desempenho de trabalho predominantemente não-manual.

Além do mais, a classe média não preza o ensino elementar público e gratuito por pensar que um tal modelo de sistema educacional seja indispensável para a educação de base dos seus filhos. Em diferentes fases do capitalismo e em diferentes países capitalistas, uma boa parte da classe média inscreve os seus filhos em estabelecimentos escolares privados, por estar preocupada, antes de tudo, com a qualidade do ensino; nesse caso, mostra-se disposta a renunciar à gratuidade do ensino e a se submeter a um modelo de escola orientado pelo objetivo de busca do lucro. E mesmo pais de classe média que manifestam abertamente seu apreço pela escola pública inscrevem muitas vezes os seus próprios filhos em escolas particulares, por suporem que o que está em jogo, nessa escolha, é antes de mais nada a qualidade do ensino elementar a ser ministrado aos seus filhos. Pesquisa recente de João Batista Araújo e Simon Schwartzman indica que quase 70% dos professores da rede municipal pesquisada escolheriam, se pudessem, uma escola particular para os seus filhos; e que quase 60% dos professores da rede estadual pesquisada fariam uma escolha similar. Ao mesmo tempo, esses professores avaliam de modo positivo o desempenho e, conseqüentemente, a própria existência da escola pública⁶. E reportagem recente traz interessantes depoimentos de alguns professores universitários, notórios defensores do ensino público, gratuito e obrigatório em todos os níveis. Discorrendo sobre a educação dos seus filhos, tais professores esclarecem que optaram por inscrevê-los em estabelecimentos escolares particulares, e apresentam invariavelmente a mesma razão para tal escolha: a qualidade do ensino⁷.

Excluída a hipótese de a classe média se ver, antes de mais nada, como clientela da escola elementar pública, gratuita e obrigatória, coloca-se a pergunta: qual é, então, a importância da implantação desse modelo de escola para a classe média? Na verdade, a instauração do ensino elementar público, obrigatório e gratuito é a via institucional fundamental para a difusão, por toda a sociedade capitalista, do Mito da Escola Única, arma fundamental da luta ideológica que a classe média trava com vistas a promover a sua valorização econômica e social. A Escola Única pode ser definida como o ideal educacional – ascendente nos países capitalistas centrais desde fins do século XIX – consistente em promover a coexistência, den-

⁶ Cf. a matéria publicada na *Folha de São Paulo* de 30 de março de 2002, p. C 3, e intitulada: “Professor prefere filho na rede privada”.

⁷ Cf. a matéria “Opção de mestre / saiba como dez especialistas em educação escolheram as escolas de seus filhos”, de autoria de Débora Yuri e publicada na *Revista da Folha*, de 17 de agosto de 2003, pp. 25 – 27.

tro de um mesmo espaço escolar, entre as diferentes classes sociais (burguesia, classe média, trabalhadores manuais), com vistas a ministrar-lhes um ensino igual e a proporcionar-lhes iguais oportunidades de sucesso profissional, não obstante as diferenças de aptidão individual (que acabarão tendo influência na definição do destino profissional de cada um). A instauração do ensino elementar público, obrigatório e gratuito - e não, do ensino privado, facultativo e pago – é a via institucional fundamental para a difusão social do Mito da Escola única pelo fato de que dificilmente um sistema de escolas particulares poderia, ainda que rigorosamente regulamentado e controlado pelo Estado capitalista, difundir socialmente a impressão de que um mesmo ensino é ministrado a todas as classes sociais e de que tal ensino está propiciando iguais oportunidades de sucesso profissional a todos, independentemente de sua condição de classe. O ensino privado é ensino pago, e propicia à sua clientela uma qualidade de ensino que varia conforme o preço estipulado⁸, do qual dependem os salários dos professores, os equipamentos escolares, as atividades culturais, etc. É pouco provável que um Estado capitalista encontrasse condições políticas favoráveis à implantação de um sistema de subsídios às diferentes escolas particulares que alimentasse a impressão de que a qualidade do ensino seria a mesma em toda a parte. Assim, é por perseguir o ideal da Escola Única que a classe média luta pela instauração da escola elementar pública, gratuita e obrigatória.

Baudelot e Establet já demonstraram, de modo sistemático, que a Escola única é apenas a aparência, socialmente eficaz (pois produz efeitos ideológicos concretos), assumida pela escola pública ; no seu funcionamento concreto, essa instituição está cindida em redes diversas de escolarização, destinadas a diferentes classes sociais⁹. Mas é justamente a criação dessa aparência que a classe média persegue, pois dela depende a sua valorização econômica e social como classe social. A meta da construção da *forma – Escola única* está, portanto, diretamente conectada a determinados interesses de classe ; o que é diferente de se afirmar que a *forma-Escola Única* é fundamentalmente vista pela classe média como instrumento necessário à ascensão dos seus filhos na escala social. A rigor, a classe média não precisa da escola pública, enquanto espaço institucional onde podem coexistir todas as classes sociais, para promover a ascensão individual dos seus filhos na escala social. Muito pelo contrário: inscrevê-los numa escola particular, onde o alto preço da mensalidade não só garante a qualidade do ensino como também

⁸ Lembre-se que não existem apenas escolas particulares destinadas às “crianças ricas”. Encontramos hoje, na periferia de São Paulo e no ABC paulista, escolas particulares propondo serviços educacionais, a baixos preços, às classes trabalhadoras manuais.

⁹ Cf. Christian Baudelot et Roger Establet, *L'École capitaliste en France*, Ed. Maspero, Paris, 1971, especialmente a Parte I, “École unique = école divisée”.

elimina uma parte dos futuros concorrentes, delinea-se como a estratégia mais adequada para a consecução desse objetivo.

É um fato que o culto à meritocracia figura na fachada do discurso da classe média sobre a escola pública. Analisada essa fachada de um ponto de vista sociológico, fica evidente que a opinião de que o sucesso profissional, econômico e social deve bafejar exclusivamente aqueles que revelarem capacidade para tanto, independentemente de sua condição de classe, não pode ser qualificada como a codificação dos verdadeiros interesses da classe média. Essa classe social, enquanto grupo social específico, não pode ter interesse em que as chances, na vida econômica, profissional e social, das crianças potencialmente capazes das classes trabalhadoras manuais sejam aumentadas, pois isso significaria a diminuição, em termos relativos, das chances dos seus próprios filhos. Na verdade, o culto à meritocracia é apenas uma ideologia de segundo grau; vale dizer, uma argumentação que presta cobertura ao compromisso orgânico da classe média com o seu verdadeiro interesse de classe. Esse interesse consiste na promoção da valorização econômica e social dos trabalhadores não-manuais relativamente aos trabalhadores manuais; promoção essa que não está garantida de modo permanente, definitivo e estável pelo mero fenômeno da divisão capitalista do trabalho, isto é, pela separação recorrente do trabalho de concepção/direção com relação ao trabalho de execução. Aqui encontramos a ideologia orgânica da classe média: este grupo precisa provar ao conjunto da sociedade, e mais especificamente à classe capitalista, que os detentores dos postos de trabalhador não-manual, dentro da divisão capitalista do trabalho, ocupam esses lugares por terem provado - na vida escolar, em provas, em concursos etc. - que são os mais competentes para tanto.

Neste ponto de nossa argumentação, temos de nos defrontar com a seguinte pergunta: a valorização econômica e social do trabalhador não-manual relativamente ao trabalhador manual não é um fato natural dentro da sociedade capitalista? Tal valorização não decorre automaticamente da divisão capitalista do trabalho? Por que a classe média deveria se envolver numa luta ideológica ativa a fim de viabilizá-la? Para respondermos a essa pergunta, devemos superar toda visão estática do desenvolvimento do capitalismo; ou seja, toda visão que exclua da dinâmica interna do modo de produção capitalista as lutas sociais, encarando tais lutas exclusivamente do ponto de vista de sua contribuição à superação do modelo capitalista de sociedade. Na realidade, o mero fato da vigência da divisão capitalista do trabalho - e, mais especificamente, da separação do trabalho de concepção/direção relativamente ao trabalho de execução - não basta para compelir a classe capitalista a valorizar permanentemente - e de modo crescente - os trabalhadores não-manuais relativamente aos trabalhadores manuais. Na história das sociedades de classes, as classes dominantes mostraram, em geral, apreço pelo trabalho intelectu-

al no sentido estrito (criação, inovação). O respeito ao trabalho intelectual (Artes, Ciências, Literatura, etc.) não as levou, porém, a respeitar a figura do trabalhador intelectual; este foi freqüentemente confundido, na mentalidade das classes dominantes, com o empregado doméstico. O capitalismo só alterou superficialmente essa postura. Como bem indicam Bourdieu & Passeron, no terreno da avaliação do trabalho intelectual a burguesia combate a ideologia pequeno-burguesa do esforço pessoal com a ideologia do dom e da graça¹⁰. Esta apologia da vocação natural implica subtrair ao trabalhador intelectual a responsabilidade pela construção de sua capacidade criativa e inovadora. A ideologia do dom pode fundamentar a prática do mecenato ; ela não tem porém como levar a um processo regular de valorização econômica e social do trabalhador intelectual relativamente ao trabalhador manual.

É preciso, contudo, especificar mais a análise deste ponto. No capitalismo, a divisão do trabalho se intensifica em diferentes planos da vida econômico-social: a) o aparelho de Estado se separa radicalmente do aparelho produtivo; b) as esferas da circulação e da distribuição se diferenciam claramente da esfera da produção; c) no processo de trabalho, o saber do produtor direto é expropriado em prol dos agentes que organizam o processo de produção. Forma-se assim, ao lado do grupo restrito dos intelectuais, uma massa de trabalhadores não-manuais, cuja superioridade econômica e social com relação aos trabalhadores manuais não é reconhecida de modo natural e espontâneo pela classe capitalista. Assim, os trabalhadores não-manuais deverão deflagrar uma luta ideológica permanente com vistas à construção de uma *hierarquia do trabalho* e à promoção ininterrupta da melhoria de sua posição relativa dentro dessa hierarquia. Essa luta não tem fim dentro das sociedades capitalistas, porque os trabalhadores manuais tendem regularmente a lutar pela diminuição da grade salarial e pela compensação material crescente às desvantagens crônicas (riscos à vida e à saúde, desgaste físico e psicológico intenso, etc.) do trabalho braçal, o que provoca a deterioração da posição relativa dos trabalhadores não-manuais dentro da hierarquia do trabalho. Note-se que, nessa luta, os trabalhadores não-manuais tendem a recorrer, por empréstimo, ao prestígio social do “trabalho intelectual”, que efetivamente não desempenham em sua acepção estrita (criação, inovação); em troca, eles emprestam a sua massa numérica ao grupo restrito dos intelectuais, que assim potenciam a sua ação em prol da superação do mecenato e da sua inserção em termos vantajosos na hierarquia do trabalho.

É incorreto supor que a tendência à valorização econômica e social dos trabalhadores não-manuais relativamente aos trabalhadores manuais tenha sido um

¹⁰ Cf. Pierre Bourdieu et Jean-Claude Passeron, *La reproduction*, Les éditions de minuit, Paris, 1970, p. 242.

resultado imediato e automático da vitória da Revolução política burguesa e da instauração da grande indústria moderna. Na fase inicial da transição para o capitalismo, as classes dominantes estabelecem com os trabalhadores não-manuais uma relação de favor, procurando deixar claro que o lugar por estes preenchido na estrutura ocupacional (funcionários, profissionais liberais, professores, etc.) resulta de uma ajuda pessoal, e não, de qualquer demonstração individual de competência. Para promover a sua valorização econômica e social, a classe média terá de lutar contra a relação de favor, que aparentemente beneficia os seus membros, mas que na verdade os condena a uma permanente dependência pessoal com relação às classes dominantes. É importante notar que a constituição da classe média no plano ideológico, durante o processo de transição para o capitalismo, não se dá de um momento para outro. É possível que, numa primeira fase, o ímpeto de se valorizar econômica e socialmente (isto é, de definir o seu interesse específico como interesse de classe) e o apelo a uma ideologia de segundo grau - o culto à meritocracia - como forma de ocultar da sociedade a verdadeira natureza desse interesse se combinem à postura de submissão aos favores (indicações, nomeações, transmissão de clientela cativas etc.) concedidos pelas classes sociais que controlam o acesso aos melhores lugares da estrutura econômica e da estrutura jurídico-política: as classes dominantes. Surge assim, no seio da classe média, um discurso misto, que articula de modo complexo o culto à competência individual e o reconhecimento da legitimidade do favor: uma espécie de defesa do “apadrinhamento esclarecido”, análogo à apologia iluminista do “despotismo esclarecido”. Encontramos na história da Primeira República um bom exemplo dessa articulação de ideologias diversas na prática de uma mesma classe social. Nesse período, alguns altos funcionários pensavam que o filhotismo praticado no Estado de São Paulo pela comissão executiva do PRP (controlada pelo grande capital comercial e bancário, ligado à exportação de café) acabava fazendo justiça, por ser altamente criterioso, aos mais competentes. Nessa ótica, o favoritismo e o nepotismo só seriam fenômenos negativos quando viabilizassem o acesso de incapazes aos mais altos postos da estrutura ocupacional.

Voltemos agora à questão da conexão entre a escola pública e o interesse da classe média nas sociedades capitalistas. Para se valorizar econômica e socialmente, a classe média precisa da forma-Escola única e, conseqüentemente, da configuração institucional que a viabiliza: a escola elementar pública, gratuita e obrigatória. Como nesse espaço institucional coexistem todas as classes sociais (classe capitalista, classe média, classes trabalhadoras manuais), ele se torna o lugar de uma competição ilusória entre capacidades individuais, cuja função ideológica é sugerir que aqueles indivíduos situados no topo da hierarquia do trabalho lá se encontram por terem provado, no plano da vida escolar (exames, provas, testes etc.), serem mais

capazes que os indivíduos situados na base da hierarquia do trabalho. Essa competição é ilusória, pois os recursos culturais com que contam os competidores (classe média, classes trabalhadoras manuais) são, desde o início da vida escolar, desiguais; e vão dar origem portanto a diferentes padrões de desempenho escolar, bem como a diferentes trajetórias escolares (curta, longa). Mas essa aparência de competição deve ser mantida, pois a classe média precisa de tal simulacro para se valorizar econômica e socialmente com relação aos trabalhadores manuais. Entende-se, assim, porque é a classe média - e não, a classe capitalista ou as classes trabalhadoras manuais - o sustentáculo social da escola pública na sociedade capitalista, mesmo que ela não seja a sua principal clientela.

A ideologia do mérito individual não pode, por si só, proclamar a superioridade dos trabalhadores não-manuais dentro da hierarquia capitalista do trabalho; por isso mesmo, ela não pode ser definida como a ideologia orgânica da classe média. O culto à meritocracia tem portanto um papel secundário – embora efetivo - na vida ideológica da classe média. Mais especificamente, ele pode funcionar como uma ideologia de segundo grau; isto é, como uma cobertura ideológica para a mera defesa do verdadeiro interesse da classe média. Tal cobertura se destina a iludir as outras classes sociais: o contendor da classe média dentro da hierarquia do trabalho (os trabalhadores manuais) e o agente social de quem se espera uma intervenção, sob pressão, na hierarquia do trabalho (a classe capitalista). Mas ela se destina também a iludir a própria classe média, convencendo-a da “nobreza” das suas motivações. O apelo aberto e explícito à ideologia do mérito individual pode ocorrer nos espaços institucionais onde a vitória da classe média nos processos de aferição de competência está assegurada de antemão. Nessas situações, os termos em que estão vazados os dois discursos se mostram diferentes; mas tal diferença não resulta numa contradição entre as funções de um e de outro. Ao contrário, tais funções se revelam complementares: a defesa de uma hierarquização do trabalho favorável aos trabalhadores não-manuais exprime diretamente o interesse da classe média; a ideologia do mérito individual cria um disfarce, socialmente eficaz, para a defesa pura e simples do interesse de classe.

Ideologia do mérito individual e ideologia do dom

Compreende-se, portanto, que a ideologia do mérito individual circule, devidamente comandada e vigiada pela ideologia orgânica da classe média, na escola pública. Os professores e a administração escolar podem defender o princípio da competência individual – contra princípios como o do nascimento, o da riqueza etc., – desde que não revelem à clientela escolar que a aferição de competência no espaço escolar vai premiar apenas a classe social que dispuser de recursos culturais para tanto (e apenas a classe média dispõe de tais recursos, pois o ensino é projeto-

do para se adaptar ao universo cultural e ideológico dessa classe social). Docentes e diretores podem lamentar publicamente que os alunos pobres careçam das condições materiais mínimas necessárias à obtenção de um bom desempenho escolar. Todavia, eles não podem - a menos que queiram praticar um suicídio profissional - revelar o segredo fundamental da escola pública capitalista: o fato de que a própria estrutura do ensino condena os filhos das classes trabalhadoras manuais ao fracasso escolar.

Bourdieu e Passeron lançam, entretanto, mais um desafio à análise da ideologia imperante no sistema escolar público. Para os dois autores, a ideologia burguesa da graça e do dom disputa, em igualdade de condições, o espaço escolar público com a ideologia pequeno-burguesa do mérito individual¹¹. E essa concorrência entre duas ideologias de classe diversas se exprime concretamente através da coexistência competitiva, no terreno da prática docente, entre carisma e competência intelectual. As observações dos dois autores sobre tal concorrência se referem, sobretudo, ao sistema do ensino superior. De qualquer modo, é possível extrair, de suas formulações, algumas conseqüências para a análise da educação elementar pública. É um fato que a ideologia do dom e da graça penetra no espaço escolar, assim como ela pode penetrar em outros espaços institucionais, como a Igreja, a empresa, o exército etc. Todavia, ela jamais pode se tornar dominante ou mesmo se equiparar à ideologia do mérito individual dentro da escola pública, sob pena de desestruturar todo o universo escolar, voltado essencialmente para a aferição de competência e não para a consagração de dons cuja aquisição parece se desvincular de qualquer esforço pessoal. E também é um fato que a ideologia do dom é, para a burguesia, um dispositivo mais cômodo que a ideologia do mérito individual, pois esta se define como a expressão (de segundo grau) da situação econômico-social da classe média. Porém, a classe média também pode recorrer, *em certas circunstâncias*, à ideologia do dom dentro do espaço escolar. Ela o faz quando se trata de justificar ou mesmo de estimular desempenhos excepcionais (isto é, acima da média de classe). Tais desempenhos podem indiretamente colocar em questão a explicação oficial das diferenças de desempenho (estas se deveriam a diferentes níveis de esforço pessoal), e lançar dúvidas gerais sobre a aplicabilidade desse tipo de explicação até mesmo aos desempenhos considerados “normais”. A recorrer à história de vida dos indivíduos excepcionais, onde pode se evidenciar o elevado peso de recursos culturais intensa e precocemente utilizados na educação de alguém¹², o professor de classe média pode preferir uma explicação extra-natu-

¹¹ Da obra já citada, ver especialmente o capítulo 4, “La dépendance par l’indépendance”.

¹² Como explicar o “gênio” de Mozart, se não se levar em conta que seu pai, músico como ele, ministrou-lhe aulas de teoria musical desde a primeira infância?

ral para a emergência de talentos excepcionais. Desse modo, ele evitará que a ideologia do mérito individual seja atacada dentro do próprio universo escolar. Portanto, a ideologia do dom, embora se configure como arma preferencial da burguesia na desvalorização econômica e social do trabalho em geral, pode funcionar como arma de reserva da classe média, a ser acionada na explicação de situações excepcionais, onde se evidencia, mais que nas situações normais, a importância da posse de recursos culturais prévios para uma trajetória pessoal bem sucedida. Quando, na prática ideológica da classe média, a ideologia do mérito individual é colocada em perigo, a ideologia do dom deve provisoriamente tomar o seu lugar.

De Bourdieu & Passeron a Baudelot & Establet.

Não poderíamos ter apresentado esta reflexão teórica sobre a relação entre classe média e escola pública se não tivéssemos passado previamente pelas formulações de Bourdieu & Passeron e de Baudelot & Establet acerca desse tema. E talvez tivesse sido conveniente começar este trabalho evocando a posição teórica geral de cada uma das duas duplas de autores sobre a conexão entre classe média e sistema educacional. Cremos, entretanto, que essa evocação merece um trabalho à parte, onde os múltiplos aspectos do tratamento dado pelas duas duplas de autores a esse tema sejam analisados de forma minuciosa. Por isso, limitar-nos-emos aqui a cotejar nossa caracterização da *presença da ideologia da classe média no universo escolar público* com o tratamento que Bourdieu & Passeron e Baudelot & Establet dão, respectivamente, a essa questão.

Em *La reproduction*, Bourdieu & Passeron não propõem um conceito geral de classe média, mas aludem sucessivamente às frações superiores da classe média (alta burocracia escolar, conectada na prática à alta burocracia estatal; professorado do ensino superior; “frações intelectualizadas da classe dominante”) e às frações inferiores da classe média (professorado primário, empregados dos serviços etc.). Se as primeiras têm um *capital cultural* a transmitir aos seus filhos, as segundas só podem lhes legar uma *boa vontade cultural*. Ambos os subconjuntos investem os seus esforços na educação escolar dos seus filhos, por pensarem que a escola é o melhor caminho para a conquista dos melhores postos dentro da sociedade industrial moderna. O livro, no seu conjunto, transmite-nos a impressão de que, para a classe média, a busca do sucesso individual é a melhor forma de se comportar como classe social; e de que, portanto, a ideologia do mérito individual é a principal forma de expressão ideológica da classe média. É verdade que os dois autores apontam a conexão existente entre o sistema escolar e as hierarquias sociais. Afir-mam eles: “Assim, por exemplo, o culto – puramente escolar na aparência – da hierarquia contribui sempre para a defesa e a legitimação das hierarquias sociais, na medida em que as hierarquias escolares, seja a hierarquia dos graus e títulos, seja



a hierarquia dos estabelecimentos e das disciplinas, devem sempre algo às hierarquias sociais que elas tendem a re-produzir (no duplo sentido do termo)¹³. Os dois autores, entretanto, não tiram nenhuma consequência explícita dessa formulação no que diz respeito à caracterização da ideologia orgânica da classe média. Mais especificamente: Bourdieu & Passeron parecem subestimar o fato de que a disposição da classe média a melhorar a sua posição relativa, como grupo social, dentro da hierarquia do trabalho, subordina e disciplina o apelo da classe média à ideologia do mérito individual, dentro do espaço escolar público.

Baudelot e Establet atribuem um importante papel ideológico à pequena burguesia dentro da escola pública das sociedades capitalistas. A versão da ideologia burguesa propagada entre os filhos de trabalhadores manuais, dentro da escola pública, não é uma versão “pura”, e sim uma versão pequeno-burguesa; vale dizer, uma adaptação especificamente pequeno-burguesa do objetivo estratégico da burguesia, consistente em preservar a ordem social capitalista, fundada na propriedade privada dos meios de produção e na exploração do trabalho. A despeito da importância que assume no texto dos dois autores a reflexão sobre a divisão capitalista do trabalho e sobre a separação entre trabalho intelectual e trabalho manual, a versão pequeno-burguesa da ideologia burguesa é surpreendentemente identificada com a apologia do mérito pessoal, e não com o empenho em melhorar a posição relativa de todo o conjunto dos trabalhadores não-manuais dentro da hierarquia do trabalho. A classe média aparece assim como um grupo social cuja única forma de comportamento típico é a busca da satisfação de interesses estritamente individuais. Mas tal comportamento seria um verdadeiro comportamento de classe? Ou ele equivaleria a uma possibilidade aberta aos indivíduos pertencentes a todas as classes sociais?

Como se pode notar, tanto Bourdieu & Passeron quanto Baudelot & Establet tendem a qualificar a defesa da melhoria do *status pessoal* dos indivíduos talentosos como a verdadeira ideologia da classe média. Ao desconsiderar que a classe média, como grupo social, luta permanentemente pela elevação do seu *status posicional*, os dois pares de autores evidenciam não estarem, eles próprios, imunes aos efeitos da operação de ocultamento que põe em conexão a ideologia do mérito individual (entidade ocultante) e a concepção prática “pequeno-burguesa” de hierarquia do trabalho (entidade ocultada)¹⁴. Ora, se no discurso de indivíduos da classe média

¹³ Cf. Pierre Bourdieu & Jean-Claude Passeron, op.cit., p. 186. A tradução da frase acima é do autor deste texto.

¹⁴ A distinção teórica entre *status pessoal* e *status posicional* é apresentada por T. H. Marshall em *Cidadania, classe social e status*, Ed. Zahar, RJ, 1967, capítulo VI, “A natureza e os determinantes do *status social*”.



a ideologia do mérito individual se mostra efetivamente presente, na prática social concreta é a defesa da hierarquização do trabalho a favor dos não-manuais que predomina. Não se pode, de resto, sequer imaginar uma associação, ordem ou sindicato, ligado a alguma categoria profissional típica da classe média, descartando, em plena ação reivindicatória, a defesa da isonomia e passando a se orientar, na contenda com uma empresa ou com o Estado, por um ideal meritocrático.

Procuramos abordar, neste último tópico, tão somente o modo pelo qual a ideologia própria à classe média se faz presente nas obras magnas de Bourdieu & Passeron e de Baudelot & Establet. Em textos futuros, procuraremos examinar outros aspectos da análise que os dois pares de autores propõem acerca da conexão entre classe média e processo educacional.

Marx, Engels e o sistema de poder mundial no século XIX

MUNIZ FERREIRA*

O presente artigo se ocupa da produção de Karl Marx e Friedrich Engels referente às relações diplomáticas entre os Estados nacionais europeus durante as décadas de 50 e 60 do século XIX. No curso destes anos, os iniciadores da tradição marxista tiveram a oportunidade de exercitar suas aptidões como analistas dos assuntos internacionais em publicações européias e norte-americanas, em particular nas páginas do diário estadunidense *New York Daily Tribune*, do qual foram correspondentes na Europa entre 1851 e 1862. O *New York Daily Tribune* foi fundado em 1841 e publicado até 1924. Até meados dos anos 50 do século XIX, orientava-se por posições liberais de esquerda tornando-se, a partir de então, órgão do Partido Republicano. Quando deflagrou a Guerra Civil norte-americana, o *Tribune*, coerente com a posição adotada pelo Partido Republicano, perfilou claramente ao lado das forças abolicionistas, apoiando os estados setentrionais em sua luta contra a secessão sulista. Entretanto, em virtude de dificuldades financeiras sofridas no curso da guerra, dispensou todos os seus colaboradores internacionais, interrompendo a correspondência de Marx em 1862.

Os primeiros artigos que Marx e Engels dedicaram às relações diplomáticas entre os Estados europeus no *Tribune* tiveram, como pano de fundo, o refluxo dos movimentos revolucionários que se haviam disseminado ao longo do continente no período 1847-1849 e o estabelecimento do Segundo Império Francês sob a direção de Luiz Bonaparte, no ano de 1851. Foi justamente à atividade deste último personagem que os dois articulistas dirigiram suas primeiras observações em matéria de diplomacia internacional. Contudo, no primeiro ano de colaboração de Marx e Engels para com o *Tribune*, a emergência nacional das populações da Europa Centro-Oriental e o balanço dos movimentos democrático-radicais no

* Professor de História Moderna e Contemporânea da UFBA. E-mail: munfer@terra.com.br.

interior do mundo germânico constituíram os temas privilegiados da correspondência jornalística dos dois pensadores revolucionários alemães com o diário estadunidense.

Somente a partir do biênio 1853-1854, as articulações político-diplomáticas entre os principais Estados nacionais europeus situaram-se no centro das preocupações internacionais dos dois companheiros de lutas e letras. Os interesses internacionais tangidos pelo movimento de unificação italiana, o destino da Turquia e as ações da Rússia, tais foram os temas internacionais que mais catalisaram a atenção de Marx e Engels neste período.

Não escaparam ao olhar dos dois críticos alemães os objetivos restauracionistas e conservadores que presidiram à fundação do sistema internacional da Convenção de Viena¹. Interessados como estavam nos destinos do movimento revolucionário europeu, Marx e Engels não pouparam críticas às concepções e aos métodos das cinco potências (Áustria, Prússia, Rússia, Inglaterra e França), que constituíam o núcleo duro deste sistema. Para os dois autores, por detrás da verborragia altissonante dos homens de Estado europeus do período ocultavam-se dois objetivos inconfessáveis: o desejo de supremacia e o repúdio à revolução. Para eles, portanto, tais desígnios não poderiam inspirar outras atitudes internacionais se não aquelas caracterizadas pela hipocrisia e a simulação entre as grandes potências, o desrespeito à soberania nacional e a prática sistemática de chantagens e intimidações no tratamento dispensado por estas aos Estados menores. Como regra geral, vigorava, portanto, a prática da interferência recíproca nos assuntos internos de outros Estados, limitada apenas pelo equilíbrio de poder nas relações entre eles.

Ainda naquele contexto, Marx e Engels já percebiam o aprofundamento das tensões entre as potências europeias com relação aos problemas do Oriente Próximo. Verificava-se então um deslocamento da atenção dos principais Estados euro-ocidentais para as perspectivas geradas pela deterioração do poder do Império Turco. O que significava possibilidades reais de absorção de parcelas valiosas do antigo império dos sultões como aquelas situadas na região dos Balcãs, bem como nas imediações do Estreito de Bósforo e dos Dardanelos. Destarte, uma extensa série de artigos dos dois autores versou sobre a chamada “Questão Oriental”, ponto nodal da futura Guerra da Criméia.

¹ Ordenamento político internacional pactuado na capital austríaca ao final das guerras napoleônicas do início do século XIX. Teve como seus principais protagonistas a Inglaterra, o Império Austríaco, a Prússia e a Rússia, sendo a França incorporada após a restauração monárquica. Seu principal objetivo foi constituir um sistema de segurança coletiva que preservasse os regimes monárquicos e absolutistas da Europa de então da ameaça revolucionária.

Avaliação do papel desempenhado pela Rússia no sistema internacional

A forma obstinada com que Marx e Engels se dedicaram a denunciar e combater o czarismo traz à tona o tema da pretensa “russofobia” destes autores. Nos escritos que dedicaram à então chamada “questão oriental”, Marx e Engels não se limitaram a atacar as ações da diplomacia moscovita, como também procuraram desnudar os propósitos conservadores e anti-revolucionários das potências ocidentais. De acordo com seus pontos de vista, a finalidade da política externa das potências euro-ocidentais consistia em enfraquecer a Rússia como rival na disputa pela supremacia nas regiões do Oriente Próximo e dos Balcãs, ao mesmo tempo em que procuravam preservar o poderio russo para que o país continuasse a desempenhar seu papel de *gendarme* dos movimentos democrático-revolucionários nessas mesmas regiões. Segundo a percepção de Marx e Engels, portanto, a atuação do Ocidente frente à “questão oriental” caracterizava-se por desígnios ao mesmo tempo anti-revolucionários e hegemônistas. Interessava aos planos estratégicos anglo-franceses a existência de uma política de contenção recíproca entre o czar e o Sultão capaz de tensionar e paralisar os dois Estados rivais, sem lhes subtrair a capacidade de esmagar pela força os movimentos revolucionários que porventura se insinuassem no âmbito das áreas sob sua possessão.

Enquanto partidários e militantes ativos dos movimentos revolucionários europeus – os quais, é bom lembrar, possuíam, em termos continentais, caráter predominantemente democrático-republicano –, opunham-se à natureza contra-revolucionária do czarismo. Na condição de analistas das relações internacionais, combatiam os objetivos expansionistas e desestabilizadores da política externa da Rússia Imperial, voltada para a conquista e a subordinação dos povos situados no campo de projeção estratégica desta potência. A multidimensionalidade de tal perspectiva contribuía para inseri-los no âmago da intelectualidade progressista europeia, ao lado, simultaneamente, de outras personalidades e tendências socialistas, democráticas e liberais.

David Riazanov, cujo nome verdadeiro era David Goldenbank, foi talvez o primeiro marxólogo da história. Nascido na Rússia em 1870, ingressou no movimento revolucionário em 1889. Trabalhou na recuperação e organização dos manuscritos inéditos de Marx e Engels, então em poder do SPD, sendo responsável pela sua transferência para Moscou após a revolução russa. Organizou as primeiras edições de textos como a *Ideologia Alemã* e os *Manuscritos Econômico-filosóficos* de 1844, trabalho em que contou com a colaboração de Gyorgy Luckács. Em seu estudo, “*Origens da Hegemonia da Rússia na Europa*”², o erudito russo historicizava as razões da oposição irredutível

² D. Riazanov, “Origine de l’Hégémonie de la Russie en Europe”. Estudo introdutório à coletânea de escritos de Marx e Engels”. *La Russie*. Paris, Union Générale D’Éditions, 1974, pp. 15-58.

de Marx e Engels ao czarismo. Segundo ele, tal postura havia sido adotada pelos demiurgos da filosofia da praxis no curso de suas experiências à frente da *Nova Gazeta Renana*, órgão do republicanismo radical alemão nos anos 1848-1849. O fracasso da revolução na Alemanha, bem como em outras partes da Europa, haveria cristalizado no pensamento de Marx e Engels uma dada interpretação acerca do papel contra-revolucionário que estaria sendo desempenhado, naquele momento, pelas principais potências européias. Como escrevera na época o jovem Friedrich Engels:

A Prússia, a Inglaterra e a Rússia são as três potências que mais temem a revolução alemã e sua conseqüência primordial – a unificação alemã: a Prússia, porque deixaria de existir, a Inglaterra, porque o mercado alemão seria subtraído à sua exploração, a Rússia, pelo fato de que a democracia não deixaria de progredir não somente até o Vístula, porém até mesmo às margens do Duna e do Dniepr³.

Datam desta época, portanto, não apenas a construção de uma imagem violentamente anticzarista, como também uma convicção acerca da inevitabilidade dos alinhamentos contra-revolucionários da Inglaterra. Para Marx e Engels, havia duas ordens de fatores que conduziriam o primeiro país capitalista do mundo a perfilar ao lado das autocracias mais reacionárias da Europa. O primeiro deles seria o monopólio do processo de formulação e execução da política externa britânica por parte dos representantes da aristocracia territorial daquele país. O segundo deles seria o fato de que, para Marx e Engels, qualquer triunfo revolucionário na Europa continental, em particular na França e na Alemanha, fortaleceria incommensuravelmente o cartismo no interior da própria Inglaterra. O fracasso da unificação alemã sob a égide de uma república democrática e cada derrota da revolução na França significariam, segundo Marx e Engels, aos olhos da aristocracia e dos círculos conservadores da política britânica, derrotas do próprio cartismo inglês. A corporificação humana desta política seria Lord Palmerston, Henry John Temple Palmerston. (1784-1865), homem de Estado britânico e uma das mais destacadas personalidades da política inglesa no século XIX.

Marx e Engels conceberam que suas tarefas, primeiro enquanto partidários da unificação da Alemanha sobre bases democráticas, e também como propugnadores da revolução européia, consistiriam em: a) desmascarar o oportu-

³ Friedrich Engels, “O Armistício Prusso-dinamarquês”. *Nova Gazeta Renana*, 9 de setembro de 1848, apud Marx e Engels, *La Russie*, op. cit. 17. É curiosa nesta citação a ausência da Áustria, pedra angular do sistema internacional de Viena e apontada por Marx e Engels em outras passagens como a mais reacionária das monarquias da Europa Centro-Oriental.

nismo da diplomacia inglesa presidida por Palmerston (que se fazia passar internacionalmente como campeão do constitucionalismo e das liberdades), denunciando seu caráter reacionário e pró-autocrático; b) intensificar o combate político contra os círculos dirigentes prussianos em prol da unificação da Alemanha sob a forma de uma República democrática; e c) denunciar e conclamar ao combate todas as forças democráticas contra o czarismo russo, visto como a quintessência da reação européia, e inimigo jurado da revolução alemã. É muito significativo observar o fato de que essas avaliações produzidas no curso das malogradas iniciativas revolucionárias alemãs dos anos 40 marcariam profundamente as leituras de Marx e Engels sobre o papel histórico-político desempenhado pelas principais potências européias nas décadas seguintes. O fato de que o engajamento no processo revolucionário alemão e europeu dos anos 40 tenha constituído de fato a primeira experiência de atuação política concreta de Marx e Engels explica, em grande medida, a longevidade das impressões recolhidas naquele processo. Tal fato determinaria que os temas da revolução alemã e as “lições” retiradas dali marcariam indelevelmente as visões políticas de Marx e Engels até o fim de suas vidas.

Riazanov observa que, apesar do desserviço prestado por Palmerston à fracassada revolução alemã do final dos anos 40, o homem de Estado britânico ainda desfrutava de expressiva simpatia junto aos círculos liberais alemães. Reivindicando a herança de George Canning⁴, que fora uma espécie de contraponto liberal e constitucionalista à linha dura reacionário-conservadora do “Clube de Viena” nos primeiros anos da década de 20 do século XIX, Palmerston era visto por amplos segmentos liberais como um campeão do constitucionalismo. “Desmascarar” Palmerston constituía, acima de tudo, uma forma de solapar sua influência junto a importantes segmentos políticos inseridos no campo da revolução democrática alemã.

O destino da Turquia no sistema de Viena

Marx e Engels dedicaram à Turquia Otomana um complacente desprezo. Para eles, a entidade turca era pouco mais do que uma relíquia do passado, um vestígio decadente e quase inofensivo de um império outrora agressivo e orgulhoso. No interior de sua sociedade, identificavam uma fusão do despotismo asiático com o anacronismo bizantino. Destituídos de qualquer idílio em relação às forma-

⁴ George Canning (1779-1827) foi um destacado político e estadista *Whig* na Inglaterra da primeira metade do século XIX. Substituiu Castlereagh, - político profundamente conservador e o principal responsável pela estruturação da **Quádrupla Aliança** (Inglaterra, Áustria, Prússia e Rússia) que derrotou Napoleão em 1814 – à frente da Chancelaria Britânica. Inverteu a pauta da política externa inglesa, substituindo a ênfase nos temas “continentais” por um enfoque mais insular, o que resgatava a centralidade das preocupações britânicas com seu comércio marítimo em detrimento do “policiamento da Europa” contra possíveis perturbações.

ções orientais ou pré-capitalistas, os dois pensadores alemães eram incapazes de compartilhar as simpatias que certos intelectuais do Ocidente dedicavam à Porta. De fato, este antigo Estado muçulmano, que um dia alvoroçara a Europa com seu fôlego anexionista, não passava, em meados do século XIX, de uma potência moribunda. Dividida entre o avassalamento pelo czar e a dependência política e econômica frente às potências ocidentais, a pátria do Sultão de Constantinopla não passava de simples objeto da política internacional. Marginalizada das decisões políticas mundiais e corroída por seus conflitos internos, como na questão das nacionalidades balcânicas, essa formação histórica encontrava-se em adiantado processo de decomposição. Aos círculos dirigentes ocidentais interessava, naturalmente, tirar proveito do esfacelamento do Império Otomano, incorporando territórios e populações até então subordinados à soberania deste, às suas hegemonias. Mas interessava também impedir que o vazio de poder legado pelo refluxo otomano gerasse um quadro de instabilidade generalizada nas imediações do Mar Mediterrâneo. Pior ainda, temiam que a absorção das antigas províncias por parte de outras potências – em primeiro lugar a Rússia, mas também, em menor medida, a Áustria e a Prússia – propiciasse condições para um acúmulo “excessivo” de poder por uma destas potências, em detrimento dos próprios desígnios hegemônistas anglo-franceses.

Marx e Engels imprimiram à “Questão Oriental”, um enfoque semelhante na forma, porém distinto no conteúdo. Receavam que o recuo turco deixasse o czarismo de mãos livres para empreender uma escalada anexionista em direção ao centro do continente europeu. Compreendiam também que o fortalecimento da Rússia no leste da Europa reforçaria o poder das forças sociais mais conservadoras naquela região, inviabilizando assim uma solução democrático-revolucionária para o problema da unidade alemã, bem como no que se referia à emergência nacional dos eslavos meridionais. Por outro lado, avaliavam que, do ponto de vista das pretensões hegemônistas e contra-revolucionárias das potências ocidentais, o alijamento da Turquia da Convenção de Viena constituía um certo embaraço. Particularmente após a ascensão de Luiz Bonaparte ao trono francês, certos círculos diplomáticos do Ocidente, sobretudo ingleses e austríacos, teriam passado a temer os resultados das tentativas de tutela da Turquia por Napoleão III. A intimidade das relações entre o imperador dos franceses e o sultão de Constantinopla antes e durante a guerra da Criméia teria estimulado os gestores da Santa Aliança a buscarem uma incorporação da Turquia ao sistema emanado da Convenção de Viena. Em seu artigo “Excentricidades da política”⁵, Marx, após delinear tal cená-

⁵ Karl Marx, “Eccentricities of politics”. *New York Daily Tribune*, nº 4437, 10 de julho de 1855, Marx e Engels, *Collected Works*, op. cit. vol. 14, pp. 283-286. Publicado como artigo principal.

rio, afirma que uma das conseqüências da Guerra da Criméia seria a produção de uma cláusula suplementar que garantiria a inclusão turca nos protocolos de 1815. Tal previsão, por mais sugestivo que fosse seu embasamento, acabaria não se verificando historicamente.

Engels e Marx defendiam em seus artigos no *Tribune* que as chancelarias ocidentais não cogitavam a possibilidade de **restauração** do decadente Império Otomano, mas sim que o seu gradativo desaparecimento não engendrassse o colapso da estabilidade política nas regiões então sob sua autoridade, nem possibilitasse um acréscimo desproporcional de poder por parte da Rússia. Inversamente, cada qual seguindo seus próprios objetivos nacionais, buscava estabelecer a própria influência da forma mais profunda e abrangente possível nas áreas abandonadas pelo recuo do sultão. Neste aspecto, Londres e Paris privilegiavam formas distintas de materializar as mesmas ambições. A potência britânica privilegiaria, embora de maneira não exclusiva, o exercício do papel de mediador das controvérsias russo-turcas, procurando aparecer como um suposto *peace maker* nos antagonismos entre os dois impérios eurasiáticos. Já a França de Napoleão III, a quem Marx e Engels já haviam estigmatizado asperamente por seu “aventureirismo”, teria optado por uma política mais claramente engajada ao lado da monarquia otomana, desempenhando, destarte, o papel de principal instigador da Guerra Russo-Turca. No artigo: “A imprensa londrina – A política de Napoleão acerca da questão turca”, publicado no *Tribune*, no dia 19 de abril de 1853⁶, Marx investia mais uma vez contra as posturas adotadas por Luiz Bonaparte frente à questão turca. Para ele, o aventureirismo manifestado pelo governante do Segundo Império Francês diante daquele problema teria por objetivo conquistar o reconhecimento das potências monárquicas européias para as quais, tanto ele quanto seu finado tio, não passariam de usurpadores de tronos. Ademais, buscava também granjear para a França um lugar de destaque no interior do “concerto das nações”.

O papel da diplomacia britânica

Marx, como já foi dito, dedicou vários escritos ao exame da ação do *Foreign Office* ante o chamado “problema oriental”. Nesses artigos, desenvolvia uma tentativa de caracterização da diplomacia britânica do ponto de vista de seus condicionantes sociais. De acordo com tal definição, a política externa da Grã-Bretanha “burguesa” seria formulada e executada tendo como horizonte os interesses sociais dos círculos **aristocráticos** daquela sociedade. Concepção que, por

⁶ Karl Marx, “The London Press – Policy of Napoleon on the Turkish Question”. *New York Daily Tribune*, nº 3.746 de 19/04/1853, publicado como artigo principal. *Collected Works*, Vol. 12, op. cit. pp. 18-20.

sua vez, se sustentava sobre as seguintes idéias: a) não obstante o caráter capitalista da economia e da preeminência burguesa no interior da sociedade britânica, o poder político naquele país repousaria sobre a base de uma coalizão aristocrático-burguesa; b) tendo em vista o monopólio do poder político e da representação pela coalizão das classes dirigentes mencionadas, a política britânica, tanto interna quanto externamente, possuiria um caráter essencialmente oligárquico; c) as perspectivas *Tory* e *Whig* em matéria de política externa representavam, respectivamente, uma alternativa aristocrática, conservadora e protecionista à outra alternativa burguesa, liberal e livre-cambista, sendo que, tradicionalmente, e até aquele momento, a tendência aristocrático-conservadora fora amplamente dominante. Tal concepção produziria dois efeitos significativos nas análises marxianas sobre a diplomacia britânica: em primeiro lugar, possibilitaria a Marx o desenvolvimento de interpretações que acentuariam a autonomia relativa do Estado britânico em relação à dimensão econômico-social vigente naquele país. Em segundo lugar, permitir-lhe-ia a percepção da não subordinação mecânica dos movimentos da diplomacia inglesa aos interesses do próprio capitalismo britânico. Essas nuances conduziram o teórico do socialismo proletário a uma caracterização da política externa britânica como contra-revolucionária, pró-aristocrática e, inclusive, **lesiva aos interesses econômicos do capitalismo inglês**. Tais análises adquiriam pleno contorno nos artigos que Marx dedicou à performance de Lord Palmerston nas páginas do *Tribune* e do *Peopl's Paper*⁷.

Esses textos foram publicados sob a forma de brochura independente na Inglaterra, ainda durante a vida de seu autor. Marx baseou suas formulações no exame de uma ampla coleção de documentos diplomáticos, atas do parlamento e material jornalístico. O trabalho que resultou daí possui como uma de suas peculiaridades principais a descrição aguda dos mecanismos de tomada de decisão, sobretudo em matéria de política exterior, utilizados pelo governo britânico no século XIX. Efetuou-se uma apreciação minuciosa dos processos de definição do comportamento da diplomacia britânica frente aos mais importantes conflitos internacionais do período como a luta pela unificação da Itália, a emergência nacional na Polônia e na Hungria, o problema irlandês, as reformas liberais na Grécia, em Portugal e na Espanha. O aspecto mais controvertido destes textos é a fixação de Marx em comprovar a “russofilia” de Palmerston a todo custo.

⁷ Estes artigos podem ser consultados em sua versão original nas *Collected Works*, vol. 12 (1853-1854) op. cit. pp. 341-406, ou na tradução espanhola, antecedida por uma apresentação de Robert Payne, *El desconocido Carlos Marx*, Barcelona, Editorial Bruguera, 1975, pp. 147-231.

A guerra da Criméia e seus desdobramentos

A Guerra da Criméia opôs França, Grã-Bretanha e o Império Otomano à Rússia czarista. Mais do que isso, foi resultado de uma aproximação entre a Grã-Bretanha, tida como a mais liberal e constitucionalista das potências do Sistema Internacional do Congresso de Viena, com a França, eterno *outsider* e suposto fator de desestabilização do mesmo, confrontando a Rússia, guardiã de primeira hora da ordem internacional pós-napoleônica.

O escrito que mais bem expressa as percepções de Marx acerca do significado da Guerra da Criméia do ponto de vista das relações de poder entre as potências gestoras do sistema internacional da Convenção de Viena é o já citado artigo “Excentricidades da Política”, publicado no *Tribune* em julho de 1955⁸. Este artigo se baseia na leitura de dois livros: *Du Congrès de Vienne* (Sobre o Congresso de Viena) do abade Dominique Dufour de Pradt e *Denkschrift, betreffend die Gleichgewichts-Lage Europa's, beim Zusammentritte des Wiener Congress verfasst* (Memorial relativo à situação de equilíbrio da Europa, redigido durante as reuniões do Congresso de Viena), do marechal prussiano K. F. Knessebeck. Na primeira obra, o autor defende a idéia, apoiada por Marx, de que o Congresso de Viena havia lançado as bases para o estabelecimento da supremacia russa na Europa. De acordo com aquele autor, a “guerra de independência da Europa contra a França”, ou seja, as Guerras Napoleônicas, foram concluídas com a sujeição da Europa diante da Rússia. Corroborando tal argumento, cuja inspiração anti-revolucionária dispensa qualquer observação, Marx acentua que

A guerra contra a França, que foi ao mesmo tempo uma guerra contra a Revolução, uma guerra anti-jacobina, conduziu a uma transferência da influência do Ocidente para o Oriente, da França para a Rússia. O Congresso de Viena foi o resultado natural da Guerra Anti-Jacobina, o Tratado de Viena, o produto legítimo do Congresso de Viena e a supremacia russa, a filha natural do Tratado de Viena⁹.

Em seqüência, Marx acorria em defesa de Frederico Guilherme III da Prússia diante das acusações a ele imputadas de haver, através de sua dedicação cega ao soberano russo, solapado as bases do projeto concebido por Castlereagh, Metternich e Talleyrand, no sentido de “erguer barreiras territoriais seguras contra as usurpações russas”¹⁰. Segundo Marx, não se deveria responsabilizar solitariamente o príncipe

⁸ Karl Marx, “Eccentricities of Politics”. *New York Daily Tribune*, nº 283, 21 de junho de 1955 (publicado como artigo principal), in: *Collected Works*, op. cit. vol. 14, pp 283-286.

⁹ Idem, p. 283.

¹⁰ Idem, p. 283.

prussiano por uma situação (a supremacia russa) inevitavelmente engendrada pelo sistema internacional aprovado no Congresso. Para Marx a supremacia russa na Europa estava de tal forma vinculada às resoluções do Congresso de Viena que mesmo uma guerra contra a Rússia que não se propusesse expressamente a revogar as disposições daquele tratado só faria reforçar a situação vigente. Era sob essa ótica que ele interpretava naquele momento o significado da Guerra da Criméia, então em curso, como um conflito que, longe de representar a superação do *status quo* aprovado em 1815, efetuaria apenas um pequeno reparo no mesmo, de modo a permitir a introdução da Turquia no esquema das cinco potências gestoras do sistema internacional.

Do panfleto de Knesbeck, Marx retira citações que engendram uma defesa apaixonada do fortalecimento da Turquia para o exercício do papel de barreira à irrupção de populações incivilizadas e bárbaras através do continente europeu e fator de estabilidade dos limites orientais da Europa contra a anarquia inata dos poloneses e as perturbações provocadas pelos gregos. Marx interpreta esse libelo furibundo como uma simples ratificação dos propósitos inspiradores da Guerra da Criméia: a extensão e a consolidação do Tratado de Paris de 1815.

Na conclusão do artigo, Marx não perde a oportunidade de estigmatizar Luiz Bonaparte, segundo ele, um dos atores centrais da mascarada então em curso, indivíduo que, em seu oportunismo, era capaz de decepcionar as expectativas mais elementares no que concerne à coerência e à fidelidade para com a própria legenda bonapartista:

Durante todo o período da Restauração e da Monarquia de Julho havia uma ilusão disseminada na França de que o napoleonismo (sic) significava a abolição do Tratado de Viena, que havia colocado a Europa sob a tutela da Rússia e a França sob a ‘surveillance publique’¹¹ da Europa. Agora, o atual imitador do próprio tio, assombrado pela ironia inexorável de sua posição fatal, está provando ao mundo inteiro que o napoleonismo significa guerra, não para emancipar a França **do**, mas para submeter a Turquia **ao** Tratado de Viena. Uma guerra no interesse do Tratado de Viena e sob o pretexto de colocar em cheque o poder da Rússia!¹²

Tendo-se estendido formalmente ao longo de três anos (1853-1856), mas produzindo na verdade um número relativamente reduzido de operações militares, a guerra da Criméia contou ainda, a partir da 1855, com a adesão do reino da

¹¹ Em francês, no original, vigilância pública.

¹² Idem, p. 286.

Sardenha à coalizão anglo-franco-otomana contra os exércitos do czar. Seu fator de deflagração foi um motivo aparentemente inusitado: as disputas entre as autoridades das igrejas Católica Romana e Grega Ortodoxa pelo controle dos lugares sagrados da Palestina. Tal querela externava inquestionavelmente o choque entre as aspirações expansionistas russas em relação aos territórios subordinados à Porta nas regiões balcânica e mediterrânea e o temor ocidental frente a essa ameaça. Papel cardeal foi desempenhado pela França do Segundo Império Napoleônico, ansiosa por neutralizar as disposições antifrancesas do Congresso de Viena e enxergando no Império Russo o maior obstáculo a tal reversão. Ademais, segundo Marx e Engels, o papel de incendiário da guerra representado pelo imperador dos franceses respondia a necessidades múltiplas: a) granjear reconhecimento de seu poder imperial, tido como ilegítimo e usurpador pelas demais monarquias européias; b) desviar a atenção do povo francês dos problemas internos através do empreendimento de aventuras no exterior; c) aproveitar a excepcionalidade da guerra para promover um saque contra o tesouro francês e d) conquistar junto às nacionalidades oprimidas da Europa o prestígio de “libertador”, um dia reivindicado por seu tio. Uma tradução mais contemporânea das ambições de Luiz Bonaparte poderia caracterizá-las – abstraindo suas implicações mistificadoras e manipulatórias em relação ao próprio povo francês e às nacionalidades oprimidas da Europa – como um esforço pela conquista de uma posição de protagonista da ordem internacional de então, revertendo a situação de alijamento das decisões e conseqüente marginalização no interior do sistema internacional, relegado à França pelos vencedores de Napoleão.

A neutralidade austro-prussiana constituía para Marx e Engels uma manifestação de covardia e uma reafirmação do caráter anti-revolucionário das classes dirigentes destes dois Estados alemães. Para os dois pensadores socialistas germânicos, a causa principal do não engajamento tanto da Prússia quanto da Áustria na guerra fora o temor de seus governantes de que a luta contra a Rússia se convertesse em uma guerra revolucionária dos povos europeus contra as autocracias do continente. Essa interpretação considerava, sobretudo, as forças revolucionárias que um colapso do império ortodoxo liberaria nas áreas ocupadas pelas nacionalidades “revolucionárias”, então carentes de um Estado nacional unificado na Europa, em grande parte, segundo eles, devido à atividade da diplomacia e das armas russas: Alemanha, Polônia, Hungria e Itália.

Seguindo o mesmo balizamento teórico, os correspondentes europeus do *Tribune* consideravam que a neutralização das influências reacionárias do czarismo no continente europeu, ao debilitar as forças sociais conservadoras que em grande medida se apoiavam em seu poderio militar, estimularia a ação das forças revolucionárias, inclusive socialistas, em países como a Inglaterra e a França. Decorreria

daí, portanto, a vigência da atitude, em última análise, contemporizadora das classes dirigentes destes países em relação ao Império czarista, mesmo diante de seus mais ousados empreendimentos. Esta postura generalizada de contemporização conheceria manifestações radicalizadas na ação de círculos políticos e elementos acerbamente pró-russos, como Lord Palmerston, grande aliado do czarismo na Europa Ocidental, segundo a inclemente e não poucas vezes exagerada acusação de Marx. Sendo assim, a política das potências ocidentais com relação à Rússia deveria se orientar, na interpretação de Marx e Engels, por um duplo enfoque: a) no que se referia à vigência das preocupações sociais de suas classes dirigentes, atemorizadas diante da possibilidade de revoluções políticas e/ou sociais na Europa, tratava-se de preservar, a todo custo, a existência da autocracia czarista para que esta pudesse desempenhar, sempre que preciso, seu papel de polícia contrarrevolucionária no continente e b) do ponto de vista estrito da *raison d'État*, tratava-se, no entanto, de conter o avanço russo nas áreas mediterrânea e caucasiana, impossibilitando o acúmulo pelo Estado russo de um **excesso de poder** que instabilizasse o equilíbrio de forças do sistema internacional em seu benefício e em detrimento das potências ocidentais.

Peculiar, porque combina elementos que se plasmariam posteriormente em tradições de pensamento e ação freqüentemente dissonantes. Este posicionamento era caracterizado por aquilo que tento definir como uma perspectiva **realista revolucionária**. **Realista** porque interpretava a evolução das relações internacionais, observando as correlações de força entre os Estados, os interesses nacionais das potências e suas projeções estratégicas. **Revolucionária** porque orientada pela idéia de que as transformações necessárias à geração de um sistema de relações internacionais mais justas e democráticas, adequadas ao pleno desenvolvimento dos povos, seriam produzidas pela ação das forças revolucionárias. Que tipo de revoluções? Não restam dúvidas de que para a Inglaterra e a França, Marx e Engels apostavam, senão em curto, pelo menos em médio prazo, na ocorrência de revoluções proletárias orientadas para o socialismo e o comunismo. Mas no que se referia aos Estados alemães, nacionalidades eslavas euro-orientais e aos impérios russo e otomano, as expectativas de Marx e Engels se concentravam na criação de repúblicas democráticas em substituição às autocráticas monarquias então existentes. Porém, também não são estranhas a tais considerações, apreciações “antediluvianas” quanto a uma retomada bem próxima dos movimentos revolucionários e uma forte dose de “germanocentrismo”, herança de suas iniciações políticas no seio das sublevações revolucionárias que haviam sacudido o mundo de fala alemã na década anterior.

A diplomacia europeia após o Tratado de Paris

Nos artigos que dedicaram ao desenvolvimento da política externa francesa no contexto da Guerra da Criméia, Marx e Engels não se mostraram muito indulgentes. Trata-se também aqui de todo um vasto repertório de denúncias e acusações contra o governo encabeçado por Louis Bonaparte¹³. Neles, Marx descarregou suas baterias contra o que considerava ser a degenerescência do exército francês, estimulada pelo caráter supostamente aventureiro, demagógico e corrupto de Napoleão III. Situação exemplificada pela descrição da trajetória de St. Arnaud, Marechal do Exército Francês e Ministro da Guerra, quem, segundo o articulista, construiu sua reputação militar servindo na Legião Estrangeira na Argélia, ao lado de bandoleiros, mercenários e desertores de vários países, “o rebotalho dos exércitos europeus”. O próprio imperador francês, caracterizado como um indivíduo ofuscado por ilusões operísticas acerca de sua própria grandeza, era estigmatizado como a caricatura oficial de um passado glorioso. A virulência antibonapartista de Marx e Engels não poupava também os líderes políticos liberais e democratas, franceses e estrangeiros, que dedicavam confiança aos protestos de Luiz Bonaparte em defesa da liberdade das nacionalidades oprimidas da Europa. Em consequência, com a mesma falta de cerimônia com que impingiram a outros militantes da esquerda democrática e revolucionária europeia o estigma de colaboradores da autocracia czarista, Marx e Engels imputavam a personalidades como Barbès, Kosuth e os emigrados poloneses, a acusação de contribuírem para a legitimação de Luiz Napoleão.

As políticas interna e externa dos dois maiores Estados alemães da época, a Áustria e a Prússia, também não escaparam às atenções dos correspondentes do *Tribune*¹⁴. Através de seu sistema comum de análise da processualidade histórica, consideravam que, após a deflagração da Guerra da Criméia, a Prússia, desejosa de enfraquecer a influência russa em sua fronteira euro-oriental e assegurar supremacia plena sobre a maior parte do território polonês compartilhado por ambos, poderia declarar guerra à Rússia. Ao se engajar em um confronto com o principal bastião das autocracias europeias, os dirigentes prussianos despertariam as energias democráticas e revolucionárias das populações alemãs, adormecidas desde o malogro revolucionário da década anterior, desencadeando um movimento que

¹³ K. Marx. “Reorganisation of the British War Administration. – The Austrian Summons. – Britain’s Economic Situation. – St. Arnaud”. *New York Daily Tribune*, nº 4.144, 24 de Junho de 1854. Reproduzido em *Collected Works*, vol. 13, pp. 227-233.

¹⁴ Karl Marx, “The Treaty Between Austria and Prussia – Parliamentary debates of May 29” (O Tratado entre a Áustria e a Prússia – Debates Parlamentares do dia 29 de maio). *New York Daily Tribune*, nº 4.103, 12 de Junho de 1854. Reproduzido em *Collected Works*, vol. 13, pp. 215-219.

poderia conduzir à tão sonhada solução republicano-democrática para o problema da unificação nacional alemã. Ao assim fazê-lo, a Prússia dos aristocratas *junkers* estaria desempenhando o papel de “instrumento inconsciente da história”, segundo a concepção histórico-dialética que Marx e Engels herdaram e reelaboraram a partir de Hegel.

Já no que concerne à Áustria, as perspectivas não eram tão otimistas. No artigo intitulado “A bancarrota austríaca”¹⁵, Marx avaliava que a debilitação econômica por que passava o Estado dos Habsburgo naquele momento, combinada com a emergência nacional na Galícia, na Hungria e na Itália, inviabilizava a participação austríaca em qualquer aventura além fronteiras. Ademais, o crescimento da preocupação dos círculos dirigentes desse Estado germânico meridional com a preservação de seu império empurraria sua diplomacia em direção às posições mais conservadoras possíveis. Por essa razão, ainda que temessem a irradiação do poderio russo através da península balcânica, não desejavam qualquer enfraquecimento mais sério do czarismo, segundo eles, porque nesse caso os Habsburgo não teriam um amigo a quem recorrer por ocasião da próxima ofensiva revolucionária. Por outro lado, segundo a expectativa de Marx e Engels sobre uma retomada eminente das ações revolucionárias no continente, o ingresso da Áustria na guerra poderia significar um deslocamento das operações militares para o coração da Europa, gerando uma escalada de insurgência revolucionária por parte dos povos oprimidos da região. Segundo eles, as populações mais imediatamente interessadas na questão das complicações orientais seriam, além dos alemães, os húngaros e os italianos, apreciação que acentua, não só o germanocentrismo revolucionário dos fundadores da filosofia da praxis, como seu persistente apelo à concepção acerca do caráter potencialmente revolucionário das “nacionalidades históricas”.

A idéia de que aos círculos dirigentes das potências do ocidente não interessava o colapso da Rússia aparece reiterada em uma série de artigos publicados no biênio 1855-1856, quando se desenrolou a última e decisiva fase da Guerra da Crimeia. Marx e Engels se empenharam em demonstrar que as operações militares anglo-francesas encontravam-se condicionadas pelas aspirações contra-revolucionárias de suas cúpulas governamentais. De acordo com tais desígnios, os combates contra as forças do czar deveriam ocorrer em áreas periféricas, afastadas dos principais centros da vida política e social russa, neutralizando com isso qualquer perspectiva de que, uma vez conduzida a estas regiões, a guerra pudesse se converter em uma sublevação popular. A partir desse ponto de vista, reinterpretavam as diretivas francesas e britânicas voltadas para o desenvolvimento das operações mi-

¹⁵ *New York Daily Tribune*, nº 4.033, de 22 de março de 1854. *Collected Works*, vol. 13, pp. 43-49.

litares em níveis estritamente locais. Segundo os governos e os comandos militares destes países, tratava-se de limitar a extensão dos combates de modo a restringir o número de perdas, mas, para Marx e Engels, o objetivo almejado era evitar que a “guerra de contenção” enfraquecesse excessivamente aquele baluarte da Santa Aliança e evitasse a subversão de suas estruturas internas. Em um artigo assinado por eles, inicialmente publicado no periódico alemão *Neue Order Zeitung*¹⁶ e mais tarde reproduzido parcialmente no *Tribune*, os dois autores acentuavam suas opiniões sobre o caráter paradoxal e inusitado da Guerra da Criméia em seu terceiro ano de deflagração.

A guerra da coalizão anglo-francesa contra a Rússia irá, indubitavelmente, figurar nos anais da história militar como ‘a guerra incompreensível’. O máximo de conversações combinado com o mínimo de ações, extensas preparações e significados insignificantes, uma precaução que beira a timidez seguida de atos temerários gerados pela ignorância, gerais mais do que medíocres à frente de tropas mais do que corajosas, revezes quase deliberados na seqüência de vitórias obtidas em meio a equívocos, exércitos inicialmente arruinados pela negligência posteriormente salvos pelo mais estranho dos acidentes – um grande conjunto de contradições e inconsistências¹⁷.

A tibieza das potências ocidentais sugerida neste texto haveria de se transferir, na futura avaliação dos dois autores, dos campos de batalha para as mesas de negociações ao término da contenda. E, com efeito, nas reuniões preparatórias da assinatura do Tratado de Paris, que pôs termo ao conflito, a diplomacia russa teria habilmente se aproveitado das indecisões e divergências dos dois grandes aliados ocidentais para assegurar termos que lhe fossem mais favoráveis. O Tratado de Paris foi firmado em 30 de Março de 1856, pelos representantes dos Estados que se confrontaram na Guerra da Criméia de 1853-1856 (Grã-Bretanha, França, Rússia, Sardenha e Turquia). Sua assinatura é considerada um ponto de inflexão nas relações internacionais do século XIX, na medida em que encerrava de fato o

¹⁶ Jornal publicado pelos círculos democráticos radicais da Alemanha. Um dos primeiros a surgir no ambiente de reação política que se seguiu ao fracasso das revoluções germânicas dos anos 1847-1848. Marx colaborou com ele entre dezembro de 1854 e novembro de 1855; durante este período, parcela significativa dos artigos produzidos por Marx e Engels foram publicados, simultânea ou alternadamente no *Tribune* e no *Neue Order Zeitung*.

¹⁷ Karl Marx e Friedrich Engels, “The Anglo-French War Against Russia”, *Neue Order Zeitung*, nºs 385 e 387, 20 e 21 de agosto de 1855, reproduzido de forma abreviada como editorial no *New York Daily Tribune*, nº 4.483 de 1º de setembro de 1855. *Collected Works*, vol. 14, pp. 484-488.

sistema de alianças estabelecido pelo Congresso de Viena de 1815. Polarizado pelas figuras de Bismarck, Cavour e Gorchakov, o encontro que originou o Tratado garantiu a independência formal e a integridade territorial do Império Otomano, obrigava a Rússia a devolver a cidadela de Kars aos turcos, cedia parte da Bessarábia à Turquia, instituí a região do Mar Negro como zona de neutralidade. A Rússia, em compensação, confirmou sua condição de protetora dos principados do Danúbio, formalmente submetidos à tutela das grandes potências, e de guardião de todos os cristãos residentes no interior do Império Otomano; além disso, assegurou a livre navegação através do Danúbio.

O período imediatamente posterior ao Tratado de Paris registra um refluxo na produção de Marx e Engels dedicada aos temas da política e da diplomacia internacionais nas páginas do *Tribune*. Pode-se inferir que o mencionado Tratado significou uma reestabilização da ordem internacional européia, fundada em um determinado alinhamento de forças. Por outro lado, o próprio desenrolar da guerra da Criméia provocou, inequivocamente, uma certa exaustão dos principais protagonistas da política européia, naquilo que se referia aos movimentos político-diplomáticos de âmbito continental. Mesmo a Áustria e a Prússia, ausentes daquele conflito, provavelmente não deixaram de perceber nele uma oportunidade de demonstração do poderio militar de seus parceiros no “concerto das nações”, o que pode lhes haver sugerido cautela e concentração, visando ao acúmulo de forças para os enfrentamentos que inevitavelmente estariam por vir.

Porém, afora tais contingências, uma associação de processos políticos e diplomáticos interfeririam de forma determinante na moldura das relações de poder entre as grandes potências européias no imediato pós-guerra da Criméia.

Quanto ao comportamento das demais grandes potências européias no período, podemos constatar a ocorrência de algumas inflexões muito significativas no que concerne aos papéis até então desempenhados, ou pelo menos reivindicados, do ponto de vista da gestão da ordem internacional em vigor. A Áustria, um dos principais bastiões continentais do Sistema Internacional da Convenção de Viena, experimentaria um processo acentuado de isolamento político e diminuição de influência. Tal movimento se iniciara ainda na década de 1830, quando o Império Austríaco, fiel aos inegociáveis princípios do “legitimismo” que orientavam sua atividade internacional, aliara-se solitariamente à Turquia contra os nacionalistas gregos. Foi quando, pela primeira vez desde a formação da Santa Aliança, posicionara-se em campo distinto de suas consortes Rússia e Inglaterra, que, a propósito, perfilaram no mesmo campo que a “perigosa” França. Mais tarde, veria sua estabilidade interna significativamente abalada em consequência das insurreições revolucionárias do período da “Primavera dos Povos”, quando tivera seu império salvo de um eminente desmembramento (revolução húngara) pelas tropas

do czar. Porém, o pior momento de sua diplomacia ocorrera por ocasião da Guerra da Criméia, quando a Áustria conseguiu desagradar as potências ocidentais com sua recusa de combater a Rússia e, mais tarde, desagradar a Rússia com as pressões para que esta aceitasse os termos do Tratado de Paris. Ademais, as relações entre os Habsburgos austríacos e os Romanovs russos tendiam a deteriorar-se gradualmente, na medida em que evidenciavam as suas divergências quanto à situação dos principados do Danúbio e das províncias balcânicas, entregues à proteção russa pelo Tratado de Paris, mas cobiçados com cerimônia cada vez menor pelos germanos do sul. O resultado geral do enfraquecimento da Áustria como potência, de sua perda de influência e isolamento político internacionais foi a sua conversão de um dos pilares fundamentais do sistema em um ator insignificante.

A Rússia emergiu da guerra da Criméia dominada por sentimentos de frustração, humilhação e ressentimento. Frustração por não haver consumado seu objetivo de desferir um golpe de misericórdia na incômoda entidade otomana, que em sua letargia pós-imperial obstruía a marcha russa em direção ao Mar Negro e ao Mediterrâneo. Humilhação por ter sua secular trajetória de conquistas militares interrompida pela coalizão anglo-francesa, a qual lhe impôs o respeito à integridade turca e a evacuação dos principados do Danúbio (Moldávia e Valáquia), além de lhe vetar a construção de sua tão sonhada esquadra no Mar Negro, desguarnecendo militarmente suas fronteiras meridionais. Porém, poucos sentimentos devem ter sabido mais amargamente às cúpulas russas do que o ressentimento do czar Nicolau I em relação ao príncipe Schwarzenberg, que retribuiu ao apoio decisivo prestado pelos russos no esmagamento da sublevação dos revolucionários húngaros liderados por Louis Kossuth em 1848 com o abandono do velho aliado no momento do enfrentamento com as potências ocidentais e, pior ainda, atuando como agente ocidental no convencimento dos estadistas russos à aceitação dos termos do Tratado de Paris. O resultado final do processo, no que se refere ao comportamento da Rússia, foi a transformação do principal bastião da ordem conservadora européia em “revisionista” do sistema internacional.

A França de Napoleão III aparece neste momento como a potência mais ativa do sistema internacional. Como Marx e Engels observaram diversas vezes, a necessidade de conquistar legitimidade no âmbito de uma família de potências aristocráticas, a tentativa de reeditar a trajetória internacional gloriosa de Napoleão I e o esforço de divertir a opinião pública francesa dos problemas internos vividos pelo país imprimiam ao Segundo Império Francês a marca do “militantismo” no que se referia às questões da política e da diplomacia européias. A participação na coalizão vencedora durante a guerra da Criméia conferiria ao império bonapartista apreciáveis dividendos diplomáticos. O mais elementar de todos: foi a primeira vez, desde Waterloo, que o Estado Francês se envolveu diretamente em uma con-

flagração bélica continental, triunfando militar e diplomaticamente sobre a Rússia, importante inimigo do passado, cuja vitória sobre as forças francesas em 1812 iniciou o processo de desagregação do império de Napoleão I. Em segundo lugar, o fato de que nessa guerra a França teve como sua aliada a Inglaterra, arquiinimiga de antanho, primeira potência mundial e a única capaz de assegurar o isolamento econômico francês no cenário internacional. Em terceiro lugar, o maior de todos os triunfos franceses: o país, que fora marginalizado quando da Convenção de Viena, chancelava agora um novo pacto internacional que desmontava as bases do sistema anterior, dividia seus antigos adversários e relegava quase todos eles (Áustria, Rússia e Prússia) a uma inequívoca marginalização política.

Ora, se esses sucessos atualizavam a mística do sucessor de Napoleão Bonaparte, devolvendo à França a posição de gestora dos negócios europeus, a qual um dia lhe fora tomada, por outro lado não fazia senão estimular Napoleão III a novas arremetidas internacionais. Afinal, a França se autoproclamava um império e o modo de vida dos impérios é a conquista territorial. Frequentador de círculos carbonários em seu exílio italiano, subproduto político da emersão liberal de 1848 na França, Luiz Napoleão exprimiria suas ambições político-territoriais na Europa nos termos de um apoio à afirmação nacional das nacionalidades oprimidas naquele continente. Reivindicação essa que, se já o conduzira antes a disputar a proteção das populações cristãs do império otomano com o czarismo russo, o conduziria agora a afrontar o imperador Habsburgo no apoio à causa nacional italiana.

Marx, que analisara com acuidade singular as circunstâncias que presidiram a inauguração do chamado II Império Francês, jamais conseguiu divisar qualquer traço positivo na personalidade política de Luiz Bonaparte¹⁸. Para Marx, por detrás das declarações de Napoleão III em defesa dos direitos das nacionalidades oprimidas da Europa, ocultava-se pura e simplesmente o desígnio de obter aquisições territoriais. Em alguns artigos publicados no período 1856-1858, Marx reiterava as qualificações estigmatizadoras acerca de Luiz Bonaparte e seu governo, inicialmente delineadas na brochura de 52.

Conclusão

Pensadores dialéticos, Engels e Marx compreendiam as implicações que o movimento particular dos Estados, impulsionados por “interesses nacionais” não expressamente vinculados às necessidades do capital e às aspirações econômicas

¹⁸ Os motivos originais da repulsa que Marx dedicou a este estadista francês podem ser apreciados *in loco* na obra *The Eighteen Brumaire of Louis Bonaparte* de 1852. *Collected Works*, op. cit. vol. 11, pp. 99-197.

das classes dirigentes européias, poderia produzir para o desenvolvimento histórico revolucionário do continente. Ademais, vivendo no contexto político-cultural anglo-saxônico e tendo como interlocutoras privilegiadas as opiniões públicas inglesa e norte-americana, os dois autores não poderiam deixar de moldar suas análises internacionais segundo temas e, sob certo aspecto, valores característicos das tradições anglo-americanas em matéria de política e diplomacia internacionais. Isto, porém, não significa que a compreensão dos fenômenos internacionais em termos de uma “política de poder” protagonizada pelos Estados nacionais – e não pelas classes sociais –, impulsionados por seus interesses “estratégicos”, desenvolvida pelos colaboradores europeus do *Tribune* tenha significado apenas uma adequação oportunista aos padrões de análise dominantes. A especificidade da visão de Marx e Engels consiste justamente em sua capacidade singular de articular essas duas dimensões distintas, porém interligadas e situadas na base do desenvolvimento das relações internacionais de seu tempo: a esfera dos interesses sociais conflitantes, motor da luta de classes e catalisador de possíveis revoluções político-sociais no interior dos Estados e no marco europeu, e a esfera da ação dos Estados nacionais, determinada por interesses estratégicos de poder e geradora das configurações dos sistemas internacionais.

CRÍTICA
marxista

ARTIGOS

As vozes da violência na cultura brasileira contemporânea

TÂNIA PELEGRINI*

*“...os nossos interiores – os nossos intestinos,
enfim, onde estão em nossa literatura?”*

João Antônio

*“Mas o assunto aqui é o crime,
eu vim aqui por isso...”*

Paulo Lins

Cultura e violência

Refletir sobre a cultura brasileira hoje exige enfrentar um aparentemente novo desafio: de que maneira analisar a tradução da matéria bruta presente em alguns de seus produtos, como a ficção literária e a cinematográfica? Na literatura, proliferam textos já genericamente rotulados como *marginais*, que ancoram seu viés de revolta e denúncia num desfile de atrocidades, sevícias e escatologia. Existiria alguma ligação entre a narrativa literária e a narrativa audiovisual que elabora matéria desse mesmo tipo? E, por fim, qual o sentido e a função social dessa produção?

Há quem afirme que a caracterização da cultura brasileira contemporânea como um todo, em vista disso, exige novos modelos de análise capazes de estimular novas leituras e interpretações. Nessa linha, este ensaio pretende apresentar uma possibilidade de leitura de alguns desses textos, vistos em conjunto, comparando versões literárias e cinematográficas, no intuito de neles acompanhar deter-

* Professora do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos.

minadas constantes da expressão cultural brasileira, que podem funcionar como balizas para partilhar inquietações num momento em que ainda não há consenso estabelecido a respeito de tais questões.

Porejando sangue, ao tratar de espaços não valorizados socialmente, como a periferia dos grandes centros urbanos, ou os enclaves murados em seu interior, como as prisões, alguns textos literários e suas traduções cinematográficas vêm conseguindo visibilidade na mídia, êxito perante parte importante da crítica e reconhecimento dentro do campo literário e cultural, provocando debates sobre sua legitimidade, enquanto expressão de um sujeito social até então sem voz, ou mesmo sobre a possibilidade de criação de uma inovadora vertente temática e estilística, correspondente à matéria que traduzem.

Destacam-se, praticamente como iniciadores, os livros *Capão Pecado*, de Ferréz, e *Cidade de Deus*, de Paulo Lins, ao lado dos quais, com diferenças, coloca-se *Estação Carandiru*, de Drauzio Varella¹. A diferença básica entre eles deve-se à própria autoria dos textos, que de certa forma define os pontos de vista: os dois primeiros foram escritos por moradores dos universos retratados, ou de suas proximidades, os “territórios de exclusão”. Assim, eles se situam ou podem ser situados como a encarnação da “voz da periferia”, enquanto o terceiro é a narrativa de um médico que trabalhou na prisão durante mais de dez anos, alguém da classe média que empresta a confiabilidade de sua voz ao relato dos que costumam não ser ouvidos. Fatos ou ficções? Testemunhos, documentos, depoimentos? Literatura-verdade, romances-reportagens? Memórias? É grande e variada a nomenclatura teórica que pretende definir (ou não) esses textos, sem que, todavia, nisso se esgote o imenso potencial das discussões por eles aberto e alimentado por suas versões para o cinema.

Foi *Cidade de Deus*, publicado em 1997, que desencadeou o interesse votado a esse tipo de matéria, seguindo-se-lhe *Estação Carandiru*, em 1999, e *Capão Pecado*, em 2000. Parece ter-se aberto uma espécie de fresta para um mundo paralelo e sempre propositadamente ignorado, o qual, para o leitor de classe média, a imensa maioria no Brasil, além de produzir uma atração inescapável, desperta mais uma vez o terror e a piedade ancestrais. Na esteira desses êxitos editoriais, veio o enorme sucesso das adaptações cinematográficas dos dois primeiros, em 2002 e 2003, respectivamente; em seguida, os seriados da Rede Globo, *Cidade dos Homens* (2004), releitura de alguns temas de *Cidade de Deus* e, na mesma linha, *Carandiru – Outras histórias* (2005).

¹ Deixo de lado a já chamada “literatura prisional” ou “relatos do cárcere”, conjunto de textos produzidos por prisioneiros, que tem conseguido edição e crítica favorável ou, pelo menos, interessada. Veja-se, por exemplo, o no. 59 da revista *Cult*, a eles dedicada.

Já se percebem, portanto, as linhas de força de uma questão no mínimo complexa, envolvendo aspectos econômicos, sociais e culturais, que estão na base do que nesse caso se apresenta como linguagem, seja ela verbal ou imagética. Uma dessas linhas, talvez a mais importante, e da qual se pode partir, é aquela que trata da história da representação da violência na literatura brasileira, entendendo-se violência, aqui, como o uso da força para causar dano físico ou psicológico a outra pessoa, o que, forçosamente, recai na problemática do crime.

Representação e violência

É inegável que a violência, por qualquer ângulo que se olhe, surge como constitutiva da cultura brasileira, como um elemento fundador a partir do qual se organiza a própria ordem social e, como consequência, a experiência criativa e a expressão simbólica, aliás, como acontece com a maior parte das culturas de extração colonial. Nesse sentido, a história brasileira, transposta em temas literários, comporta uma violência de múltiplos matizes, tons e semitons, que pode ser encontrada assim desde as origens, tanto em prosa quanto em poesia: a conquista, a ocupação, a colonização, o aniquilamento dos índios, a escravidão, as lutas pela independência, a formação das cidades e dos latifúndios, os processos de industrialização, o imperialismo, as ditaduras... Todos esses temas estão divididos, *grosso modo*, na já clássica nomenclatura *literatura urbana* e *literatura regional* (que, hoje, generalizando, também pode ser aplicada às narrativas audiovisuais). Segundo Scholhamer², ao longo da lenta e gradativa transformação da estrutura socioeconômica e demográfica do país, testemunha-se o surgimento de uma literatura sempre em busca de uma expressão adequada à complexidade de uma experiência que cresce tendo como pano de fundo a violência.

Tomando-se esse processo em linhas gerais, pode-se tomar, em princípio, a *literatura regionalista*, que, desde o seu desejo inicial de traçar um mapa do país e conquistar seu território, até o presente, vem representando a violência ainda articulada a uma realidade social no qual, na verdade, vigora um sistema simbólico de honra e vingança individuais, uma vez que a lei ainda não pode garantir a igualdade entre os sujeitos. Sobretudo no século XX, “o tema principal do regionalismo pode ser visto, dessa forma, como o confronto entre um sistema global de justiça moderno e sistemas locais de normatização social regulados pelos códigos de honra, vingança e retaliação”.

² Scholhamer, Karl Eric. “Os cenários urbanos da violência na literatura brasileira”. In: Pereira, Carlos Alberto M. (org.) *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p.236-259. Uma versão modificada do mesmo artigo foi publicada em Rocha, J. C. de Castro (org.). *Nenhum Brasil existe*. Rio de Janeiro: UniverCidade Ed., Topbooks e Ed. da UERJ, 2004, com o título “O caso Fonseca: a procura do real”.

Essa matriz social, a nosso ver, explica os temas do cangaço, da jagunçagem, dos bandos armados, dos heróis justiceiros do sertão, muito fortes sobretudo nos chamados *romances da terra* da “geração de 30”, que reaparecem algumas décadas depois, transfundidos, em Guimarães Rosa e alguns outros, como Mário Palmério, Bernardo Elis, Gilvan Lemos etc. e, até em plenos anos 90, no *Memorial de Maria Moura*, de Rachel de Queiroz³. De fato, percebe-se nesses textos uma espécie de verniz de civilização e de justiça, que se dilui ao menor impacto, espalhando todo tipo de violência e deixando visíveis antigas estruturas autoritárias que mantêm vivos velhos códigos de honra, uma vez que um sistema legal eficiente e neutro, característica da modernidade, ainda não conseguiu se implantar. Tais arroubos de violência também estão ligados a velhas concepções de masculinidade e macheza, além de muitas vezes surgirem envolvidos por um caráter de “santidade”, espécie de “furor sagrado”, estruturante de um mundo particular de códigos e relações sociais cristalizadas.

Apesar – e talvez por causa – do peso ideológico do discurso hegemônico no qual o Brasil é tratado como um país “cordial” “alegre”, “pacífico”, “naturalmente” contrário à violência, baseado na “fusão harmônica de três raças”, o *sertão*, embora esmaecido, ainda deixa sua marca na literatura, como a atestar a sempiterna presença de um espaço real, caracterizado por traços ásperos e força bruta, marcado por conflitos sangrentos e nunca resolvidos. Ou seja, *o sertão ainda está lá*, quase intocado. Haja vista, por exemplo, a periódica agudização do enfrentamento entre garimpeiros e índios, pela posse das terras no interior das reservas indígenas, ou as conturbadas invasões dos sem-terra em diversas regiões do país.

O desenvolvimento da *literatura urbana*, por sua vez, segue um caminho paralelo, que vai dar outro matiz à representação da violência. Desde os primórdios do romance brasileiro, a cidade surge como o “pólo modernizador”, centro dos valores, hábitos e costumes da civilização européia, além de procurar ser reduto da legalidade, portanto, um espaço com características diversas da realidade do sertão. Assim, aí prevalecem os códigos estabelecidos da lei e da ordem, *mesmo que muitas vezes aparentes*, como bem mostraram um certo Alencar, depois Machado de Assis ou Lima Barreto. É sob o manto da aparência que viceja, por exemplo, a “malandragem”, expressa já nas *Memórias de um sargento de milícias*, a ambivalência amoral dos narradores machadianos, a pilantragem macunaímica, a complacência ou mesmo a apatia de tantos anti-heróis modernos e até a ferocidade de alguns personagens contemporâneos.

Vê-se, portanto, que é muito difícil estabelecer uma linha clara que separe a ordem legitimamente constituída da desordem e da ilegalidade, com gradações e aspectos diferentes, tanto no campo quanto na cidade; a meu ver, há uma

³ Publicado em 1992.

ambivalência na raiz da representação de todo tipo de violência, desde as mais brutais até as mais sutis, uma espécie de marca inescapável que, de alguma forma, resume simbolicamente a convivência agônica entre civilização e barbárie. Nesse sentido, Soares⁴ destaca alguns conceitos importantes que integram solidamente a cultura brasileira – e que, literariamente, são herança direta da picardia do sargento de milícias e da transgressão macunaímica –, cuja ambivalência dá margem à representação de formas variadas de violência. Um deles é o de “bom bandido”, herói popular, vingador de sua classe e de sua gente, enfrentando o sistema de peito aberto, e que, nos anos 60, apareceu com tanto destaque, por exemplo, na filmografia do Cinema Novo. Pertence também a esse estrato o conceito de “malandro”, cuja posição simpática e idealizada, mesmo quando diretamente ligada à criminalidade, recebe tratamento carinhoso e dignificante, principalmente no Rio de Janeiro, tendo-se tornado mesmo uma espécie de marca registrada em incontáveis composições da música popular brasileira, sobretudo as ligadas ao samba.

Pode-se concordar que há nesses conceitos uma espécie de assunção e valorização do *ethos* da malandragem como possibilidade concreta de representação de um certo “caráter nacional”, baseado no humor irreverente, na ironia ferina, na simpatia constante, no desafio meio irresponsável à qualquer autoridade, na valorização de espaços e práticas estranhas ao mundo do trabalho ou à disciplina produtiva: a preguiça, o calor, o sexo, a malemolência e mesmo uma violência “inofensiva” nos pequenos delitos que balizam a contravenção e a ilicitude de algumas práticas quotidianas⁵. E é fácil perceber que a valorização desses tipos, além de evidenciar um nível ingênuo de percepção da realidade nacional, inevitavelmente acaba esbarrando nas prementes questões que envolvem a marginalidade, a transgressão, o desafio à lei e à ordem e o crime. “Em sua versão benigna, a valorização da malandragem corresponde ao elogio da criatividade adaptativa e da predominância da especificidade das circunstâncias e das relações pessoais sobre a frieza reducionista e generalizante da lei (...). Em sua versão maximalista e maligna, porém, a valorização da malandragem equivale à negação dos princípios elementares de justiça, como a igualdade perante a lei e ao descrédito das instituições democráticas”⁶. Voltaremos a esse ponto mais adiante.

O roteiro do desenvolvimento da literatura urbana necessariamente passa por espaços que, já no século XIX, podem ser chamados de *espaços da exclusão*: os “cortiços” e “casas de pensão”, no interior dos quais viceja uma “fermentação

⁴ Soares, Luiz Eduardo. “Uma interpretação do Brasil para contextualizar a violência”. In: Pereira, C. A. Messeder, cit., pp. 23 a 46.

⁵ Ver DaMatta, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 1990.

⁶ Idem, p. 26.

sangüínea”, “uma gula viçosa de plantas rasteiras”, denotando “o prazer animal de existir, a triunfante satisfação de respirar sobre a terra”⁷, como descreve Aluísio de Azevedo no seu naturalismo ainda romântico. Precursores das atuais “neofavelas”, das “cidades de Deus” e dos “capões”, os cortiços abrigavam aqueles que a sociedade explorava e refugava: escravos libertos, brancos pobres, imigrantes, prostitutas, proxenetas, homossexuais, vadios, malandros, todos antecessores dos “bichos-soltos” e dos “carandirus” de hoje. As formas de violência ali representadas obedeciam aos códigos estéticos da época, compreendidos como a simbolização mimética determinista de conflitos sociais que brotavam do submundo dos centros urbanos de então.

Não há como negar que a violência assume o papel de protagonista destacada da ficção brasileira urbana a partir dos anos 60 do século XX, principalmente durante a ditadura militar⁸, com a introdução do país no circuito do capitalismo avançado. A industrialização crescente desses anos vai – em última instância – dar força à ficção centrada na vida dos grandes centros, que incham e se deterioram, daí a ênfase em todos os problemas sociais e existenciais decorrentes, entre eles a violência ascendente. Está formado o novo cenário para a revitalização do realismo e do naturalismo, agora com tintas mais sombrias, não mais divididos em “campo” e “cidade”, como antes, mas ancorados numa única matéria bruta, fértil e muito real: a *cidade cindida*⁹, ou seja, já irremediavelmente dividida em “centro” e “periferia”, em “favela” e “asfalto”, em “cidade” e “subúrbio”, em “bairro” e “orla”, dependendo o uso desses termos da região do país.

Esse novo realismo caracteriza-se acima de tudo pela descrição da violência entre bandidos, delinquentes, policiais corruptos, mendigos, prostitutas, todos habitantes do “baixo mundo”. Uma espécie de precursor dessa tendência foi João Antônio, ainda liricamente ligado à idéia do “malandro” e do “bom bandido”, em cuja obra viceja a pilantragem miúda e quase inofensiva, alimentando-se da pobreza, representada por um olhar que vai da periferia para o centro, do resíduo para o excesso, do excluído para o integrado. São dele os primeiros “otários” (integrados) e “malandros” (marginais)¹⁰, enfrentando-se de maneira mais sistemática e agressiva, hoje brutalmente ressurrectos nos capões dos grandes centros.

Nessa linha inserem-se os já clássicos Dalton Trevisan, escrevendo sobre Curitiba, e Rubem Fonseca, no Rio de Janeiro, cujas dicções, totalmente diferen-

⁷ Azevedo, Aluísio de. *O cortiço*. São Paulo: Ática, 1979, p. 29.

⁸ Não incluo aqui a literatura desses tempos, que brota das lutas contra a repressão, pois se trata de tópico específico que extrapola o tema deste ensaio e a respeito do qual já existe ampla bibliografia.

⁹ Tomo de empréstimo o difundido conceito de Zuenir Ventura, “cidade partida”.

¹⁰ Ver: Durigan, Jesus A. “João Antônio e a ciranda da malandragem”. In: Schwarz, Roberto (org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983, pp. 214-219.

tes entre si, foram definidas com precisão: *ferozes* ou *brutalistas*¹¹. São termos que apontam para a torpeza e a degradação que norteiam a vida de setores enormes da população, em que se cruzam a barbárie existencial e a sofisticação tecnológica, produzindo frutos específicos. Rubem Fonseca ainda é o mais festejado representante dessa vertente, tendo se tornado uma espécie de matriz da qual emana uma linhagem de “novíssimos” autores contemporâneos dedicados a tematizar todos os tipos de violência, entre os quais podem ser incluídos Ferréz e Paulo Lins.

Não por acaso, é Fonseca quem consolida no Brasil o gênero policial, que só então encontra solo e condições necessárias para medrar, em meio ao avanço da industrialização e do processo de modernização conservadora. Com ele surgem personagens bem mais perigosas do que os pequenos amigos do alheio, malandros, pilantras, salafrários, larápios, espertalhões e pequenos meliantes, presentes na literatura anterior, quando o país ainda crescia com base em uma estrutura econômica agrária e pré-capitalista¹².

O tipo de representação da violência consolidado por Fonseca, com seu estilo característico, que, entre outras coisas, absorve o antigo coloquialismo do submundo, em uma versão chula e descarnada, revela uma crueza sem compaixão em relação ao homem, até então inédita na ficção brasileira. De uma certa forma, essa revelação quase epifânica da brutalização da vida urbana podia ser vista – e foi –, naquele momento, como uma denúncia implícita das condições violentas do próprio sistema social, em plena ditadura. Assim, ele já apontava para a construção de um novo mundo urbano como objeto ficcional, pois, representando uma realidade inaceitável do ponto de vista ético ou político, permitia, de alguma maneira, a reflexão sobre ela e a emergência *mediada* de vozes abafadas culturalmente. Tais vozes vão aflorar, em outro diapasão, e talvez com outras conseqüências, nas narrativas que aqui são o centro do nosso interesse.

Em ensaio já clássico¹³, Antonio Candido afirma que o “realismo feroz” se faz melhor nas narrativas em primeira pessoa, quando “a brutalidade da situação é transmitida pela brutalidade de seu agente (personagem), ao qual se identifica a voz narrativa, que assim descarta qualquer interrupção ou contraste crítico entre narrador e matéria narrada”. Para ele, existe uma “abdicação estilística” nesse novo tipo de realismo, pois, na tradição naturalista anterior, o uso da terceira pessoa impedia a identificação do narrador com a personagem, por motivos sociais: “o

¹¹ Nunca é demais lembrar os termos usados, respectivamente, por Antonio Candido e Alfredo Bosi, para definir o mesmo *estilo*.

¹² Ver: Pellegrini, Tânia. *A imagem e a letra - Aspectos da ficção brasileira contemporânea*. Campinas: Mercado de Letras/Fapesp, 1999.

¹³ “A nova narrativa”. In: *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987, pp. 212-13.

desejo de preservar a distância social levava o escritor, malgrado a simpatia literária, a definir sua posição superior, tratando de maneira paternalista a linguagem e os temas do povo. Por isso se encastelava na terceira pessoa, que define o ponto de vista do realismo tradicional”.

E referindo-se aos textos de Rubem Fonseca e de outros contemporâneos, repara que a “abdicção estilística” funciona muito bem, “mas quando passam a terceira pessoa ou descrevem situações de sua classe social, a força parece cair. Isto leva a perguntar se eles não estão criando um novo exotismo de tipo especial, que ficará mais evidente para os leitores futuros”.

Considerando essas questões, percebe-se que, num ângulo específico, a representação da linguagem chula do submundo vai insuflar uma nuance de outro teor à linguagem literária, não mais baseada nos antigos padrões realistas, calcados na *bienséance*, ainda que relativa, e desgastados pela chamada “crise da representação” diante dos impasses de uma nova realidade urbana. Outros temas e outros objetos hoje se impõem, traduzidos numa outra linguagem: tudo o que é proibido ou excluído, tudo o que recebe estigmas culturais, como a violência paroxística, passa a objeto de representação. Como afirma Schollhammer¹⁴, “quando a literatura se depara com os limites da representação, chega a expressar, na derrota da transgressão, a própria proibição na sua forma mais concreta.” São esses os pontos que problematizaremos a seguir, mesclando a matéria representada e suas formas de representação por meio da literatura e do cinema.

As “cidades de Deus”

Parece que a questão primeira a ser tratada, com relação aos textos escolhidos, mantendo a perspectiva do que até aqui se expôs, é a da *possibilidade e legitimidade* de sua representação hoje, ou seja, até que ponto e de que maneira a situação concreta e imediata da exclusão e da violência, com todas as suas implicações e nuances, pode ser representada sem resvalar para o artificial, para o convencional ou para o ambíguo, tornando-se mais um elemento de folclore ou de exotismo, presa fácil de manipulação da mídia e do mercado. O que está em jogo nesse novo realismo feroz – neo-realismo, hiper-realismo ou ultra-realismo, como já foi chamado – não é apenas o modo como as coisas são construídas enquanto linguagem, mas *também o que elas são*; sendo um estilo, esse realismo está funcionalmente ligado a um objetivo cuja referência é *concreta*; assim, o objetivo da *mimesis* aqui tanto pode ser a indignação, a denúncia, o protesto, a contestação, quanto a constatação desinteressada ou interesseira e, na pior das hipóteses, cínica.

¹⁴ Op. cit., p. 245.

Mas vamos aos textos. *Cidade de Deus*¹⁵ é um painel forte e fragmentado da vida na favela de mesmo nome, de dimensões quase bíblicas, desenhado com base em alguns itinerários individuais, que percorrem três décadas. O primeiro deles é o de Cabeleira (Inferninho), bandido que domina o tráfico durante os anos 60; o de Dadinho, transformado no terrível Zé Pequeno (Miúdo), vem depois, nos anos 70 e, finalmente, nos anos 80, o de Manoel Galinha, cobrador de ônibus que se transforma no grande inimigo de Zé Pequeno. Centrada no crime, a narrativa toma como personagem principal a violência, que corre solta naquilo que o autor denomina “neofavela”¹⁶, um verdadeiro campo de guerra entre os integrantes do tráfico de drogas e a polícia corrupta.

O início plácido e quase lírico, em que meninos conversam sobre o futuro, à beira de um rio, rapidamente dá lugar a um assalto a caminhão de gás, não sem que antes a paz seja rompida com a visão premonitória de um cadáver boiando. Esse primeiro assalto vai dar à narrativa o tom que a acompanha até o final: o da brutalidade monstruosa que espreita em cada beco, em cada esquina, em cada casa, chegando ao ápice com as descrições minuciosas do esartejamento de um bebê (p. 69), passando por histórias como a do paraibano que esfaqueia até a morte a mulher e o amante (p. 115), ou da mulher que mata o marido despejando-lhe água fervente na cabeça (p. 247), entre muitas outras de mesmo teor. Há uma infinidade de crimes de atrocidade seca, que se sucedem em ritmo veloz, a ponto de o leitor ser levado, depois de um certo tempo, a perceber como “natural” a alternância de embates sangrentos entre a polícia e os “bichos-soltos”, entre os grupos rivais da própria favela, as cenas privadas de sexo e pancadaria sórdida no interior dos barracos, tudo bem ao estilo dos filmes comerciais de ação. Não há alívio, em nenhum momento: as festas ou os passeios sempre acabam num assalto, numa briga, num estupro ou num assassinato, em que a droga funciona ao mesmo tempo como estímulo antes e calmante depois. A espiral ascendente da barbárie,

¹⁵ São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 2ª Edição revista pelo autor. Todas as citações farão referência esta edição, menor que a anterior, contendo algumas modificações: “Uma das mudanças mais perceptíveis da nova versão é o nome dos protagonistas. Zé Pequeno virou Zé Miúdo, Bené virou Pardalzinho e Cabeleira, Inferninho. ‘Quis manter a distância entre a literatura e o cinema’, conta Lins”. “Romance de Paulo Lins ganha versão mais enxuta”. In: *O Estado de S. Paulo*, 30/08/02.

¹⁶ O termo tem uma definição própria, que convém assinalar, pois não parece corresponder ao universo representado: “Como observa Paulo Lins, no lugar das favelas (antigos similares das senzalas) surgem as neofavelas (atuais similares dos quilombos) com voz própria, beleza própria, inserção no mercado cultural e alto poder agregador.” Hollanda, Heloísa Buarque de. “O declínio do efeito ‘cidade partida’”. In: *Carióquice*, nº 1. Rio de Janeiro, Instituto Cravo Alvim, jun. 2004, pp. 68-71.

dentro do espaço único, fechado e claustrofóbico que é a Cidade de Deus¹⁷, induz o leitor menos atento ou desavisado a pensar que existe uma espécie de autofagia inelutável obrigando os habitantes a se destruírem sistematicamente. Isso porque as pessoas comuns que habitam as favelas, com sua vida cotidiana de trabalho, não têm nenhum destaque e também não aparecem as causas efetivas do estado de coisas degradante: os altos escalões do tráfico de drogas e de armas e a corrupção política e militar que lhes assegura a circulação e a sobrevivência.

Os personagens que percorrem esse espaço, “piranhas”, “bichos-soltos”, “otários”, “rapazes do conceito”, são na maioria adolescentes, cada vez mais crianças à medida que o tempo passa. Sempre feios, escuros, sujos, analfabetos, maltrapilhos, desnutridos e desdentados, são dizimados como moscas por uma maquinaria criminosa que envolve muito mais instâncias do que as por eles conhecidas, em disputas pelo que lhes cabe nessa engrenagem: ínfimos troféus representados por mulheres, chefias de bando, posse de bocas-de-fumo, na verdade, apenas pequenos poderes e pequenas autoridades diante da gigantesca rede que sustenta essa situação¹⁸.

Sabe-se que boa parte da matéria-prima de *Cidade Deus* foi colhida pela antropóloga Alba Zaluar e quatro assistentes, entre os quais Paulo Lins, em uma minuciosa pesquisa sobre os envolvidos no circuito do tráfico de drogas, realizada ao longo de uma década. A elaboração do “romance etnográfico” ou “etnografia romanceada” (como o denomina Zaluar) teve o auxílio de várias agências de fomento à pesquisa, além do incentivo do crítico Roberto Schwarz, que, depois da publicação, dedicou-lhe uma resenha extremamente favorável, enfatizando sua força e originalidade. Nas suas palavras, a violência, no livro, tem características específicas: “Se por um lado o crime forma um universo à parte, interessante em si mesmo e propício à estetização, por outro ele não fica fora da cidade comum, o que proíbe o distanciamento estético, obrigando à leitura engajada, quando mais não seja por medo. Trata-se de uma situação literária com qualidades próprias (...). Daí uma espécie de realidade irrecorrível, uma objetividade absurda, decorrência do acossamento, que deixam o juízo moral sem chão. Dito isso, estamos longe do

¹⁷ Não por acaso, a denominação dos espaços cria “não-lugares”: “Cidade de Deus (...) renomeou o charco: Lá em Cima, Lá na Frente, Lá Embaixo, Lá do Outro Lado do Rio e Os Apês” (p. 16).

¹⁸ Um exemplo: “Os bandidos seguiram a ordem de Belzebu. Novamente o policial e o sargento entreolharam-se. Combinaram tudo ali sem fazer uso da palavra. O primeiro tiro da pistola calibre 45 do sargento atravessou a mão esquerda de Pelé e alojou-se em sua nuca. A rajada de metralhadora de Belzebu rasgou o corpo de Pará. Um pequeno grupo de pessoas tentou socorrê-los, porém Belzebu proibiu com outra rajada de metralhadora, desta vez para o alto. Aproximou-se dos corpos e desfechou os tiros de misericórdia” (p. 94).

exotismo ou do sadismo da literatura comercial de assunto semelhante (...) A intimidade com o horror, bem como a necessidade de encará-lo com distância, se possível esclarecida, é uma situação moderna”¹⁹.

Para ele, trata-se de “arte compósita”, ou seja, da ficcionalização de dados objetivos de pesquisa, que fica na intersecção entre a “literatura de imaginação” e “o esforço organizado de autoconhecimento da sociedade”. Talvez seja justamente essa composição que vai dar margem a que possa emergir mais uma vez a ambigüidade a que nos vínhamos referindo, *só que agora de outro tipo*.

A literatura, como sabemos, ao imobilizar ou fixar a vida por meio do discurso, transforma-a em representação. Nesse sentido, como ela permite fazer também uma espécie de teste dos limites da palavra enquanto possibilidade de expressão de uma dada realidade, em se tratando de uma matéria como essa, a exploração das possibilidades de transgressão ditada pelas situações mais extremas – o sexo, a violência, a morte – cria temas “necessários” para o escritor (não mais para o etnógrafo) que, por meio deles, garante um interesse narrativo (para o leitor) escoredo na antiquíssima catarse aristotélica, em que o terror e a piedade, a atração e a repulsa, a aceitação e a recusa são movimentos inerentes à sedução atávica atraindo para o indizível, o interdito, para as regiões desconhecidas da alma e da vida humanas. Daí a *ambivalência desse realismo* que aponta ao mesmo tempo para o protesto e a anuência, para a denúncia e a conivência, aproximando-se do sadismo e do exotismo, que Schwarz descarta, mas que são aspectos *desse modo* presentes no texto. A “distância esclarecida” a que ele se refere assim se relativiza, sendo substituída por um mergulho na sedução da violência, atingindo os “limites da representação” antes referidos, mesmo não havendo, evidentemente, nenhuma intenção de legitimar a terrível realidade das “neofavelas”.

O foco narrativo em terceira pessoa retoma a distância crítica do antigo realismo, a que nos referimos: a desejada identificação com a matéria bruta do mundo narrado não ocorre; não há “abdicação estilística”; o narrador reproduz os temas e situações daquela realidade, os modos de falar e o comportamento de parte de seus habitantes, sem conseguir uma identificação efetiva com aquele universo, resvalando para uma espécie de ponto de vista de classe que, apesar do esforço, não o inclui²⁰. Isso denuncia justamente a posição discursiva ambígua em que se coloca inclusive o *autor* do livro, enquanto antigo morador, depois etnógrafo

¹⁹ Schwarz, Roberto. “Cidade de Deus”. In: *Seqüências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, pp.163-171.

²⁰ Um estudo minucioso da linguagem – que não é nosso objetivo aqui – vai revelar, inclusive, “oscilações” de registro (do “culto” ao “popular”) e de tipos de discurso, evidenciando essas questões, apontadas já por vários críticos.

e em seguida “ficcionalizador” daquele universo²¹. Desse modo, o texto acaba tocando no exótico, no pitoresco e no folclórico que, “para o leitor de classe média têm o atrativo de qualquer outro pitoresco”²².

Essas questões também estão representadas nos personagens; desapareceram o “bom-bandido” e o “malandro esperto” da literatura anterior, convivendo amigavelmente com os otários daqueles tempos, num limiar fluido entre a lei e a contravenção, em narrativas que, mesmo quando denunciavam, faziam-no de um modo complacente; ou seja, apenas *essa* ambivalência desapareceu. O que se tem em *Cidade de Deus* (e também em *Capão Pecado*) é a representação implacável da bandidagem cega, centrada na existência de uma trágica oposição, “otário/bicho solto”, em que o segundo só pode existir às custas do primeiro²³. Trata-se de “uma realidade irreconstruível”, que “deixa o juízo moral sem chão”, como diz R. Schwarz, mas que acaba funcionando, para o leitor – devido à representação de um determinismo cego que oblitera qualquer resistência –, como a aceitação da desigualdade social gerando o crime e a evidência da absoluta falta de condições de possibilidade de superá-los, situando-os, então, do lado de fora da vida, como um quadro na parede, em que o “belo-feio” acaba sendo apenas uma opção estética.

É bem provável que o sucesso do livro *Cidade de Deus* tenha encorajado Ferréz a publicar o seu *Capão Pecado*, em que a violência também anda solta pelas vielas e becos do distrito paulista de Capão Redondo, embora com menor crueza. Narra a história de Rael, um aspirante a “otário”, que se esforça para superar as condições terríveis em que vive, trabalhando, sendo honesto e não se envolvendo com drogas. Apaixona-se pela namorada de seu amigo Matcheros, um “bicho-solto” dessas plagas, tenta construir uma família, mas descobre que a moça há tempos o traiçoa com seu patrão. Mata-o com um tiro na cabeça, cai na bandidagem, é preso e morre assassinado na cadeia. Tanto a matriz fonsequiana,

²¹ “Na corda bamba de sólidas verdades científicas com suas bússolas objetivas e no doce embalo das licenças poéticas do ficcional e do subjetivo, os etnógrafos sempre se dividiram entre o rigor da objetividade e a pura poesia da narrativa literária”. Zaluar, Alba. “‘Cidade de Deus’ revela talento de escritor”. In: *O Estado de S. Paulo*, 23/08/97.

²² Candido, Antonio. Op.cit., p. 213.

²³ “Era bicho-solto necessitado de dinheiro rápido; naquela situação assaltaria qualquer um, em qualquer lugar e hora, porque tinha disponibilidade para encarar quem se metesse a besta, para trocar tiro com a polícia e para o caralho a quatro. Tudo o que desejava na vida um dia conseguiria com as próprias mãos e com muita atitude de sujeito homem, macho até dizer chega. *Cidade de Deus*, cit., p. 42. “Realmente, tinha medo de amanhecer com a boca cheia de formiga, mas virar otário na construção civil, jamais. Essa onda de comer de marmitta, pegar ônibus lotado pra ser tratado que nem cachorro pelo patrão, não, isso não.” .Idem, p. 117.

no descritivismo realista da matéria bruta, quanto o melodrama televisivo são bastante evidentes na construção do enredo, muito mais simples do que o amplo painel construído por Paulo Lins; mas tal como em *Cidade de Deus*, procura-se um certo “verismo etnográfico”, na medida que personagens e situações são extraídas de um mundo ao qual o autor pertence e do qual quer fazer ouvir a voz. Entretanto, mais uma vez, o “documento” que se oferece sobre a exclusão e a violência tem o distanciamento do narrador em terceira pessoa, que distingue a si mesmo da realidade que retrata, embora a veja com “empatia” e solidariedade.

O tom do livro, de uma certa forma, assemelha-se ao de um libelo, de uma profissão de fé cujo eixo é a denúncia das condições de vida na periferia, a qual se contrapõe a consciência da necessidade de resistir, impedindo a aniquilação²⁴. Mas essa determinação não basta: o final reitera a impossibilidade de mudança, insinuando talvez um certo moralismo – uma vez que tanto os “bons” quanto os “maus” são punidos com a morte – e apontando novamente a *ambivalência desse realismo* que repousa ao mesmo tempo no protesto e na aceitação, deixando para o leitor o alívio da catarse e o deleite culpado de um exótico bastante próximo.

Se o narrador “neutro” de *Cidade de Deus* organiza, quase em forma de colagem, relatos brutais do surgimento e desenvolvimento da favela, o filme homônimo, de Fernando Meirelles, aglutina essas falas por meio de uma narrativa em primeira pessoa²⁵. Quem conta a história, *in off*, do ponto de vista de um sobrevivente daquela realidade, é o menino Buscapé, irmão de um ladrão morto, que decide ser “otário”, trabalhando para se tornar fotógrafo. É sob sua ótica que se desenrolam as demais histórias do filme e a metáfora da câmera fotográfica, já clássica, é bastante adequada para isso. Mas essa mudança de ponto de vista em relação ao livro também não significa escapar da força centrífuga do exotismo.

Mais uma vez a ambivalência se instala. A despeito da “abdicação estilística”²⁶, referida por Candido, que agora efetivamente ocorre, outros fatores acabam sendo

²⁴ “Os playbas têm mais oportunidade, mas na minha opinião, acho que temos que vencê-los com nossa criatividade, tá ligado? Temos que destruir os filhos da puta com o que a gente tem de melhor, o nosso dom, mano (...) Mostra aqui, quem tem o dom de ler um livro, quem aqui você viu dizendo que tá tentando melhorar, que tá estudando em casa, que tá se aplicando? Ninguém, mano, pois pra sair no final de semana e beber todo mundo sai; mas pra estudar aí é embaçado, e o futuro fica mais pra frente, bem mais pra frente daqui”. Ferréz, *Capão Pecado*. São Paulo: Labortexto Editorial, 2000, p.118. Todas as citações referem-se a essa edição.

²⁵ Sob outro ponto de vista, João Cezar de Castro Rocha também analisa essa mudança de foco em “Dialética da marginalidade”. In: Caderno Mais!, *Folha de S. Paulo*, 29/04/2004.

²⁶ Utilizo livremente, como empréstimo, uma categoria que pertence ao universo literário, aqui bem enquadrada, a meu ver, pois existe um narrador *de fato*.

mais importantes, em relação à representação da violência, mesmo porque agora se trata de cinema. Pela ótica de Buscapé, o aspirante a “otário”, cria-se entre o espectador e as causas da violência uma série de filtros, que acaba tornando aquele mundo e a violência ali representada um panorama exótico com sinal trocado – pois borrado de sangue –, também exterior ao espectador, uma vez que este adere naturalmente ao ponto de vista do bom menino, ambos assim tentando escapar daquele inferno. De novo, o quadro na parede.

A sucessão de imagens, montada pelo relato de Buscapé, é a representação de uma representação, ou seja, em relação ao livro, o filme é uma “realidade de terceiro grau”; assim sendo, esse novo texto produz também relações e interpretações novas. Como afirma Ismail Xavier²⁷, “embora pareça, a leitura da imagem não é imediata. Ela resulta de um processo onde intervêm não só as mediações que estão na esfera do olhar que produz a imagem, mas também presentes na esfera do olhar que as recebe”. E esses olhares não são inocentes, nem inertes, já estão condicionados e armados por circunstâncias histórico-sociais e culturais objetivas.

Entre os inúmeros fatores que compõem esse condicionamento, destaca-se o que hoje se denomina “espetacularização”, imposta pelo funcionamento atual da própria cultura como indústria, sobretudo aos seus produtos que utilizam a linguagem imagética. No interior dessa indústria – a referência mais imediata são os filmes americanos de ação –, a violência vem gradativamente sendo percebida também como um dado simbólico portador de grande potencial de agregação de valor, desde que devidamente estetizada, para se tornar palatável, transformando-se assim em espetáculo²⁸. A meu ver, o traço mais geral desse espetáculo não é a procura de um possível e “democrático” *valor de exposição*, mas o seu oposto, de forma degradada: o *valor de culto*²⁹ hoje votado a todas as formas de violência passíveis de se transformar em valiosa mercadoria por meio da imagem – a morte, a destruição, a tortura, a violação –, anulando assim qualquer pretensão à neutralidade estética ou moral na representação. Essa questão está ligada ao fato de que tais imagens surgem sobretudo escoradas na idéia de entretenimento neutro, motor da indústria da cultura, a qual, cada vez mais, aceita sem contestação a brutalidade crescente da vida social como matéria de representação com alto interesse mercantil.

²⁷ “Cinema: revelação e engano”. In: Novaes, Adauto (org.) *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 369.

²⁸ “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens”. Debord, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 14.

²⁹ Utilizo os conceitos de Walter Benjamin em “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”. In: *Obras escolhidas I*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Desse modo, a narrativa “de dentro” de Buscapé iguala-se à narrativa “de fora” de Paulo Lins, pois ambas produzem, com linguagens diferentes, o mesmo efeito: estetizar a violência, criando condições para a fruição de um mórbido deleite; mais uma vez o terror e a piedade, a atração e a repulsa, a aceitação e a recusa propiciadas pela catarse midiática, reforçando os estereótipos em que o pobre sempre aparece como risco e ameaça, pois tanto no livro como no filme sua contextualização histórica e social fica esmaecida³⁰.

Em oportuno artigo sobre a representação do *outro* no filme *Cidade de Deus*, Marcos Napolitano³¹ pondera, todavia, que o assombro com a violência social e a fetichização do estilo gerado por sua representação têm suscitado, em alguns produtos, tentativas tímidas de problematização, nas quais o filme em questão pode ser inserido. Ele lembra que tal atitude sempre foi a busca central na construção e na tradição de uma consciência crítica de esquerda, traduzida simbolicamente nas estratégias e valores da cultura política nacional-popular, que fornecia compensações provisórias para a cisão fundamental entre *si mesmo* e o *outro* do artista engajado. A desagregação dessa cultura política, em tempos pós-modernos, deixou a boa consciência desse artista sem projeto utópico diante do trágico *apartheid* social brasileiro. *Cidade de Deus* expressa esse dilema, “mas de maneira em que a política não tem mais lugar. Nesse sentido, a espetacularidade da violência surge menos como opção voluntária e cínica do cineasta e mais como homologia do tecido social cindido e limite consciente da função social da arte nos quadros do mercado”. Assim, o cineasta “opera dentro de uma lógica de mercado (ainda que em diversos níveis de inserção), incorporando imagens e estilos de circulação internacional”, mas ao mesmo tempo se vê pressionado, como artista, pelas necessidades de posicionamento dentro da urgência da tragédia social brasileira. Desse ponto de vista, é provável, pois, que essa seja a ambivalência de fundo a sustentar o travejamento da narrativa.

Os “carandirus”

Com *Estação Carandiru*, o livro, e *Carandiru*, o filme, estabelecem-se relações diferentes, pois o primeiro não se pretende ficcional. Efetivamente, não se

³⁰ Ver: Bentes, Ivana. “Cidade de Deus promove turismo no inferno”. In: *O Estado de S.Paulo*, 31/08/02; Orichio, Luiz Zanin. “Cidade de Deus’ faz espetáculo da violência”. In: *O Estado de S.Paulo*, 30/08/02; Sousa, Ana Paula. “A cosmética da fome”. In: *Carta Capital*, 28/08/02.

³¹ “Cidade de Deus: dilemas da narrativa fílmica sobre o povo brasileiro numa perspectiva historiográfica”. In: Malatian, Teresa (org.). *As múltiplas dimensões da política e da narrativa*. São Paulo, Olho d’água/Capes, 2004. pp. 219-232.

trata de um romance, como os dois aqui já comentados, a despeito de suas peculiaridades de origem; poderia ser um depoimento, uma crônica, um relatório, um testemunho; quem sabe uma mistura disso tudo e então teríamos um gênero híbrido, “arte compósita”, na expressão de Schwarz, tão comum na literatura contemporânea; mas acredito que poderíamos enquadrá-lo, feitas as necessárias adaptações, na antiquíssima categoria de “literatura de viajantes e catequistas” – e aqui vale a metáfora –, considerando o relato do autor a respeito do estranho mundo que descobriu quando iniciou, em 1989, um trabalho voluntário e quase missionário de prevenção à *Aids*, na Casa de Detenção de São Paulo, o hoje extinto Carandiru. Por trás das muralhas, Varella conheceu uma espécie de sociedade regida por leis próprias, outra moeda e valores específicos, de cujos habitantes ouviu, numa língua particular, histórias de vida e de morte, até a antológica rebelião final, de todos conhecida, que terminou com um pavoroso banho de sangue.

Pode-se dizer que, estruturalmente, o livro segue a tradição dos antigos “relatos de viagem”, acrescido de um toque de ficcionalidade: primeiro, descrições do espaço a ser desbravado, os meandros de sua geografia interna, seus habitantes, usos e costumes; depois, as vivências deles, sua linguagem, embates, vida e morte. O autor, um viajante pisando em terras estranhas. Novamente o desconhecido, o exótico, o pitoresco, tão longe e tão perigosamente perto. A diferença crucial dessas terras com relação às das favelas antes visitadas é a privação de liberdade, pois as condições de penúria e os habitantes são os mesmos; se lá havia “bichos-soltos”, “bandidos”, “marginais”, vivendo em condições mínimas, aqui existem “ladrões, estelionatários, traficantes, estupradores, assassinos”³², vale dizer, “bichos-presos”. E é justamente isso que Varella afirma querer mostrar, logo no prefácio: que a perda de liberdade e a restrição do espaço físico não levam necessariamente à barbárie, embora a comparação entre homens e animais (macacos) introduza um inegável viés naturalista, certamente não despidido de implicações de sentido³³.

Segundo o relato, o contato semanal com os presos permitiu ao autor fazer descobertas surpreendentes, como, por exemplo, o baixo índice de mortalidade em um ambiente fechado, dominado pelo crime, ou a percepção de que a liderança, dentro do presídio, não é conquistada pelo mais forte, mas por aquele que consegue estabelecer mais alianças. Ou seja, em nome da sobrevivência, cria-se

³² Op. cit., p.11.

³³ “Em cativeiro, os homens, como os demais grandes primatas (orangotangos, gorilas, chimpanzés e bonobos), criam novas regras de comportamento com o objetivo de preservar a integridade do grupo. Esse processo adaptativo é regido por um código penal não escrito, como na tradição anglo-saxônica, cujas leis são aplicadas com extremo rigor: Entre nós, um crime jamais prescreve, doutor.” Idem, p. 10.

uma sociedade na qual quem infringe as regras ali mesmo estabelecidas paga com a própria vida; uma espécie de civilização paralela regida por um sistema moral com noções claras de certo e errado, que não são certamente as instituídas fora das grades, em vigor na sociedade organizada, mas que, no seu relativismo, funcionam como o mínimo controle necessário para que não impere sempre a barbárie.

Paradoxalmente, são, também, em muitos pontos, diversas daquelas da realidade das favelas descritas por Ferréz e Paulo Lins, também uma civilização paralela, onde, todavia, grassa a lei do mais forte e a prerrogativa da satisfação do primeiro impulso, sempre violento. Como se o exercício da liberdade, *nas condições aí descritas*, funcionasse como um passaporte para todo tipo de transgressão, uma vez que as noções de moral, ética e legalidade, que incluem o controle da violência, não chegaram a encontrar um solo minimamente fértil para se enraizar. Eis aí prevalência da “versão maximalista e maligna” da malandragem, anteriormente citada.

Norbert Elias³⁴ sugere que, nos tempos modernos, os comportamentos acabaram se pacificando, pois os impulsos agressivos foram paulatinamente refreados, recalçados, por se tornarem incompatíveis com a diferenciação cada vez maior das funções sociais que aos poucos emergiram e também com a monopolização da força pelo Estado moderno. Nas suas palavras, “ao se formar um monopólio de força, criam-se espaços sociais pacificados, que normalmente estão livres de atos de violência. (...) A moderação das emoções espontâneas, o controle dos sentimentos, a ampliação do espaço mental além do momento presente, levando em conta o passado e o futuro, o hábito de ligar os fatos em cadeias de causa e efeito – todos esses são distintos aspectos da mesma transformação (...). Ocorre uma mudança “civilizadora” do comportamento”.

Creio que essas noções podem explicar as diferenças de “expressão do impulso violento” encontradas nos livros analisados e que, literariamente, alimentam o exotismo. Submetidos ao controle central do presídio, que, em última instância, representa fisicamente o monopólio da força (haja vista a “solução final”), seus habitantes se vêem impedidos de utilizar livremente e a qualquer hora a *sua* força física; assim, organizam-se minimamente em funções sociais simples que estabelecem alguns laços de dependência entre eles, evitando explosões constantes de agressividade³⁵.

³⁴ Elias, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: J.Zahar Editor, 1993. Vol 2: “Formação do Estado e Civilização”, p. 198.

³⁵ “Passamos vários anos neste lugar; tem que zelar como se fosse sua casa. Eu limpo hoje e só serei encarregado daqui a 26 dias. Não teria desculpa para não fazer no maior capricho. Outra, também, é que não ia dar certo. Querer bancar o espertinho entre nós, tudo malandro, ó, nunca tem final feliz.” *Estação Carandiru*. Cit., p. 42.

Estas ocorrem, mas sempre em circunstâncias específicas que, no mais das vezes, envolvem alguma ruptura do código estabelecido e aceito por todos³⁶.

Pode-se pensar que, no caso dos universos que *Capão Pecado* e *Cidade de Deus* retratam, o “monopólio de força” não é legitimado por ser percebido como distante no tempo e no espaço, abstrato e francamente desfavorável, em se tratando das leis instituídas, representadas por policiais corruptos, vis e extremamente violentos. Além disso, os “bichos-soltos” eximem-se de assumir as funções sociais mais elementares, agrupando-se aleatoriamente em bandos (como macacos) cuja organização interna se baseia apenas na soma de individualidades e cujo cimento é a obtenção de algum objetivo imediato: uma mulher, um ponto de drogas, a morte de um oponente. Comparada à do presídio, a vida dos “bichos-soltos” oscila entre dois extremos: uma ampla liberdade, que inclui dar vazão a seus sentimentos e paixões, à alegria selvagem, à satisfação sem limites do prazer, do ódio, da destruição e até da tortura a todos os que lhe são hostis, e a exposição a esses mesmos tormentos, em caso de derrota. Ou seja, a realidade das favelas representadas nos livros analisados é comparável àquelas das sociedades primitivas, “não pacificadas”, retomando Elias, em que a satisfação da pulsão violenta é autorizada apenas pela premência do presente imediato.

Parece-me que, ao contrário da atmosfera “guerreira” de *Capão Pecado* e *Cidade de Deus*, é desse clima “pacificado” que Varella consegue – a despeito da animalização implícita na comparação inicial – investir a representação de seu relato, o que depende do ponto de vista por ele adotado: a primeira pessoa de um relator, declaradamente alguém que não pertence àquele lugar, que ali está de passagem, cumprindo uma missão que lhe faculta ver e ouvir com simpatia e solidariedade³⁷. Não há revolta, contestação, libelo, apenas a observação, que, mal ou bem, procura todo o tempo ser isenta e imparcial, inclusive quando transmite as histórias ouvidas dos presos. Deixando-os narrar suas vidas, com mentiras ou verdades atenuadas – não há como saber –, Varella legitima suas versões e permite que eles sejam vistos como querem, homens (e não animais), vítimas das circunstâncias e do “sistema”. Tal opção narrativa mostra o crime como algo explicável, alivia o peso amedrontador das situações e acaba confortando o leitor, envolvido

³⁶ “Dessa forma, os ladrões tornam explícito que seu código penal é implacável quando as vítimas são eles próprios. – Ladrão que rouba ladrão tem cem anos de perdão, só que quando a gente pega é problema”. Idem, p. 43.

³⁷ “Essa aura de respeito sincero em torno da figura do médico que lhes trazia uma pequena ajuda exaltou em mim o senso de responsabilidade em relação a eles. Com mais de vinte anos de clínica, foi no meio daqueles que a sociedade considera como escória que percebi com mais clareza o impacto da presença do médico no imaginário humano, um dos mistérios da minha profissão”. Idem, p. 75.

que está numa incursão humanitária que o exime de qualquer culpa perante aquela situação e perante o massacre final.

Como não se trata de ficção, mas de um “relato de viajante”, embora em primeira pessoa, não ocorre “abdição estilística”: o narrador não procura se identificar àquelas paisagens e seus habitantes, conserva o distanciamento de sua classe e condição, não se deixando contaminar por aquele universo “interessante em si mesmo e propício à estetização”. Assim, o exotismo intrínseco a essa condição – que existe – não precisa ser exacerbado até o limite, com a representação sadicamente minuciosa do crime, da dor e da abjeção. A violência é *a palo seco*: curta, direta e instantânea; existe nela uma lógica específica, na medida em que, de acordo com a narrativa, a todo efeito corresponde uma causa explicitada no próprio universo retratado, ou seja, existe uma explicação e uma justificativa, inerentes àquele universo ou à vida fora dele. Além disso, a brutalidade aí é, para o leitor, um exótico previsível, dada a matéria retratada. Algo como esperar batalhas sangrentas ou mesmo a antropofagia das tribos de índios dos antigos relatos de viajantes e catequistas.

Nesse sentido, não se instaura nenhuma ambivalência com relação à representação da violência; o que se tem é uma *contenção estilística* revelando a compaixão de um narrador que procura deliberadamente ver seres humanos – embora comparados a animais –, por trás da condição de “bichos-presos”; a solidariedade explícita não pode ser confundida com complacência nem com a antiga ingenuidade da representação da malandragem, pois desde o início sabe-se que ali se trata efetivamente de crime e de criminosos. A meu ver, é essa contenção clássica que filtra a abjeção e o sangue, embora eles estejam por toda parte; como recurso estilístico, essa estudada contenção consegue não estetizar a miséria humana, *na medida em que não a exagera*, transformando-a em mero espetáculo; assim, não se equilibra perigosamente entre a denúncia e a convivência dos outros livros.

O filme *Carandiru*, de Hector Babenco, adota a mesma postura do livro: a do olhar isento, aquele que procura não julgar, nem condenar. Essa postura é explicitada em dois momentos: no início do filme, quando o médico (ou o cineasta?) afirma que a sociedade já dispõe de instâncias adequadas para julgar e condenar, não sendo, portanto, esse o seu papel; e no final, depois do massacre, quando, tal como no livro, ele diz ter ouvido apenas os presos³⁸. São as duas atitudes centrais e complementares de um narrador: a simpatia atenta para aqueles que não têm voz, no caso, a escória da sociedade, e a opção por um dos pontos de vista numa situação limite, sujeita a muitas interpretações. Babenco respeitou o ponto de vista já usado por Varela: a

³⁸ “Ouvi apenas os presos. Segundo eles, tudo aconteceu como está relatado a seguir”. Idem, p. 285.

narrativa focada nos presos prevalece o tempo todo, contando as histórias ouvidas por ele, em vários planos, os quais circulam dentro e fora do presídio, à medida que a vida dos detentos vai sendo narrada, até a tragédia final.

Respeitando o gênero do livro que lhe deu origem – o “relato de viajante” – o filme mantém uma relação com o documentário, pois, mesmo sendo também uma “realidade de terceiro grau”, trata de fatos reais; assim, essa característica híbrida aparece na sua estrutura: na primeira parte, os presidiários são “personagens”; no final, concedem depoimentos à câmera, representando assim o artifício de Varella de fazer ouvir a voz dos prisioneiros.

Desse modo, tal como no livro, tece-se a teia multifacetada da vida social dos personagens, definindo o meio em que eles nascem, crescem e cometem seus crimes: são as ruas, os becos e as favelas, os capões e as cidades de Deus, retratadas no filme de modo clássico, com um toque de melodrama³⁹, pois busca-se claramente expressividade psicológica e moral, estampando tudo na ênfase dos gestos, nos esgares das faces, na eloquência da voz, intensificando ações e sentimentos. Nesse sentido, envolve, como *Cidade de Deus*, toda uma pedagogia do olhar, já ensinado pela indústria do cinema a captar e reconhecer imediatamente as formas fluidas do bem e do mal. Todavia, apostando no ponto de vista do médico, tal linguagem também não se converte em mero espetáculo – embora conserve seu exotismo particular –, ganhando do primeiro em sutileza, profundidade dramática e amplitude temática. Isso porque não glorifica, não exalta e nem desculpa os personagens, apenas resgata em cada um, como fez Varella, a porção de humanidade que talvez possa um dia ir além do crime e superá-lo.

A violência atenuada pelo tratamento dos personagens – o mesmo do livro –, adquire assim, nas cenas do massacre, um tom dantesco – e aqui vale o “círculo do inferno” –, mas grandioso e quase nobilitado, comum aos épicos de guerra clássicos e adequado à proposta documental. É nesse momento que o filme assume seu engajamento, abandonando a contenção que até então se mantivera, o que relativiza o possível teor de espetáculo da violência representada, pois a *mimesis* funciona como condenação forte da violência real que emana da falência da organização social e política do país. Não há derrota nessa transgressão.

A derrota da transgressão

No mesmo ensaio anteriormente citado, Antonio Candido pondera, a respeito da “nova narrativa brasileira”, que “nos vemos lançados numa ficção sem parâmetros críticos de julgamento. Não se cogita mais de produzir (nem de usar como categorias) a Beleza, a Graça, a Emoção, a Simetria, a Harmonia. O que vale

³⁹ Xavier, Ismail. Op. cit., p. 372.

é o impacto, produzido pela Habilidade ou a Força. Não se deseja emocionar nem suscitar a contemplação, mas causar choque no leitor e excitar a argúcia do crítico, por meio de textos que penetram com vigor, mas não se deixam avaliar com facilidade⁴⁰.

Acredito que isso se aplica aos textos de que tratamos, tanto os verbais quanto os visuais, sobretudo por que eles trazem de volta, como vimos, a questão da representação, a qual, no campo da análise crítica, tinha sido deslocada, deixando no centro, por muito tempo, o primado da forma. Voltam agora, portanto, pontos antes considerados “exteriores ao texto”, tidos por “excrescências” superadas, tais como a capacidade da literatura e do cinema de criar (ou não) mundos verossímeis que expressem efetivamente uma realidade concreta, e, principalmente, em países como o Brasil, a potencialidade de sua *função social*.

Nesse sentido, o choque suscitado pela violência que emerge dos textos aqui tratados deixa claro que é necessário buscar outras categorias de análise, não restritas a forma e estilo, inclusive recorrendo ao aparato teórico de outras ciências, como aqui tentamos fazer, para tentar compreender o *sentido e a função* da produção da cultura e da literatura contemporâneas. Se nos ativermos à afirmação de Candido, vamos perceber que, de fato, trata-se de mudar a perspectiva, abandonando uma definição romântica da função social da cultura baseada na idéia de que esta deveria ser veículo da “graça, da beleza e da harmonia”, aceitando a prevalência, hoje, de uma possível *função social* que, de algum modo, leve em consideração esse impacto trazido pela representação da violência e da abjeção. Nessa linha, é bastante provável que a produção e o consumo dos textos aqui analisados, como vimos, tenha brotado justamente do inominável, da irresistível atração pelo abjeto, representado pela ausência de limites para o excesso de violência (variável em cada texto), mas também da visão “pedagógica” dos fundamentos da experiência humana quase em estado primitivo, anterior à constituição do indivíduo como um ser apto a viver com dignidade em uma sociedade justa. Algo como a “positividade do negativo”, que se efetua quando nos deparamos com os limites da representação; a transgressão desses limites revela a concretude do horror, podendo servir, assim, à causa de uma possível transformação.

A despeito das ambigüidades apontadas em cada texto – oriundas do tratamento ambivalente da violência ao longo da história da cultura nacional, como vimos –, a despeito do potencial de exotismo presente em cada um deles, propício à estetização e à sua transformação em mercadoria, a despeito de sua espetacularização e da degradação imposta por um “valor de culto” conferido à violência no interior da cultura contemporânea, esses textos são representações da

⁴⁰ Candido, A. Op. cit., p. 214.

fratura do nosso “processo civilizador”, realidade traumática inescapável tal como ela se configura, com alguns matizes, na maioria dos países do terceiro mundo. É claro que as representações paroxísticas da miséria e da violência aqui examinadas podem funcionar tanto como reforço dos antigos estereótipos da cultura brasileira, quanto como uma abertura para um discurso mais amplo e complexo, que comporta um viés político necessário; é nesse fio de navalha que os textos aqui analisados correm, à revelia de si mesmos, pois, entregues ao público, estarão sujeitos a uma multiplicidade de leituras – entre as quais a que aqui fizemos é apenas uma.

Retomando Adorno⁴¹ – sempre atual –, pode-se pensar que talvez seja essa a única maneira de olhar de frente essa realidade: aceitando o trauma, representá-lo por meio de choques, rebentando “a tranqüilidade do leitor diante da coisa lida”, rompendo sua atitude meramente contemplativa, “porque a ameaça permanente de catástrofe não permite mais a ninguém a observação desinteressada”. Ainda com ele, também se pode dizer que esse tipo de representação cria textos semelhantes a “epopéias negativas”, construídas sobre “a ambigüidade de que não compete a elas decidir se a tendência histórica que registram é a recaída na barbárie ou, pelo contrário, visa à realização da humanidade “. Mas, adverte – e creio que este é o sentido deste ensaio –, “algumas sentem-se demasiado à vontade no barbarismo”.

⁴¹ Adorno, Theodor W. “Posição do narrador no romance contemporâneo”. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980, pp. 269 - 273.

Kautsky e a Revolução de 1905

RICARDO MUSSE*

1. O Impacto na Alemanha do levante russo.

Os acontecimentos de 1905-1907 na Rússia foram seguidos atentamente pelos intelectuais e políticos alemães, uma experiência similar ao interesse despertado no final do século XVIII pela Revolução Francesa. Max Weber, na ocasião, chegou mesmo a interromper seus estudos para se dedicar ao aprendizado da língua russa e ao acompanhamento diário dos eventos. Weber não estava propriamente preocupado com as novas técnicas de luta ensaiadas durante o processo revolucionário, mas com os desdobramentos que teria para a Alemanha, e para a Europa em geral, uma situação em que “o poder do czar ficou suspenso no ar” e na qual não parecia improvável o desmoronamento do domínio da autocracia burocrática¹.

No campo da esquerda, essa súbita e inesperada insurreição, a primeira sublevação proletária depois de um interregno de trinta e quatro anos, impôs a todos uma nova pauta de discussão. Numa conjuntura em que a superação do capitalismo reaparecia como uma possibilidade tangível, o debate acerca dos processos através dos quais se desenvolve a passagem ao socialismo e das formas mais pertinentes de organização dos trabalhadores deixou de ser uma mera, e pouco importante, questão teórica. Interpretações discrepantes acerca do significado da Revolução de 1905 acentuaram as divergências acerca da estratégia política mais adequada a essa nova fase da luta do proletariado, contribuindo para estruturar e cristalizar a tripartição no partido social-democrata alemão entre revisionistas, ortodoxos e esquerdistas, sob o comando, respectivamente, de Eduard Bernstein, Karl Kautsky e Rosa Luxemburg.

* Professor do Departamento de Sociologia da USP.

¹ Os dois textos de Weber sobre esses acontecimentos foram reunidos por Maurício Tragtenberg em Max Weber, *Estudos Políticos: Rússia 1905 e 1907*. Rio de Janeiro: Azougue, 2005.

Na Rússia, o debate no interior do marxismo concentrou-se em torno das potencialidades dos conselhos, ou sovietes, a nova forma de poder proletário ensaiado em São Petersburgo durante a insurreição. Já no SPD, a polêmica girou quase sempre em torno de um único ponto: em que medida era necessário ou mesmo viável aplicar na Alemanha a tática, ensaiada pela primeira vez pelo proletariado russo, da greve de massas? Apesar do tom um tanto quanto anódino da querela, discutia-se mais do que a factibilidade do transplante de um método de luta surgido em condições bastante diversas da realidade alemã. Sob essa roupagem acessória estava em jogo a própria questão da possibilidade de uma retomada da revolução socialista.

O debate acendeu-se com a decisão da cúpula sindical, antes mesmo de conhecidos os desdobramentos da insurreição, de condenar as tentativas de assimilação dos procedimentos da classe trabalhadora russa, sentença que não se limitou a um gesto formal, pois chegou-se a proibir, nessas organizações, inclusive a propaganda da greve de massa. Com isso, a direção do aparato sindical pretendia coibir as interpretações que tendiam a conceber num mesmo registro os eventos na Rússia e a recente ofensiva da classe operária alemã, configurada simultaneamente por uma radicalização do movimento grevista, cujo ápice foi a greve dos mineiros do Ruhr, e por uma intensificação das reivindicações políticas, como a luta pela reforma eleitoral na Prússia e na Saxônia. Mas tinha também em mente a discussão – iniciada pela socialista holandesa Henriette Roland-Holst com a publicação de *Generalstreik und Sozialdemokratie* – acerca da possibilidade de introduzir no arsenal marxista uma forma de combate até então descartada por seus vínculos com a tradição anarquista².

Enfraquecido pela divisão em diversas alas, o partido social-democrata alemão não conseguiu reagir à insubordinação da burocracia sindical³. Incapaz de

² Em 1906, Rosa Luxemburg dedica o primeiro dos oito capítulos de *Greve de massas, partido e sindicatos* à refutação da associação entre greve de massas e anarquismo. Além de lembrar o papel secundário do anarquismo na insurreição russa, sintoma de sua decadência histórica, Rosa ressalta que a versão ali encenada não foi, desmentindo as expectativas anarquistas, um “golpe teatral que permitisse economizar a luta política”. Muito pelo contrário, “a população trabalhadora e, à cabeça desta, o proletariado conduziram a luta revolucionária servindo-se da greve de massas como a arma mais eficaz na conquista dos mesmos direitos e condições políticas cuja necessidade e importância na luta pela emancipação da classe operária foram demonstradas por Marx e Engels, que as defenderam com todas as suas forças no interior da Internacional, opondo-se ao anarquismo” (Rosa Luxemburg, *Greve de massas, partido e sindicatos*. São Paulo: Kairós, 1979, p. 16).

³ Acerca do enfrentamento entre partido e sindicatos em função da greve de massas veja Salvadori, “A Social-Democracia Alemã e a Revolução Russa de 1905”. In: Eric Hobsbawm (org.), *História do marxismo*, v. 3. São Paulo: Paz e Terra, 1982, pp. 245-261.

emprender uma ação coordenada e unificada, contentou-se em aprovar no Congresso de Iena (1905) uma resolução encaminhada por August Bebel que recomendava o recurso à greve de massas apenas em dois casos extremos, na defesa do sufrágio universal ou para manter o direito de associação, com o que, entretanto, liberava, de certa forma, sua propaganda. Essa solução intermediária, ditada mais pela necessidade de conciliar as diversas tendências do que propriamente pelo propósito de enfrentar os sindicatos, não impediu os funcionários sindicais de levar adiante sua desobediência às decisões partidárias. Durante o Congresso de 1906 estabeleceu-se um acordo pelo qual o SPD reconhecia a autonomia dos sindicatos, selando uma influência da cúpula sindical no partido que daí em diante cresceu cada vez mais.

A tibieza da social-democracia alemã diante dos sindicatos torna-se ainda mais evidente se levarmos em conta que desta vez os três mais proeminentes teóricos do partido, Eduard Bernstein, Karl Kautsky e Rosa Luxemburg, sustentavam igualmente – deixando de lado a questão dos fins visados – que o movimento operário não deveria prescindir da possibilidade de recorrer à tática de greves de massas.

Todos, inclusive Bernstein, entenderam que a Revolução de 1905 desmentira uma das premissas centrais do programa político esboçado por Engels na “Introdução de 1895”: a hipótese de um sepultamento definitivo de formas de enfrentamento, como manifestações e combates de rua, lutas de barricadas etc., consideradas inadequadas aos novos tempos, isto é, à modernidade *fin de siècle*. Isso exigia, pelo menos, uma revisão da proposta de levar adiante o confronto com a burguesia exclusivamente por meio da atuação legal, via eleições e ação parlamentar, dos partidos socialistas. Por outro lado, todos também admitiam, inclusive Rosa Luxemburg, a atualidade e a validade da crítica de Engels à fórmula “revolução de minoria”. Qualquer que fosse o caminho ou o método de luta mais apropriado para se chegar ao socialismo, o proletariado não poderia de modo algum dispensar a perseverança no trabalho a longo prazo ou o combate prolongado por posições, característicos das “revoluções de maiorias”.

Entretanto, se havia um consenso de que, na determinação da estratégia mais conveniente para o proletariado conquistar o poder político, não era mais preciso resgatar modelos do passado ou projetar expectativas acerca do futuro, pois o próprio presente histórico parecia ter se encarregado de fornecer as indicações necessárias, as alas revisionista, ortodoxa e esquerdista divergiam totalmente sobre o significado dos acontecimentos da Rússia, acerca da pertinência em se incentivar a transposição das greves de massas para a Alemanha e também, por conseguinte, na avaliação de se 1905 representava ou não uma modificação nas condições de luta do proletariado profunda o suficiente para anunciar uma era de revoluções.

Líder da tendência centrista, Kautsky não deixou de empolgar-se com a revolução russa, pelo menos num primeiro momento. Inferiu que sua influência ajudaria a oxigenar a social-democracia alemã, a seu ver, excessivamente comprometida com uma prática política, na situação atual, ineficaz⁴. A longo prazo, porém, sua posição acerca dos acontecimentos de 1905-1907 modifica-se bastante, seguindo inflexões claramente determinadas pelas oscilações da conjuntura alemã.

Mas para entender melhor a posição de Kautsky diante da insurreição proletária na Rússia, convém examinar primeiro sua concepção de marxismo, um dos paradigmas do “marxismo da segunda internacional”.

2. O marxismo, segundo Kautsky

O austríaco Karl Kautsky aderiu ao movimento socialista por volta de 1875, quando o sucesso da unificação dos partidos operários alemães começava a ecoar na Europa. Experiência até então inédita na história do socialismo, embora generalizada em sua geração, sua trajetória manteve-se, durante quase toda a sua existência (1854-1938), ligada indissociavelmente ao andamento e aos percalços da vida partidária. Mas também pode-se dizer que, em um movimento concomitante, sua obra teórica tornou-se, em sua época e ainda hoje, uma das marcas distintivas da imagem da social-democracia alemã⁵.

Em Zurique (quartel-general da cúpula do SPD durante a vigência da legislação anti-socialista e ponto de concentração de revolucionários europeus exilados), a partir de 1880, Kautsky engaja-se no partido social-democrata alemão por meio de uma freqüente colaboração e de uma amizade fraternal com Eduard Bernstein. Em seguida projeta uma revista, *Die Neue Zeit* – cujo primeiro número data de janeiro de 1883 –, editada inicialmente em Stuttgart, depois em Zurique e a partir de 1885 em Londres, sob o olhar benevolente de Friedrich Engels.

Na década de 1880, a *Neue Zeit* retoma de forma sistemática o combate ao ecletismo predominante nas fileiras do SPD, iniciado por Engels com a publicação dos artigos que deram origem ao *Anti-Dühring*. Assumindo, pela primeira vez, o uso do termo marxismo de modo consciente e positivo, adotam-no tanto como

⁴ Em *O caminho do poder*, Kautsky transcreve trechos de um artigo de fevereiro de 1904 onde prevê que uma revolução na Rússia “não deixaria de influir poderosamente nos países vizinhos; estimularia e aticaria neles o movimento operário que receberia assim um impulso vigoroso no combate às instituições políticas que se opõem ao advento de uma verdadeira democracia, como é o caso, na Prússia, do sufrágio das três classes” (Kautsky, *O caminho do poder*, São Paulo: Hucitec, 1979, p. 13).

⁵ Para uma breve apresentação biográfica de Karl Kautsky confira Giuliano Procacci, “Introdução a *A Questão Agrária* de Karl Kautsky”. In: Antonio Roberto Bertelli (org.), *Karl Kautsky e o marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988, pp. 77-107.

linha programática quanto como um instrumento na luta política e ideológica⁶. Nessa tentativa de implementar uma “escola” marxista, Kautsky aproxima-se de Engels, com quem compartilhava interesses intelectuais comuns – especialmente o estudo das ciências naturais e da pré-história⁷ –, não só por meio de manifestações públicas que o consagram como um “discípulo dileto”, mas principalmente por definir, nesse convívio, seu perfil intelectual como intérprete da obra de Marx e sistematizador do marxismo.

Como reconhecimento de seu trabalho à frente da *Neue Zeit* e em parte também graças à reputação adquirida com um resumo dos dois primeiros livros de *O capital* (*A doutrina econômica de Karl Marx*, 1887), Kautsky foi escolhido, junto com Bernstein, logo após a adesão oficial do SPD ao marxismo, para redigir o novo programa do partido. Coube a ele a parte teórica e a Bernstein o trecho mais diretamente político. Além disso, um comentário seu acompanhava a versão mais difundida desse texto, conhecido como *Programa de Erfurt*⁸.

Assim, não é de se estranhar que nos anos 1890, a *Neue Zeit*, e Kautsky com ela, adquiram uma autoridade indiscutível acerca de tudo o que diga respeito ao socialismo científico. Com o fortalecimento da Segunda Internacional, a revista torna-se o órgão privilegiado de uma vigorosa opinião pública marxista. Além de contar com a colaboração regular dos principais teóricos da época – Paul Lafargue, Victor Adler, Franz Mehring, Gueórgui Plekhánov, Rosa Luxemburg etc. – foi lá que Eduard Bernstein publicou os textos, depois coligidos no livro *Problemas do socialismo*, que deflagaram a polêmica do revisionismo e dividiram, pela primeira vez, os marxistas em campos distintos.

A obra teórica de Kautsky desenvolveu-se também, à maneira de Marx e Engels, a partir de um acerto de contas com a sua formação juvenil, no caso, com o darwinismo. Mas, enquanto Marx e Engels dedicaram-se à superação da filoso-

⁶ Acerca dos vários usos e significados do termo marxismo na *Neue Zeit* e também sobre o debate intelectual nesse período veja Georges Haupt, “Marx e o marxismo”. In: Eric Hobsbawn (org.), *História do marxismo*, v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1982, pp. 364-371.

⁷ Em 1882, dois anos antes de Engels publicar *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, Kautsky escreveu *Origens do casamento e da família*. Tais ocupações retornaram intermitentemente ao longo de sua vida intelectual. Num discurso pronunciado em 1908, por exemplo, não hesita em colocar como pressuposto da descoberta da concepção materialista da história o desenvolvimento de duas ciências capitais: a economia política e o conhecimento da pré-história (cf. Karl Kautsky, *O marxismo*. São Paulo: Unitas, 1933, p. 21).

⁸ Para uma análise desse comentário ao *Programa de Erfurt*, denominado pelo próprio Kautsky “catecismo da social-democracia”, veja Adam Przeworski, *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, pp. 68-113.

fia, Kautsky contentou-se em integrar o legado de Darwin ao marxismo⁹. Destacando os aspectos comuns a ambos – a base materialista, a vocação científica, o telos evolucionista – propôs uma síntese que, no campo do saber, assumiu a forma de uma convergência entre ciências da natureza e ciências do espírito e, no terreno político, adotou a “vontade de viver” como força motriz do conflito econômico e da luta de classes.

O tratamento unificado concedido a ciências até então delimitadas por diferenças metodológicas ou por distinções entre seus domínios sinaliza, em Kautsky, o predomínio da história, ciência proletária por excelência, a cuja metodologia devem, de certa maneira, se subordinar os demais saberes. O teor histórico do marxismo é aqui ressaltado não apenas pelo seu veredicto acerca do estatuto transitório do capitalismo, mas, sobretudo, pela sua capacidade de implementar e desenvolver a investigação histórica (à qual, diga-se de passagem, Kautsky se dedicava antes de sua adesão à linhagem de Marx). Tal pendor, já visível em sua leitura de *O capital*, a defesa da ampliação do conhecimento histórico enquanto uma das tarefas prioritárias da teoria marxista, justifica-se pela importância que atribui à memória histórica (no extremo, pela descoberta das leis históricas de um processo evolutivo pelo qual a humanidade caminha rumo à igualdade social) como fundamento da consciência política.

O fatalismo subjacente a tal perspectiva, resultado de um determinismo que aspira conhecer “a lei geral à qual estão submetidos tanto o desenvolvimento do homem quanto o desenvolvimento do animal e da planta”¹⁰, é complementado por um certo voluntarismo, ainda que direcionado. O combate do proletariado, primordialmente uma luta contra a vontade dos capitalistas de ampliar os lucros via aumento da exploração, é concebido como um “fenômeno inconsciente” e para evitar um “dispêndio inútil de energia” deve ser orientado pelo “conhecimento das tendências do processo social”, isto é, pela teoria socialista¹¹.

Kautsky separa, assim, na contramão do *Manifesto do partido comunista*, socialismo e movimento operário. Segundo ele, são diversos pela origem: um nasceu como resistência prática ao capitalismo industrial, sob a forma de uma luta exclusivamente econômica, o outro surgiu, em meios burgueses, em parte graças ao conhecimento

⁹ O darwinismo não foi a única influência que Kautsky carregou para o marxismo. Sua crença na inevitabilidade do progresso, sua confiança na ciência, seu pendor pedagógico, atestam uma adesão aos ideais do racionalismo iluminista.

¹⁰ “Somente em determinadas condições sociais é a luta de classes o fator determinante da história; em última análise é sempre a luta contra a natureza. [...] A evolução social foi integrada, desse modo, nos quadros da evolução natural.” (Kautsky, *O marxismo*, cit., p. 20).

¹¹ Cf. Karl Kautsky, *O caminho do poder*. São Paulo: Hucitec, 1979, pp. 33-36.

científico. A sua unidade, entretanto, é inevitável. Sem o movimento operário, o socialismo é impotente e este, sem a teoria socialista, debate-se em vão. Deixadas em si mesmas, as associações profissionais (corporações) limitam-se a salvaguardar as conquistas imediatas de seus membros, sem atinar para a comunidade de seus interesses, o que dificulta a passagem do conflito puramente econômico para a luta política. Por sua vez, desconectada das lutas dos trabalhadores, a doutrina socialista não vai além do detalhamento de projetos utópicos destituídos de viabilidade prática.

O veículo ideal dessa união é o partido socialista de massas. O proletariado militante

encontra sua principal arma no agrupamento em massa em organizações livres, poderosas, autônomas, independentes de quaisquer influências burguesas. Só pode, porém, chegar a isso com uma teoria socialista, única capaz de discernir o interesse comum dos proletários na variedade infinita das diversas camadas proletárias e de estabelecer uma demarcação precisa e duradoura entre essas camadas e o mundo burguês¹².

A cientificidade do marxismo científico insere-se, portanto, em um duplo registro: presta-se tanto para apontar (como teoria geral da história) as tendências do futuro quanto para unificar (como argamassa ideológica), sob a bandeira de um mesmo partido, os múltiplos extratos do proletariado¹³.

A rigidez do pensamento de Kautsky (seja no que tange à definição da linha partidária, seja nos delineamentos de princípios gerais aos quais, de certo modo, devem ser enquadradas as descobertas científicas específicas da tríade – história, economia e política – em que se subdividia então o marxismo), matriz de uma série de antinomias, entre as quais, o par fatalismo/voluntarismo, só vale verdadeiramente para as tendências a longo prazo. A descrição histórica do presente, a investigação acerca da situação da economia e do Estado da sociedade contemporâneas, a determinação da tática política cotidiana, em suma, a maior parte de suas intervenções como teórico semi-oficial do partido pauta-se por uma espantosa flexibilidade.

¹² Kautsky, *O marxismo*, cit., pp. 49-50.

¹³ Kautsky foi criticado tanto por uma coisa quanto por outra. Para muitos, ao privilegiar os delineamentos de uma teoria geral da história descuidou de uma necessária teoria particular da revolução (cf. Haupt, op. cit., p. 371). Já os seguidores de Korsch, Erich Matthias em especial, o acusam de ter construído uma espécie de “ideologia de integração”, incumbida tanto de dissociar o SPD dos liberais quanto de mascarar as crescentes divergências internas (cf. Erich Matthias, “Kautsky e o kautskismo”. In: Antonio Roberto Bertelli (org.), *Karl Kautsky e o marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988, pp. 57-59.

Essa dicotomia que Kautsky acaba por constituir entre metas ou tendências de longo prazo e o dia-a-dia da prática partidária decorre, em larga medida, da cisão inicial que separa, como territórios distintos, socialismo e movimento operário. A interseção dessas esferas deve conduzir a uma síntese, a ser forjada no interior do partido, entre intelectuais e proletários, na qual os primeiros entram com o saber, à maneira do técnico engendrado pelo avanço das ciências naturais no mundo burguês, e os últimos com sua capacidade de organização, artífice de seu potencial poder. Essa anunciada convergência, no entanto, ao deixar a porta entreaberta para uma adequação da teoria ao propósito de compatibilizar interesses e setores diferenciados, configura, no máximo, uma solução de compromisso.

Nesse sentido, as oscilações da obra teórica de Kautsky, para muitos apenas sinal de ambigüidade e incoerência, explicam-se sobretudo por sua estreita associação com a trajetória política do partido social-democrata alemão. Se é verdade, como querem seus críticos, que Kautsky não concedeu, apesar de sua ênfase no assunto, à unidade de teoria e prática a importância devida, isso não se deve propriamente à acusação generalizada de uma defasagem entre a teoria e a prática, mas antes a uma subordinação (nunca assumida explicitamente mas nem por isso menos insidiosa) da teoria à prática. Só nesse sentido é que cabe propriamente falar na transmutação do marxismo em uma “ideologia de partido”.

3. Entre Ocidente e Oriente

Como vimos, em Kautsky, a conjugação de uma excessiva rigidez no campo doutrinário com uma espantosa flexibilidade na determinação do presente histórico e na elaboração da tática política não se prende apenas à sua conhecida dificuldade em orientar-se perante circunstâncias inesperadas – consequência de uma especialização direcionada pelas tarefas de interpretar a obra de Marx e de sistematizar o socialismo científico –, denota também o propósito recorrente de subordinar a teoria à prática partidária.

Entretanto, no momento em que a polêmica interna extravasa os limites freqüentemente auto-impostos pela preocupação, comum a todas as alas, com a unidade do SPD, sua postura de árbitro – quase sempre avalizada pelo apoio de Bebel –, a aposta no equilíbrio e na moderação, não convence mais. A adaptabilidade e heterogeneidade do programa, deliberadamente bifronte pela incorporação de propostas da direita e da esquerda, já não bastam para agrupar ou conciliar as forças centrífugas que dilaceram o partido. Daí em diante, servem apenas como racionalização teórica da atuação política do grupo centrista.

A estratégia para a superação do capitalismo delineada por Kautsky considera inevitável a ruptura da ordem vigente, descartando como utópica qualquer ex-

pectativa de transição “suave” para o socialismo¹⁴. Confiando que caberia ao proletariado decidir sobre o momento e a oportunidade do combate final, julga mais prudente, no entanto, resguardar a ação revolucionária para a batalha decisiva. No momento, caberia ao movimento operário – assim como ao seu braço político, o partido social-democrata – manter a autonomia e preparar-se para a revolução social. A melhor via para fortalecer sua capacidade prática e teórica seria, portanto, a luta cotidiana por reformas. Tal combate visa tanto debelar a miséria (uma “ameaça constante” que ronda os trabalhadores), promovendo o “renascimento físico e intelectual do proletariado”, quanto favorecer, pela democratização do espaço público, a implantação ou o bom andamento de instituições da classe operária tais como cooperativas, sindicatos e mesmo governos municipais socialistas.

À primeira vista, tal programa não passaria de uma recapitulação dos vínculos entre emancipação econômica e luta de classes política, ressaltados, por exemplo, por Rosa Luxemburg em sua polêmica com Bernstein. Na situação presente, porém, não se busca apenas restabelecer a unidade do marxismo ou justificar a prática política do partido social-democrata alemão. O modo como Kautsky articula o objetivo revolucionário com uma pauta de reformas delimita também o leque de procedimentos a serem seguidos para a conquista do poder, explicitando – além de uma interpretação dos mecanismos de formação da consciência de classe das massas proletárias – uma determinada concepção acerca da forma e das etapas da passagem ao socialismo¹⁵.

Segundo a ala esquerda, Kautsky e, com ele, a direção do partido, não concebem (por mais que digam o contrário) a revolução como um processo histórico em andamento, mas como um horizonte longínquo pouco influenciável pelas decisões do momento. A tática de guardar fileiras, de desenvolver o antagonismo da classe operária em relação ao mundo burguês contando apenas com a autonomia e independência de sua estrutura organizacional (base da política de “intransigência” dos socialistas), o desprezo pela possibilidade de aglutinar, educar e formar o exército proletário no próprio curso da luta revolucionária, assentam-se na perspectiva de que “a grande e decisiva batalha” consistirá em algo semelhante a uma medição,

¹⁴ Uma exposição condensada dessa estratégia pode ser encontrada em Karl Kautsky, “O que é uma revolução social?”. In: Wright Mills (org.). *Os marxistas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, pp. 184-186. Para um relato da evolução histórica desse projeto político veja Massimo Salvadori, “Kautsky entre ortodoxia e revisionismo”. In: Eric Hobsbawn (org.). *História do marxismo*, v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1982, pp. 313-335.

¹⁵ Não é de todo indiferente para a determinação de suas propostas políticas o fato de Kautsky considerar que a consciência socialista (e, a partir dela, o programa de plena autonomia organizativa e ideológica do proletariado) não se forma espontaneamente, sendo antes um elemento introduzido “de fora” na luta de classes.

quase estatística, de força e de potência entre o campo proletário e o bloco burguês. Nessa perspectiva, o projeto político de Kautsky tende a confundir o crescimento da consciência e da organização dos trabalhadores com a ampliação do aparato e das instituições operárias. Assim, na junção que promove entre prática cotidiana e objetivo final, a luta pelas reformas acaba transformando-se, de simples meio de fortalecimento do proletariado, em tarefa revolucionária¹⁶.

As ambigüidades e as contradições desse programa, sua incapacidade em reconstruir o consenso perdido, afloram nitidamente em *O caminho do poder*. Nesse livro de 1909, considerado como o mais independente de seus textos¹⁷. Kautsky procura aplicar, mas também adequar, os princípios gerais de sua estratégia – forjada na polêmica com o revisionismo e em parte como resposta às estocadas da ala esquerda – às questões levantadas por acontecimentos recentes, como a insurreição na Rússia (no momento, já debelada pelas forças governistas) ou a derrota eleitoral do SPD em 1907.

No balanço de Kautsky, os eventos dos últimos anos confirmaram seus prognósticos, emitidos no decorrer da revolução e até mesmo antes de sua deflagração, de que o Ocidente seria fortemente impactado por uma rebelião do proletariado russo. A radicalização do confronto entre as classes, o crescimento da agitação operária, o agravamento dos antagonismos sociais, o aumento da probabilidade, devido à crise de 1907, de “catástrofes financeiras” e ainda, pelo outro lado, o incremento da política neocolonial, tudo isso compõe um cenário marcado por uma “insegurança geral”. Mais ainda, indica a abertura de

um período de convulsões mundiais, de constantes deslocamentos de forças que, quaisquer que sejam sua forma ou duração, não poderão dar lugar a uma estabilidade duradoura enquanto o proletariado não encontrar forças para expropriar política e economicamente a classe capitalista e inaugurar assim uma nova era da história universal¹⁸.

A confiança na disseminação do impulso revolucionário do Oriente, a expectativa de sua transmissão para o Ocidente não era fruto apenas do entusiasmo ou de uma aposta no escuro, explica-se pela nova fase do capitalismo mundial, caracterizada por uma ampliação da penetração e da influência de seus princípios

¹⁶ Um resumo dessas divergências, elaborado a posteriori por um representante da esquerda, pode ser encontrado em Matthias, op. cit., pp. 59-65. Já para uma apresentação menos partidária dessa discussão veja Waldenberg, op. cit., pp. 240-247.

¹⁷ Trata-se, como adverte o prefácio, da exposição de um ponto de vista pessoal, isto é, de um raro texto de Kautsky publicado sem a chancela oficial do partido.

¹⁸ Kautsky, *O caminho do poder*, cit., p. 107.

em todo o planeta. Na interpretação de Kautsky, o imperialismo teria unido (pela economia e pela política) de tal forma os mais diversos países que, doravante, não seria mais possível evitar que “perturbações políticas do Oriente repercutam no Ocidente”.

A nova era de revoluções que se descortina ao Oriente, segundo Kautsky, assemelha-se ao período insurrecional que a Europa Ocidental viveu entre 1789 e 1871. Mas, tal analogia não pode ser levada ao pé da letra, posto que os levantes de agora, “não tendem apenas a criar condições favoráveis para uma produção capitalista nacional; são também uma forma de luta contra a dominação do capital estrangeiro”¹⁹. Desse modo, tais sublevações não visam propriamente a passagem da direção das instituições políticas às mãos da burguesia industrial, mas sobretudo a conquista da independência nacional. Esse raciocínio não serve integralmente para o exame do caso específico da Rússia, uma vez que lá a questão nacional não assumiu tanta importância assim. Kautsky, porém, parece seguro de que independente do espírito combativo do proletariado russo, a seu ver, “um fator político muito mais real que os operários ingleses”, “uma revolução não poderia estabelecer imediatamente na Rússia um regime socialista, pois as condições econômicas estão ali demasiado atrasadas”²⁰, tendo, portanto, que limitar-se a um regime democrático com forte presença dos setores mais representativos dos interesses dos trabalhadores²¹.

Na Alemanha, todavia, a possibilidade de uma revolução proletária não pode ser descartada. O proletariado alemão já teria preenchido todas as condições para que uma ocasional sublevação sua não fosse mais considerada uma experiência prematura: “não só cresceu consideravelmente sua força numérica, não apenas se fortaleceram suas organizações, mas a classe operária também adquiriu uma enorme superioridade moral” (id., *ibid.*, p. 100), amplificada pela “decadência moral e intelectual” da camada dirigente. Essa análise, entretanto, soa mais como uma ameaça aos altos escalões do Estado e da burguesia alemães, renitentes opositores

¹⁹ Kautsky, *O caminho do poder*, cit., p. 99.

²⁰ Kautsky, *O caminho do poder*, cit., p. 12.

²¹ Kautsky vai se prender a essa avaliação mesmo depois de Outubro de 1917. Em *A ditadura do proletariado*, por exemplo, embora de início ressalte que “não é o fator material, mas o fator humano que é decisivo”, não deixa de salientar que “é preciso que a maturidade do proletariado se acrescente à maturidade das condições e ao patamar necessário de desenvolvimento industrial” (Karl Kautsky, *A ditadura do proletariado*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979, pp. 12-13). Mais adiante, adverte que “a destruição do capitalismo não é ainda o socialismo” principalmente se for levada a cabo “em um país pouco desenvolvido do ponto de vista econômico e onde o proletariado constitui apenas a minoria” (Idem, *ibidem*, p. 57). Para uma enumeração, feita pelo próprio Kautsky, das condições objetivas e subjetivas indispensáveis à superação do capitalismo veja Kautsky, *O caminho do poder*, cit., p. 02.

de uma reforma democrática do sistema político, do que como um prognóstico a ser cumprido em qualquer situação. Kautsky credita ainda ao bloco dominante uma capacidade de estabilização e de integração, bem como um potencial de mobilização (sobretudo do aparelho burocrático e do exército), que inviabilizam a hipótese de uma transição, a curto prazo, ao socialismo, a não ser como alternativa ao confronto imperialista mais extremado, ou seja, enquanto medida defensiva (não apenas do proletariado, mas de certo modo da própria civilização) contra a ameaça de uma guerra mundial ou então como consequência desse conflito²².

Uma vez que o incremento dos fatores revolucionários e o agravamento das contradições de classe parecem ainda insuficientes para propiciar uma transição segura ao socialismo, Kautsky recomenda que o proletariado alemão se dedique particularmente, como tarefa imprescindível em seu esforço pela conquista do poder, à realização dos seguintes objetivos: “reformular o sistema eleitoral do Reichstag, conquistar o sufrágio universal e o escrutínio secreto para as eleições das câmaras, principalmente nas da Saxônia e da Prússia e, por fim, elevar o Reichstag acima dos governos e das câmaras dos diferentes estados” (id., *ibid.*, p. 85). Como se vê, o impacto da derrota eleitoral de 1907, um surpreendente e repentino retrocesso na até então sempre ascendente curva de votação do partido social-democrata alemão, não conseguiu desestimular Kautsky da viabilidade da estratégia eleitoral como caminho mais curto para o socialismo.

Muito embora a eleição de 1907 não pareça ter abalado a confiança de Kautsky na “marcha irresistível” da classe operária para a vitória eleitoral (uma transferência de objeto do expectativismo, outrora esperançoso da inevitabilidade de um colapso econômico)²³, o resultado adverso deixou-o, no mínimo, impaciente em relação ao andamento das reformas, fossem elas políticas ou sociais²⁴. Para enfren-

²² Diga-se em favor de Kautsky que ele não considera essa hipótese implausível. Muito pelo contrário, “faz muito tempo que essa situação [de corrida armamentista e confronto imperialista] teria levado à guerra se a revolução não se apresentasse mais iminente pela guerra que pela paz armada. A força crescente do proletariado impede, há trinta anos, uma guerra européia e faz com que todos os governos, ainda hoje, retrocedam horrorizados diante dessa guerra. As grandes potências, porém, encaminham as coisas para um ponto em que os fuzis dispararão sozinhos” (Kautsky, *O caminho do poder*, cit., p. 95).

²³ Kautsky nunca abandona a perspectiva de que o socialismo resultaria de um colapso, seja ele econômico, político (o presságio de uma guerra mundial), ou mesmo eleitoral.

²⁴ A avaliação pessimista das conquistas dos trabalhadores alemães, a ressalva de que “no domínio da legislação operária ou das reformas sociais reina, em geral, um marasmo completo” (Kautsky, *O caminho do poder*, cit., p. 70), não significa uma descrença na política de reformas. Apesar de reconhecer as dificuldades, Kautsky incentiva uma dedicação ainda maior a esses objetivos destacando, por exemplo, a necessidade imperiosa de uma reforma eleitoral para corrigir as distorções favorecedoras do voto do campo e das pequenas cidades

tar essa situação de “estagnação geral”, para romper o isolamento e a imobilidade da classe operária, ele passa a recomendar a adoção e a combinação de diversos (e heterogêneos) métodos de luta: greve de massas e outras formas de ação direta, reafirmação da ação parlamentar, desenvolvimento incessante da organização por meio do trabalho miúdo e cotidiano etc. A abertura (pouco comum num “guardião da ortodoxia”) para uma renovação da tática partidária, a ambigüidade inerente à estratégia de “nem revolução nem legalidade a qualquer preço” (título de um dos capítulos do livro), foram recebidas pelos contemporâneos, numa seqüência de mal-entendidos, como uma indeterminação acerca dos rumos da social-democracia²⁵.

Um ano depois, diante da retomada das demonstrações de rua na Prússia e premido pelas cobranças de apoio às formas de luta avalizadas em *O caminho do poder*, Kautsky alinha-se com a direção do partido (mas também com a cúpula sindical e os revisionistas) na condenação da viabilidade e da oportunidade de se recorrer a greves de massas. Para ele, o momento – marcado ainda por uma disparidade de força e organização entre o bloco proletário e os setores aglutinados pela classe dominante – exigia a manutenção da estratégia histórica de “desgaste” e não a opção prematura por uma (potencialmente suicida) tática de “aniquilamento” do adversário.

Essa atitude de Kautsky – no fundo coerente com uma trajetória orientada pelo propósito de evitar colocar em risco o aparato organizacional, muitas vezes sobre a capa de defesa da legalidade, da ação socialista e, portanto, sempre temerosa perante formas de atuação passíveis de escapar ao controle direto dos sindicatos e do partido – foi o pivô de uma série de polêmicas no interior da social-democracia alemã. Logo após recusar a publicar na *Neue Zeit* um texto de Rosa Luxemburg com críticas à postura adotada pela direção do partido frente aos recentes movimentos de massas, Kautsky dedica vários artigos (justificando publicamente seu ato) à refutação das propostas da ala esquerda, em especial, das teses de Rosa. Em seguida, defende a ação parlamentar contra Anton Pannekoek e, por fim, em 1912, encara ainda uma controvérsia com Franz Mehring. O saldo desses debates, ao mesmo tempo em que forja e consolida o centro ortodoxo como uma tendência bem definida do espectro político e ideológico do SPD, também configura, desde já, uma divisão irremediável no campo marxista, cristalizada em breve com o colapso de mais uma Internacional Socialista.

em detrimento do voto urbano, responsáveis, a seu ver, pela derrota do SPD no escrutínio de 1907 (veja idem, ibidem, pp. 82-83).

²⁵ Kautsky não deixa de reforçar essa impressão quando adverte que a força política e econômica do capital aumentam simultaneamente com o incremento do poder do proletariado. Com isso, o resultado da “batalha final” torna-se imponderável.

Sobre um romance
de Tariq Ali.
Espelhos Quebrados:
a experiência
revolucionária em
face da crise do
modelo soviético

FRANCISCO FOOT HARDMAN* E MICHAEL LÖWY**

Em julho de 1937, um dos principais agentes dos serviços secretos soviéticos na Europa ocidental, “Ludwik” – pseudônimo de Ignace Reiss, judeu polonês, militante do Partido Comunista da Polônia desde 1919 –, decide romper publicamente com o poder stalinista. Encorajado pelos Processos de Moscou, ele envia uma carta de desli-

gamento ao comitê central do Partido Comunista da URSS, em que anuncia também sua adesão à IV Internacional de Leon Trotsky. Na conclusão desse documento que acabou por se configurar, pelas circunstâncias históricas e seu conteúdo, como bastante raro, Ludwik escreveu: “Em 1928, me foi conferida a Ordem da Bandeira Vermelha, por ser-

* Professor do Instituto de Estudo da Linguagem da Unicamp.

** Pesquisador junto ao Centre National de Recherches Scientifiques (CNRS), França.

viços prestados à Revolução proletária. Estou anexando a condecoração. Seria um ultraje à minha dignidade usar uma Ordem que também é ostentada pelos carrascos de alguns dos melhores elementos da classe operária na Rússia. Há dias, o *Izvestia* publicou os nomes dos que receberam recentemente a condecoração. Não foi dada nenhuma informação sobre os seus feitos: são os homens que executaram as sentenças de morte dos velhos bolcheviques”¹.

Este episódio trágico e real constituiu-se em um dos principais panos de fundo históricos de um livro bastante singular no conjunto da obra de Tariq Ali. Trata-se de *Medo de espelhos*², romance ao mesmo tempo político, histórico e, por que não dizer?, policial de suspense. A trama, neste caso, com todos os ingredientes de uma anunciada epopéia que redundava em desfecho trágico, tem por cenário privilegiado a Alemanha, como epicentro da história revolucionária e contra-revolucionária do século XX, essa Era dos Extremos assim tão bem alcinhada por Hobsbawm, desde a Revolução abortada de 1918-19, que nos legaria mártires como Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, até o processo que se seguiu, em todo o Leste europeu, à meteórica queda do muro

de Berlim, em 1989. O autor põe em cena, com erudição notável sobre a história do marxismo e do socialismo no Novecentos, ao mesmo tempo com ternura e ironia, personagens que tentaram, com todas as forças da inteligência e do coração, buscar caminhos sempre vinculados aos destinos da humanidade, entre os rumores e fúrias da luta revolucionária. Se se pode acompanhar, no livro, aos debates e muitas vezes guerras entre stalinismo, trotskismo e social-democracia, isso não ocorre em torno de doutrinas ou discursos abstratos, mas sob a forma de diálogos e contrapontos vivos entre personagens de carne e osso.

O protagonista do romance é um comunista dissidente da Alemanha Oriental, professor de literatura comparada na Universidade Humboldt, Vladimir Meyer – Vlady para os amigos – que narra a seu filho Karl, jovem social-democrata pragmático e eufórico com as benesses capitalistas da Alemanha reunificada, ao modo de uma longa correspondência-memória, a crônica dramática de sua família. Invertendo os termos emissor-destinatário de *Carta a meu pai*, este primeiro libelo anti-autoritário de Kafka, é como se lêssemos, nessa narrativa de Ali, uma

¹ Tariq Ali, *Medo dos espelhos*, Rio de Janeiro, Record, 2000, pp. 277-78. Uma biografia impressionante de Ignace Reiss, *Les nôtres*, escrita por sua companheira Elisabeth Poretzki, foi publicada em 1971, em Paris, por Maurice Nadeau, na editora *Lettres Nouvelles*.

² Publicado originalmente em Londres, em 1998, pela editora Arcadia, sob o título *Fear of mirrors*, foi traduzido no Brasil em 2000, op. cit., e na França, em 2001 (*La peur des miroirs*, Paris, Syllèpse).

comovente *Carta a meu filho*, funcionando ao mesmo tempo como testamento político e tentativa algo desesperada de superação do abismo geracional que, nesse caso, representa também o abismo histórico interposto tão aceleradamente entre companheiros de viagem, amigos, parentes ou pessoas que viveram e morreram em meio ao turbilhão de vitórias e fracassos da revolução socialista.

Tal estruturação nem sempre tem boa eficácia como prosa literária. Muitas vezes o relato epistolar de Vlady não flui como recurso romanesco, transparecendo mais sua condição documental de balanço dos impasses do movimento comunista na trajetória de três gerações de revolucionários. E o volume de informações históricas mobilizado excede a capacidade de sua absorção na trama vivida pelos personagens, no tempo presente da narrativa³. Além do filho Karl, destinatário eleito do memorial de Vlady, o romance apresenta-nos seu amigo Sao, ex-guerrilheiro vietcongue e atual empresário bem relacionado junto a burocratas e mafiosos em Moscou, que lhe recupera documentos confidenciais importantes, simbolizando, de

modo irônico, os novos ventos da globalização financeira internacional sobre o antigo “segundo mundo”; a ex-mulher Helge, como ele também membro dissidente do Partido Comunista da RDA; a amante Evelyne, sua ex-aluna, jovem anárquica com quem vive paixão violenta; o amigo dissidente Gerhard, que, não suportando o *status quo* pós-muro de Berlim, chega ao suicídio; e a mãe Gertrude, alto quadro dirigente do regime comunista alemão-oriental e, certamente, o elo mais importante nessa sua arriscada viagem pela memória. À exceção, talvez, dessa última, todos os demais personagens surgem de forma algo caricaturesca, já que não há tempo hábil, na narrativa, para uma mais bem cuidada construção de enredo no tempo presente, e o passado parece pesar de modo terrível (e talvez o bloco dessas lembranças seja mesmo insuportável) para que os contemporâneos logrem incorporá-lo a seu cotidiano atual, advindo daí uma sensação de “pobreza de experiência”, de que Walter Benjamin já nos alertara, a propósito da Primeira Guerra Mundial.

Mas, se a vida presente parece pobre de perspectivas políticas ou exis-

³ Problema já apontado pelo menos por um dos resenhistas do livro, Phil Shannon, no artigo “Saving socialism from its Stalinist ‘friends’”, publicado em 1999 no site australiano: <http://www.greenleft.org.au/back/1999/350/350p.20/htm>. A propósito de Vlady, Shannon comenta: “Vladimir dispõe dos melhores argumentos, embora estes impressionem mais como declarações de Ali, o autor marxista, do que como uma manifestação convincente da interação de personagens.” (*art. cit.*, tradução nossa). Ele traça, adiante, contraponto interessante entre as linguagens literárias do bolchevique libertário Victor Serge e de Tariq Ali. Os dois possuíam muitas afinidades eletivas no plano ideológico e da paixão revolucionária, mas seus estilos são muito distintos.

tenciais, a corrente avassaladora da memória produz um texto de alta densidade histórico-política, dramático em seu jogo de esperanças e decepções, solidário na homenagem a todos os militantes da revolução mundial, afetivo em seu poder evocador de causas perdidas, ironicamente amargo diante do quadro contemporâneo de refluxo dos movimentos socialistas, em particular no cenário do continente europeu.

Será afinal da mãe Gertrude que Vlady obterá a revelação maior de sua identidade: que ele é filho de Ludwik, o agente soviético que, depois de romper publicamente com o stalinismo, seria assassinado pela GPU, a polícia política surgida com a URSS, em 1922, e que derivou sua sigla da designação “Administração Política do Estado”. Essa chave da trama virá à tona aos poucos, à medida que a narrativa avança. Nesse processo, Vlady também descobre a verdadeira história de Gertrude, suas relações ambivalentes e trágicas com Ludwik e com o movimento comunista internacional. É um dos momentos mais tocantes do romance, que precipita seu protagonista no mais completo desatino. A relação entre passado e presente, memória e esquecimento, ilusão e melancolia constitui a trama de toda a narrativa e a substância dos conflitos entre os indivíduos.

No tempo narrado de sua própria vida passada e presente, ficamos sabendo que Vlady foi autor de *Manifesto por uma nova Alemanha*, panfleto que circulou clandestinamente na RDA, no

contexto do movimento anti-stalinista surgido nos anos 1950 e que levaria, mais tarde, à organização de um Comitê pela Alemanha Democrática, de oposição, vigiado de perto pela Stasi, a polícia política do governo alemão-oriental. Comunista democrático coerente, ele, Helge e alguns amigos dissidentes assistem, com sentimentos divididos, ao colapso da RDA e à reunificação da Alemanha sob a égide da ordem capitalista. Logo depois, o professor Vladimir Meyer será, como muitos de seus colegas, expulso da universidade por negar-se a abjurar de suas convicções socialistas.

Em contraste, e de modo trágico, a história que lhe conta seu pai deixa o jovem Karl alheio, indiferente. Seu olhar sobre o passado da RDA é frio, “clínico” e desprovido de qualquer paixão. Jovem executivo, admitido como pesquisador pela Fundação social-democrata Friedrich Ebert, em Bonn, após a reunificação, ele aposta em uma carreira política promissora dentro da máquina do SPD. São tempos de “pragmatismo realista”. Nenhuma transmissão de experiência, no sentido forte do termo, ocorre. Se a voz narrativa memorável das lutas revolucionárias na Europa e, em particular, na Alemanha, tanto na primeira pessoa de Vlady quanto na terceira pessoa (ambas manifestações mais ou menos claras do ideário do autor Tariq Ali), não é capaz de empolgar os personagens da geração mais jovem do romance (além da distância de Karl, Evelyne revela sempre certo desprezo impiedoso pelo ideário comunista de

seu amante), é de supor que os leitores de esquerda ou simpáticos à história das revoluções socialistas possam identificar-se com o caráter épico desse mosaico vertiginoso que cobre boa parte da história mundial no século XX e, com certeza, alguns de seus momentos mais decisivos.

Obra literária e obra política

Tariq Ali, o autor de *Medo dos espelhos*, é um brilhante intelectual socialista nascido em 1943 na região de Lahore, província do império britânico na Índia e futuro Paquistão. Líder estudantil nos levantes contra a ditadura militar naquele país, nos anos 1960, exilou-se permanentemente na Grã Bretanha, completando sua formação acadêmica em Oxford. Em Londres, foi militante ativo dos movimentos antinucleares e uma das principais lideranças das lutas de jovens rebeldes em 1968-70. Hoje em dia é ensaísta, autor de biografias, obras de história e política internacional, escritor de prosa de ficção, peças teatrais e roteiros para cinema e um dos principais editores do periódico *New Left Review*. No Brasil, há muito a esquerda militante e socialista tem tido contato com sua obra e pensamento, seja pelas várias traduções de livros seus, seja pelas entrevistas e artigos jornalísticos de combate que publica em diversos jornais e revistas, inclusive da grande impren-

sa e na Internet, seja pelas muitas visitas ao nosso país, com participações destacadas, por exemplo, nas reuniões do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre.

Como romancista, além da obra focalizada aqui, escreveu uma trilogia sobre as tradições culturais dos povos árabes, a presença do islamismo e as contradições desse mundo amplo e multifacetado com a modernidade ocidental capitalista: *Sombras da romãzeira*; *O livro de Saladino*; e *Mulher de Pedra*⁴. Mais recentemente, depois do 11 de setembro, Tariq Ali intensificou como nunca sua atividade de escrita militante, atuando como crítico incondicional das intervenções imperialistas no Afeganistão e no Iraque, bem como do recrudescimento da opressão do povo palestino pelo Estado de Israel. Dessa fase surgiram dois ensaios de fôlego, logo convertidos em livros editados em Londres: *The clash of fundamentalisms: crusades, jihads and modernity* (Verso, 2002); e *Bush in Babylon: recolonizing Iraq* (Verso, 2003)⁵. Já nessas obras, Ali demonstra possuir altíssima erudição na história política e cultural do mundo árabe. Sua leitura tem grande interesse não só pelas questões candentes da política internacional que aborda, mas também como acervo precioso de informações sobre a história, política, cultura e religião em toda a região conflagrada do Oriente Médio e Sul da Ásia.

⁴ Os três romances foram traduzidos e encontram-se publicados no Brasil (Ed. Record).

⁵ O primeiro deles já foi traduzido e publicado também pela editora Record, ainda em 2002: *Confronto de fundamentalismos: cruzadas, jihads e modernidade*.

Se em *Bush in Babylon* o foco evidente é a atual Guerra do Iraque e a política reacionária do clã Bush, em *Confronto de fundamentalismos*, o alvo preferencial do combate de Ali dirige-se para ideólogos mais destacados da globalização neoliberal, como o profeta do “fim da História”, Francis Fukuyama, e o teórico racista do “choque de civilizações” (expressão que inspira o título provocativo do livro), Samuel Huntington.

Medo dos espelhos, por sua especificidade temática e pelo caráter denso e problemático da narrativa, possui caráter visivelmente distinto de seus outros romances. Sabe-se, por exemplo, que contrastando com sua excelente recepção na Alemanha (que é sem dúvida o cenário privilegiado da história), teve aceitação menos entusiasmada em países como Inglaterra (mesmo em comparação com suas outras ficções e ensaios). Partindo de projeto político e literário talvez demasiado ambicioso, o livro resultou, entretanto, em obra original e corajosa. O protagonista-narrador Vldy consegue afinal seu intento, despontando, mesmo na derrota, a grandeza humana do gesto e da convicção: recontar, para Karl e para nós, com humor, melancolia e lucidez, a história das esperanças traídas do comunismo, revista pelo olhar de um personagem atravessado de contradições, mas que, até o fim, ao preço da solidão, se recusa a “adaptar-se”.

The sorrows of Empire. Militarism, secrecy and the end of the Republic

Chalmers Jonhson
New York, Metropolitan Books, 2004, 400p.

JOÃO ROBERTO MARTINS FILHO*

Em seu último livro, *Multitude, war and democracy in the age of Empire* (New York, Penguin Press, 2004), Antonio Negri e Michael Hardt compararam a filosofia política clássica, com sua capacidade de fornecer instrumentos para a transformação, à ciência política de nossos dias. “Hoje, dizem eles, a maioria dos cientistas políticos constituiu-se de meros técnicos que trabalham para resolver os problemas quantitativos da manutenção da ordem e o restante vaga pelos corredores que ligam suas universidades aos centros de poder, tentando conquistar os ouvidos do soberano para lhe murmurar seus conse-

lhos” (p.33). E completa: “A figura paradigmática do cientista político passou a ser o Geheimgat, o assessor secreto do soberano”.

Felizmente, há exceções. Entre elas, Chalmers Johnson é um caso surpreendente. Depois de construir carreira como um dos mais respeitados estudiosos da China e do Japão, em plena guerra do Vietnã, sua reputação garantiu-lhe um convite para participar de um time de 20 especialistas externos, cuja função era se reunir duas vezes por ano, entre 1967 e 1973, em uma apazível casa de campo da Central Intelligence Agency, para avaliar “de forma não bu-

* Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos.

rocrática” o texto das estimativas de inteligência elaboradas pela agência. Apesar de sua boa vontade inicial, logo concluiu que as atividades sigilosas da agência não passavam de cobertura para as mais variadas formas de ações clandestinas de projeção do poder americano. A CIA e outras agências do gênero não passavam de “exércitos privados dos presidentes para serem usados para projetos secretos que eles, pessoalmente, quer(iam) executar” (p. 11). Em um plano mais geral, a partir de sua própria vivência, chegou à descoberta de que a política externa americana era cada vez mais decidida no âmbito do Pentágono e da CIA, e não no Departamento de Estado ou do Congresso.

Bastante tempo depois, uma experiência posterior de Johnson consolidou a virada. Em fevereiro de 1996, ele foi convidado pelo governador da ilha japonesa de Okinawa a falar sobre o problema das bases americanas, no rastro do maremoto de protestos que se seguiu, na ilha e em todo o Japão, ao estupro de uma menina nipônica de 12 anos por três soldados ianques, sediados em uma das 38 bases que ocupam um quinto do território da ilha. Diante do quadro que presenciou, ele decidiu começar uma campanha contra o que chamou de “império de bases militares”. Surgiu assim o primeiro volume de uma prometida trilogia, *Blowback, the costs and consequences of American Empire* (Nova Iorque, Henry Holt and Company, 2001).

The sorrows of Empire é o volume seguinte. Seu tema é o crescimento do

câncer que vem avançando sobre o corpo institucional dos EUA, principalmente, depois do 11 de Setembro. “Não parece mais necessário lançar advertências; em vez disso, um diagnóstico, uma autópsia mesmo, parecem mais apropriados” – constata (p.11). Para Johnson, no período que vai de 1989 a 2002 (quando vem à luz o documento-chave da política de segurança nacional de Bush) ocorreu uma revolução nas relações americanas com o resto do mundo. Ao fim e ao cabo, os EUA já não têm uma “política externa”, mas um império militar, expresso fisicamente na presença de 725 bases no exterior, que dispensam as colônias tradicionais do velho imperialismo. Seus efeitos são catastróficos: “A presença dessas bases inevitavelmente usurpa, distorce ou subverte qualquer instituição de governo democrático que possa existir na sociedade anfitriã” (p.36).

No plano doméstico, a outra face do império de bases é o avanço do militarismo e do segredo no interior das instituições americanas. Nesse sentido, Johnson defende que a história americana presenciou um progressivo afastamento do modelo republicano original. Para tanto, fornece três evidências. A primeira é a formação de uma casta militar totalmente separada do mundo civil, mas apoiada por um time de militaristas civis, traço que para o autor se consolida depois de 1973, quando é abolido o recrutamento obrigatório, no bojo da crise desencadeada pela guerra do Vietnã. A segunda é a presença de

militares ou representantes da indústria militar em altos postos do governo. A terceira é a prioridade dada à prontidão militar na política do Estado.

O capítulo “As instituições do militarismo americano” fornece uma análise reveladora e convincente das estruturas do militarismo. Aí se analisam as conseqüências da abolição do recrutamento universal, na constituição de um aparelho militar autoritário e isolado da sociedade americana, composto em sua maioria por soldados provenientes dos setores marginais da sociedade. Por outro lado, a transparência do orçamento militar não passa de um mito. Graças a mecanismos como os “Programas de Acesso Especial”, a maior parte do orçamento militar está fora de qualquer supervisão parlamentar (p. 118). Por fim, o clássico preceito republicano que impedia o uso das Forças Armadas no interior das fronteiras do país caminha a passos largos para se transformar em letra morta, incentivado pela onipresente luta contra o terrorismo e o inimigo interno (pp. 120 e ss.).

Mas o núcleo duro de *Sorrows of Empire* são os capítulos dedicados ao “Império das bases militares”. Para o autor, a presença americana em grande parte do mundo tem hoje cinco missões principais. A primeira é garantir a preponderância militar absoluta. A segunda é criar centros que permitam espionar as comunicações de qualquer pessoa, governo ou instituição, dentro e fora dos EUA. A terceira é o controle das fontes de energia fóssil. A quarta é

fornecer trabalho e renda para os componentes do complexo industrial-militar. A última é garantir que os membros das Forças Armadas vivam com conforto incomum em qualquer posto do império no mundo. Nenhuma dessas funções, obviamente, diz respeito diretamente à defesa da segurança nacional norte-americana.

A parte final do livro traz a guerra do Iraque como uma morte anunciada e explica como a ideologia da globalização não passa de uma cortina de fumaça para as políticas de poder que realmente contam. Os últimos capítulos procuram mostrar como o 11 de setembro caiu como luva para os desígnios da Casa Branca. “Seria difícil negar, diz o autor, que petróleo, Israel e política interna foram fatores cruciais na guerra do governo Bush contra o Iraque, mas acredito que a explicação mais abrangente para nossa segunda guerra contra o Iraque não difere da de nossas guerras nos Bálcãs em 1999 e no Afeganistão em 2001-2002: as pressões inexoráveis do imperialismo e do militarismo” (p. 236).

O livro se encerra com uma indagação: “Montamos o tigre napoleônico. A questão é: vamos – ou podemos – desmontar?” (p. 284). Para responder a essa questão, cumpre entender claramente quais as opções que se descortinam ao povo americano e quais as conseqüências que o caminho atual prenuncia. Em suma, é preciso deixar claro aos cidadãos dos Estados Unidos quais são as *penas do império*. A primeira é a guerra perpétua, a violação da independência

e da soberania dos outros países. A segunda é o militarismo que subverte as instituições dos EUA. A terceira é a desinformação e aceitação da hipocrisia e da mentira como norma social. E finalmente, a mais grave delas é a crise financeira, originária do custo da manutenção do império das bases e do militarismo.

Há uma saída, nesse quadro pouco promissor? Chalmers Johnson a vislumbra na capacidade dos cidadãos dos EUA efetuarem a longa viagem que levaria seu país ao caminho inverso do que o trouxe ao militarismo. Isso implicaria na retomada das rédeas do Congresso, na reforma das instituições e no corte da autonomia militar. A conclusão não é muito animadora: “Nessa hora tardia, contudo, é difícil imaginar como o Congresso, tal como o Senado romano nos últimos dias da República, pode ser trazido de volta à vida e purificado de sua corrupção endêmica. Fracassada essa reforma, Nemesis, a deusa da retribuição e da vingança, que pune o orgulho e a soberba, espera pacientemente por nós” (p.312).

É difícil negar a influência que o empreendimento intelectual de Johnson tem desempenhado na campanha contra as políticas de George Bush. Já apontamos também sua função de antídoto à visão idealizada e formalista das instituições dos EUA, que hoje fundamenta os modelos da Ciência Política. Na sua metodologia mais ampla, Johnson segue na trilha aberta pelas anotações de Max Weber sobre os riscos colocados

pelo segredo burocrático à democracia liberal, que reproduz na introdução ao livro. Suas breves alusões ao marxismo são preconceituosas e decepcionantes (p.260-61), embora Che Guevara seja citado num ataque à forma atual do colonialismo (p.30) e a análise do imperialismo coloque o autor muito mais próximo dos clássicos do marxismo do que de Weber (“Guerra e imperialismo são gêmeos siameses ligados pelos quadris. Não podem ser separados. O imperialismo é a maior causa isolada da guerra e a guerra é a parteira das novas aquisições imperialistas”, p.187). Há razões para desconfiar também dos marcos definidos por Johnson na sua história do imperialismo americano, assim como podem soar inocentes suas alusões a um passado de pureza da república americana. Mas, feitas as contas, *Sorrows of Empire* segue as boas lições dos clássicos da Política, mencionadas no início desta resenha: fornece os instrumentos para pensar a mudança e a transformação.

Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal

Domenico Losurdo

Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Editora Unesp, 2004, 376p.

*DANILO ENRICO MARTUSCELLI**

Este livro contém importantes reflexões de teoria política, tornando-se uma leitura obrigatória para aqueles que buscam entender os nexos constitutivos da história da luta pela conquista dos direitos civis, políticos, econômicos e sociais nos séculos XIX e XX.

Ao tomar como foco de análise a “construção” da democracia nos países imperialistas do Ocidente, em especial os EUA, Losurdo expõe, de maneira sistemática, a tortuosa trajetória da “emancipação” e da “des-emancipação” dos trabalhadores, no período supracitado.

Ao longo da obra, o autor procura desmistificar duas teses caras à teoria

política: a primeira, que diz respeito à idéia segundo a qual o desenvolvimento espontâneo do liberalismo desaguardaria na democracia; e a segunda, que se refere à compatibilidade existente entre livre-mercado e democracia. A crítica a esses dois mitos é o fio condutor de sua obra.

Alheio às leituras convencionais da conquista de direitos nos países ocidentais que se fundam numa perspectiva linear, como a análise de T. H. Marshall, Losurdo apresenta os avanços e recuos da luta e conquista dos direitos e confronta-se com diversos autores que foram consagrados pela literatura domi-

* Mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas.

nante como defensores da democracia. A defesa do sufrágio censitário (em oposição ao sufrágio universal), do colégio uninominal (em oposição à representação proporcional) e o tratamento das massas trabalhadoras como “máquinas bípedes”, “crianças”, “bestas de cargas” são algumas das propostas antidemocráticas, defendidas por alguns dos teóricos da “democracia”, ou melhor, o autor remonta o debate da constituição dos direitos e explora, com acuidade, as resistências dos teóricos liberais e elitistas em estender a participação política às massas trabalhadoras.

No entanto, a luta histórica dos trabalhadores colocou em xeque algumas dessas concepções “desemancipatórias”, forjando a ampliação do sufrágio que, em meados do século XIX, já se consolidava em alguns países como sufrágio universal masculino. Superada a fase de discriminação étnica e racial interna que se expressava através da discriminação censitária e da idéia na qual os não-proprietários “desconheceriam naturalmente” os mecanismos políticos, inicia-se a segunda etapa na qual as burguesias dos países imperialistas trataram de exportar o processo de discriminação étnica e racial devido às lutas populares em seus países, o que resultou no alijamento dos estrangeiros e das camadas mais pauperizadas dessas sociedades da participação política. O objetivo central das classes dominantes desses países era o de obter apoio interno para combater o “inimigo” externo, o que certamente veio a se consolidar

com a ofensiva imperialista no final do século XIX.

Ao contrário de determinados autores que apresentam a extensão de direitos como uma dádiva dos grupos dominantes, o filósofo italiano discorre sobre a complexa e tortuosa luta pela ampliação dos direitos, isto é, Losurdo mostra aqui – e como muita propriedade – a relevância das lutas populares na constituição e ampliação dos direitos. Como esse processo constitui-se de maneira contraditória, Losurdo não deixa de relevar as diversas tentativas que houve de neutralizar, restringir ou mesmo coibir o sufrágio universal, ao longo dos séculos XIX e XX.

A partir dessa análise, Losurdo elabora o conceito de bonapartismo *soft* para explicar os regimes políticos atuais. Esse conceito evidencia a centralização do poder na esfera do Executivo, o que acarreta não só na redução dos espaços de participação democrática das massas populares, mas também no fortalecimento da personalização do poder, que contribui para ocultar a existência de um complexo aparato estatal, desempenhando, portanto, um papel deseducativo para as massas.

Mesmo dando mais ênfase à análise do regime político estadunidense, o autor sugere a possibilidade de expansão do fenômeno do bonapartismo *soft* pelos quatro cantos do globo. A crise dos partidos políticos e o conseqüente surgimento do monopartidarismo competitivo, no qual mesmo nos sistemas multipartidários, os partidos passam a

se configurar como facções de um mesmo partido, são alguns dos desdobramentos práticos do bonapartismo *soft*.

Como nos mostra Losurdo, se, em um primeiro momento, a tendência é de não permitir a constituição do sufrágio universal, no momento seguinte, com a constituição do sufrágio universal, a tendência que se consolida, principalmente, a partir da 2^a Guerra é a de neutralizar a participação das massas com a centralização do poder na esfera do Executivo, destituindo os partidos políticos de influência real no jogo político.

Os dois últimos capítulos da obra retratam alguns aspectos constitutivos da segunda fase acima mencionada, evidenciando a incompatibilidade entre democracia e livre-mercado. Losurdo mostra que, ao contrário do que previra um dos fundadores do pensamento neoliberal, o livre-mercado caracteriza-se como um reforço da servidão das massas populares. Apoiando-se nas observações de Marx sobre a democracia burguesa, o autor retoma a idéia na qual o momento da ditadura está latente e implícito nessa forma democrática, vindo se expressar com relativa força na etapa atual, ou como o próprio autor conclui: “O processo de emancipação que, nos últimos dois séculos, conquistou o sufrágio universal (uma cabeça, um voto), reivindicou a representação proporcional em nome do ‘mesmo valor representativo’ de cada voto, associou direitos políticos a direitos sociais e econômicos, viu e celebrou a democracia como emancipação das classes,

das ‘raças’ e dos povos mantidos em condição de subalternidade – tal processo parece ter sofrido uma grave interrupção. Neste sentido, estamos diante de uma fase de “des-emancipação”, uma daquelas que caracterizam o caminho longo e tortuoso da democracia, mas cuja superação por ora não se consegue entrever.” (p. 333)

A despeito da atualidade dos temas abordados e do rigor com o qual Losurdo dirige sua crítica aos dois grandes mitos acima mencionados, uma questão parece ter passado despercebida nesta obra: trata-se da relação existente entre a dominância de um ramo do Estado burguês e os interesses das frações de classe da burguesia. Para tanto, parece-nos interessante aludir aos desenvolvimentos teóricos de Nicos Poulantzas acerca dos regimes políticos, em *Poder Político e Classes Sociais*. Ao tratar das relações entre as frações de classe da burguesia e os ramos do aparelho estatal, Poulantzas sustenta que a dominância de um dos ramos do aparelho do Estado sobre o outro constituiu o ponto nodal do poder de Estado. Esse ponto, ou “instância”, é o lugar no qual se concentra a relação entre o princípio da unidade política do povo-nação e o princípio da unidade política do bloco no poder, sob a égide da classe ou fração hegemônica, ou melhor, é, no dizer de Poulantzas, o lugar onde se constitui, por intermédio do Estado, a organização política da classe ou fração hegemônica face à ‘sociedade’ e face ao bloco no poder.

Tais apontamentos ajudam-nos a avançar na crítica do mito da compatibilidade entre livre-mercado e democracia, pois desnudam o fato de que a fração do grande capital bancário e financeiro, hegemônica na atual fase do capitalismo, não tendo condições de se instaurar na esfera legislativa devido às resistências das outras frações do capital e dos trabalhadores, acomoda-se na esfera executiva. A análise da política brasileira permite-nos vislumbrar melhor essa questão.

Boa parte da produção bibliográfica brasileira posterior à “abertura política” no país tem superestimado o fortalecimento do “poder” legislativo, o que parece reafirmar a tese da compatibilidade entre livre-mercado e democracia. Certamente, muito se avançou, do ponto de vista democrático, em relação à forma ditatorial do período precedente, mas a análise do período neoliberal mostra-nos que a prática ditatorial está presente no regime político brasileiro atual. Um aspecto que corrobora nossa argumentação é o fato de a elaboração e a implementação da política econômica terem sido realizadas, nos últimos anos, sem a participação efetiva dos partidos políticos. As medidas provisórias apresentaram-se, nesse período, como um importante trunfo do qual o executivo dispõe para atender às políticas de interesse do grande capital financeiro. Decisões como taxas de juros, superávit primário, criação de programa de privatizações, entre outras, vêm sendo tomadas à parte da aprovação do Congresso Nacional.

Na atual fase da hegemonia do capital financeiro, a exigência de agilidade na implementação da política econômica parece levar necessariamente à centralização do poder do Estado burguês na esfera executiva, uma vez que as resistências das demais frações burguesas localizadas no legislativo, bem como a morosidade dessa esfera do aparato estatal em aprovar medidas, criam obstáculos para os rendimentos rápidos e de grande amplitude dessa fração do capital.

Passados 12 anos da publicação da primeira edição de *Democracia ou bonapartismo*, é perceptível a difusão, anunciada por Losurdo, do bonapartismo *soft* por outros países, em especial, o Brasil, no qual, na última década, tem se constituído um regime político avesso à participação efetiva das massas populares. Uma das conseqüências práticas do bonapartismo *soft*, a concretização do monopartidarismo competitivo, parece tomar lugar em terras brasileiras, significando, assim, que a alternância de partidos no governo estará fadada, no curto e médio prazos, à alternância de políticas que atendam aos interesses do grande capital financeiro internacional com abertura em maior ou menor grau, dependendo do governo no poder, aos interesses de outras frações do capital. Reverter essa situação parece ser uma das tarefas tortuosas para os trabalhadores no século XXI.

Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de História”

Michael Löwy
São Paulo, Boitempo, 2005, 160p.

PEDRO PAULO A. FUNARI*

Michael Löwy apresenta uma leitura original da obra do grande pensador alemão, a começar por sua caracterização do pensamento de Benjamin como uma crítica moderna à modernidade, mais do que uma abordagem moderna ou pós-moderna. A filosofia da História de Benjamin apóia-se em três fontes diversas: o romantismo alemão, o messianismo judaico e o marxismo. Não se trata de uma síntese de perspectivas, mas de uma nova interpre-

tação original. Ao contrário do marxismo evolucionista vulgar, Benjamin não concebe a revolução como um resultado natural e esperado, inevitável, como resultado do progresso econômico e tecnológico, nem mesmo como a resultante das contradições nas relações de produção. Ao contrário, introduz o conceito de interrupção da evolução histórica que leva à catástrofe, ao retomar o conceito grego de “virar” (*trephein*) para “baixo” (*kata*), fazer ficar de ponta cabeça, le-

* Departamento de História e Núcleo de Estudos Estratégicos, Universidade Estadual de Campinas.

bouleversement. Löwy explicita suas escolhas, ao privilegiar a produção a partir de 1936, quando Benjamin volta-se para uma crítica marxista *sui generis* das formas capitalistas de alienação. Será nesse período que Benjamin irá dissociar-se, cada vez mais, das “ilusões do progresso”, formulando sua teoria da História. Löwy apresenta sua análise como “talmúdica”, o que já estabelece uma ligação direta com a tradição de comentário que havia, de uma forma ou de outra, influenciado, seja Marx, seja Benjamin. Trata-se, pois, de uma grande “variação”, para usarmos um termo musical, em torno das teses sobre História.

Começa por afirmar que é preciso situar o documento em seu contexto histórico, no ápice do fascismo europeu e, ao consultar documento inédito do Arquivo Scholem, em Jerusalém, pôde constatar que o conteúdo do manuscrito de Benjamin inspirou-se nas teses sobre o conceito de Justiça de Scholem. Löwy não propõe a leitura “verdadeira” das teses, mas uma interpretação. Deu-se conta da dimensão universal das proposições, de sua importância para compreender, “do ponto de vista dos vencidos”, não só a História das classes oprimidas, como dos párias todos, das mulheres aos judeus, dos ciganos aos índios e negros. O que distingue Benjamin de Marx não é apenas a dimensão teológica, mas o papel reservado à reivindicação das vítimas da História, propugnada por Benjamin, para quem o marxismo não tem sentido se não for também o herdeiro e executante testa-

mentário dos séculos de lutas e sonhos de emancipação. Para ele, o conceito mais importante do materialismo histórico é a luta de classes, a luta entre opressores e oprimidos. O Messias é a classe proletária e o Anticristo, as classes dominantes, metáfora que lhe foi sugerida pelo teólogo protestante e socialista revolucionário suíço Fritz Lieb.



Para Benjamin, o imperativo de escovar a História a contrapelo significa ir contra a versão oficial da História, opondo-lhe a tradição dos oprimidos e, conseqüentemente, a luta contra a corrente. Os Arcos do Triunfo, como o celeberrimo Arco de Tito (96 d.C.), inspiraram a famosa frase das teses sobre os documentos da cultura como documentos da barbárie, ao celebrarem a guerra e o massacre. As grandes obras de arte e civilização, como as pirâmides citadas por Brecht, somente podem ser feitas à custa do sofrimento e da escravidão dos oprimidos. A alta cultura não poderia existir sem o trabalho anônimo dos produtores diretos, dos excluídos. A verdadeira História universal, fundada na rememoração de todas as vítimas, sem exceção, somente será possível na futura sociedade sem classes. Nietzsche, citado em epígrafe por Benjamin, é tomado como advertência de que a historiografia deve servir ao presente “para favorecer o acontecimento de um tempo futuro”. A rememoração do passado, dos mártires de todas as épocas, serve à libertação que há de vir. As lutas são mais inspiradas na memória viva e concreta dos ancestrais dominados do

que naquela, ainda abstrata, das gerações futuras. A última classe subjugada, o proletariado, vê-se como herdeira de vários milênios de lutas, de combates derrotados de escravos, servos, camponeses e artesãos. A força acumulada dessas lutas torna-se combustível para a classe emancipadora do presente que poderá interromper a continuidade da opressão.

Em franca oposição ao evolucionismo da Segunda Internacional, as teses ressaltam que não há progresso “automático” e o suposto automatismo da História, se aceito, levaria à reprodução da dominação. O revolucionário busca inspiração e força na rememoração e escape, dessa forma, ao canto de sereia do futuro garantido e seguro. O marxismo messiânico, tão próximo da Teologia da Libertação, recusa as armadilhas da “previsão científica” e valoriza a oportunidade, *kairós*, em grego, do fim da opressão, da emancipação. Os calendários são expressão de um tempo histórico, heterogêneo, carregado de memória e de atualidade, ao contrário do tempo vazio da tirania do relógio sobre a vida dos trabalhadores. O conjunto das culturas tradicionais, pré-capitalistas guarda em seus calendários e festas os vestígios da consciência histórica do tempo. Ao contrário do que pretende o discurso tranqüilizador da *doxa* atual, da opinião generalizada, a catástrofe é possível, até provável, a não ser que façamos algo. Na contracorrente da tendência dominante na esquerda, que tantas vezes reduziu o socialismo aos objetivos econômicos da classe operária in-

dustrial, em sua face masculina, branca e nacional, Benjamin propõe um projeto revolucionário de ambição emancipadora universal, protagonizado pelas classes oprimidas como sujeitos da práxis transformadora.

As conseqüências da análise de Michael Löwy são importantes para os rumos tanto dos movimentos sociais, como da historiografia, no início do século XXI. Por um lado, indica como as dicotomias entre oprimidos e opressores, tantas vezes consideradas superadas e sem sentido, mostram-se essenciais para entender a dinâmica das sociedades históricas. Em seguida, a crença no progresso inexorável tem servido para ocultar clivagens e obscurecer a diversidade no seio mesmo dos oprimidos. Por último, mas não menos relevante, a historiografia que se quer desvencilhar dos embates do presente, da História como atividade que finge descobrir “verdades” defendidas pela autoridade decorrente do poder, ainda quando se quer progressista, mostra-se reacionária, defensora do *status quo*. Não menos relevante, pois a historiografia não é, mesmo quando o quer ser, uma tarefa meramente acadêmica, mas insere-se na construção do passado e, portanto, da perspectiva de futuro. Se a Escola de Frankfurt, no geral, propugnou a ligação umbilical entre a rememoração do passado e a ação que, em potência (*dynami*), pode forjar um futuro de liberdade, Walter Benjamin foi aquele que mais ousadamente propôs o caráter messiânico e revolucionário da His-



tória. Em tempos de Arcos do Triunfo de um Tito farsesco, como Bush, da exibição dos espólios da guerra no Iraque, as advertências de Benjamin parecem mais atuais do que nunca.

As esquinas perigosas da história

Valério Arcary
São Paulo, Editora Xamã, 2004, 240p.

JORGE GRESPAN*

“O que fazer?” Esta pergunta, proposta pelo menos duas vezes na história do socialismo, bem poderia figurar no ponto de partida também do livro de Valério Arcary, *As esquinas perigosas da História*. O tema central é ainda a forma e a viabilidade de uma revolução socialista nos dias de hoje, algo que parece soar antiquado, extemporâneo. Mas a questão já soava assim quando Lênin a propôs há mais ou menos cem anos: uma revolução não poderia mais ser feita, e nem sequer definida, nos mesmos termos em que o fora nos tempos de Marx; era preciso repensar seu próprio conceito, nas novas condições do capitalismo monopolista e financeirizado do início do século XX e de uma sociedade cujos mecanismos ideológicos haviam se desenvolvido a ponto de influir como nunca antes na consciência de classe.

Esta foi a tarefa que Lênin procurou resolver, primeiro teoricamente, depois na prática. Ela se impõe mais uma vez atualmente, ao contrário do que se costuma ouvir, e o livro de Valério Arcary apresenta sua contribuição para discuti-la e resolvê-la. Pode não se concordar com ele, mas é importante lê-lo.

Em primeiro lugar, a própria idéia de recolocar o tema da revolução no centro do debate é mais do que ousada, é decisiva para mudar radicalmente o quadro de pensamento presente e sair do atoleiro teórico e prático do fim do século. Em vez de considerar “normais” revoluções políticas como a de fevereiro de 1917 na Rússia, e “excepcionais” as revoluções sociais, como a de outubro de 1917, Valério Arcary procura entender o jogo e a eficácia das poderosas forças contra-revolucionárias que impe-

* Professor do Departamento de História da USP

diram o avanço das revoluções de uma etapa para outra. Trata-se de evitar, antes de tudo, a ênfase excessiva nas condições “objetivas” que teriam tornado inúteis os esforços revolucionários, excepcionais os casos em que estes até certo ponto frutificaram, e impraticável tentar repeti-los em nossa época. Pois é esta atitude “realista”, em que os entraves objetivos ganham peso excessivo e unilateral, que levou e leva ao abandono de projetos políticos socialmente transformadores, no bojo do chamado “fim das utopias”. Um dos pontos fortes do livro de Arcary, portanto, é a recusa de semelhante “objetivismo” e a crítica das visões deterministas, às vezes fatalistas e catastrofistas, que proliferam no marxismo e que dificultam a disposição para o agir.

Ao analisar vários processos revolucionários do século XX – o “mais revolucionário da História”, conforme o título do capítulo 5, que inverte as percepções correntes –, o autor constata os obstáculos, não menores que os atuais, encontrados pelos que defendiam transformações sociais profundas e radicais, em face da reação dos satisfeitos com pequenos avanços de caráter político, geralmente aliados aos partidários dos antigos regimes que eles haviam inicialmente combatido. Quase sempre tais obstáculos pareciam intransponíveis aos contemporâneos, e muitos desistiram diante deles, contentando-se também com um programa mínimo ou com uma política aparentemente gradualista.

É possível mesmo, como faz Valério Arcary, enfocar boa parte da história do marxismo pelo prisma das controvérsias surgidas na avaliação das oportunidades de intervenção política e de ação revolucionária. No curso de tais controvérsias estavam em jogo justamente análises de situação, cujo caráter dependia de como a situação vivida era inserida em contextos temporais mais amplos, em que os fatores ditos objetivos passavam a preponderar sobre os ditos subjetivos, de maior peso em prazos mais curtos. Aqui é que surge a malfadada atitude “realista”, valorizando exageradamente as escalas de tempo mais longas – as épocas, por oposição às etapas e situações –, onde as condições sociais parecem sempre adversas a uma ação mais radical. No embate destas posições era crucial, dessa forma, a referência temporal apreendida pelo esquema dos prazos e durações que vai do mais amplo, a época, ao mais curto, a situação. É neste patamar, por isso, que se situa também a discussão do livro em questão.

Mas ao contrário da tradição, para a qual tais marcos temporais se diferenciavam muito nitidamente, aqui elas se interpenetram e determinam reciprocamente, formando um emaranhado que dificulta o diagnóstico e o prognóstico prático. As distintas causalidades, dominantes em cada escala de tempo, tanto se reforçam como se anulam parcial e mutuamente, negando-se e invertendo-se. Assim se configuram as “esquinas perigosas da história”, onde espera

o imprevisto, onde as decisões são inevitáveis. E está aqui também um segundo ponto forte do livro, que apresenta o problema em toda a sua complexidade ao formular a hipótese da “inversão das causalidades na crise revolucionária”. No instante da crise, em que se precipitam as condições e todas as causalidades confluem e se atropelam, ocorre uma verdadeira inversão da ordem temporal que até então ia do prazo mais longo ao mais curto: os fatores objetivos cedem espaço para os mais subjetivos de todos – o vanguardismo, o sentido do momento, a liderança.

A análise é interessante e oportuna. Colocar-se no ponto de inflexão da crise, no entanto, pode também comportar seus riscos, especialmente o de enfatizar demais o extremo oposto ao do “objetivismo”. Muitas vezes, sem dúvida, o autor adverte contra este perigo, acompanhando as críticas de Lênin ao subjetivismo na forma do “voluntarismo” e do “esquerdismo”. Mas o problema é outro. Há uma certa desconsideração por “fatores objetivos” que são abordados de passagem, e dos quais seria indispensável tratar mais detidamente: quem é o sujeito revolucionário hoje? Por que mudanças passou a classe trabalhadora em função das novas condições de trabalho, isto é, num tempo em que se chegou a proclamar o fim do trabalho? Quais os atuais mecanismos ideológicos que propiciam a adesão desta classe ao sistema, num sentimento de falsa pertença que impede sua luta de avançar até mais do que um certo ponto?

É definindo as condições da nova “objetividade” imperante que se pode estabelecer as da subjetividade que lhe corresponde, pois ambos aspectos determinam um ao outro. Este é, aliás, um problema subjacente à análise das *Esquinas perigosas*. Ela supõe uma distinção nítida demais entre os dois aspectos, freqüentemente chamados, não por acaso, de “fatores” e definidos conforme uma citação endossada de Isaac Deutscher – o subjetivo, a “mente das massas”, e o objetivo, a “estrutura social”. Valério Arcary se apressa a declarar seu desacordo com a afirmação unilateral de qualquer um dos dois sobre o outro, e que para ele há uma “articulação dos fatores”. Mas apesar da sua já mencionada discussão das temporalidades, que é simultaneamente a dos “fatores”, estes são ainda analiticamente separados; é esta separação que está na base de toda a argumentação do livro, que não busca de fato a sua “articulação”, quanto mais a dialética da mútua determinação mediante a mútua negação de cada um pelo outro.

Mas seria essencial procurar uma resposta para o dilema da revolução hoje através de conceitos que rompessem com estes quadros tradicionais de pensamento, com categorias como sujeito e objeto, relacionadas às condições históricas do século XIX e do começo do XX. O esforço do presente livro fica em parte comprometido por equacionar a sua questão em moldes demasiado tradicionais, pouco ultrapassando o horizonte das controvérsias a que se repor-

ta. Ele é assim perpassado por uma concepção de ciência decorrente destas distinções rígidas e marcada por um metodologismo que o século XX se encarregou de discutir e superar: os conceitos temporais são apresentados como “noções instrumentais”, a mudança social tem “mecanismos” internos, as “certezas” são “fatores morais” necessários “para elevar o estado de ânimo”. Por fim, a avaliação da situação revolucionária passa pela mensuração do “fator subjetivo” como se ele fosse “objetivo”, ou coisa social, buscando-se “o grau de exasperação dos trabalhadores”, o “nível de atividades sindical e política”, o “grau de consciência de classe” e, daí, “em que medida” é possível a inversão das forças sociais.

Daí que, por outro lado, e apesar de toda a recusa do “objetivismo”, ele recorra tantas vezes a metáforas naturalistas. Daí que ele reflita insuficientemente sobre a relação entre possibilidade e necessidade, recaindo de súbito e sem perceber nas armadilhas de uma linguagem determinista, como quando diz que a contra-revolução é “inapelável” em seguida de asseverar que “as possibilidades estão sempre em aberto”; ou como na afirmação de que “tivesse escolha, o governo Lula seria um governo de reformas e não de contra-reformas reacionárias”. Se o atual governo não teve escolha, é porque teria sido pressionado por necessidades tão categóricas quanto “objetivas”. Seguindo o argumento das *Esquinas perigosas*, porém, seria lógico concluir o contrário e bus-

car o espaço limitado mas efetivo de liberdade de ação dos agentes políticos.

De qualquer modo, esta é a conclusão principal que fica da sua leitura, apesar das dificuldades apontadas. O jogo das tendências e contra-tendências resulta numa indeterminação relativa que abre o espaço para a intervenção transformadora da sociedade, e neste momento se interpenetram e invertem as escalas do tempo e da causalidade. É enorme a riqueza de tal raciocínio e as potencialidades por ele descortinadas para aquela que é talvez a principal tarefa do presente, repensar a revolução na contracorrente de todos os conformismos e “realismos” pragmáticos.

Nova hegemonia mundial. Alternativas de mudanças e movimentos sociais

Atílio Borón (org.)
Bueno Aires, Editorial CLACSO, 2004. 199 p.

GAUDÊNCIO FRIGOTTO*

Ao analisar o ideário dominante de nosso tempo histórico Fredric Jameson salienta que a tese neoconservadora do *fim da história* e o pensamento pós-moderno querem nos convencer de que o modo de produção capitalista será eterno, mesmo que nossa inteligência nos indique o contrário. Essas duas formas de pensamento constróem a impressão de que *hoje é mais fácil imaginar a deterioração total da Terra e da natureza do que o colapso do capitalismo tardio; e talvez isso*

*possa ser atribuído à debilidade de nossa imaginação*¹.

A debilidade de imaginação refere-se, de modo geral, à crise da teoria social que se expressa tanto pela adesão de amplos grupos de intelectuais ao pensamento neoconservador e ao pós-modernismo, quanto pela falta de uma opção radical (que vai à raiz) do pensamento crítico na apreensão do agravamento das contradições da atual fase do capitalismo.

* Doutor em Ciências Humanas - Educação. Professor Titular Visitante na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

¹ Jameson, F. *As sementes do tempo*. São Paulo, Editora Ática, 1997, p 11.

A coletânea de textos *Nova Hegemonia Mundial. Alternativas de mudanças e movimentos sociais* condensa um conjunto de análises que nos permitem entender como o pensamento único se atualiza para manter e justificar a virulência do modo de produção capitalista e por que esse modo de produção da vida humana não pode e não será eterno.

A análise de Noam Chomsky abre a coletânea e nos instiga a perceber que a dominação, mais do que a hegemonia, é o foco básico do sistema do capital mundializado sob o imperialismo estadunidense. A estratégia central para manter a supremacia, a qualquer preço, efetiva-se por mecanismos que se reforçam: a *guerra preventiva*; a dominação dos povos pelo medo mediante agressões exemplares aos que são suspeita de ameaça; e a violência como meio de controle. Coloca-nos como desafio entender os dilemas e contradições da dominação pelo medo e pela violência.

Perry Anderson, ao discutir o *papel das idéias na construção de alternativas*, tem como tese básica que *a propriedade privada dos meios de produção permanece inalterada na mão da classe dominante, mas a forma de dominação ideológica mudou*. Se no contexto da *Guerra Fria* o capitalismo se escondia sob o nome de *mundo livre*, com o fim do bloco soviético e do socialismo real ele não precisa mais de subterfúgio e apresenta-se como sistema mundial único. A dominação ideológica, para o autor, expressa-se pelo neoliberalismo como uma referência sócio-econômica e cul-

tural universal e o *humanismo militar* como referência política universal. Destaca que na América Latina, por suas particularidades de *uma história contínua de transtornos revolucionários e lutas políticas radicais* e pela densidade dos movimentos sociais, situa-se o gérmen das alternativas. O desafio do presente, para Anderson, é o de aprofundar a organização e a luta pressionando sem tréguas os governantes *oscilantes ou oportunistas* buscando *assegurar políticas sociais mais igualitárias e justas*. Um ponto que o autor sublinha para o pensamento crítico é de que o mesmo não se ocupou da análise do humanismo militar que tem na defesa de direitos humanos abstratos a justificativa para violentar e privar milhões de seres humanos dos seus direitos reais.

O texto de Robert Dahl constitui-se em exemplo emblemático de como os pensadores liberais mais rigorosos *vêm como se produz dentro da relação capitalista, mas não como se produz essa própria relação*. Seu foco de atenção é a questão da possibilidade da igualdade política nos sistemas democráticos do capitalismo avançado. Para o autor, sistemas democráticos e sistema capitalista são sinônimos. O que o preocupa não é o fundamento da desigualdade produzido pela cisão em classes ou frações de classe no modo de produção capitalista, mas apenas as disfunções da igualdade política.

Samir Amin expõe um balanço amplo da geopolítica do imperialismo contemporâneo dialogando criticamen-

te com as teses clássicas sobre o mesmo. Estabelece interfaces com a análise de Chomsky sobre a forma que assume o imperialismo estadunidense, mediante a estratégia de guerra no processo de dominação mundial. Destaca o lugar dos Estados Unidos na economia mundial e as relações conflituosas com seus aliados naquilo que denomina de *imperialismo coletivo*. Debate a problemática do Oriente Médio no sistema imperialista e da Europa. Finaliza apontando nas diferenças entre a cultura política europeia e a formação histórica dos Estados Unidos uma contradição insuperável e a razão de um provável fracasso do projeto dos Estados Unidos.

Os dois textos seguintes tratam mais especificamente da problemática Latino-Americana. Francisco de Oliveira, inspirado no livro de Eduardo Galeano, *As veias abertas da América Latina* se pergunta: *Há vias abertas para a América Latina?* Efetiva um rigoroso inventário histórico e mostra como a América Latina foi avassalada pelas políticas neoliberais do ajuste, desregulamentação e privatização, com exceção de Cuba, que resiste, mas pagando o preço da violência de um bloqueio econômico que dificulta seu projeto socialista. O resultado é um aumento extraordinário da pobreza na América Latina e que tem como contrapartida a substituição das políticas públicas por políticas compensatórias. Salienta, como também sinalizou Anderson, que os movimentos sociais como o dos Sem-Terra, que lutam por mudanças estru-

turais e que tinham no governo de Luiz Inácio Lula da Silva uma forte esperança, estão sendo limitados pelo fato de que esse governo vem se rendendo aos compromissos com os organismos internacionais. Por essa via, mostra que os desafios hoje são mais graves que os colocados pelas análises da CEPAL. A atividade produtiva da América Latina é hoje prisioneira do capital financeiro internacional que a financia e, conseqüentemente, a controla e a subordina aos seus interesses.

Armando Hart Dávalos apóia-se nas idéias e teses básicas de José Martí – *amar, pensar e agir na América Latina* – e nos convida a perceber que nesse legado podemos encontrar os caminhos para enfrentar os desafios atuais. Sob a idéia de Martí de “um equilíbrio no mundo”, tendo a universalização da educação, a elevação cultural e da ação política prática, vislumbra a chave para construir uma concepção de mundo baseado na justiça e na solidariedade entre os homens. Trata-se de construir cultura e pensamento que permitam não *fazer nenhum tipo de concessão ao imperialismo*.



Os dois últimos textos efetivam, com especificidades diversas, mas numa mesma direção, o balanço das conferências anteriores. Atílio Borón, reconhecido intelectual do pensamento crítico, retoma metodicamente os eixos básicos do conjunto dos temas da coletânea dialogando com as abordagens e apontando os desafios que trazem à teoria social e à luta política.

A coletânea se encerra com o discurso de encerramento da III Conferência Latino-Americana e Caribenha de Ciências Sociais proferido pelo Presidente Fidel Castro Ruz. Como atento e disciplinado participante de todas as conferências magistrais, com a cultura, humor e a ironia que lhes são peculiares e com detalhadas informações e dados, Castro pontuou um a um os temas e problemas abordados, estabelecendo relações com a situação cubana e mundial: batalha das idéias, relação com o povo estadunidense, militarização em escala planetária, a democracia, terrorismo, o imperialismo, a ALCA e a América Latina, a injustiça internacional. Para Castro, até o presente, o que prevaleceu na sociedade foi o cultivo do instinto. O desafio para *o mundo melhor de que todos falam deve ser da batalha da educação, da cultura da inteligência e dos valores que a humanidade criou contra os instintos que herdamos da natureza*. O substrato de fundo de sua análise foi o de sublinhar de que a história mostra que nenhum imperialismo é eterno.

O sentido e o significado densos da coletânea se explicitam em sua forma, método e conteúdo. Trata-se de um resgate do papel do pensamento crítico das ciências sociais que, para sê-lo, precisa ser radical, sem ser dogmático e ortodoxo e, ao mesmo tempo, sem esconder-se na suposta neutralidade cientificista. Revela, pois, uma análise engajada da teoria social, mantendo o mais elevado rigor analítico.

A forma se explicita pelo diálogo denso com as incongruências e as contradições do pensamento crítico e a necessidade de entenderem-se as formulações mais avançadas do pensamento liberal-conservador. Mais que isso, incorpora no debate e na coletânea as formulações de Robert A. Dahl, um dos seus atuais e notáveis representantes. Trata-se aqui, não de uma questão tática, mas de uma compreensão sublinhada por Gramsci, quando assinala que se mostra mais avançado o pensador que busca os pontos fortes e não fracos do adversário para, se for o caso, *incorporá-los de forma subordinada*.

O não dogmatismo, mas ao mesmo tempo a dimensão radical das análises, derivam do método histórico de apreensão da realidade social onde as mediações, contradições, as particularidades, as singularidades e as dimensões de universalidade constituem a materialidade dos fatos e fenômenos sociais. Daí resulta um conteúdo de análise histórica de nosso tempo com densidade de crítica da atual hegemonia mundial, evidenciando contradições profundas como da concentração exponencial de riqueza e ampliação da miséria. Contradições múltiplas que nos levam a perguntar: trata-se de um sistema que se afirma pela ideologia e consentimento, elementos cruciais da hegemonia, ou de um capitalismo tardio que se mantém pela dominação mediante o reiterado uso da violência ou guerra permanente?



Uma coletânea que demarca o compromisso da teoria social em ajudar a todas as forças e movimentos que se contrapõem ao sistema capital que tem na propriedade privada e no lucro, na exploração e na desigualdade sua essência, a construir a alternativa de relações sociais de efetiva igualdade onde o ser humano venha em primeiro lugar. A manifestação política desse confronto de classe explicita-se, no presente, pelo que representam e defendem o Fórum de Davos e o Fórum Social Mundial. Dois horizontes de sociedade e de relações sociais e vida humana inconciliáveis .

As análises e debates aqui expostos, em suma, são estímulo para a crítica sistemática ao ideário do discurso único da ideologia neoliberal, ao cientificismo e às representações fragmentárias do pensamento pós-moderno e, ao mesmo tempo, um convite para transformar a teoria social em força material. Vale dizer, em práxis efetivamente revolucionária.

RESUMOS / ABSTRACTS

1. Como reconhecer a filosofia política?

How to recognize political philosophy?

JACQUES BIDET

RESUMO: O texto mostra uma afinidade paradoxal entre uma política (aquela de Hobbes) e uma economia (a de Marx), considerando ambos autores como nossos contemporâneos. O primeiro falava de uma sociedade de lobos a ser revertida numa ordem de razão; o segundo, de um mundo invertido, *verkehrte Welt*, a ser repostado no lugar. Com Hobbes se anuncia a pretensão moderna de fundar a ordem política sobre a palavra compartilhada. A situação complicou-se singularmente com *O Capital*. Marx abre uma “nova fronteira” à filosofia política, aquela da economia. O momento Marx apresenta-se interessante pelo fato de preceder à divisão das ciências sociais, a sua pretensão de independência, a seu adeus à filosofia. Nisto reconhecemos a filosofia política, que é inseparável da teoria da sociedade.

Palavras-chave: Filosofia, Política, Ciências Sociais, Marx.

ABSTRACT: The text reveals a paradoxical affinity between a politics (of Hobbes) and an economy (of Marx), taking both authors as our contemporaries. The first one spoke of a society of wolves to be converted in an order of reason; the second, of an inverted world, *verkehrte Welt*, to be repositioned in place. With Hobbes, we heralded the modern intention of founding a political order on the shared word. The situation is singularly complicated with the advent of *The Capital*. Marx opens a “new frontier” to Political Philosophy, that of the economy. The Marx moment presents itself as interesting because it precedes the division of the Social Sciences, its intention of independence, its farewell to Philosophy. Here we recognize Political Philosophy, which is inseparable of the social theory.

Keywords: Philosophy, Politics, Social Sciences, Marx.

2. O humanismo e o homo sapiens

Humanism and the homo sapiens

JOÃO QUARTIM DE MORAES

RESUMO: O presente estudo vincula a crítica do humanismo metafísico (todo aquele que se baseia em alguma doutrina sobre a essência humana) à análise da transição do primata ao *homo sapiens*, apoiando-se na tese sinteticamente exposta por Marx no *Capital* de que o trabalho assumiu as características “em que ele pertence exclusivamente ao homem” quando este, tendo logrado discernir e abstrair a forma útil dos materiais naturais de que até então se apropriava em estado bruto, tornou-se apto a **produzir** seus meios de existência em conformidade com o esquema funcional que fixara no cérebro. Trabalhando, os homínidos desenvolveram exponencialmente as potencialidades inscritas em seu código genético, notadamente pelo reforço sinérgico da capacidade cerebral e da destreza manual.

Palavras-chave: materialismo, cérebro, mão, ferramenta.

ABSTRACT: The present study links the critique of metaphysical humanism (every one that bases itself on any doctrine of the human essence) to the analysis of the transition of the primate to *homo sapiens*. To this end, it starts with the thesis, synthetically exposed by Marx in *The Capital*, according to which labor has assumed the characteristics “in which it belongs exclusively to man”, when this one, having achieved to discern and abstract the useful form of natural materials, so far appropriated in rough state, have become apt to **produce** his means of existence in conformity with the functional scheme he has fixed in his brain. Working, the hominids have developed exponentially the potentialities inscribed in his genetic code, notably by the synergetic strengthening of cerebral capacity and manual expertise.

Keywords: materialism, brain, hand, tool.

3. A burguesia no governo Lula

The bourgeoisie in Lula's administration

ARMANDO BOITO JR.

RESUMO: Este artigo examina as relações de diferentes frações da burguesia com o governo Lula. Defende a tese de que este governo, sem romper com a hegemonia do grande capital financeiro, melhorou a posição da grande burguesia interna industrial e agrária no interior do bloco no poder. Argumenta ainda que essa modificação secundária não incorpora os interesses do campo operário e popular.

Palavras-chave: Governo Lula, burguesia, neoliberalismo, bloco no poder.

ABSTRACT: This article examines the relations of different fractions of the Brazilian bourgeoisie with the Lula administration. It sustains that his government, without breaking with the hegemony of the big financial capital, has improved the position of the internal industrial and agrarian big bourgeoisie inside the power bloc. It also argues that this secondary modification does not incorporate the interests of the popular and labor forces.

Keywords: Lula, Brazilian bourgeoisie, neoliberalism, power bloc.

4. Ciência: força produtiva ou mercadoria?

MARCOS BARBOSA DE OLIVEIRA

RESUMO: A tese central do artigo é a de que a adoção de uma postura crítica em relação à ciência, tal como praticada no capitalismo, requer que a ciência seja concebida, não como força produtiva, mas como mercadoria. A primeira concepção tem sido a dominante na tradição marxista; já teve um sentido crítico, que entretanto se dissipou, neutralizado por uma série de mudanças históricas que culminam no presente período neoliberal. A demonstração da segunda parte da tese baseia-se num estudo a respeito do processo de mercantilização da ciência (como parte de um processo mais amplo envolvendo a mercantilização também de outros bens intelectuais, e da educação), que promove a fusão entre ciência e tecnologia dando origem à tecnociência, coloca nas mãos do mercado a determinação do ritmo e dos rumos da pesquisa, e chega até a solapar os mais fundamentais princípios metodológicos da ciência.

Palavras-chave: Ciência, força produtiva, mercantilização, tecnociência.

Science: productive force or commodity?

ABSTRACT: The main thesis of the article is that the adoption of a critical stance towards science, as it is practiced in capitalism, requires that science be conceived not as a productive force, but as a commodity. The first conception has been the dominant one in the Marxist tradition; it has had a certain critical import, which however has vanished, being neutralized by a series of historical changes that culminate in the present neoliberal period. The demonstration of the second part of the thesis is based on a study about the process of commodification of science (as part of a larger process involving the commodification also of other intellectual goods, and of education), which promotes the fusion of science and technology, giving rise to technoscience, puts in the hands of the market the determination of the rhythm and the directions of research, and threatens even fundamental methodological principles of science.

Keywords: Science, productive force, commodification, technoscience.

5. Classe média e escola capitalista

Middle Classes and Capitalist Schooling

DÉCIO AZEVEDO MARQUES
DE SAES

RESUMO: O artigo procura analisar o vínculo ideológico existente, nas sociedades capitalistas, entre a classe média e a escola pública, que se apresenta à sociedade como Escola Única. Procura-se demonstrar que os trabalhadores não-manuais, para se valorizarem nos planos econômico e social, precisam da existência de um espaço institucional formalmente democrático, onde aparentemente vigore a igualdade de oportunidades. A Escola Única funciona, portanto, como arma ideológica da classe média na luta por uma hierarquia do trabalho que privilegie os trabalhadores não-manuais relativamente aos trabalhadores manuais .

Palavras-chave: classe média, educação, escola, ideologia, capitalismo.

ABSTRACT: The purpose of this article is to analyze the ideological link between the middle classes of capitalist societies and the public school, which presents itself to society as an Unified School. We try to demonstrate that the non-manual workers, longing for their valorization on the economic and social levels, have to support the existence of institutional spaces that apparently assure the same opportunities for all the human beings (in other words: formally democratic institutional spaces). Unified School works, thus, as a middle class ideological weapon, which is used in the struggle for a labour hierarchy that should give primacy to non-manual workers relatively to manual workers .

Keywords: middle classes, education, school, ideology, capitalism.

6. Marx, Engels e o sistema de poder mundial no século XIX

Marx, Engels and the world power system in XIXth century

MUNIZ FERREIRA

RESUMO: O artigo trata dos escritos elaborados por Marx e Engels sobre as relações políticas e diplomáticas entre os Estados europeus nas décadas de 50 e 60 do século XIX. Durante aqueles anos, os fundadores do marxismo atuaram como correspondentes internacionais do diário norte americano *New York Daily Tribune*. A partir de tal posição eles analisaram uma ampla variedade de temas tais como o papel desempenhado pelas grandes potências (ou seja, Inglaterra, Prússia, França, Rússia e Áustria) no sistema internacional. Pensadores dialéticos Marx e Engels reconheceram a centralidade dos interesses nacionais na definição do comportamento das potências mundiais no cenário internacional tendo, ao mesmo tempo, em conta a influência exercida pelos conflitos políticos e sociais internos sobre o processo de elaboração da política externa dos estados nacionais.

Palavras-chave: Marx e Engels, diplomacia mundial, sistema internacional, século dezenove.

ABSTRACT: The article deals with Marx and Engels' writings about the diplomatic and political relationship among European states in the 50s and 60s of nineteenth century. Through those years the founders of Marxism worked as international correspondents of the north American newspaper *New York Daily Tribune*. From this position they analysed a broad variety of themes such as the role performed by the great powers (i.e. England, Prussia, Russia France and Austria) into the international system. As dialectic and revolutionary thinkers, Marx and Engels acknowledged the centrality of the national interests in the shaping of the international behaviour of the world powers into the international scene, at the same time, they took into account the influence exercised by internal political and social conflicts over the process of elaborating and implementing the foreign policy of the national states.

Keywords: Marx and Engels, world diplomacy, international system, nineteenth century.

7. As vozes da violência na cultura brasileira

The voices of violence in Brazilian contemporary culture

TÂNIA PELLEGRINI

RESUMO: O artigo trata de questões teóricas ligadas à representação estética nos bens culturais contemporâneos, utilizando-se particularmente de dois exemplos: os livros de Paulo Lins, *Cidade de Deus*, e *Estação Carandiru*, de Dráuzio Varella, ambos em diálogo com os filmes que deles se originaram. Interroga-se o papel e a função das formas de representação da violência neles explicitada, inserida no quadro mais amplo de uma história da representação da violência na literatura brasileira.

Palavras-chave: cultura brasileira contemporânea, ficção brasileira contemporânea, formas de representação, violência.

ABSTRACT: The article deals with the theoretical issues concerning aesthetic representation in contemporary cultural goods, recurring particularly to two examples: the books of Paulo Lins, *Cidade de Deus* and Dráuzio Varella, *Estação Carandiru*, both taken in dialogue with the films which originated from them. The text interrogates the role and the function of the forms of representation of violence seen in the books and in the films, trying to insert this in the broader framework of a history of the representation of violence in the Brazilian literature.

Keywords: contemporary Brazilian culture, contemporary Brazilian fiction, forms of representation, violence

8. Kautsky e a Revolução de 1905

Kautsky and the Revolution of 1905

RICARDO MUSSE

RESUMO: Examina-se aqui, no contexto da recepção alemã da revolução russa de 1905, a posição de Karl Kautsky acerca da greve de massas, ponto decisivo para a cristalização de correntes irreconciliáveis no interior da Segunda Internacional. Para elucidar esse ponto procura-se esclarecer também os pressupostos teóricos da concepção de Kautsky, uma das marcas distintivas da social-democracia alemã. Sua proposta de integrar o legado de Darwin ao marxismo assenta-se numa concepção de ciência que possibilita tanto uma convergência entre ciências da natureza e ciências do espírito quanto a separação entre socialismo e movimento operário, o que desemboca, muitas vezes, paradoxalmente, numa subordinação da teoria à prática partidária.

Palavras-chave: marxismo, Segunda Internacional, revolução, luta de classes

ABSTRACT: Here it is examined, in the context of the German reception of the Russian Revolution of 1905, the position of Karl Kautsky about mass strikes, a decisive point for the crystallization of irreconcilable lines of thought inside the Second International. In order to make this point clear there is also an attempt to clarify the theoretical presuppositions of Kautsky's conception, one of the distinctive hallmarks of the German social-democracy. His proposition of integrating the legacy of Darwin to Marxism is based in a conception of science that renders possible both a convergence between the natural sciences and the sciences of the spirit and the separation between socialism and the labor movement, which results, oftentimes, paradoxically, in a subordination of the theory to the party practice.

Keywords: Marxism, Second International, revolution, class struggle, Humanism, homo sapiens

NORMAS PARA COLABORAÇÕES

A Revista *Crítica Marxista* aceita colaborações.

Ver normas e orientações no *sítio*:

www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista

Outubro nº 12/2005

Revista do Instituto de Estudos Socialistas

Capitalismo Informacional e Império: a celebração pós-marxista da hegemonia dos Estados Unidos

Bob Jessop

Organização do trabalho e financeirização das empresas: a experiência europeia

Thomas Coutrot

Estado, capital, trabalho e organização sindical: a (re) construção das classes trabalhadoras no Brasil

Edmundo Fernandes Dias e Antônio de Pádua Bosi

Mais do mesmo: a contra-reforma do ensino superior de Lula e Tarso Genro

Marcelo Badaró Mattos

Ousaremos vencer? Transição e ruptura no debate marxista sobre a revolução

Carlos Zacarias F de Sena Júnior

Outra hegemonia: sobre algumas leituras petistas de Gramsci e suas reviravoltas

Eurelino Coelho

End. para correspondência: redacao@revistaoutubro.com.br

Visite a página de Outubro na Internet: www.revistaoutubro.com.br

Contatos com a redação: redacao@revistaoutubro.com.br

Para adquirir a revista: contatos@revistaoutubro.com.br

**Visite nossa loja na Internet:
www.revan.com.br**

Atendemos também a livrarias, diretamente.

**Se preferir, podemos atendê-lo por telefone,
e-mail, fax ou carta.**

Editora Revan

**Avenida Paulo de Frontin, 163
Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20260-010
Tel.: (21) 2502-7495 / Fax: (21) 2273-6873**

Nossos e-mails:

***Editorial:* editorial@revan.com.br**

***Vendas:* vendas@revan.com.br**

***Assessoria:* divulg@revan.com.br**



















